

Silvia Cristina Yannoulas
(Coordenadora)

Trabalhadoras

Análise da Feminização das Profissões e Ocupações




Abaré
Editorial

Trabalhadoras

Análise da Feminização das Profissões e Ocupações

Silvia Cristina Yannoulas
(Organizadora)

Lourdes Maria Bandeira | Marcia C. Barbosa e Betina S. Lima
Ângela Maria Freire de Lima e Souza e Márcia Barbosa de Menezes
Maria Rosa Lombardi | Talita Santos de Oliveira
Cláudia Pereira Vianna | Marly de Jesus Sá Dias
Marlene Teixeira e Maria D. Stphanie R. Cerqueira | Nora Goren
Mariana Mazzini Marcondes | Anabelle Carrilho

Trabalhadoras

Análise da Feminização das Profissões e Ocupações

Realização:



Apoio:



Brasília, 2013

© *Copyright*: Silvia Cristina Yannoulas, 2013

As ideias contidas e as opiniões emitidas neste livro são de responsabilidade dos autores.
É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desde que citada a fonte.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1999, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Conselho Editorial

Almira Rodrigues, Cleia Schiavo Weyrauch, Evilásio Salvador,
Francisco Inácio de Almeida, Ivan Alves Filho, Ivônio Barros Nunes.

Revisão e Edição Final

Tereza Vitale

Projeto Gráfico

Samuel Tabosa de Castro

Figura da capa

iStockphoto LP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Y24t Trabalhadoras – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações / Yannoulas,
Silvia Cristina (Coord.) – Brasília : Editorial Abaré, 2013.

304 p. 15,5 x 22,5 cm.

ISBN: 978-85-89906-17-3

1. Ciências sociais. Divisão sexual do trabalho; Relações de Gênero (Feminização).
 2. Sociologia; Sociabilidade; Profissões; Ocupações; Sociologia do trabalho.
- I. Universidade de Brasília. Grupo de Pesquisa TEDIs, CNPq Edital Universal.
II. Silvia Cristina Yannoulas.

CDU – 300

301

305.4

Quadra 201, Lote 4, Bloco G-801
Águas Claras – CEP 71937-540 – Brasília-DF
Fone: (61) 3879-6881 / (61) 9986-3632
abare.editorial@gmail.com / terezavitale@gmail.com

Sumário

PREFÁCIO	7
Lourdes Maria Bandeira	
APRESENTAÇÃO	21
Silvia Cristina Yannoulas	
INTRODUÇÃO – Sobre o que nós, mulheres, fazemos.....	31
Silvia Cristina Yannoulas	

PRIMERA PARTE

EXPLORANDO TERRITÓRIOS – MULHERES EM TRABALHOS MASCULINOS

MULHERES NA FÍSICA DO BRASIL: POR QUE TÃO POUCAS? E POR QUE TÃO DEVAGAR?	69
Marcia C. Barbosa e Betina S. Lima	
GÊNERO E TRABALHO NO CAMPO DA MATEMÁTICA. BREVE HISTÓRIA E NOTAS SOBRE UM DIAGNÓSTICO PRELIMINAR	87
Ângela Maria Freire de Lima e Souza e Márcia Barbosa de Menezes	
FORMAÇÃO E DOCÊNCIA EM ENGENHARIA, NA ÓTICA DO GÊNERO: UM BALANÇO DE ESTUDOS RECENTES E DOS SENTIDOS DA FEMINIZAÇÃO....	111
Maria Rosa Lombardi	
A INSERÇÃO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO: UM RETRATO MIZIÁTICO SOBRE A EXPRESSÃO E REPRODUÇÃO DA FEMINILIDADE NO SETOR	137
Talita Santos de Oliveira	

SEGUNDA PARTE

REVISITANDO TERRITÓRIOS – MULHERES EM TRABALHOS FEMININOS

A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA E OS DESAFIOS
PARA A PRÁTICA E A IDENTIDADE COLETIVA DOCENTE 159
Cláudia Pereira Vianna

A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA SAÚDE PÚBLICA:
REFLEXOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO SERVIÇO SOCIAL
E NA MEDICINA 181
Marly de Jesus Sá Dias

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA/VIDA MELHOR E AS MULHERES –
TRANSFERÊNCIA DE RENDA E EQUIDADE DE GÊNERO
NO DISTRITO FEDERAL 207
Marlene Teixeira e Maria D. Stphanie R. Cerqueira

REPENSANDO EL TRABAJO DE LAS MUJERES EN LOS PROGRAMAS
DE TRANSFERENCIA CONDICIONADA DE INGRESOS 231
Nora Goren

O CUIDADO NA PERSPECTIVA DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO:
CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS SOBRE A FEMINIZAÇÃO
DO MUNDO DO TRABALHO 251
Mariana Mazzini Marcondes

CONCLUSÃO – A FEMINIZAÇÃO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA RECENTE:
UM CONCEITO DIFUSO DE COMPREENSÃO NECESSÁRIA 281
Anabelle Carrilho

SOBRE AS AUTORAS 299

PREFÁCIO

Lourdes M. Bandeira¹

É com satisfação que apresento o livro *Trabalhadoras: Análise da feminização das profissões e ocupações*, organizado por Silvia Cristina Yannoulas que resulta da realização do projeto de pesquisa: “Trabalho e relações de gênero: análise da feminização das profissões e ocupações”. Trata-se de uma pesquisa que apresenta uma abordagem bastante original ao reunir um conjunto de pesquisadoras feministas articuladas nas áreas dos estudos de gênero e do trabalho, com temáticas e questões contemporâneas, calcadas teoricamente em recortes originais. Abordam um tema que, apesar de sua persistência histórica, ainda carece de estudos empíricos mais profundos, especialmente, no Brasil e na América do Sul. A matriz de referência das análises realizadas centrou-se nas dissimetrias que sustentam a divisão sexual do trabalho e compõe o postulado, por um lado, de que o sexo biológico não define o que é um homem e uma mulher, uma vez que são as normas socioculturais que os(as) constroem. Nessa direção é inegável que o trabalho tem dois sexos² embora certas atividades persistam em negá-lo, além de demandarem uma presença feminina mais intensa. Por outro, há que se registrar o foco sobre as modalidades e as manifestações de mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, onde emergem formas novas e peculiares em relação à presença feminina de inovação e avanço.

O objetivo central desta publicação é o de enfatizar e identificar as mudanças e permanências ocorridas no campo das relações de trabalho, no qual se evidencia cada vez mais “o fenômeno da feminização das ocupações e das profissões”, com a presença de mulheres em novos espaços ocupacionais e novas profissões, embora não se possa esquecer a manutenção de percursos

1 Professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

2 A obra referente no campo de visibilidade do sexo do trabalho é de Elisabeth Sousa Lobo: *O trabalho tem dois sexos* (1994).

sexuados associados, historicamente, aos usos do tempo e à condição de “naturalização” das habilidades ou capacidades femininas. A reflexão foi norteada pela análise dos processos e das dinâmicas de feminização demarcadas por mudanças (ou não) na divisão sexual do trabalho, para a qual mais de uma dezena de pesquisadoras, reconhecidas neste campo de estudos, debruçaram seus tempos para refletir sobre estas questões e quicá respondê-las. Como compreender as causas e razões dos movimentos que indicam a feminização das ocupações e das profissões? Está havendo uma “tomada de consciência” das diferenças de condições de trabalho e de vida para mulheres e para homens? Em outras palavras, para além das diferenças salariais e do tempo de trabalho, as pesquisadoras indagam sobre a qualidade das relações entre as condições de trabalho e gênero no caminho da feminização? Em que medida, considerar a feminização do trabalho, não significa, simplesmente a inclusão de mais mulheres nas ocupações, mas igualmente verificar o engajamento e o(s) lugar(es) ocupado pelo(s) homen(s)?

O livro apresenta duas partes: 1ª *Explorando Territórios – Mulheres em trabalhos masculinos*, compreendendo quatro artigos. A 2ª *Revisitando Territórios – Mulheres em trabalhos femininos* apresenta cinco artigos.

A publicação se inicia com uma densa introdução de Silvia Cristina Yannoulas: *Sobre o que nós, mulheres, fazemos*. A autora realiza um recorrido histórico e bibliográfico sobre a presença feminina no mundo do trabalho, a partir da virada do século XX para o XXI. Recupera os diversos momentos de mudança ocorridos na estrutura do mercado de trabalho, destacando as características e especificidades de inserção da mão de obra feminina, da relação entre trabalho e família, isto é, da participação diferenciada das mulheres na esfera da produção e na reprodução social. A análise destaca por um lado, os polos opostos de inserção das mulheres – ocupações de má qualidade e boas ocupações; por outro, as ambiguidades presentes na transformação do ingresso destas no mercado de trabalho. Paradoxalmente, a maior presença feminina desencadeia mudanças, mas não transformações expressivas na situação das mulheres no mundo do trabalho. Ainda, atualiza as mudanças de monta ocorridas na legislação, sobretudo, com a Constituição de 1988. Cabe destacar ainda, os dois postulados propostos pela autora para analisar a feminização das profissões: seu significado quantitativo – *feminilização* –, referindo-se ao aumento das mulheres na composição da mão de obra; a dimensão qualitativa – *feminização* –, que compreenderia as transformações ocorridas

no contexto de uma ocupação ou profissão, havendo com certeza uma articulação entre essas duas dimensões.

Conclui constatando que o fenômeno da feminização tem uma dupla dinâmica: se por um lado, as mulheres transgridem, ao ingressarem em campos ou territórios profissionais, cujo *ethos* masculinista ainda predomina; por outro, há um número significativo de mulheres que permanece no mesmo campo de atividades desde as primeiras décadas do século XX: por exemplo, as mulheres empregadas no setor têxtil, servidoras públicas nos setores administrativos, trabalhadoras na saúde, empregadas do comércio e da indústria alimentar, professoras primárias e secundárias, empregadas domésticas, entre outras. Todos estes empregos e profissões permanecem e continuam a empregar a maioria de mulheres,³ evidenciando, também, que as categorias de idade, raça e de sexo não se apresentam como simples variáveis, mas estão relacionadas com as condições de precarização do trabalho destas que também se articulam com os sistemas de hierarquia e de poder. Portanto, ainda é a norma masculina que permanece ditando as regras de funcionamento do mundo do trabalho, obviamente, não sem conflitos e tensões.

Marcia B. Barbosa e Betina S. Lima, autoras do artigo: *Mulheres na Física do Brasil: Por que tão poucas? E por que tão devagar?* analisam a presença feminina que ingressa nos cursos universitários, evidenciado que a maior presença de mulheres não corresponde a um processo de equidade relativo a participação de jovens mulheres na área das ciências exatas. Dito de outro modo, as mulheres, embora maioria, nos cursos superiores não se dirigem às carreiras científicas. Há uma desproporção entre as ingressantes e a escolha das carreiras nas áreas das ciências exatas ou da natureza. As autoras perguntam a partir de um olhar histórico, eivado por valores culturais masculinistas, por que há tão poucas cientistas e por que a vagarosidade no avanço das mulheres nessas carreiras?

Recuperando a história da educação das mulheres no Brasil, a partir dos séculos XVI e XVII, destacam que em 1827 foi regulamentado o ensino feminino no Brasil, podendo as mulheres ingressar na escola, embora as classes fossem separadas por sexo. Esse poderia ser apenas um detalhe, caso não fosse o diferencial posto na grade curricular: aos meninos – o ensino de geometria e da matemática; às meninas, prendas domésticas,

3 A propósito consultar os Censos do IBGE, com variedades diversas, estas ocupações estão presentes ou emergem no mundo do trabalho a partir de 1920 a 2010.

regras de etiqueta e noções de moral. A emergência de reivindicações pelas feministas já no final do século XIX, possibilitou que em 1879, as jovens mulheres tivessem acesso ao Ensino Superior. Muitos foram os obstáculos narrados pelas autoras que impossibilitavam estas “de desertarem do lar” para seguirem uma carreira científica. O ingresso feminino foi tardio ao Ensino Superior e a condição de institucionalização do campo científico feito sob uma perspectiva androcêntrica, estabelecendo a divisão entre as “profissões e ocupações” que deveriam ser masculinas e femininas, isto é, estabeleceu-se também a repartição entre os espaços público-masculinos e privado-femininos. Esse processo foi reforçado/reafirmado pelo processo de socialização doméstica percebido como extensão de uma lógica dualista que reforçava os valores familiares para as mulheres e os valores públicos para os homens. A socialização diferenciada produziu além de uma formação sexista, que deveria ser inculcada aos futuros homens e mulheres, exacerbou hierarquias e processos de dominação/subordinação.

Em síntese, esse padrão lógico androcêntrico da esfera privada-familiar se desloca para esferas públicas de ensino e de pesquisa no Brasil. Nessa direção as autoras exploram a política de fomento na formação de pesquisadores(as) desenvolvida pelo CNPq, no Brasil, tendo como referente empírico os(as) bolsistas da área de Física e de Medicina. A primeira, predominantemente frequentada por pesquisadores do sexo masculino; a segunda, cada vez mais evidencia o ingresso de mulheres. As autoras analisam os aspectos históricos e culturais de tal configuração, concluindo que se não houver mudanças culturais radicais, provavelmente a realidade não mudará com facilidade.

Angela Maria Freire de Lima e Souza e Márcia Barbosa de Menezes escreveram o artigo: *Gênero e trabalho no campo da Matemática – breve história e notas sobre um diagnóstico preliminar*. As autoras discutem o contexto histórico que articula as marcas das relações de gênero e ciência tomando como referente analítico-empírico o campo da Matemática no que tange a prática da docência e da pesquisa. De imediato, evidenciam ainda que essa área disciplinar se constitui, predominantemente, pela ocupação do sexo masculino. Em outras palavras, “... o fato é que a presença insipiente das mulheres ainda não alterou as práticas e a inspiração epistemológica característica do pensamento matemático” afirmam as autoras. Historicamente existiu um pioneirismo no ensino da Matemática no Brasil, mais especialmente na Bahia, uma vez que já em 1572 foi fundado o 1º *Curso de Artes* que introduzia o ensino da Matemática, seguido em

1757 pela criação de uma Faculdade de Matemática. Vários outros estados brasileiros implementaram o ensino e cursos de Matemática com vistas a preparação das artes militares – as Academias de Artilharia, Fortificação e Desenho, assim como para a formação dos futuros professores da Academia Real Militar Brasileira, dos Guardas da Marinha, entre outras.

Observa-se que o ensino da Matemática, desde seu início esteve atrelado a um *ethos* masculinista, isto é, a ausência da presença feminina. É notável a presença masculina na aprendizagem da Matemática que servia à expansão e aplicação prática – nas artes militares, lugar de completa ausência de mulheres. Uma larga trajetória desse engajamento masculino associado a experiência profissional, de alguma maneira informa o comprometimento desse com a Matemática e a ausência do gênero feminino, destituído de incorporá-la na sua formação. Prova disso é destacada pelas autoras ao informar que no *site* da Associação Brasileira de Matemática não há registro de nenhuma mulher entre os associados honorários, o que reforça ainda mais o estereótipo “... de que há certa incompatibilidade entre as mulheres e os números ...”. Outra questão analisada informa sobre a predominância de mais mulheres no campo da docência do que no campo da pesquisa, o que reafirma, novamente, a manutenção dos espaços masculinos. Então a pergunta se impõe – seria suficiente que o ingresso feminino no campo da Matemática/das ciências exatas teria força suficiente para assegurar mudanças, em relação à presença de gênero mais equitativa?

Convém conferir o que pensam as autoras a propósito. Por fim, reafirmo a excelência do texto que instiga a reflexão sobre as condições e possibilidades de desestabilizar esse campo disciplinar hegemonicamente masculino, atualmente vigente no Brasil.

Na sequência, Maria Rosa Lombardi apresenta o artigo: *Formação e docência em Engenharia na ótica do gênero: um balanço dos estudos recentes e dos sentidos da feminização*. De imediato constata que ainda é muito pouca a presença discente de jovens mulheres nos cursos de Engenharia no Brasil, sobretudo, se comparada a outras profissões, cuja presença feminina já está consolidada como é o caso de Medicina e Direito. Pesquisas identificadas pela autora informam que, na condição de docente, as mulheres representam em torno de 10% dos quadros de discentes. Lombardi busca analisar quais têm sido as causas ou as razões que dificultam o processo de feminização da Engenharia no Brasil. Nessa direção examina, a partir de uma pesquisa sobre a produção acadêmica, o estado da arte, para a última década, sobre as razões que mobilizam e que (des)mobilizam o ingresso de jovens estudantes

mulheres nos cursos de Engenharia. Destaca, em especial, a produção de dissertações e de teses sobre tal ausência, nas quais convergem “explicações”, a saber: os valores desiguais nos “(...) processos de socialização de meninos e de meninas na escola e na família, que incentivam diferentes escolhas profissionais – as práticas pedagógicas adotadas nos diferentes cursos de Engenharia (...) as diferenças que se estabelecem entre alunos(as) e professores(as) que tendem a reproduzir desigualdades de gênero ...” entre outros elementos. Dá ênfase ao olhar das discentes, assim como de docentes, que de maneira própria, acabam por enfatizar os mecanismos de reprodução das desigualdades entre os gêneros e das escassas estratégias femininas de acesso às áreas de ciência e tecnologia.

Portanto, a expectativa de feminização do campo da ciência e tecnologia, com ênfase na Engenharia, ainda, estaria condicionada a mudanças no âmbito dos valores culturais, na reestruturação da educação formal e familiar, assim como no âmbito das políticas públicas, uma vez que as profissões não têm sexo, e, portanto, não pertencem ao domínio de ninguém. Ao contrário, os dados revelam que as mulheres constituem a maior parte dos estudantes de nível superior no país, e que a universidade deixou de ser um espaço predominantemente masculino. Diante da segmentação sexual das profissões, a Engenharia caracterizou-se como profissão masculina até as últimas duas décadas. Porém, com as mudanças mais intensas e atuais, a perspectiva da efetiva entrada feminina nos cursos de Engenharia, historicamente considerados masculinos, influencia a construção de outros novos papéis sociais e abre novas perspectivas de promoção de igualdade entre a condição de gênero. Portanto, a associação entre a inserção feminina nos cursos de Engenharia como futuras docentes e pesquisadoras deverá ir ao encontro dos processos de modernização e de mudanças que vêm ocorrendo na sociedade brasileira, vez que devem estruturar novas relações mais equitativas entre os gêneros.

A 1ª parte conclui-se com o artigo de Talita Santos de Oliveira: *A inserção das mulheres na construção civil: um retrato midiático sobre a expressão e reprodução da feminilidade no setor*. A autora afirma que as mulheres já consolidaram seu lugar no mundo do trabalho, embora ainda não tenham vencido a segregação sexual em certas atividades e ocupações. Exemplo dessa segregação se verifica nas ocupações da construção civil, onde não representam mais de 3% dos trabalhadores do setor. Além de serem poucas, estão localizadas nas atividades de menor prestígio, tais como auxiliares de serviços gerais, serventes e limpeza. Predomina a

relação entre a cultura e a lógica empresarial associada à tradicional divisão sexual do trabalho. Nessa direção a autora propõe uma interessante análise destacando “(...) a maneira que os meios de difusão se reportam ao trabalho executado por mulheres no setor e, em última instância, contribuem para a disseminação dos estereótipos em torno da mão de obra feminina”.

Utilizou como material de análise as reportagens e matérias jornalísticas produzidas entre 2007 e fevereiro de 2013, por veículos nacionais reconhecidos. A autora destaca que o período escolhido se deveu ao lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo governo federal.

A discussão centra-se no eixo teórico da divisão sexual do trabalho, isto é, de que há uma densa segregação sexual das ocupações, as quais tendem a reproduzir estereótipos e desigualdades entre homens e mulheres, como elemento importante da informação. Embora a divisão sexual do trabalho seja “plástica”, isto é, sua dinâmica se altera isso não assegura que a feminização do mercado de trabalho não possa vir a ocorrer como consequência dos processos de precarização, assim como da vulnerabilidade das condições de trabalho, sendo estes mais direcionados às mulheres. Dito de outra maneira, a inserção de mulheres no mercado de trabalho, como tem sido no caso da construção civil, vem ocorrendo sem mudanças de natureza qualitativa; ao contrário, as habilidades consideradas “naturais” ou “inatas” são retraditionalizadas, assim como os estereótipos são incorporados pela lógica do capital e dos empresários, e se desloca para reproduzir-se nos diferentes contextos midiáticos.

O texto apresenta reflexões inovadoras a partir das matérias analisadas, as quais foram organizadas em três grandes eixos temáticos, a saber: 1. Programas ou cursos de qualificação profissional para mulheres na área da construção civil; 2. Preconceito sofrido pelas mulheres numa área de inserção predominantemente masculina; e, 3. O crescimento do setor da construção civil. Estes são desagregados em outros subtemas e analisados de maneira muito instigante. Sem dúvida que os veículos midiáticos, respondem pela ênfase na tradicional divisão sexual do trabalho sendo a área da construção civil “(...) ainda rigidamente monopolizada pela mão de obra masculina”, onde as ocupações são sexualmente demarcadas. De certa maneira, sem dúvida, a mídia acaba por reforçar certas habilidades e características femininas como essencializadoras de sua condição de existir.

A 2ª parte do livro é aberta com o texto de Claudia Pereira Vianna: *A feminização do magistério na Educação Básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente*. A autora faz uma reflexão sobre a feminização do magistério no Ensino Fundamental com o objetivo de compreender a organização sindical dos docentes no cenário da crise dos anos 1990. Na breve síntese sobre a construção do conceito de gênero a autora constata que a área de educação foi uma das mais resistentes a sua incorporação neste campo disciplinar. Apesar do contraste de que o sistema educacional tinha [tem ainda] uma grande presença feminina e esteve subsumido à utilização do masculino genérico como referência às professoras. Adotando uma análise de relações de gênero, a autora busca compreender como o processo de feminização do magistério está presente nas ações coletivas organizadas ou não por mulheres. Esta feminização é um fenômeno internacional e no Brasil foi um processo que se iniciou no século XIX, como um campo de atuação que se abriu para mulheres brancas escolarizadas e, nos dias atuais embora ainda permaneça como um lugar de mulher, o magistério mostra também uma presença cada vez mais significativa de homens, sobretudo, nos níveis e modalidades de ensino que oferecem maior remuneração e usufruem de maior prestígio, isto é, o ensino de nível superior.

Como seu foco analítico foi o Ensino Fundamental a autora privilegia sua avaliação a partir do sistema educacional paulista para desconstruir os significados femininos que ligam o cuidado e o afeto às mulheres e estabelecem a relação entre essas características e o magistério. E conclui afirmando que o exercício da docência está marcado pelas polarizações contidas nas visões hegemônicas de masculinidade e que as relações entre professoras e professores no magistério indicam uma tensão permanente. Assim, sugere que a reflexão sobre identidade docente integrada à perspectiva de gênero, pode levar em conta a mediação entre esses diferentes registros e tensões que caracterizam a feminização do magistério.

Marly de Jesus Sá Dias, com o artigo: *A feminização do trabalho no contexto da saúde pública: reflexos da reestruturação produtiva no Serviço Social e na Medicina*, discute as transformações do processo de desenvolvimento que na feminização do trabalho e suas consequências acentuou a divisão sexual do trabalho na saúde pública da cidade de São Luís, capital do Maranhão. A avaliação deste processo de feminização ocorreu tanto pelo aumento da participação das mulheres na categoria profissional como em decorrência das mudanças suscitadas pelo movimento feminista no papel social da mulher e elegeu as profissões de Serviço Social

e Medicina, a partir da atuação dessas profissões no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, na década de 1997/2007. Conclui que a inserção das mulheres foi realizada numa trajetória conflituosa de rupturas e continuidades e que a feminização observada na Saúde Pública, em particular no Hospital Universitário analisado não foi um fenômeno natural, mas articulado aos processos mais amplos mediados pela lógica do capital que não provocou rupturas definitivas nas relações sociais existentes nem com as desigualdades presentes na divisão sexual do trabalho.

Segue o artigo das autoras Marlene Teixeira e Maria D. Stphanie R. Cerqueira: *O Programa Bolsa Família/Vida melhor e as mulheres – transferência de renda e equidade de gênero no Distrito Federal*. Este analisa as repercussões do Programa Bolsa Família na vida cotidiana das mulheres residentes no Distrito Federal. Este Programa é uma das iniciativas do governo brasileiro no enfrentamento da pobreza e o governo do Distrito Federal denominou-o de Programa Bolsa Família/Vida Melhor. Este está presente, em todas as 29 regiões administrativas do DF. Deste conjunto foram escolhidas duas regiões para a realização da pesquisa. Assim, as informações foram coletadas apenas no Gama e em Taguatinga, mediante entrevistas semiestruturadas com mulheres beneficiárias residentes nestas localidades e com os(as) técnicos(as) vinculados(as) ao Programa, com o objetivo de conhecer o funcionamento do PBF/VM e suas repercussões na vida das mulheres e de suas famílias.

O artigo mostra que há um descompasso no DF na gestão do PBF e na pouca repercussão que este tem na vida feminina e aponta como “talvez” a razão mais importante tenha sido a implantação do embrião deste programa no DF, então intitulado Bolsa Escola, na primeira gestão petista do governador Cristovam Buarque. Os governos subsequentes, adversários, desmontaram o programa e optaram por implementar uma política social assistencialista orientada para construção de vínculos de fidelidade política-partidária e currais eleitorais e não pela afirmação de direitos e de cidadania que marca a política social atual. No formato atual o PBF é financiado e parte da gestão é da responsabilidade do governo federal, mas os municípios têm protagonismo na concretização desta proposta. No Distrito Federal, o PBF é componente do Programa Vida Melhor (PVM) instituído desde 2009; semelhante ao nacional, este programa também prioriza as mulheres na concessão do benefício, embora tenha algumas diferenças, tais como: maior valor monetário, participação de membros da família maiores de 18 anos em atividades voltadas para a qualificação e requalificação profissional,

pré-natal, erradicação do analfabetismo, aleitamento materno e inscrição dos desempregados no Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Como as ações que integram este programa se materializam e repercutem na vida das mulheres residentes em Taguatinga e Gama? As entrevistas com os profissionais que atuam nos Creas e Cras evidenciaram o grau de desconhecimento e/ou desinteresse da equipe acerca da condição das beneficiárias atendidas pelo PBF/PVM. Os serviços de educação e saúde melhores avaliados pelas beneficiárias, não o foram por causa de sua vinculação com Vida Melhor, mas sim pelo treinamento; este também não garante que as mulheres transformem estes conhecimentos em fonte de renda. Persiste a fratura entre assistência e trabalho e a incapacidade das iniciativas de romperem com o círculo assistencial. Com relação às questões de gênero observou-se um enaltecimento da instituição “família” e da diluição da responsabilidade coletiva da proteção social. As funções de mãe e dona de casa ocupam integralmente a rotina diária das entrevistadas e as longas horas despendidas com a realização das tarefas domésticas e dos cuidados não deixam tempo para mais nada. Ainda que o acesso à renda represente um ganho incontestável o programa não produziu alterações/mudanças estruturais em suas vidas.

Nora Goren escreveu: *Repensando el trabajo de las mujeres em los programas de transferencia condicionada de ingresos*. O artigo propõe estabelecer um diálogo entre os programas de transferência condicionada de rendimentos, à luz da divisão sexual do trabalho. Tendo como pano de fundo que esta relação nas sociedades latino-americanas afirma que o privado e o reprodutivo fazem parte [são] das funções femininas e o público e o produtivo são destinadas ao masculino. Há sim uma complementaridade entre os sexos e que são as mulheres que “devem” conciliar trabalho produtivo e reprodutivo. Com estas proposições e de forma instigante o artigo dialoga com as situações de pobreza e os programas de transferência de renda sob o prisma da divisão sexual do trabalho, buscando responder: o que se entende por pobreza feminina? Quais os pressupostos com que estes programas foram desenhados? Quais as representações e estereótipos de gênero presentes no desenho desses programas? E, quais as características do mercado de trabalho latino-americano?

A autora afirma que o Estado por meio de suas políticas sociais define identidades sociais e laborais e que os desenhos das suas ações acabam reproduzindo iniquidades nos processos de mudança que interpelam a ordem patriarcal. A feminização da pobreza passou a constituir-se como

um enfoque centralizado no segmento mais vulnerável da população – as mulheres – e a exclusão passou a ser discutida como um estado dado e não resultado de um processo, ao qual se tentam sua redução, mas não modificam as regras do jogo. O pano de fundo deste processo foi a globalização e as novas formas de estratificação social e relações sociais. Chama atenção que a experiência das mulheres e dos homens é diferente com relação à pobreza e de forma original problematiza a relação pobreza e a chefia feminina da família.

Discute a gênese dos programas de proteção social da América Latina e que tentam “aliviar a pobreza” com a tese da feminização da pobreza. Afirma que estes programas na AL têm e tiveram características comuns, ou seja, transferir rendas monetárias e estabelecer condicionalidades para este recebimento. No curto prazo aliviar a pobreza e criar investimentos em capital humano e no longo prazo reproduzir a situação de pobreza. A autora indaga sobre como o trabalho das mulheres é integrado nestes programas. Se há alguma relação com a responsabilidade de promover a repartição equilibrada das responsabilidades domésticas e familiares. Estas perguntas, segundo ela, são extremamente necessárias para possibilitar às mulheres o acesso a empregos de qualidade.

Como última autora da 2ª parte, Mariana Mazzini Marcondes intitula o artigo: *O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: construções para os estudos sobre feminização do mundo do trabalho*. Este analisa o conceito “cuidado” que a partir do processo de desenvolvimento da teoria feminista, nas últimas décadas, ganhou relevo no campo da economia ao construir paradigmas no enfoque da economia feminista para apropriar na análise socioeconômica a reprodução social e sustentabilidade da vida humana (CARRASCO, 2012). Um dos temas centrais deste enfoque é a divisão sexual do trabalho e a distribuição na sociedade do trabalho produtivo e do reprodutivo – trabalho vinculado ao mercado ou o trabalho relacionado à reprodução da vida humana.

Marcondes investiga os elementos conceituais do cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho buscando relacioná-lo ao conceito de feminização do mundo do trabalho. Isto porque para a autora o “cuidado” opera os princípios basilares da divisão sexual do trabalho – separação e hierarquia. Apresenta uma síntese sobre a genealogia do conceito na literatura socioeconômica e conclui pela convergência do paradoxo decorrente da relação de poder que marca o padrão da provisão social do cuidado: quem tem mais poder não cuida e quem cuida é desvalorizado e

isso expressa o império da divisão sexual do trabalho na normatização das relações sociais. Esse arcabouço teórico é o pano de fundo para a discussão da feminização dos cuidados: familiar, profissional e introduz a categoria semiprofissional para incluir as empregadas domésticas neste olhar. Conclui que diante das diversas possibilidades que o conceito cuidado pode ser analisado sua opção de fazê-lo pela égide da divisão sexual do trabalho deve-se a que essa abordagem agrega contribuições relevantes aos estudos da feminização do mundo do trabalho ao inserir as realidades experimentadas pelas mulheres no trabalho doméstico remunerado e no não remunerado e, em todos os cenários, o cuidado exerce importante ascendência sobre o destino delas.

Anabelle Carrilho escreveu a conclusão do livro a qual nominou: *A feminização na produção científica recente: um conceito difuso de compreensão necessária*. A autora discute a polissemia da categoria de feminização, cuja amplitude teórica e política está explicitada nos diversos artigos que compõem este livro, por um lado; por outro, sua análise se baseia em um levantamento realizado a partir do perfil das publicações – teses e dissertação publicadas na última década no Brasil sobre feminização, cujos marcadores são – feminização e feminilização destacados em algumas das bases eletrônicas consultadas. Muitos e diversos foram os achados, dos quais se pode destacar aqui, que independentemente da nomeação todos se reconhecem de alguma maneira como parte dos estudos de gênero e/ou feminista, segundo a autora. Mesmo que a maioria dos estudos e pesquisas consultadas tenha evidenciado diferentes formas de segregação ocupacional vinculadas a condição de classe e de raça das mulheres, já conhecidas há outras tantas que nos desafiam a serem analisadas.

As mulheres brasileiras representam atualmente 51,5% da população. São chefes de 24,099 milhões de famílias, dedicam, em média, 7,5 anos aos estudos e possuem expectativa de vida de 77,7 anos. O mercado de trabalho é composto por aproximadamente 50% de mão de obra feminina, um fato marcável associado ao avanço de escolaridade, ocorrido a partir da segunda metade do século XX. Ou seja, as mulheres já consolidaram seu espaço no mercado de trabalho, apesar de todas as desigualdades (salariais, de acesso a postos de comando e de decisão, segregações ocupacionais, entre outras), ainda persistentes.

A Constituição de 1988 estabeleceu o marco jurídico para uma concepção da igualdade entre homens e mulheres. É o reflexo da impressionante transformação social que tomou corpo, no Brasil, a partir da

segunda metade do século XX. Embora não acabada, superou o paradigma jurídico que legitimava, declaradamente, a organização patriarcal da família e da esfera do trabalho e a consequente preferência do homem ante a mulher, especialmente no *locus* familiar, desaparecendo as preferências e privilégios que sustentavam juridicamente a dominação masculina.

Tal ruptura paradigmática implica na construção de um novo conjunto de valores de gênero e de raça, de uma nova estrutura que dê coerência ao mundo do trabalho, onde as desigualdades salariais para as mesmas profissões, a segregação ocupacional, percam sua eficácia, de forma que o ingresso maciço de mulheres não represente apenas a feminização, mas a ruptura com as desigualdades e as melhores condições de trabalho, uma vez que a feminização do mercado de trabalho está, paradoxalmente, estreitamente ligada ao avanço da presença das mulheres na educação.

Por fim, gostaria de acrescentar que o livro *Trabalhadoras* nos oferece para além de uma contribuição acadêmica, uma reflexão política muito atual que nos leva a indagar até quando teremos que lutar sobre o destino para alcançar maior igualdade entre mulheres e homens nesse nosso Brasil!

Boa Leitura a todas e todos!

APRESENTAÇÃO

Silvia Cristina Yannoulas

Sobre o Projeto

O Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação – TEDis¹ (incluído no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq) foi criado em 2007, no contexto do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (SER/UnB). Seu propósito é promover estudos do trabalho, a partir da sua articulação com o conhecimento e a educação formal, considerando especialmente as trajetórias educacionais diferenciadas e os percursos ocupacionais e profissionais desiguais entre grupos sociais (sexo/gênero, classe social e raça/etnia).

Por que trabalhar essas três dimensões apontadas? É que elas são estruturantes das desigualdades mais profundas das sociedades latino-americanas, envolvendo no Brasil não apenas minorias, mas 70% da população economicamente ativa – PEA (ABRAMO, 2008). Isso não significa que essas desigualdades ajam de maneira idêntica ou que as discriminações decorrentes possam ser interpretadas no mesmo sentido (RODRIGUES; YANNOULAS, 1998).

Saffioti (1992a) considera que as relações de poder se exprimem primordialmente por meio das relações de gênero, em mais de um sentido: porque o gênero antecedeu a emergência das sociedades centradas na propriedade privada dos meios de produção, mas também porque permeia

1 Para mais informações sobre as pesquisas, produções, participantes e eventos promovidos ou com participação de membros do grupo TEDis, ver: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0240610W3DOY5F>> e <www.tedis.unb.br>.

absolutamente todas as relações sociais.² Assim, considerando a divisão sexual do trabalho como prática social e simbólica (BANDEIRA, 1997), a mesma se entrelaça com o sistema de classes sociais e também com o caráter étnico/racial, expressando-se os antagonismos de maneiras particulares, segundo o tipo de profissão ou ocupação considerada (ver SAFFIOTI, 1985, 1992a; 1992b; CASTRO, 1992; 1996). Em outros termos, as relações sociais de sexo/gênero, classe social e raça/etnia são consubstanciais (KERGOAT, 2009), e a alquimia das categorias sociais está presente em toda prática social (CASTRO, 1992). Sem cair em concepções fragmentadas e fragmentárias da realidade social ou da *práxis* política, reconhecemos a diversidade no interior da classe trabalhadora, demarcada pelas relações de gênero e étnico-raciais.

O Projeto “Trabalho e Relações de Gênero: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações”, do Grupo TEDis foi aprovado pelo Edital MCT/CNPq Nº 14/2011 (Universal). Localizado no interior dos **estudos de gênero** e dos **estudos do trabalho**, o projeto pretende se referenciar nas reflexões sobre a divisão sexual do trabalho, considerada a maneira originária de organização social da atividade humana. Conforme analisamos em publicação anterior (YANNOULAS, 1993), a divisão sexual do trabalho foi objeto de reflexão dos fundadores das ciências sociais no século XIX, destacando alternadamente sua função econômica (Marx), social (Durkheim) e cultural (Simmel). Se a divisão sexual do trabalho é mutável no tempo e no espaço, ela é universal no sentido de que toda sociedade conhecida realiza alguma classificação das atividades em femininas e masculinas.

Castro e Guimarães (1997) sistematizaram as produções que salientam o caráter socialmente construído da assimetria nas relações de gênero presentes na divisão sexual do trabalho, especialmente na sua redefinição no momento da emergência do capitalismo. Outorgamos especial destaque a abordagem realizada por Kergoat (2009), que recupera dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho presentes em toda parte e aplicados sempre no mesmo sentido: o da separação em trabalhos de homens e de mulheres, e o da hierarquização, sendo que os trabalhos de homens possuem mais prestígio e reconhecimento do que os realizados por mulheres. Entretanto, para a autora, o enfoque da divisão sexual do trabalho ultrapassa

2 Saffioti (1992) desenvolveu importante ensaio sobre a utilização da categoria gênero e dos conceitos de divisão sexual do trabalho e patriarcado. A autora, que adotou a difundida análise da categoria de gênero promovida por Scott, considerava que as relações de gênero constituem uma totalidade dialética, contendo e alimentando o antagonismo e a contradição. Existe uma simbiose entre patriarcado-racismo-capitalismo, sendo formas mutuamente constitutivas de dominação e exploração.

a constatação e descrição das desigualdades existentes, pois significa refletir sobre os processos pelos quais as sociedades separam e hierarquizam as atividades de homens e de mulheres. Este é o eixo fundamental que organiza a discussão feminista sobre a divisão sexual do trabalho, e também este nosso livro *Trabalhadoras*.

A imbricação entre os estudos de gênero e os estudos do trabalho é tão significativa, que foi apontada como fundamental para o desenvolvimento dos estudos de gênero no Brasil (BRUSCHINI, 1994). Se com relação à polêmica em torno do trabalho inaugurada por autores da sociologia do trabalho como Offe (1989) e Gorz (2007) reafirmamos a sua centralidade na constituição da sociabilidade humana, também entendemos que essa atividade humana primordial é uma construção social permeada e constantemente reorganizada nas bases antagônicas da divisão sexual (ver YANNOULAS, 2008). Essa sociabilidade humana estruturada em torno do trabalho é definitivamente sexuada ou generificada.

Há alguns anos, realizamos uma pesquisa comparada sobre os processos de feminização do magistério do ensino fundamental, no período entre 1870 e 1930, na Argentina e no Brasil (ver YANNOULAS, 1996). As leituras oportunamente realizadas, visando construir um “estado da arte” sobre as relações de gênero no trabalho, mais especificamente sobre os processos de feminização da profissão docente, levaram a postular a existência de ao menos duas grandes maneiras de conceituar o fenômeno da feminização, segundo a utilização de perspectivas quantitativas ou quanti-qualitativas. O propósito do livro *Trabalhadoras* é o de atualizar e refletir criticamente sobre os processos de feminização das ocupações e das profissões, considerando suas transformações, os vasos comunicantes entre os aspectos quantitativos e qualitativos dos processos, os movimentos das mulheres e dos homens nos seus afazeres, labores e empregos.³

Os novos tipos e modalidades da participação das mulheres nos atuais mercados de trabalho colocam uma série de interrogações sobre os modos de inserção nesses mercados, se as mulheres realizam algum aporte específico, quais são os mecanismos de qualificação que utilizam ou são oferecidos para elas, por que não ocupam os mais altos postos nas suas áreas, o que significa uma participação numericamente superior em termos de definição qualitativa da profissão ou ocupação, quais os rebatimentos dessa nova

3 Desde uma perspectiva feminista, Kergoat, Picot e Lada (2009) diferenciam profissão e ocupação; Maruani (2009) define emprego; Hirata e Zarifian (2009) discorrem sobre o próprio conceito de trabalho.

inserção para a divisão sexual dos trabalhos reprodutivos e a participação do Estado nas tarefas de cuidados, entre outros. E a interrogação maior: qual seria o balanço entre transformações e permanências, entre novidades e deslocamentos? Quais as contradições, quais os paradoxos gerados pela atualização ou metamorfoses da divisão sexual do trabalho?

Bandeira et al. (2009) apontam para a persistência de práticas sexistas no mercado e no mundo do trabalho: mesmo quando os homens se deslocam para os afazeres domésticos remunerados, eles trabalham em ocupações diferenciadas como jardineiro, motorista, entre outras. Quando os homens ocupados realizam afazeres domésticos não remunerados, “ajudam”, e o fazem ocupando um número de horas muito inferior ao destinado pelas mulheres ocupadas. A inserção de maneira significativa de mulheres no trabalho remunerado não alterou em grande medida a diferença salarial, ou a ocupação de postos de chefia, ou ainda a “liberação” da sobrecarga doméstica para elas. Assim, a denominada feminização do trabalho não significou a eliminação das fontes de discriminação, seja no trabalho produtivo ou no reprodutivo, mas apenas o “deslocamento das fronteiras da desigualdade” (parafraseando MARUANI; HIRATA, 2003).

Mas por que estudar a feminização? Algumas pesquisadoras manifestam incômodos com a escolha do eixo de reflexão, pois entendem que estudar a feminização seria postular estratégias reformistas típicas da classe média, que levariam as mulheres somente a desenhar maneiras de atacar os resistentes bastiões masculinos ou a atrair com medidas específicas (e até sexistas!) homens para as profissões e ocupações femininas. Bem, se adotarmos uma perspectiva estritamente relacional para compreender as relações de gênero, não podemos identificar mulheres com gênero e homens com universal. Assim, acreditamos que o estudo da feminização e da masculinização das profissões é chave para imaginar o desmonte das políticas e micropolíticas de poder que condenam homens e mulheres a determinados tipos de *tripalium* (origem da palavra trabalho)⁴ apenas por serem portadores de um determinado aparelho anatômico-fisiológico diferente.

Entendemos que se há antagonismo nas relações de gênero, este se decide a cada etapa ou período histórico, em cada sociedade, sem

4 *Tripalium* (literalmente, três paus) era um instrumento feito de três paus aguçados no qual os agricultores batiam as espigas de milho e trigo, para rasgá-los, esfiapá-los. Foi um instrumento de tortura utilizado pelos romanos, uma espécie de tripé formado por três estacas cravadas no chão na forma de uma pirâmide na qual eram supliciados os escravos. Ver Lautier (1999).

que seja possível estabelecer *a priori* sua demarcação. Daí nossa missão como estudiosas da feminização: apontar as maneiras que assume essa demarcação. Entretanto, somos conscientes de que as reflexões aqui contidas constituem apenas um ponto num longo processo de reflexão e movimento, reconhecendo as vozes que nos precederam e estimulando novas pesquisadoras a se debruçarem sobre essa instigante e fulcral problemática para a construção de um mundo melhor.

Sobre nossas parcerias

Para atingir os objetivos do Projeto, estabelecemos e/ou consolidamos parceria com outros Grupos de Pesquisa nacionais e internacionais. Assim, *Trabalhadoras* surge da necessidade de compartilhar as reflexões sobre a divisão sexual do trabalho e os processos de feminização, bem como do desejo de conectar contribuições de pesquisadoras distantes geograficamente, porém próximas nos seus objetivos políticos e acadêmicos feministas.

Em primeiro lugar, com as líderes do Grupo Gênero, Política Social e Serviços Sociais – Laboratório de ensino, pesquisa e extensão (Genposs)⁵ da Universidade de Brasília (UnB, Brasil): Marlene Teixeira, do Departamento de Serviço Social, e Lourdes Maria Bandeira, do Departamento de Sociologia da UnB.

Fora da nossa Universidade, mantemos intercâmbio com o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim),⁶ da Universidade Federal da Bahia (UFBa, Brasil), especialmente com Ângela Maria Freire de Lima e Souza; e também com o Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos (Geramus),⁷ da Universidade Federal do Maranhão (UFMa, Brasil), especialmente com Marly de Jesus Sá Dias.

Nossos contatos também incluíram as seguintes pesquisadoras (ordem alfabética): Claudia Pereira Vianna, da Universidade de São Paulo (USP,

5 Informações sobre Genposs, disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0240610FFHBV06>>.

6 Informações sobre Neim, disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0291709G1JZ3H8>>.

7 Informações sobre Geramus, disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0001610GQ1BISL>>.

Brasil); Márcia Cristina Bernardes Barbosa, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Brasil); Maria Rosa Lombardi, da Fundação Carlos Chagas (FCC, Brasil); e Nora Goren, da Universidad Nacional Arturo Jauretche (Unaj, Argentina).

Participaram também alguns(mas) orientand@s das professoras parceiras: Betina Stefanello Lima, doutoranda da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Brasil); Márcia Barbosa de Menezes, professora e doutoranda da Universidade Federal da Bahia (UFBa, Brasil); e Maria D. Stphanie R. Cerqueira, graduanda em Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB, Brasil).

Inspiradas por Kohen (1994), organizamos *Trabalhadoras* em dois grandes blocos: mulheres explorando profissões e ocupações masculinas/masculinizadas; e releituras sobre profissões e ocupações feminizadas. A coletânea está estruturada sob um eixo comum: todas as contribuições objetivam pensar a feminização/masculinização à luz de experiências concretas em determinadas profissões e ocupações. A partir desse eixo comum, cada capítulo abordou uma profissão ou ocupação de maneira singular, escolhendo aqueles aspectos que lhe resultaram de maior interesse quanto à profissão ou ocupação por ela analisada e a metodologia mais adequada para sua interpretação. Assim, incluímos relatos de experiências, resultados de pesquisas recentes e revisões de leitura, preservando a diversidade de olhares e estilos das autoras.

Agradecimentos

A todas as companheiras dessa aventura de escrever, amigas antigas e novas, que aceitaram com alegria e compromisso fazer parte da arte de (re) pensar a divisão sexual do trabalho, debatendo os processos de feminização. E especialmente, a Lourdes M. Bandeira, pelas múltiplas aprendizagens e a profunda amizade desenvolvidas de maneira coerente e consistente, nas últimas duas décadas.

Às integrantes do Grupo TEDis participantes do Projeto: Anabelle Carrilho, doutoranda em Política Social; Mariana Mazzini Marcondes, mestre em Política Social; Talita Santos de Oliveira, mestranda em Política Social, porque nossas periódicas reuniões, trocas e debates possibilitaram um projeto coletivo e uma publicação comum. Também às graduandas em Serviço Social Amanda Fontenelli Costa, Vanessa de Sousa Araújo e Ágatha

Marina Murari Azzolin, que colaboraram dando o necessário suporte em diversas etapas do projeto.

E finalmente, porém não menos importante, ao Comitê Assessor PS – Psicologia e Serviço Social do CNPq, que nos apoiou nessa aventura da pesquisa e reflexão sobre ***o que nós mulheres fazemos, onde, quando, quanto, como aprendemos a fazer, com que fazemos e para quem fazemos.***

Silvia Cristina Yannoulas
Brasília, 02 de junho de 2013

Referências

ABRAMO, Laís. Trabajo, género y raza. Un tema presente en la agenda brasileña. *Nueva Sociedad*, n. 218, 2008. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3573_1.pdf>.

BANDEIRA, Lourdes M. Divisão sexual do trabalho, práticas simbólicas e práticas sociais. In: SIQUIERA, Deis E. et al. *Relações de trabalho, relações de poder*. Brasília/DF: UnB, 1997, p. 155-176.

_____. et al. Mulheres em dados: o que informa a Pnad/IBGE, 2008. In: BRASIL, Presidência da República. Edição Especial *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: Autonomia Econômica, Empoderamento e Inserção das Mulheres no Mercado de Trabalho*. Brasília/DF: SPM, 2009, p. 107-128. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/trabalho/trabalho-1>>.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Estudos Feministas*. Ano 2, n. 3, 1994, p. 17-32. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16287>>.

CASTRO, Mary G. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. *Estudos Feministas*. Ano 0, n. 0, 1992, p. 57-73. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15801>>.

_____. Gênero, raça/etnicidade, trabalho e sindicalismo no Brasil. *Cadernos da Área. Estudos de Gênero*, n. 4, 1996, p. 15-46.

CASTRO, Nadya A.; GUIMARÃES, Iracema B. Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução. In: SIQUIERA, Deis E. et al. *Relações de trabalho, relações de poder*. Brasília/DF: UnB, 1997, p. 177-211.

GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho. Crítica da razão econômica*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (conceito de). In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 251-256.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.

KERGOAT, Prisca; PICOT, Genevieve; LADA, Emmanuelle. Ofício, profissão, “bico”. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p.159-166.

KOHEN, Beatriz (Comp.) “...De mujeres y Profesiones...”. Buenos Aires: Buena Letra, 1994.

LAUTIER, Bruno. Trabalho ou Labor? Dimensões históricas e culturais. *Ser Social*, n. 5, 1999, p. 09-21.

MARUANI, Margaret. Emprego. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 85-90.

MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.) *As novas fronteiras da desigualdade. homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo/SP: Senac, 2003.

OFFE, Claus, *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 23-41.

RODRIGUES, Almira; YANNOULAS, Silvia C. Gener-idade – Primeiras aproximações ao estudo do gênero na infância In: *Cadernos de Área. Estudos de Gênero*. Goiânia/GO: UCG, n. 7, 1998, p. 61-77.

SAFFIOTI, Heleith. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. *Perspectivas*, n. 8, p. 95-141, 1985. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1848/1515>>.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992a, p. 183-215.

_____. Reminiscências, Releituras, Reconceituações. *Estudos Feministas*. Ano 0, n. 0, 1992b, p. 97-103. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/REF/v0/Saffioti.pdf>>.

YANNOULAS, Silvia C. Trabalho feminino: discursos e realidades In: FREITAG, Bárbara; PINHEIRO, M^a Francisca (Org.) *Marx morreu: viva Marx!* Campinas/SP: Papirus, 1993, p. 147-167.

_____. *Educar: uma profesión de mujeres?* Buenos Aires: Kapelusz, 1996.

_____. O trabalho sem fim. In: DAL ROSSO, Sadi; FORTES, José A. A. Sá (Org.) *Condições de trabalho no limiar do século XXI*. V. 1, p. 89-96. Brasília/DF: Epocca, 2008.

INTRODUÇÃO

Sobre o que nós, mulheres, fazemos¹

Silvia Cristina Yannoulas

Estudos de Gênero e Estudos do Trabalho

E, quando eu estava escrevendo aquela resenha, descobri que, se fosse resenhar livros, ia ter de combater um certo fantasma. E o fantasma era uma mulher, e quando a conheci melhor, dei a ela o nome da heroína de um famoso poema, 'O Anjo do Lar'. Era ela que costumava aparecer entre mim e o papel enquanto eu fazia as resenhas. (...) Ela era extremamente simpática. Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio familiar. Sacrificava-se todos os dias. (...) seu feitio era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros. E acima de tudo – nem preciso dizer – ela era pura.

(Virginia Wolf)²

Na virada do século XX para o XXI houve uma marcada convergência entre os estudos de gênero e os estudos do trabalho, com a emergência

1 As ideias estruturantes dessa introdução foram publicadas na revista *Temporalis* (YANNOULAS, 2011), e posteriormente debatidas com diversidade de públicos em eventos internacionais e nacional: Seminário Internacional da Rede sobre Trabalho Docente (Redestrado), realizado em julho de 2012, em Santiago de Chile; Congresso Latino-Americano de História das Mulheres, realizado em setembro de 2012, em Buenos Aires; e Seminário sobre Feminização do Trabalho Docente, organizado em novembro de 2012 pelo Gestrado/UFMG, em Belo Horizonte. Agradecemos a tod@s interlocutor@s, incluídas Maria Lucia Teixeira Garcia (Ufes) e Jussara Maria Rosa Mendes (UFRGS) – na época da publicação editoriais de *Temporalis*, a Iris Maria de Oliveira (UFRN), atual editora da revista que gestionou a autorização para utilização do mencionado artigo nessa introdução, e aos anônimos pareceristas da publicação e dos eventos, que com seus questionamentos e sugestões nos incentivaram a melhorar as reflexões sobre os processos de feminização. Finalmente, os minuciosos comentários de Cláudia Vianna (USP) e Ângela M. F. L. e Souza (UFBA), e o olhar atento e generoso de Almira Rodrigues (CFemea), contribuíram em grande medida para desenhar a versão final desta introdução.

2 WOLF, Virginia. *Profissões para Mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre/RS: L&PM, 2012, p. 11-12.

de análises sobre o emprego e o desemprego femininos no contexto da passagem do sistema taylorista-fordista de produção para o sistema de produção flexível ou toyotista (a denominada reestruturação produtiva), marcada também pelo gradativo desmonte dos sistemas de bem-estar social (ver BORDERÍAS; CARRASCO, 1994; HIRATA, 2002; TORNIS, 2003; CATTÁNEO; HIRATA, 2009).³

Essa convergência entre os estudos de gênero e os estudos do trabalho outorgou maior visibilidade acadêmica ao espaço reduzido e desprestigiado ocupado pelas mulheres nos mercados de trabalho. As pesquisas então demonstraram de maneira contundente aspectos da dupla segmentação do mercado de trabalho, que já haviam sido apontados por trabalhos pioneiros (p.ex., SULLEROT, 1971): a segmentação horizontal (poucas profissões e ocupações absorvem a maioria das trabalhadoras) e a segmentação vertical (poucas mulheres em altos cargos, inclusive em setores de atividade com participação feminina predominante como são a educação formal, a enfermagem e o serviço social).⁴ Essa situação de dupla segmentação produz uma pirâmide organizacional, com teto e paredes de cristal, que impede às mulheres transitar livremente pelas organizações e pelo mercado de trabalho, pois as oportunidades abertas a elas sempre são restritas horizontal e verticalmente (WIRTH, 2001; CAPPELLIN, 2008).

As pesquisas também apontaram para os mecanismos sociais que produziram a transformação dos comportamentos de atividade econômica das mulheres, evidenciando transformações profundas nos trabalhos e nas famílias bem como suas íntimas inter-relações, e enfatizando a necessidade de visualizar o todo (produção e reprodução).⁵ A própria categoria de trabalho foi questionada, pois as disciplinas científicas envolvidas (dentre elas a sociologia, a economia e a história) privilegiaram a atividade produtiva e assalariada, estudando de maneira predominante o emprego e não o

3 Blay (1978), Saffioti (1985), Souza-Lobo (2011), Bruschini (1994, 1998) são autoras fundamentais para se compreender a construção de pontes intelectuais profícuas entre os estudos de gênero e os estudos do trabalho no Brasil no período apontado. Um relato interessante da estruturação do campo de reflexão sobre estes estudos no país pode ser consultado em Castro e Lavinas (1992).

4 Kergoat, Picot e Lada (2009) diferenciam profissão e ocupação: a sociologia das profissões de raízes anglo-saxônicas opõe as “verdadeiras profissões” às outras atividades de trabalho designadas como ocupações, pois as primeiras são dotadas de direitos específicos reconhecidos pelo Estado e por uma legislação específica que organiza sua formação de longa duração e controla seu exercício.

5 Saffioti (1992) alerta sobre a necessidade de entender a reprodução em sentido amplo, e não apenas restrita à instituição familiar e de caráter privado. Não se trata apenas da reprodução biológica, mas também da social na qual participam outras instituições para além da família.

trabalho (ver BORDERÍAS; CARRASCO, 1994; HIRATA, 2002; HIRATA; ZARIFIAN, 2009).⁶

Gradativamente, o foco das análises foi mudando, e se inicialmente estava dado pelo enfoque da segregação horizontal e vertical dos mercados de trabalho, a ênfase passou progressivamente a estar colocada na especificidade e revalorização das experiências de trabalho produtivo e reprodutivo realizadas pelas mulheres. Alguns estudos estabeleceram relações entre as qualificações, práticas e valores femininos nos âmbitos familiar e profissional; outros focalizaram o olhar nas contradições e ambivalências vivenciadas pelas mulheres com base na dupla presença.⁷ Ficou claro que não era possível compreender as características da presença e a ausência femininas nos mercados de trabalho sem entender a responsabilização das mulheres pelas atividades produtivas (BORDERÍAS; CARRASCO, 1994; TORNS, 2003).

A feminização do assalariamento ganhou destaque nas pesquisas, pois foi uma das maiores mutações sociais da segunda metade do século XX: em poucas décadas e a despeito da crise do emprego, elas se tornaram quase a metade do mundo do trabalho remunerado (MARUANI, 2009). O aumento quantitativo da “condição salarial” – termo acunhado por Castel (2010) – foi mais rápido e mais importante para as mulheres do que para os homens, acompanhado de algumas mudanças qualitativas no tipo de inserção das mulheres nos mercados de trabalho. A feminização do assalariamento, em parte decorrência da transformação das famílias e também da reestruturação produtiva e da transformação dos paradigmas tecnológicos – que eliminaram antigas barreiras ao ingresso das mulheres aos mercados de trabalho – teve consequências importantes em termos da cidadania e da seguridade social para as mulheres.

A outra mutação importante foi a emergência de uma nova tendência: a estabilidade no mercado de trabalho e nas trajetórias profissionais/

6 Adotamos a diferenciação comentada por Maruani (2009), que distingue trabalho (atividade de produção de bens e serviços) de emprego (modalidades de entrada e saída do mercado de trabalho). O emprego é um dos elementos estruturantes do funcionamento das sociedades atuais, pois ter emprego significa ter trabalho, aceder a um salário e ter um espaço na sociedade.

7 O conceito de “doble presencia” (dupla presença) foi utilizado pela primeira vez em 1978, pela socióloga italiana Laura Balbo. A dupla presença significa grande dificuldade enfrentada pelas mulheres, pois são responsabilizadas duplamente: na família e no trabalho. Implica na dupla ausência também, pois provoca a sensação de estarem sempre em dívida com os dois ambientes (familiar e laboral), conduzindo ao estresse e outras doenças. Consultar Carrasquer Oto (2009).

ocupacionais das mulheres, que no presente acumulam de maneira contínua uma atividade profissional e a vida familiar. A maioria das mulheres atualmente não para de trabalhar quando vêm os filhos, não há uma pronunciada descontinuidade da trajetória profissional, mesmo que o custo pessoal e familiar seja muito alto. Assim, a maioria das trabalhadoras não responde mais ao antigo perfil de participação das mulheres nos mercados de trabalho, detectado pelos primeiros estudos feministas de sociologia do trabalho (p.ex., WAINERMAN; GELDSTEIN, 1989; 1990 para Argentina; BRUSCHINI, 1994; 1998 para Brasil). Entretanto, antes e agora, diversos grupos de mulheres participam de maneiras diferenciadas nos mercados de trabalho e nos afazeres domésticos, sendo particularmente sensíveis aos condicionantes familiares as mulheres chefas de família (atualmente quase 35% das famílias são chefiadas por mulheres, ver BANDEIRA et al., 2009).

Como destaca Maruani (2009), paradoxalmente essas transformações pouco afetaram e, em alguns casos, até aumentaram a hierarquia das desigualdades profissionais e ocupacionais em termos de remunerações, condições de trabalho, prestígio e outras qualidades dos empregos. Isso porque não alteraram em profundidade as representações sobre o emprego feminino ou a própria divisão sexual do trabalho doméstico. Inúmeros estudos corroboram a afirmação anterior. Ao dizer de Hirata e Kergoat (2007): tudo muda, mas nada muda!

Por exemplo, Abramo (2007) resume as principais tendências positivas e negativas dos mercados de trabalho latino-americanos. A autora explora a hipótese de que a ideia das mulheres como força de trabalho secundária, mesmo sendo desmentida pelos dados empíricos sobre a participação das mulheres, estrutura o imaginário dos empresários e dos agentes políticos, determinando a discriminação de gênero nos mercados de trabalho.

Bruschini e Lombardi (2000; 2007) analisam o mercado de trabalho brasileiro, destacando a constituição de dois polos opostos de atividade (bipolaridade): ocupações de má qualidade (em guetos femininos como o emprego doméstico) e boas ocupações (em áreas profissionais prestigiosas masculinas como a Engenharia, Arquitetura, Medicina e Direito), mas a persistência de ganhos femininos inferiores aos masculinos independentemente de setor de atividade econômica, número de horas trabalhadas, número de anos de estudo, posição na ocupação, confirmando o diferente valor atribuído socialmente aos trabalhos de homens e mulheres. Inclusive Cappellin (2008) aponta que a brecha salarial entre mulheres e

homens com diploma universitário seria maior do que entre os trabalhadores e trabalhadoras menos escolarizadas (56% e 81% respectivamente, com base na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego, e para o ano de 2005).

Finalmente, Rizek e Leite (1998), estudando o contexto fabril, afirmam que o crescente lugar ocupado pelo trabalho feminino nos processos de reestruturação produtiva significou três movimentos paralelos e articulados: a (re)construção de mecanismos de confinamento das mulheres ao doméstico, a identificação do uso das sensibilidades corporais como trabalho feminino naturalizado e conseqüentemente desqualificado, e, finalmente, a estruturação de um simbólico feminino dócil e conciliador do privado e do público. Como afirmam as autoras, desigualdades importantes e suas formas de legitimação se reforçam e/ou recriam no contexto da reestruturação produtiva.

A ambigüidade das transformações na inserção das mulheres nos mercados de trabalho foi ressaltada desde o próprio título da obra por Maruani e Hirata (2003): *As novas fronteiras da desigualdade*. Também foi uma constante na análise desenvolvida durante o seminário “Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios”, realizado em Campinas em 1998 (e relatado por ROCHA, 2000). Há novidade sim, mas também há permanência de fronteiras que impedem a igualdade de gênero no mundo do trabalho (produtivo e reprodutivo). O principal problema reside na constituição da dupla presença (ou ausência) no trabalho no caso das mulheres, pois se elas ingressaram de maneira contundente nos mercados de trabalho, as tarefas de reprodução doméstica continuam sendo uma atribuição quase que exclusivamente feminina (o anjo do lar quase sempre é uma “anja!”).

Por exemplo, para o contexto brasileiro: em 2009, a taxa de participação dos homens atingia o 72,3%, e a das mulheres era de 52,7%. Entretanto, apenas 49,1% dos homens declararam cuidar destes afazeres, enquanto 88,2% das mulheres o fizeram (DIEESE, 2011, Tabela 6). O tempo médio dedicado aos afazeres domésticos em 2009 foi de 21,6 horas semanais entre as mulheres ocupadas, e de 9,5 horas semanais entre os homens ocupados (Ibidem, Tabela 85). Os dados de outras fontes, mesmo diferentes porque a metodologia de coleta e processamento da informação diferem, corroboram as mesmas tendências apontadas (ver IPEA, 2011; BANDEIRA et al., 2009). Observe-se, ainda, que *surveys* específicos indicam uma distância

considerável entre a declaração de realização e sua efetiva realização (ARAÚJO; SCALON, 2005).⁸

Se o conteúdo da legislação anterior a 1988 estava baseado em princípios como a fragilidade feminina, a defesa da moralidade, a proteção à prole e a exaltação da família, é importante registrar as conquistas das mulheres com a sanção da Constituição de 1988 – especialmente o art. 7 do Capítulo II (Dos Direitos Sociais) (ver BRUSCHINI, 1994). Conforme Rodrigues e Cortes (2010), no período 1988-2010 houve aprovação de 42 novas normativas que dizem respeito aos direitos das trabalhadoras, algumas com interfaces com as áreas de saúde, violência e direitos humanos. Essas normativas consolidaram mudanças quanto à divisão sexual do trabalho no Brasil. As autoras consideram quatro grandes vertentes da legislação: a que suspende a discriminação ou as condicionalidades de segmentos específicos dos trabalhadores (13 leis); a que protege os direitos de determinados segmentos específicos (22 leis); a que promove a ampliação de direitos anteriormente adquiridos (2 leis) e a promotora da flexibilização (5 leis).⁹

Pode ser observada a predominância das duas primeiras vertentes legislativas, que dizem apenas respeito a grupos de trabalhadoras formais em segmentos específicos, contando com menos resistências para serem aprovadas. Já no caso das duas últimas vertentes Rodrigues e Cortes (2010) apontam confrontos entre diferentes perspectivas político-ideológicas, pois tratam diretamente dos interesses encontrados do capital e do trabalho: contrato temporário, estatuto nacional da microempresa, trabalho aos domingos e feriados, entre outras questões. Reconhecendo os pontos positivos das últimas décadas em matéria de legislação, há também algumas questões críticas apontadas no balanço realizado pelas autoras e publicado pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM): falta de fiscalização no cumprimento da legislação aprovada, tratamento do trabalho como um todo (produtivo e reprodutivo) e valorização da noção de função social da maternidade/paternidade (com o apoio da sociedade e do Estado).

As transformações na inserção das mulheres nos mercados de trabalho são muito significativas, porém não alteraram de maneira expressiva o tipo

8 Estudiosas espanholas como Durán (1988; 2010) e Torns et al. (2006) pesquisaram e propuseram modificações sobre a contabilidade do tempo de trabalho. No Brasil, desde 2001 a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE investiga o número de horas na execução de afazeres domésticos dispendidos por homens e mulheres. Como é possível atualmente estimar o valor deste trabalho reprodutivo: o PIB brasileiro de 2008 aumentaria 10,3% com ele (ver BANDEIRA et al., 2009).

9 A questão das negociações coletivas por categorias específicas foi estudada por Vera Soares (1998b), Dieese (2003) e Abramo e Rangel (2005).

de carreira profissional ou ocupacional, pautado geralmente pelo modelo do profissional masculino ou, dito em outros termos, pelas possibilidades concretas dos homens no exercício das respectivas profissões ou ocupações (YANNOULAS, 2001; 2003). Além disso, o trabalho da reprodução humana continua sendo invisível e fundamentalmente desenvolvido pelas mulheres, o que preserva o modelo profissional masculino (“livre” dos afazeres da reprodução, “ajudante” na melhor das hipóteses) e mantém, com altíssimo custo para as mulheres, um modelo doméstico feminino (“conciliador”, dividido e subjugado entre as múltiplas jornadas de trabalho) (ver TORNS et al., 2006; DURÁN, 2010).

Feminização e femilização

Como Mr. Brimley Johnson nota várias vezes, a escrita de uma mulher é sempre feminina; não pode deixar de ser feminina; nos melhores casos, é extremamente feminina: o único problema é definir o que queremos dizer com 'feminina'. Ele se mostra sensato não só ao apresentar inúmeras sugestões, mas também ao aceitar o fato, por desconcertante que seja, de que as mulheres podem variar. (...) Ninguém há de concordar com essas tentativas de definição sem querer tirar ou acrescentar alguma coisa a elas, e, no entanto, ninguém há de admitir que possa se enganar e tomar um romance de autoria masculina como se fosse de uma mulher.

(Virginia Wolf)¹⁰

Postulamos a existência de dois significados diferentes de feminização das profissões, observáveis com estratégias metodológicas diferentes (ver YANNOULAS, 1996a; 2011):

- a) Significado quantitativo (feminilização): refere-se ao aumento de mulheres (pessoas de sexo feminino) na composição da mão de obra em uma determinada ocupação ou profissão.
- b) Significado qualitativo (feminização propriamente dita): refere-se às transformações num determinado tipo de ocupação ou profissão, vinculadas às práticas sociais e simbólicas

10 WOLF, Virginia. Mulheres Romancistas in: *Profissões para Mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre/RS: L&PM, 2012, p. 29-30.

(ver BANDEIRA, 1997), predominantes na época ou na cultura especificamente analisadas, e que rebatem numa mudança no significado da profissão ou ocupação.

Quatro observações adicionais se fazem necessárias:

- 1) O segundo significado (feminização) inclui e expande o primeiro significado, sendo ambos diferentes, porém, complementares. O segundo alude a uma compreensão mais ampla e sofisticada dos processos de incorporação de mulheres em uma determinada profissão ou ocupação, porque além de descrever a entrada delas no campo profissional ou ocupacional (feminilização), tenta explicar as razões que permitiram essa entrada e os impactos em consequência da mesma.
- 2) Inclusive na literatura especializada, a palavra feminização é utilizada sem ser definida especificamente, ou seja: a feminização é usualmente naturalizada, até mesmo nos estudos feministas. Poucos estudos apresentam uma reflexão em torno da definição do processo de feminização para além da alusão ao número expressivo de mulheres no exercício de uma categoria profissional específica (ver YANNOULAS, 1996a; 2011; CARVALHO, 1999; TAMBARA, 2002; VIANNA, 2001; WERLE, 2005).
- 3) Alguns poucos estudos realizam a diferenciação explícita entre os dois processos (quantitativo e qualitativo), porém utilizando os termos exatamente ao contrário (ver TAMBARA, 2002; MOLINIER; WELZER-LANG, 2009). O fundamento para essa compreensão diferenciada estaria nas características psicológicas exigidas para o desempenho das atividades em pauta.
- 4) Conforme citação inicial de Virginia Wolf, o qualitativo da feminização é historicamente mutável e também varia dependendo do sujeito da definição. De alguma maneira: os trabalhos são considerados femininos quando realizados por mulheres, e, na sua definição, recuperam características enunciadas em determinada época como de domínio das mulheres (ver YANNOULAS, 1996a; CARVALHO, 1999). Voltaremos a esse assunto.

Não há uma avaliação homogênea sobre os significados e sentidos dos processos de feminização. Algumas especialistas lhe outorgam um

caráter subversivo, no sentido do desregramento do sistema social. Outras a consideram uma vitória das mulheres na luta pela igualdade (em direitos e em número) quando se verifica entrada massiva delas num grupo profissional. Finalmente, há quem interprete o processo de feminização nos seus aspectos negativos, referidos à desvalorização e perda de prestígio associadas à feminização de uma profissão ou ocupação (ver KERGOAT; PICOT; LADA, 2009). Nos nossos levantamentos, encontramos predomínio da terceira posição, aquela com destaque para as consequências negativas dos processos de feminização das profissões e ocupações (ver COSTA neste livro *Trabalhadoras*).

As especialistas constataram que existe uma intensa relação entre o acesso massivo de mulheres em uma determinada profissão ou ocupação (feminilização, contabilidade de pessoas de sexo feminino ou fêmeas) e a progressiva transformação qualitativa da mesma (feminização, caracterização e tipificação de uma ocupação ou profissão). Com o ingresso massivo de mulheres, diminuem as remunerações, a qualificação profissional sofre um processo de desqualificação, e a atividade perde prestígio social. Além disso, quando as profissões e ocupações se feminilizam, passam a ser entendidas como extensão no espaço público da função privada de reprodução social. Assim, ao analisar a mudança na existência objetiva de uma profissão ou ocupação (feminilização), é necessário questionar como e por que aconteceu a mudança (feminização de atributos, características descritivas que determinam e regulam o exercício da profissão ou ocupação), e verificar o impacto qualitativo dessa feminilização para o conjunto do mercado de trabalho e na própria profissão, bem como suas consequências para a realização do trabalho doméstico.¹¹

Le Feuvre (2008) aponta que as pesquisas sobre feminização de ocupações e profissões chamam a atenção para os avanços das mulheres nas últimas duas décadas, mas não necessariamente apontam para o caráter ambíguo e contraditório dessa penetração, particularmente pelos postos específicos que elas ocupam na hierarquia profissional interna. A maioria desses estudos mostra a chegada progressiva das mulheres

11 Segundo Heinen (2009) as políticas sociais ganharam um impulso especial com a feminização do emprego e a atividade remunerada continua das mulheres, através do desenvolvimento de instituições socializadas destinadas aos cuidados (creches, pré-escolas, residências para idosos, estabelecimentos para o cuidado de deficientes, entre outras). Sobre os cuidados na política social brasileira atual, ver Marcondes (2012; 2013). Sobre os cuidados e a educação infantil, ver Carvalho (1999; 2011) e Sayão (2005).

nos “antigos bastiões masculinos” e sustentam o postulado, mais ou menos explicitamente, segundo o qual o caráter quantitativamente misto dessas profissões constitui um indicador empírico confiável do nível de igualdade atingido.

Para Le Feuvre (2008), o custo da transgressão pago pelas mulheres que ingressam em territórios profissionais femininos ou masculinos não é idêntico, e esse custo também varia segundo a cultura analisada (no caso, comparação entre França e Grã-Bretanha). O ingresso em territórios masculinos está caracterizado pelo alinhamento das mulheres à norma masculina, isto é, pela aproximação das profissionais à disponibilidade permanente e pelo distanciamento das mesmas da sua “destinação prioritária” à esfera doméstica e às atividades de cuidado.

Trabalho docente feminizado

Então, quando comecei a escrever, eram pouquíssimos os obstáculos concretos em meu caminho. Escrever era uma atividade respeitável e inofensiva. O riscar da caneta não perturbava a paz do lar. Não se retirava nada do orçamento familiar. (...) claro que foi por causa do preço baixo do papel que as mulheres deram certo como escritoras, antes de dar certo nas outras profissões.

(Virginia Wolf)¹²

O conteúdo da legislação laboral aprovada na virada do século XIX para o XX expressou ideias específicas sobre as mulheres, suas características espirituais, emocionais e físicas, e contribuiu para a determinação de funções específicas nas atividades de produção e reprodução (YANNOULAS, 1993; 1996a; 1996b).¹³ Essas ideias foram historicamente construídas, demarcadas por aspectos emocionais e biológicos e associadas às tarefas de reprodução, contribuindo para a determinação de funções específicas na sociedade. O trabalho feminino remunerado (em particular, o fabril) era considerado danoso para a saúde biológico-reprodutiva das mulheres (o que se compreende quando pensamos nas condições de trabalho nas fábricas da época e no trabalho domiciliar para unidades de produção). O trabalho

12 WOLF, Virginia. *Profissões para Mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre/RS: L&PM, 2012, p. 10.

13 Para uma descrição da configuração das relações de gênero na virada do século, ver para Europa e USA, Anderson; Zinsser (1992) e Duby; Perrot (1991-1993); para Argentina, ver Gil Lozano, Pita, Ini (2000); para o Brasil, Del Priore (2004).

feminino fabril era considerado prejudicial para as famílias e nações, pois a família dependia do cuidado das mulheres. Sua participação nos mercados de trabalho foi tolerada (como desgraça inevitável para as mulheres pobres), porém desaconselhada e muito controlada, pois sua principal função era a maternidade e a preservação do novo núcleo familiar.¹⁴

Entretanto, por meio de processos mais sutis, algumas profissões e ocupações foram oferecidas para as mulheres como alternativas possíveis no espaço público urbano, especialmente aquelas vinculadas à reprodução social. Por exemplo, os estudos normalistas e o exercício do magistério pelas mulheres se configuraram como uma grande exceção na América Latina: não apenas foi tolerado para que os desempenhassem como professoras, mas promovidos explicitamente pelas autoridades públicas (MORGAGE, 1992; 1997; YANNOULAS, 1996a) e pelas teorias pedagógicas da época (CARVALHO, 1999).

Durante a elaboração da tese de doutorado sobre feminização do magistério na América Latina fomos fortemente inspiradas pelos pioneiros trabalhos de Capalbo, Canda (1982), Morgade (1992) e Fernández (1992) na Argentina, e de Gouveia (1970), Novaes (1984), Nunes (1985), Louro (1987) e Reis (1993), no Brasil. Esses trabalhos traçaram um percurso muito frutífero quanto à problematização dos processos de feminização do magistério, posicionando-se no campo dos estudos da mulher e posteriormente dos estudos de gênero, abrindo as portas para interpretações que lançavam mão de diversidade de disciplinas científicas (Sociologia, Pedagogia, Psicologia, Ciência Política, Economia, entre outras) para entender as causas e não apenas constatar o aumento numérico da participação feminina na composição da profissão. Então como hoje, e conforme constatado durante a apresentação dos resultados da nossa pesquisa em diversos eventos de cunho acadêmico não feminista, as pesquisas sobre trabalho docente raramente utilizam o referencial analítico dos estudos de gênero, e mormente se localizam apenas na leitura dos estudos do trabalho, ou ainda dos estudos pedagógicos.

Morgade (1992 e 1997) destaca que a feminização da profissão docente marcou um importante momento na história das mulheres latino-americanas. Há outras profissões que se feminizaram, mas apenas o magistério foi tão

14 Cappellin (2004) apresenta o desenvolvimento histórico dos embates de valores em torno da igualdade de oportunidades e de remuneração para as mulheres, surgidos no século XIX. A autora destaca a dificuldade na assimilação desse princípio nas relações contratuais e de trabalho, apontando a persistência da desigualdade de tratamento e de oportunidades nos mercados de trabalho.

importante desde o ponto de vista simbólico e político: os Estados nacionais latino-americanos, recém-constituídos, depositaram nas mãos do corpo docente feminino a tarefa de difundir os fundamentos da nova identidade nacional. Na dissertação de mestrado, Morgade (1992) diferencia duas maneiras ou tipos de feminização do magistério: uma remete a um processo prolongado e sutil (exemplificado pela autora com países como Canadá, Estados Unidos, Reino Unido) e outra considera a relação direta estabelecida entre a incorporação de mulheres no corpo docente e o estabelecimento da obrigatoriedade escolar e a universalização da escola de 1º grau (Argentina).

Os estudos de Yannoulas (1996a) comprovaram parcialmente e reorganizaram essa classificação. De um lado, França e Alemanha constituem exemplos de outra ordem do primeiro tipo, já que a feminização do magistério foi tardia, porém não foi um processo sutil e sim atrelado à saída dos homens das escolas por causa das guerras mundiais: França feminiza o corpo docente entre as guerras mundiais, e Alemanha depois da segunda guerra mundial. De outro lado, a história do magistério nos Estados Unidos e no Brasil apoiaria o segundo tipo apontado por Morgade (1992), no sentido de “educar o soberano”, sem necessariamente corresponder à força da construção da nação observada na Argentina devido ao peso da tendência descentralizadora no Brasil.

Assim, nós (re)classificamos os tipos de processo de feminização do magistério da seguinte maneira (YANNOULAS, 1996a):¹⁵

- 1) Processo basicamente conflitivo: quando a obrigatoriedade escolar, a profissionalização da tarefa de educar e a formação de um corpo docente (masculino) antecederam o processo de feminização. A exigência de celibato apenas para as mulheres constituiu uma das chaves mestras para impedir a permanência delas no magistério; a inserção apenas em escolas de meninas foi outra daquelas chaves. Nesses casos, o processo de feminização do magistério aconteceu mais tardiamente, associado à saída dos homens da profissão por causas externas como as grandes guerras na Europa e também aos

15 Sobre o processo histórico de feminização da profissão docente nos Estados Unidos, ver Apple (1989). Sobre as modificações na profissão docente na Europa, ver Jacobi (1990), Lagrave (1993), Acker (1995) e Garcia (2008). Sobre as modificações na profissão docente na Argentina, ver Capalbo; Canda (1982), Morgade (1992; 1997; 2007); Yannoulas (1992; 1996a); e Di Liscia; Maristany (1997). Sobre as modificações na profissão docente no Brasil, ver Novaes (1984); Reis (1993); Yannoulas (1992; 1996a); Hypolito (2012), Louro (1997 e 2004). Sobre feminização, proletarização e sindicalismo docente ver Hypolito (2012); Vianna (1999; 2001); e Ferreira (2004; 2008).

processos gradativos de instauração da educação mista entre as crianças pequenas (ensino de meninos e meninas conjuntamente), para a qual se dava preferência às professoras.¹⁶ Nos países europeus, a construção dos sistemas escolares aconteceu com a exclusão material e simbólica das mulheres, em uma concepção pedagógica que não autorizava a inclusão de características femininas e apelava à força dos castigos físicos e à disciplina como técnicas fundamentais para o ensino-aprendizagem;

- 2) Processo sem conflitos: quando a obrigatoriedade escolar, a profissionalização da tarefa educativa e a formação do corpo docente (feminino) aconteceram em paralelo ou incluso, posteriormente, à criação de instituições específicas para a formação docente. A necessidade de expandir o ensino das primeiras letras e de repassar os valores cívicos em contexto de recursos escassos foi a chave mestra que permitiu criar consenso em torno do acesso massivo de mulheres ao magistério na América Latina pós-colonial, inclusive em alguns casos, pensou-se a profissão para as órfãs, como educação profissional para as jovens que não possuíam dependência financeira de homem algum (pai ou marido).¹⁷ Nesses casos, o processo de feminização foi mais rápido e estimulado, porém controlado por autoridades públicas masculinas (supervisores, professores de escolas normais, ministros de educação, conselheiros de educação, entre outros).

Nos processos de feminização sem conflitos aparentes, as mulheres não precisaram batalhar ou esperar a saída dos homens do magistério. Elas foram chamadas a participar ativamente dos processos de construção das bases dos sistemas educacionais em países nos quais o peso da tradição de

16 Fortino (2009) traz interessante definição de coeducação e sua diferenciação com a educação mista, questionando a falta de transformações sociais como efeito ou resultado da coeducação, no sentido de uma maior inserção igualitária das mulheres e dos homens em espaços profissionais e ocupacionais. Seguindo a Fortino, os estudos sobre coexistência dos sexos integram essa noção aos processos históricos de mudanças na divisão sexual do trabalho. A autora ressalta que a coexistência dos sexos denota também um processo que indica a passagem de um espaço social sexualmente segregado para outro que registra a coexistência.

17 Sobre a relação entre orfandade, caridade e origens da feminização da docência, ver Luiggi (1959); Yannoulas (1996a); e Werle (2005). Werle visualiza no fato das órfãs que buscavam profissionalização ao sair do asilo ocuparem as vagas remanescentes nos primórdios da escola normal no Rio Grande do Sul, um possível fundamento para os baixos salários docentes: as professoras assim formadas marcadas pela gratidão e a dívida para com a sociedade, retribuía os favores recebidos ministrando ensino nas escolas públicas.

magistério masculino não existia e estava presente o desejo de expandir a população incluída na instituição escolar (novas classes sociais ou grupos étnicos participando da escola).

Segundo Yannoulas (1996a) e Hahner (2011), a expansão da educação feminina e a implementação da coeducação sob influência do positivismo educativo foi também determinante para a decisiva incorporação das mulheres nas escolas normais de final do século XIX, pois era mais aceitável que as mulheres – consideradas inferiores nos seus dotes intelectuais, porém superiores nos seus dotes morais – ficassem responsáveis por crianças de ambos os sexos. Destarte, não seria o conteúdo da educação formal republicana e sim a idade, o sexo e o volume dos potenciais sujeitos a ser inseridos no sistema o elemento constitutivo do processo de feminização sem resistências aparentes.

De outro lado, é importante reter a distinção analítica realizada antecipadamente por Saffioti (1969) e Gouveia (1970), quanto à feminização da matrícula nas escolas normais e a feminização no exercício efetivo do magistério, pois em muitos casos as moças de classes abastadas matriculavam-se nas escolas normais por ser a única opção de continuidade dos estudos ou pelo interesse de obter qualificação para o exercício das tarefas reprodutivas, sem por isso pretender o exercício profissional. Jacobi (1990) coloca que a luta feminista travada na Alemanha para ter acesso ao exercício da profissão docente foi propriamente uma ação estratégica, com dois objetivos básicos: ampliar os estudos (pois a universidade era vedada para as mulheres) e ter uma profissão.

Para além da constituição e consolidação dos Estados nacionais, a mudança na composição sexual do magistério deve ser compreendida no conjunto de fatores associados à crescente urbanização e industrialização. Carvalho (1999) realiza esse movimento e interpreta a feminização da docência como interpenetração entre espaço público e privado, entre educar e cuidar. Para ela, a feminização do magistério está atrelada ao estabelecimento de características do gênero feminino para a profissão, em processos articulados, porém não necessariamente automáticos ou simultâneos, que levam a perceber a escola como extensão do espaço privado familiar:

Quanto mais a escola primária é pensada como instância formadora de caracteres e vontades, em que a transmissão de saberes se subordina a um desenvolvimento harmonioso de personalidades integrais, através de uma disciplina obtida pela persuasão e o amor, mais do que pela razão e a autoridade; quanto mais o trabalho

docente com crianças é idealizado como não intelectual, enfatizando suas dimensões relacional e afetiva, mais se aproximam as imagens da escola primária e seu trabalho docente das características tidas como femininas (p. 71).

Novaes (1984), Yannoulas (1996a), Hypolito (2012) e Louro (2004) indicam que o processo de feminização também poderia ser compreendido como o resultado da maior especificação, especialização, burocratização e controle sobre o exercício do magistério/processo de trabalho, determinando cada vez mais os conteúdos, níveis de ensino, regulamentos escolares e normas disciplinares, exigências para o exercício profissional, uniformes, horários, espaços escolares, livros didáticos, salários. De certa forma, os autores relatam um processo de perda de autonomia profissional, que se articula de maneira complexa com a feminização entre outros fatores da história da profissão.

Vale a pena registrar uma ressalva importante sobre o processo que denominamos “sem conflitos aparentes”. Yannoulas (1996a) aponta que o processo de feminização do magistério não foi isento de problemas, mesmo nos países onde o nível de conflito foi muito baixo. Apenas as saias começaram a transitar pelos corredores das escolas normais provocaram variadas comoções: algumas das professoras foram denominadas “mulher-homem”, foram inventadas e mantidas (com altos custos) diversas maneiras de evitar e/ou controlar o contato entre alunos e alunas (entradas diferentes, turnos diferentes, andares diferentes, fileiras de bancos diferentes, banheiros diferentes é claro!, salas de espera para acompanhantes das moças, entre outros dispositivos de controle). As fontes primárias localizadas indicam que formandos e formandas se confrontavam em espaços comuns, ou se ignoravam de tal maneira que, sendo da mesma turma, apenas se conheciam no dia da formatura.

Vários textos da história da educação brasileira, que diziam respeito ao conteúdo da educação formal, mostram a existência de debates sobre a capacidade das mulheres para assumirem essa profissão (ver CARVALHO, 1999; NASCIMENTO, 2011). Isso significou, por exemplo, que, por longo tempo, as mulheres ficaram restritas à educação de crianças pequenas e não eram consideradas capazes de transmitir conteúdos mais sofisticados como os contidos nos níveis mais altos de ensino, que permaneceram não só ocupados majoritariamente por professores homens como plenos de significados sexistas.

Por sua vez, Vianna (2001, e também em capítulo neste livro *Trabalhadoras*) enfatiza, que o processo de feminização do magistério no Brasil vem intrinsecamente ligado à pressão por ampliar o acesso gratuito à educação, feita sob a égide de um Estado que não garante nem igualdade de condições de trabalho nem de salários, e o faz com base na defesa de que mulheres seriam vocacionadas para tal – na linha da qualificação tácita ou não reconhecida como tal mencionada por Carvalho (1996; 1999), Hirata (2002) e Kergoat, Picot e Lada (2009).

Finalmente, cabe destacar com Carvalho (1999) que os estudos sobre trabalho docente, a despeito da produção científica sobre a feminização da docência e sobre a importância de considerar as relações de gênero nos espaços educacionais, não parecem acolher a perspectiva de gênero, sendo o trabalho docente interpretado como profissão neutra. A pesquisadora destaca a negatividade com que a feminização do magistério é interpretada nos poucos estudos que registram a composição sexual da categoria, pois o fazem de maneira preconceituosa, considerando o modelo de trabalho assalariado masculino como universal e inquestionável. O modelo de trabalho assalariado feminino é observado como uma especificidade sobredeterminada por características não profissionais ou domésticas. Mas o fato da escola ser uma instância social em que doméstico e público se articulam e a maneira afetiva e personalizada de ser profissional das professoras poderiam ser entendidos como um antídoto contra a despersonalização e a alienação vigentes no mercado de trabalho, ou uma estratégia de autovalorização profissional por meio do reconhecimento pelas comunidades onde desempenham seu trabalho.

Feminização na literatura recente¹⁸

Mesmo quando o caminho está nominalmente aberto – quando nada impede que uma mulher seja médica, advogada, funcionária pública –, são muitos, imagino eu, os fantasmas e obstáculos. Penso que é muito bom e importante discuti-los e defini-los, pois só assim é

18 Agradecemos a colaboração de Amanda Fontenelli Costa, aluna de graduação em Serviço Social, na coleta e sistematização preliminar das informações *on-line* que subsidiaram esse tópico (ver COSTA, 2012). A análise destes dados foi elaborada por Anabelle Carrilho e incluída nas conclusões do livro *Trabalhadoras*. No presente tópico abordaremos exclusivamente a questão da definição dos processos de feminização.

possível dividir o trabalho, resolver as dificuldades. Mas, além disso, também é necessário discutir as metas e os fins pelos quais lutamos, pelos quais combatemos esses obstáculos tremendos. Não podemos achar que essas metas estão dadas; precisam ser questionadas e examinadas constantemente.

(Virginia Wolf)¹⁹

No presente tópico, apresentamos as variantes na definição de feminização, conforme utilizadas por especialistas que a analisaram em outras profissões e ocupações, diferentes do magistério no ensino fundamental.

A literatura feminista aponta para os efeitos ambíguos dos processos de feminização, expressando simultaneamente elementos de resistência e de submissão à divisão sexual do trabalho historicamente constituída. Se, de um lado, os processos de feminização possibilitariam a incorporação das mulheres ao espaço público, ao emprego e à sua emancipação econômica, de outro esses processos acontecem junto com a racionalização do processo de trabalho em um contexto de profundas mudanças tecnológicas – nas relações de trabalho e nos mercados de trabalho – levando a uma acentuada precarização e somando-se à sobrecarga de trabalho pela dupla presença (ver SEGNINI, 1998; ABRAMO; ABREU, 1998; NOGUEIRA, 2004; 2006; DIAS, 2010; YANNOULAS, 2011).

Marly Dias elaborou tese doutoral sobre a feminização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva brasileira numa área específica: a saúde (ver também capítulo de Dias neste livro *Trabalhadoras*). Conforme Dias (2010), a reflexão sobre o tema é recente no campo dos estudos do trabalho, e usualmente está orientada a descrever a elevada proporção de mulheres em processos de produção capitalistas contemporâneos. Semanticamente, a palavra feminização é um substantivo que vem sendo utilizado para designar ato ou efeito de feminizar, dar feição feminina a algum aspecto da vida social. Não há uma definição do processo, mas sim fatores, elementos, hipóteses explicativas que auxiliam no entendimento das formas (diversificadas) de incorporação e de concentração das mulheres no universo do trabalho. Para a autora, o desafio seria o de ir além do enfoque quantitativo e refletir em que medida esses elementos estariam, de fato, redefinindo a posição feminina na esfera produtiva ou se não estariam configurando uma nova estratégia de exploração dessa força de trabalho, pois a participação aumenta,

19 WOLF, Virginia. *Profissões para Mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre-RS: L&PM, 2012, p. 18.

paralelamente, com a precarização e a intensificação do trabalho humano, e a informalização e a flexibilização das relações de trabalho.

O setor bancário, denominado em alguns países de “gueto rosa”, foi analisado por Segnini (1998), que apontou a intrínseca relação entre o desenvolvimento tecnológico, a reestruturação produtiva e a feminização. Segundo a autora, entre a década de 1930 e a de 1960 desenvolveu-se a racionalização do processo de trabalho com base na mecanização da atividade bancária, concomitantemente com uma incorporação incipiente das mulheres, dando suporte ao trabalho dos homens (mecnógrafas, telefonistas, faxineiras, auxiliares de escritório), desempenhando-se em postos laborais que demandavam menos qualificação formal e menor dedicação ou jornada de trabalho (recebendo menores salários também). Essa racionalização do processo de trabalho e a feminização das atividades laborativas assalariadas serão cada vez mais significativas a partir da década de 1960, com a automação bancária: o gradativo esvaziamento do saber do *métier* do bancário (desqualificação), o parcelamento das operações em tarefas simples (fragmentadas) e repetitivas (rotinizadas) que os sistemas informatizados demandam, e a instauração de um processo de trabalho flexível e renovadamente sexuado.²⁰

Analisando os dados coletados, Segnini (1998) reitera sua pergunta inicial: a feminização dos postos de trabalho no setor bancário constitui uma transformação na divisão sexual do trabalho, ou simplesmente um deslocamento das antigas formas, marcadas pela separação e hierarquização de postos e poder? Consiste uma vitória das mulheres ou apenas uma nova estratégia do capital para racionalizar o trabalho no contexto da reestruturação produtiva? E responde que a feminização expressa novos padrões de uso da força de trabalho, mas também e paralelamente novas relações de poder.

A intrínseca relação entre feminização e precarização no atual contexto produtivo, e o caráter contraditório desse processo também foi analisada por Nogueira (2004 e 2006). Recuperando a historicidade dos processos de segregação ocupacional horizontal pela ideia da construção social das

20 Hirata (2007) e Cattáneo e Hirata (2009) analisam as definições e dimensões do trabalho flexível, estudando os impactos nas relações sociais de gênero, e destacando que *a flexibilidade é sexuada*: a denominada flexibilidade interna é masculina (polivalência dos operários na fábrica, capacidade de rotação de tarefas), e a flexibilidade externa é feminina (subcontratação, contratos temporários, contratos de tempo parcial e outras formas de contrato de trabalho “atípicas”, as quais permitem variar o volume ou a duração do tempo de emprego).

atividades de trabalho, Nogueira aponta para a naturalização das noções de “trabalho feminino” e “profissão feminina”. Ela aponta as principais tendências quantitativas da feminização do trabalho na Europa e na América Latina em termos de aumento constante da participação de mulheres nos mercados de trabalho com a paralela persistência da segregação horizontal e vertical e a manutenção de desigualdade salarial (NOGUEIRA, 2004).

Em trabalho posterior, Nogueira (2006) se debruça na análise qualitativa do processo de feminização de um setor: o *telemarketing*, visto como exemplo da divisão sexual do trabalho na configuração do capitalismo contemporâneo, intensificando e precarizando o trabalho feminino. O exaustivo controle dos corpos, da voz, das emoções e do comportamento das teleoperadoras leva ao desenvolvimento de doenças típicas. O controle do tempo de trabalho visando o volume de serviços prestados e o aumento dos resultados, tal como acontece com as operadoras de caixa de supermercado analisadas por Soares (1998a), demonstra claramente o mecanismo de extração do sobretrabalho, fator imprescindível para a acumulação do capital. Nesse segundo trabalho, a autora ressalta com ênfase que a inserção acentuada de mulheres na força de trabalho feminina tem base na lógica de uma maior acumulação de valor, que o capital faz de maneira dupla: pela intensificação do trabalho remunerado das mulheres e pela manutenção do trabalho doméstico realizado predominantemente por elas.

Interessante notar que as profissões ditas “femininas”, com forte conotação moralista e higienista no século XIX (magistério, enfermagem, serviço social),²¹ foram e, por vezes, ainda são consideradas semiprofissões ou “profissões subalternas” pela sociologia do trabalho da década de 50 do século passado (ACKER, 1995).

Pela sua importância radical na análise da totalidade do trabalho social, ressaltamos que a questão da divisão sexual do cuidado e sua relação com as políticas educacionais e sociais, precisa ser mais bem explorada e já há alguns esforços nesse sentido (ver TEIXEIRA, 2010; CARVALHO, 1999;

21 Interessante notar que o serviço social é exercido predominantemente por mulheres e a grande maioria das beneficiárias ou público atendido por elas também o são (cfr. Dissertação defendida na Universidade Federal de Pernambuco, em 2004, CISNE, 2012), fato que, no lugar de colocar em evidência as relações de gênero historicamente implícitas em tal exercício profissional, parece escamoteá-las ainda mais. A autora destaca a necessidade de “(...) problematizar a marca feminina da profissão e do seu público usuário” (p. 17). A autora destaca o papel do humanismo cristão na configuração original da profissão, articulando expectativas, habilidades e qualidades atribuídas ao feminino e inserindo-se no campo das profissões destinadas ao cuidado do outro. O movimento da reconceitualização do Serviço Social, que na América Latina contestou o tradicionalismo profissional, permitirá sentar as bases para o desenvolvimento de uma perspectiva crítica.

2011; MARCONDES, 2012; 2013; ver também capítulos de TEIXEIRA; CERQUEIRA, de GOREN e de MARCONDES neste livro *Trabalhadoras*). Este é um debate bastante complicado nos estudos de gênero aplicados ao campo educacional, com profundas divergências entre as acadêmicas feministas que defendem o feminismo da diferença e a existência de escolas segregadas por sexo, e as feministas acadêmicas que postulam a construção social das relações de gênero e a necessidade de aprofundar na coeducação e na coexistência dos sexos.

Os enclaves de mulheres em territórios de homens

Em 1864, a Saturday Review expressou com toda a clareza o que os homens receavam quanto às mulheres e o que precisavam delas. A ideia de submeter jovens senhoritas a exames na universidade local 'é quase de tirar o fôlego', dizia o articulista. Se tivessem de ser examinadas, seria preciso providenciar que os examinadores fossem 'eruditos de idade avançada, e que as esposas presumivelmente idosas desses senhores idosos ocupassem 'uma posição de destaque na galeria'. Mesmo assim, seria 'quase impossível convencer o mundo de que uma bela mulher obteve suas honras de maneira justa'. Pois, escrevia o crítico, a verdade era que 'há um instinto masculino forte e inextirpável de que uma jovem culta ou mesmo talentosa é o monstro mais intolerável de toda a criação.

(Virginia Wolf)²²

Encontramos algumas produções que desvendam os problemas para a inserção de mulheres em territórios altamente masculinizados, que gostaríamos de denominar “enclaves”. Esta palavra provém do latim *inclavatus*, significando fechado. Em castelhano se utiliza para fazer referência a um grupo humano inserto em outro de características distintas: por exemplo, enclave curdo na Turquia. Um enclave de mulheres é um território cujas fronteiras geográficas ficam inteiramente dentro dos limites de outro (o de homens). A maioria desses processos de entrada incipiente de mulheres em territórios masculinos está associada à conquista de diplomas de educação superior habilitantes nessas áreas, sob o influxo equalizador do sistema educacional republicano e meritocrático. A reiteração dos problemas das mulheres nos territórios de homens quando comparamos aos existentes

22 WOLF, Virginia. Duas Mulheres in: *Profissões para Mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre-RS: L&PM, 2012, p. 58-59.

e já comentados problemas das mulheres em territórios já feminizados é realmente desalentadora, como confirmam os estudos sobre as mulheres na Física de Barbosa e Lima, sobre as mulheres na Matemática de Souza e Menezes, ou sobre as engenheiras de Lombardi (capítulos da primeira parte neste livro).

A enorme resistência do campo profissional à inserção de mulheres chamou a atenção de algumas pesquisadoras para a área das engenharias. Giles et al. (1994), Lombardi (2006; 2008, e também capítulo neste livro *Trabalhadoras*) e Costa (2011). O pioneiro estudo de Giles et al. (1994) alertou que a inserção das mulheres nos estudos universitários de Engenharia varia muito segundo a especialidade: Química para elas, Mecânica e Agronomia para eles. As estudantes argentinas de Engenharia na década de 1990, classificadas por Giles e coautoras em três categorias (tradicionais, intermediárias e inovadoras), como coletivo, tinham consciência da discriminação laboral que deveriam enfrentar no futuro imediato, e para um grupo delas essa situação claramente se colocava como um desafio (as denominadas inovadoras). Algumas não pretendiam exercer a profissão em planta, e se imaginavam trabalhando como professoras e pesquisadoras (as tradicionais), atividades adaptáveis ao projeto familiar. As intermediárias oscilavam entre o desafio e a conciliação.

Lombardi (2006) também aponta a especialização das mulheres em áreas específicas da Engenharia, destacando-se Química, Produção, Elétrica e Eletrônica. Depois dos estudos, há áreas especialmente resistentes à inserção feminina, como o segmento de obras da engenharia civil: os canteiros são definidos como ambientes abrutalhados, onde se faz trabalho pesado e sujo, e sem infraestrutura de alojamento e sanitários para elas. Outras áreas seriam convidativas à inserção das mulheres, como a Informática, pois são setores onde o aspecto relacional teria maior peso; ou a Química, especialmente nos setores da indústria química que se ocupam de artigos de toucador, higiene e beleza.

Lombardi (2008), em outro estudo, realiza uma exaustiva análise das maneiras de construir carreira das engenheiras. A indicação dos pares na trajetória profissional dos homens é muito importante, seja para integrar grupos de especialistas, seja para desempenhar cargos de responsabilidade. Eles disputam os cargos sem medo a se expor. As carreiras femininas não são lineares, registrando longos períodos de estagnação, e também mudanças devido à influência de algum homem excepcional que confiou nelas, mas elas interpretam essa confiança não em função dos méritos próprios, mas da

gentileza desses homens excepcionais. Por isso, elas precisam estar provando tudo o tempo todo. Lombardi (2008) aponta para estilos de inserção e de comando diferentes de homens e mulheres, um pouco menos tensos, um pouco mais próximos e calorosos com os subordinados. Essas gerentes e diretoras enfrentam duplo desafio: provar que podem comandar equipes (inclusive homens), e encontrar um jeito diferente de gerenciar, valorizando a diferença. Não podem deixar de cobrar produção dos subordinados, mas podem tornar o ambiente de trabalho mais amigável.

O estudo de Cyrino (2012) sobre as executivas demonstra a inalterabilidade da divisão sexual do trabalho doméstico com a notável persistência da execução ou minimamente da responsabilidade e gerenciamento do trabalho doméstico entre as mulheres executivas. Elas não mais realizam o trabalho doméstico braçal ou rotineiro, porém recrutam, selecionam e supervisionam os e as empregadas para os quais delegam essa atividade (jardineiros, eletricitas, cozinheiras, arrumadeiras, entre outros). Elaboram o cardápio, a lista das compras, organizam as festas e as finanças familiares, pois estas não seriam tarefas “delegáveis”. As executivas, situadas numa espécie de “fronteira simbólica”, são pioneiras em ocupar cargos exercidos anteriormente por homens de maneira quase exclusiva. Por isso são constantemente cobradas e expostas a interrogações inclusive de ordem moral e questionamentos sobre sua feminilidade. Nessa fronteira simbólica, as atividades reprodutivas não deixam de ser sua responsabilidade, em contraposição ao que acontece com os executivos, que são “liberados” da carga doméstica, pois a família como um todo embarca no projeto de carreira masculina.

Sardenberg (2004) e as pesquisadoras do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim) introduzem outra perspectiva, a das mulheres sem diploma universitário inseridas em territórios masculinos. Trazem o outro polo da relação com a indústria eletroeletrônica, não o das engenheiras no comando de um processo de trabalho e portadoras de diplomas de nível superior, mas o das denominadas “maquiladoras” ou montadoras, especialmente na indústria eletrônica, com destaque para as trabalhadoras fabris metalúrgicas. Um total de 1.144 ou 5% das mulheres metalúrgicas de Manaus, Fortaleza e Salvador foram entrevistadas, visando delas construir um perfil. A mão de obra feminina na linha de produção é contratada para realizar tarefas que requerem atributos ditos femininos: delicadeza, destreza, paciência. Seus direitos trabalhistas são constantemente violados, tais como falta de creches, intervalo para descanso, discriminação

racial, assédio sexual, entre outros levantados. Entretanto, a invisibilidade das mulheres e de suas necessidades práticas e de seus interesses estratégicos²³ são uma constante inclusive dentro do próprio sindicato.²⁴

Uma questão chave para analisar de que maneira acontece a entrada de mulheres em territórios masculinos está associada às políticas públicas específicas, conforme texto de Talita Oliveira, neste livro. Andrade (2008) aponta para sua utilização naturalizada e acrítica pelos gestores de políticas de emprego e renda, no caso específico da Política Nacional de Economia Solidária. Em sua dissertação de mestrado em Política Social, ela indica a necessidade de desenvolver instrumentos capazes de transversalizar a questão de gênero na linguagem inclusiva das políticas (“o enfoque de gênero somente pode ser percebido, de modo incipiente, na descrição do público-alvo”, ANDRADE, 2008, p. 153), e também para desvendar os sentidos e significados da economia solidária como espaço de mulheres.

Se não é raro ouvir de gestores que a economia solidária é feminina, os dados empíricos levantados pela autora não confirmam essa afirmação: não há maioria expressiva de mulheres trabalhando na área, pois no mapeamento que deu lugar à implantação do Sistema de Informações em Economia Solidária as mulheres eram apenas 36% das participantes nos empreendimentos econômicos solidários identificados (feminilização), e não há instrumentos específicos para consolidar uma posição igualitária das mulheres na área (sua feminização no sentido qualitativo, seria, p.ex., para ações afirmativas que transformassem a área em espaço “amigável” para as mulheres, considerando suas necessidades práticas e fundamentalmente seus interesses estratégicos).

O que Nós, as Mulheres, fazemos

No livro *Trabalhadoras* apostamos na densidade teórica e apelamos à empiria para tencionar os conceitos e desnaturalizar as categorias. As posições teóricas e as escolhas metodológicas anteriormente apontadas

23 Em artigo publicado em 1998, Molyneux (2003) caracterizou os interesses estratégicos de gênero por oposição às necessidades práticas. Os interesses estratégicos são aqueles derivados da crescente tomada de consciência das mulheres sobre as estruturas de domínio masculino e o imperativo de mudança da divisão sexual do trabalho. As necessidades práticas das mulheres decorrem da divisão sexual do trabalho tradicional, condições que possibilitam a realização das tarefas a elas socialmente atribuídas, tais como cuidar das crianças, idosos e doentes, manutenção das redes familiares, entre outras.

24 Sobre a complexa relação entre feminismo e sindicalismo no contexto brasileiro, ver Castro (1996), Vera Soares (1998b), Vianna (1999; 2001), Oliveira (1999) e Lima (2007).

por meio da utilização dos termos feminilização e feminização não são neutras, nem possuem apenas um valor heurístico ou especulativo: são também apostas políticas do feminismo (movimento feminista e feminismo acadêmico). Elas orientam escolhas políticas; o objetivo mais amplo é o de reconhecer e valorizar as mulheres e as características ditas femininas no mundo do trabalho, da ciência, da política, das relações sociais.

As reflexões expostas sobre os sentidos dos processos de feminização poderão contribuir para uma melhor compreensão das maneiras e perspectivas da participação das mulheres no mundo do trabalho, bem como para elucidar a polêmica em torno da feminização da pobreza e suas articulações com o desemprego – contestada, quantitativamente, pelos economistas e demógrafos; constatada qualitativa e politicamente pelas acadêmicas e ativistas feministas.²⁵ Assim, a polêmica sobre a feminização dos processos sociais não é apenas epistemológica, mas fundamentalmente política, pois coloca no centro da discussão a totalidade dos trabalhos realizados pelos seres humanos e a sociabilidade construída em torno deles.

Se pensarmos sobre “o que nós mulheres fazemos”, como uma especificação feminina do universal masculino, estaremos perante uma tautologia: tal profissão é de mulheres porque elas a exercem, e elas a exercem porque é feminina. Por exemplo, o argumento sobre a desvalorização profissional: elas exercem o magistério porque se desvalorizou, ou se desvalorizou porque elas o exercem?

Analisar a feminização de uma ocupação ou profissão requer constatar quantas de nós estamos em territórios masculinos e femininos, e também refletir sobre quanto tempo dispendemos na realização de afazeres domésticos; isto é: saber o que fazemos, mas também interpretar o porquê de o fazemos, refletir sobre as especificidades desse nosso fazer:

- Onde o fazemos
- Quando o fazemos
- Quanto fazemos
- Como aprendemos a fazer
- Com quem fazemos
- Para quem fazemos

25 Destacamos os trabalhos críticos sobre desemprego e feminização da pobreza elaborados por Torns (2003), Unidad Mujer y Desarrollo (2004), Melo; Bandeira (2005), Zaremborg (2008), Macedo (2008), Aguilar (2011), e Carloto; Gomes (2011). Sobre tolerância social ao desemprego, crise do Estado de Bem-Estar e feminização da pobreza, ver o interessante estudo de Torns (2003).

Na verdade, a relação social entre os gêneros, conforme apontado por Kergoat (2009), é fundamentalmente antagônica, e isso significa que há atividades que não são desejadas ou cobiçadas (por exemplo, limpar a sujeira dos outros, cuidar de doentes ou pessoas com necessidades especiais, entre outras), e, na resolução do antagonismo, essas atividades indesejáveis “sobram” para o lado mais fraco (mulheres negras e/ou migrantes), ou para o lado que é profundamente consciente na urgência da sua realização (o urgente se impondo sobre o importante no exercício das maternidades).

Assim, a metamorfose da divisão sexual do trabalho (produtivo e reprodutivo) e a permanência da discriminação sexual no conjunto são tendências contraditórias que nos levam a recomendar enfaticamente o planejamento e a execução de políticas de trabalho e políticas sociais específicas para as mulheres, visando atender imediatamente as suas necessidades práticas (especialmente na área dos cuidados e predominantemente das mais pobres), mas também a radicalizar nos interesses estratégicos para que as políticas promovam uma inserção mais igualitária de homens e mulheres para o conjunto do mundo do trabalho.

Referências

ABRAMO, Laís. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.) *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Senac, 2007, p. 21-41.

ABRAMO, Laís; ABREU, Alice (Org.) *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: Alast, 1998.

ABRAMO, Laís; RANGEL, Marta (Ed.) *América Latina. Negociación colectiva y equidad de género*. Santiago de Chile: OIT, 2005.

ACKER, Sandra. *Género y Educación – Reflexiones sociológicas sobre mujeres, enseñanza y feminismo*. Madrid: Narcea, 1995.

AGUILAR, Paula L. La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. *Katálysis*, v. 14, n. 1, p. 126-133, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a14.pdf>>.

ANDERSON, Bonnie S.; ZINSSER, Judith P. *Historia de las mujeres: una historia propia*. 2. ed. Barcelona: Crítica, 1992 (2v.).

ANDRADE, Priscilla M. de. A economia solidária é feminina? Mulheres e Trabalhos. *Ser Social*, v. 10, n. 23, 2008, p. 139-169. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/issue/view/37>.

APPLE, Michael. *Maestros y textos. Una economía política de las relaciones de clase y de sexo en educación*. Barcelona: Paidós, 1989.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org.) *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BANDEIRA, Lourdes M. Divisão sexual do trabalho, práticas simbólicas e práticas sociais. In: SIQUIERA, Deis E. et al. *Relações de trabalho, relações de poder*. Brasília/DF: UnB, 1997, p. 155-176.

_____. Mulheres em dados: o que informa a Pnad/IBGE, 2008. In: BRASIL, Presidência da República. Edição Especial da *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: Autonomia econômica, empoderamento e inserção das mulheres no mercado de trabalho*. Brasília/DF: SPM, 2009, p. 107 a 128. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/trabalho/trabalho-1>>.

BLAY, Eva A. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978.

BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina. Introducción. Las mujeres y el trabajo: aproximaciones históricas, sociológicas y económicas. In: BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carmen (Comp.) *Las mujeres y el trabajo. Rupturas conceptuales*. Barcelona: Icaria, 1994, p. 15-109.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: Trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Estudos Feministas*. Ano 2, n. 3, 1994, p. 17-32. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16287>>.

_____. Fazendo as perguntas certas: Como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice (Org.) *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: Alast, 1998, p. 277-294.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 110, 2000, p. 67-104.

_____. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.) *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Senac, 2007, p. 45-87.

CAPALBO, Beatriz C. de; CANDA, Matilde L. de G. *La mujer en la educación prescolar argentina*. Buenos Aires: Latina, 1982.

CAPPELLIN, Paola. A igualdade das oportunidades nas relações de trabalho: a ética de reparação antecede o dever de responsabilidade. In: COSTA, Ana A. et al. *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT Brasil, 2004, p. 81-118.

_____. As desigualdades impertinentes: telhado, paredes ou céu de chumbo? *Gênero*, v. 9, n. 1, 2008, p. 89-126.

CARLOTO, Cássia M.; GOMES, Anne G. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. *Serviço Social e Sociedade*, n. 105, p. 131-146, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n105/08.pdf>>.

CARRASQUEROTO, Pilar C. *La doble presencia*. Tese doctoral defendida en el Departamento de Sociología de la Universidad Autónoma de Barcelona, 2009. Disponível em: <<http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/5147/pco1de1.pdf;jsessionid=AFBAC48C30CD60E39D5138AB7B224B67.tdx2?sequence=1>>.

CARVALHO, Eronilda M. G. de. *Relações de gênero, cuidado e trabalho docente na Educação Infantil*. Ilhéus/BA: Editus, 2011.

CARVALHO, Marília P. de. Trabalho docente e relações de gênero: algumas indagações. *Revista Brasileira de Educação*, n. 2, p. 77-84, 1996. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n02/n02a07.pdf>>.

_____. *No coração da sala de aula. Gênero e trabalho docente nas séries iniciais*. São Paulo-SP: Xamã, 1999.

CARRILHO, Anabelle. Ações afirmativas de gênero e trabalho. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, jan./2011. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/7801/4/2011_AnabelleCarrilhoCosta.pdf>.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário*. Petrópolis/RJ: Vozes, 9. ed., 2010.

CASTRO, Mary G. Gênero, raça/etnicidade, trabalho e sindicalismo no Brasil. *Cadernos da Área. Estudos de Gênero*, n. 4, 1996, p. 15-46.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: A construção de um objeto. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 216-251.

CATTÁNEO, Nathalie; HIRATA, Helena. Flexibilidade. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 106-111.

CISNE, Mirla. *Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social*. São Paulo-SP: Outras Expressões, 2012.

COSTA, Amanda F. *Relatório Final Individual – Feminização e feminilização: análise e revisão bibliográfica*. Relatório da Prática de Pesquisa 3, Departamento de Serviço Social, Grupo de Pesquisa TEDis. Brasília-DF: UnBrasília, 2012 (mimeo.).

CYRINO, Rafaela. *Mulheres executivas: a divisão do trabalho doméstico à luz dos estereótipos de gênero*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DIAS, Marly de Jesus S. *Feminização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva: rebatimentos na saúde pública*. São Luiz: Edufma, 2010.

DIEESE. *Negociação coletiva e equidade de gênero no Brasil. Cláusulas relativas ao trabalho da mulher 1996-2000*. São Paulo/SP: Dieese, ago./2003. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812CB90335012CC6DA4E03545F/pesquisa17mulheroit.pdf>>.

_____. *Anuário das mulheres brasileiras 2011*. São Paulo: Dieese, 2011. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/anuario_das_mulheres_2011.pdf>.

DI LISCIA, María Herminia B.; MARISTANY, José (Org.) *Mujeres y Estado en la Argentina: educación, salud y beneficencia*. Buenos Aires: Biblos, 1997.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *Historia de las mujeres*. Madrid: Taurus, 1991/1993. Tomos 4 e 5.

DURÁN, María Ángeles (Dir.) *De puertas adentro*. Madrid: Instituto de la Mujer, 1988.

_____. *O valor do tempo: quantas horas te faltam ao dia?* Brasília/DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

FERNÁNDEZ, Alicia. *La sexualidad atrapada de la señorita maestra. Una lectura psicopedagógica del ser mujer, la corporeidad y el aprendizaje.* Buenos Aires: Nueva Visión, 1992.

FERREIRA, Márcia Ondina V. Mulheres e homens em sindicato docente: um estudo de caso. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 122, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n122/22510.pdf>>.

_____. Desconforto e invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes. *Educação em Revista*, n. 47, p. 15-40, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n47/02.pdf>>.

FORTINO, Sabine. Coexistência dos sexos. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 44-48.

GARCIA, Consuelo F. O acesso das mulheres à docência nos Institutos de Ensino Secundário, em Espanha: condições de acesso e características. *Revista Lusófona de Educação*, n. 12, p. 97-112, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/rle/n12/n12a07.pdf>>.

GELDSTEIN, Rosa N.; WAINERMANN, Catalina H. *Trabajo, carrera y género en el mundo de la salud*. Buenos Aires: Cenep, 1989.

GIL LOZANO, Fernanda; PITA, Valeria S.; INI, María G. *Historia de las mujeres en la Argentina*. Buenos Aires: Alfaguara-Taurus, 2000, Tomo 2.

GILES, Estela R. et al. La mujer y la carrera de ingeniería. In: GILES, Estela R.; GRASCHINSKY, Yudith L. *Mujeres, trabajo y salud en la era tecnológica*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1994, p. 41-92.

GOUVEIA, Aparecida J. *Professoras de amanhã. Um estudo de escolha ocupacional*. 2. ed. revista. São Paulo: Pioneira, 1970.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. *Estudos Feministas*, v. 19, n. 2, p. 467-474, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a10.pdf>>.

HEINEN, Jacqueline. Políticas sociais e familiares. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 188-193.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.) *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Senac, 2007, p. 89-108.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 132, p. 595-609. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (conceito de). In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 251-256.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HYPOLITO, Álvaro M. *Docencia – Trabajo, clases sociales y género*. Lima: Fondo Editorial Universidad de Ciencias y Humanidades, 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4. ed. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_retradodesigualdade_ed4.pdf>.

JACOBI, Juliane. Geistige Mütterlichkeit. *Die Deutsche Schule*. 1. Beiheft. Weinheim, 1990, s. 204-224.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.

KERGOAT, Prisca; PICOT, Genevieve; LADA, Emmanuelle. Ofício, profissão, “bico”. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 159-166.

LAGRAVE, Rose-Marie. Una emancipación bajo tutela. Educación y trabajo de las mujeres en el siglo XX. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *Historia de las mujeres – el siglo XX*. Madrid: Taurus, 1993, p. 465-501.

LE FEUVRE, Nicky. Modelos de feminização das profissões na França e na Grã-Bretanha. In: COSTA, Albertina de O. (Org.) *Mercado de trabalho e gênero: Comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 299-314.

LIMA, M^a Ednalva B. de et al. (Org.) *Transformando as relações de trabalho e cidadania. Produção, reprodução e sexualidade*. São Paulo: CUT, 2007.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 127, p. 173-202, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0836127.pdf>>.

_____. Engenheira e gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica. COSTA, Albertina et al. (Org.) *Mercado de trabalho e gênero. Comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 387-402.

LOURO, Guacira L. *Prendas e antiprendas. Uma escola de mulheres*. Porto Alegre/RS: UFRS, 1987.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 443-481.

LUIGGI, Alice H. *Sesenta y cinco valientes. Sarmiento y las maestras norteamericanas*. Buenos Aires: Agora, 1959.

MACEDO, Márcia. Mulheres chefe de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *Caderno CRH*, v. 21, n. 53, p. 389-404, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a13v21n53.pdf>>.

MARCONDES, Mariana M. A divisão sexual dos cuidados: do *welfare state* ao neoliberalismo. *Argumentum*, v. 4, n. 1, 2012, p. 91-107. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2106>>.

_____. *A corresponsabilização do Estado pelo cuidado: uma análise sobre a política de creches do PAC-2 na perspectiva da divisão sexual do trabalho*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. UnB, mar./2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13410/1/2013_MarianaMazziniMarcondes.pdf>.

MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.) *As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo/SP: Senac, 2003.

MARUANI, Margaret. Emprego. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 85-90.

MELO, Hildete P. de; BANDEIRA, Lourdes. *A pobreza e as políticas de gênero no Brasil*. Santiago de Chile: Cepal, 2005. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/0/22230/lcl2322p.pdf>>.

MOLINIER, Pascale; WELZER-LANG, Daniel. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 101-105.

MOLYNEUX, Maxine. *Movimientos de mujeres en América Latina. Estudio teórico comparado*. Madrid/España: Cátedra y Universitat de València, 2003.

MORGADE, Graciela. *El determinante de género en el trabajo docente de la escuela primaria*. Buenos Aires: Miño y Dávila y Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación, UBA, 1992.

_____. (Comp.) *Mujeres en la educación: género y docencia en la Argentina. 1870-1930*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación/Miño y Dávila, 1997.

_____. Burocracia educativa, trabalho docente y género: supervisoras que conducen “poniendo el cuerpo”. *Educação & Sociedade*, v. 8, n. 99, p. 400-425, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a06v2899.pdf>>.

NASCIMENTO, Cecília V. do. *Caminhos da docência: trajetórias de mulheres professoras em Sabará/Minas Gerais (1830-1904)*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-8M5GKC/tesececiliavieira_nascimento.pdf?sequence=1>.

NOGUEIRA, Claudia M. *A feminização no mundo do trabalho*. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

_____. *O trabalho duplicado. A divisão sexual no trabalho e na reprodução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NOVAES, Maria Eliana. *Professora primária: mestre ou tia*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1984.

NUNES, Clarice. A sina desvendada. *Educação em Revista*, n. 2, 1985, p. 58-65. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n02/n02a12.pdf>>.

OLIVEIRA, Eleonora M. de. *A mulher, a sexualidade e o trabalho*. São Paulo: Hucitec e CUT, 1999.

PEREIRA, Hildete; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Economia Contemporânea*, v. 13, n. 1, 2009, p. 135-158.

REIS, Maria Cândida D. *Tessitura de destinos: mulher e educação*. São Paulo: Educ, 1993.

RIZEK, Cibele S.; LEITE, Márcia P. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. *Cadernos Pagu*, n. 10, 1998, p. 281-307. Disponível em: <[http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/1998\(10\)/Rizek-Leite.pdf](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/1998(10)/Rizek-Leite.pdf)>.

ROCHA, M^a Isabel B. da (Org.) *Trabalho e gênero – mudanças, permanências e desafios*. Campinas/SP: 34, 2000.

RODRIGUES, Almira; CORTES, Iaris R. Legislação sobre trabalho e gênero: período 1988-2010. In: *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Trabalho e Gênero*, 2010, p. 36-44. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/trabalho/trabalho-1>>.

SAFFIOTI, Heleith. *Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias*. Araraquara/SP: Faculdade de Filosofia e Letras de Araraquara, 1969.

_____. Força de Trabalho Feminina no Brasil: no interior das cifras. *Perspectivas*, n. 8, p. 95-141, 1985. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1848/1515>>.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

_____. Reminiscências, releituras, reconceituações. *Estudos Feministas*. Ano 0, n. 0, 1992, p. 97-103. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/REF/v0/Saffioti.pdf>>.

SARDENBERG, Cecilia M. B. (Org.) *A face feminina do complexo metal-mecânico: mulheres metalúrgicas no Norte e Nordeste*. Salvador/BA: Neim; São Paulo: CUT, 2004.

SAYÃO, Deborah T. *Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil*. Tese de doutorado, 2005. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/DEBORATSE.pdf>>.

SEGNINI, Liliana. *Mulheres no trabalho bancário*. São Paulo: Edusp, 1998.

SOARES, Ângelo. Automação, (des)qualificação e emoção nos paraísos do consumo. *Cadernos Pagu*, n. 10, 1998a, p. 113-146. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=51177>>.

SOARES, Vera. Acordos coletivos e as trabalhadoras. In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice (Org.) *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: Alast, 1998b, p. 143-166.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011, 2. ed.

SULLEROT, Evelyne. *La mujer, tema candente*. Madrid: Guadarrama, 1971.

TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal, feminização e feminilização. In: HYPOLITO, Álvaro; VIEIRA, Jarbas dos S.; GARCIA, Maria M. A. (Org.) *Trabalho docente: formação e identidades*. Pelotas/RS: Seiva, 2002, p. 67-97.

TEIXEIRA, Marlene. As políticas de enfrentamento à pobreza e o cotidiano das mulheres. In: COSTA, Albertina et al. *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife/PE: SoSCorpo, 2010, p. 67-81.

TORNS, Teresa. Desemprego e tolerância social à exclusão: o caso da Espanha. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.) *As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo/SP: Senac, 2003, p. 247-258.

_____. et al. *Las políticas del tiempo: un debate abierto*. Barcelona: Ajuntamento de Barcelona, 2006. Disponível em: <<http://w110.bcn.cat/UsosDelTemps/Continguts/Documents/Publicacions/Dossiers/1%20Las%20politic%20del%20tiempo%20un%20debate%20abierto.pdf>>.

UNIDAD MUJER Y DESARROLLO. Entender la pobreza desde la perspectiva de género. *Serie Mujer y Desarrollo*, n. 52, Santiago/Chile: Cepal-Unifem, 2004. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/14795/lcl2063e.pdf>>.

VIANNA, Claudia P. *Os nós do “nós”. Crise e perspectivas da ação coletiva em São Paulo*. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos Pagu*, n. 17/18, 2001, p. 81-103. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf>>.

WAINERMAN, Catalina H.; GELDSTEIN, Rosa N. *Condiciones de vida y de trabajo de las enfermeras en Argentina*. Buenos Aires: Cenep, 1990.

WERLE, Flávia O. C. Práticas de gestão e feminização do magistério. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 609-634, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n126/a05n126.pdf>>.

WIRTH, Linda. *Breaking through the glass ceiling: women in management*. Geneva: International Labour Office, 2001.

WOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre-RS: L&PM Pocket, 2012.

YANNOULAS, Silvia C. Trabalho feminino: discursos e realidades. In: FREITAG, Bárbara; SOBRAL, Maria Francisca (Org.) *Marx morreu: viva Marx!* V. 1, p. 147-167. Campinas/SP: Papirus, 1993.

_____. *Educar: uma profesión de mujeres?* Buenos Aires: Kapelusz, 1996a.

_____. *Brasileras y argentinas: vidas paralelas?* *Estudios Sociales* (Santa Fe), v. VI, p. 103-121, 1996b. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.unl.edu.ar:8180/publicaciones/bitstream/1/591/1/ES_6_10_1996_pag_103_121.pdf>.

_____. Notas para a integração da perspectiva de gênero na educação profissional. In: VOGEL, Arno (Org.) *Trabalhando com a diversidade na educação profissional*. V. 1, p. 69-105. São Paulo/SP: Flacso/Brasil-Unesp, 2001. Disponível em: <<http://www.flacso.org.br/pdf/pptr/336.pdf>>.

_____. (Coord.) *A convidada de pedra: mulheres e políticas públicas de trabalho e renda*. Brasília: Flacso; Abaré, 2003. Disponível em: <<http://www.flacso.org.br/pdf/pptr/347.pdf>>.

_____. *Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria*. *Temporalis*, v. 2, p. 271-292, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368/1583>>.

ZAREMBERG, Gisela (Coord.) *Políticas sociales y género*. México: Flacso México, 2008. Tomo I (La institucionalización) y Tomo II (Los problemas sociales y metodológicos).

PRIMEIRA PARTE

**EXPLORANDO TERRITÓRIOS
MULHERES EM TRABALHOS MASCULINOS**

Mulheres na Física do Brasil: Por que tão poucas? E por que tão devagar?

Marcia C. Barbosa
Betina S. Lima

A participação feminina no ambiente profissional tem aumentado significativamente nos últimos anos. O Censo da Educação Superior de 2010 mostra que, entre as 20 carreiras de graduação com maior número de recém-formados, as mulheres são maioria em 15 delas. Além disso, hoje são maioria entre os discentes nas universidades brasileiras e já compõem cerca de 50% dos docentes nas instituições públicas, segundo o mesmo Censo da Educação Superior de 2010. No entanto, este crescimento não está homogeneamente distribuído entre as diversas disciplinas. Em particular, o percentual de mulheres na área de Exatas é muito pequeno e diminui desproporcionalmente à medida que se avança na carreira. Assim, há uma sub-representação segundo as áreas do conhecimento como também segundo o nível da carreira. Este cenário inspira duas das principais perguntas das estudiosas no tema de gênero em ciências: por que tão poucas cientistas em determinadas áreas? Por que a vagarosidade no avanço das mulheres nas carreiras científicas como um todo?¹ A atual configuração da participação delas no sistema científico e tecnológico é um “produto e processo” histórico-cultural.

Aspectos históricos e culturais

A educação de mulheres no Brasil se inicia nos séculos XVI e XVII nos conventos, onde aprendiam durante três anos a ler, escrever e o cuidar doméstico. Como as freiras eram as educadoras, por gerações o ensino

¹ Estas perguntas foram levantadas, por exemplo, no artigo de Maria Margaret Lopes e Maria Conceição da Costa (2005) sobre a problematização das ausências das mulheres nas ciências.

da leitura se dava unicamente pelos textos sacros. No século XVIII, por iniciativa do Marquês de Pombal, surgem as escolas públicas. Foram criadas duas modalidades, uma para meninos e outra para meninas, sendo que estas abrangiam somente o Ensino Fundamental e o estudo era focado na leitura e nas lides domésticas (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006).

Com a vinda da família real para o Brasil, houve necessidade de ampliar a formação cultural das jovens. Preceptoras foram trazidas da Europa e as meninas passaram a receber algumas noções de gramática, francês, inglês e piano. Nas escolas regulares, no entanto, a formação continuava voltada para regras de etiqueta e noções de moral (OLIVEIRA, 2009). Em 1827, regulamentou-se o ensino feminino no Brasil. A lei proíbe o ensino misto e limita o ensino feminino ao primário (BRUSCHINI; AMADO, 1988). A grande diferença, no entanto, estava na grade curricular. Enquanto meninos tinham acesso à geometria, as meninas tinham que aprender prendas domésticas (OLIVEIRA, 2009). Algumas mulheres continuavam a estudar sozinhas ou no exterior, preferencialmente, em áreas de Ciências Sociais aplicadas ou da Saúde. Na segunda metade do século XIX, esta insatisfação se faz expressar em publicações e manifestações. O acesso à educação foi uma das principais reivindicações do movimento feminista (Ibidem).

Como uma resposta a este movimento que reivindicava a possibilidade de mulheres ingressarem no Ensino Superior, em 1879 o Brasil permite tal ingresso. A decisão imperial deveu-se ao fato de Augusta Generosa Estrela, apesar de ter se diplomado em Medicina, nos Estados Unidos, com apoio financeiro do próprio imperador, não poder exercer a profissão no país (Ibidem). É que, as tradições e a cultura impediam que mulheres se apresentassem como candidatas ao ingresso em carreiras universitárias e, para as que iniciavam o curso, eram obstáculos de concluí-lo.

Em *Apontamentos e Comentários sobre a Escola de Medicina Contemporânea*, Leandro Malthus (1883) assim se refere às ingressantes na Universidade: “São desertoras do lar. São, finalmente, os inconscientes arautos que nos vêm mostrar os prenúncios funestos da dissolvência da família”.

Apesar destes obstáculos, algumas mulheres se aventuraram em áreas mais humanísticas. Em 1888, Delmira Secundina da Costa, Maria Coelho da Silva Sobrinho e Maria Fragoço graduam-se em Direito, em Recife (OLIVEIRA, 2009, *A Família*: 1988). Delmira casa-se e passa a dedicar-se

à família, Maria Coelho se casa com o professor Arthur Orlando. Relatos familiares indicam que apoiava o marido. A única que exerce a profissão é Maria Fragoso, que se muda para o Rio de Janeiro onde abre um escritório (OLIVEIRA, 2009).

Já ligada ao cuidado, outra área que interessava às mulheres era a Medicina. A primeira brasileira a obter o diploma de médica foi Maria Augusta Generoso Estrela. Filha dos portugueses, Maria Luiza e Albino Augusto Generoso Estrela, realizou seus estudos elementares no Colégio Brasileiro, no Rio de Janeiro, e no Villa Real, em Portugal. Decidida a estudar Medicina em uma época onde o ingresso universitário não era permitido para mulheres, vai para os Estados Unidos, sendo aceita na *New York Medical College and Hospital for Women* apesar de ter somente 17 anos, quando a idade para ingresso era 18. Inicialmente os estudos de Maria Augusta foram financiados por seu pai, que, no entanto, sofre revezes financeiros e não pode pagar a parte final do curso. Porém, a história desta brasileira já havia chegado aos ouvidos do imperador Dom Pedro II que resolve, por decreto, custear o restante dos estudos de Maria Augusta que gradua-se em 1881, retorna ao Brasil, em 1882, e passa a atuar no cuidado da saúde de mulheres (REZENDE, 2009; BLAY; CONCEIÇÃO, 1991).

A partir de 1881, registraram-se algumas matrículas de moças nas duas faculdades de Medicina existentes no país: a do Rio de Janeiro e a da Bahia. As três primeiras a concluir o curso médico no Brasil foram as gaúchas: Rita Lobato Velho Lopes, Ermelinda Lopes de Vasconcelos e Antonieta Cesar Dias. Rita havia prometido para a mãe em seu leito de morte que se dedicaria à saúde. Com o apoio do pai, parte para o Rio de Janeiro onde fica um ano na Faculdade de Medicina. De lá, Rita parte para a prestigiosa Faculdade de Medicina da Bahia onde se gradua em quatro anos. Defendeu sua tese em 24 de novembro de 1887 versando sobre um estudo comparativo das diferentes técnicas utilizadas à época nas operações cesarianas (SILVA, 1954).

A presença de mulheres nas áreas de Exatas ocorre com mais de duas décadas de atraso se comparado com as áreas da saúde e do Direito. A primeira mulher a se formar em Engenharia foi Edwiges Maria Becker, em 1919, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Após a formatura de Edwiges ocorre um vácuo que é suprido pela graduação, em 1926, de Carmen Portinho. Esta engenheira civil torna-se, além de profissional brilhante em sua área, uma militante no movimento dos direitos civis e de

reconhecimento profissional (URL). Em São Paulo, as mulheres passam a ser aceitas na Escola Politécnica somente em 1928 (QUEIROZ, 2001).

Elas começam a aumentar a sua presença naquelas carreiras tidas como mais “tradicionais” apenas a partir dos anos 1940 (BLAY; CONCEIÇÃO, 1991). O marco delimitador para este aumento da participação de mulheres nos cursos superiores se deve à derrubada do mito de que apresentavam uma capacidade inferior. A afirmação de que são biologicamente inferiores aos homens é contestada com dados e análises em diversas obras, entre estas, o emblemático livro *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*, da filósofa francesa Simone de Beauvoir (1960).

A participação das mulheres na Física ocorre mais de uma década depois das primeiras engenheiras e quase três décadas depois das médicas, por ocasião da criação do curso na USP. A primeira mulher a se formar nesta área é Yolande Monteux, que se graduou em 1937 e foi uma das pioneiras no estudo de raios cósmicos, tendo feito parte do grupo de pesquisadores de Gleb Wataghin, que contava com nomes como Marcelo Damy de Souza Santos, Paulus Aulus Pompéia, Mario Schenberg e Oscar Sala (AGUIAR, 2003). Na década de 1940, duas mulheres se formam em Física: Elisa Frota Pessoa e Sonja Ashauer. Elisa, em 1940, prestou exame para a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil, embrião da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e graduou-se, então, em Física, em 1942. Sonja, em 1943, formou-se na USP e foi para a Inglaterra onde se doutorou em Cambridge. Após distinguir-se pelos trabalhos que lhe valeram o doutorado e ser eleita membro da Cambridge Philosophical Society, ela retorna ao Brasil onde morre inesperadamente.

Na década de 1960, com a expansão do sistema universitário no Brasil, pioneiras em Física doutoram-se nos diferentes estados da Federação: Amélia Império Hamburger, em São Paulo, Victoria Hercowitz e Alice Maciel, no Rio Grande do Sul. As três seguiram carreira nas suas respectivas universidades. Amélia na USP, onde atuou intensamente em temas de educação e divulgação científica. Victoria Hercowitz doutora-se em 1969 em Física Nuclear Teórica pela UFRGS, onde atuou por um longo período. Dedicou-se igualmente, na mesma universidade, à área de Ensino de Física. Alice Maciel doutorou-se na UFRGS, em 1969, em Física Nuclear Experimental. Atuou na área de correlação angular, tendo participado do primeiro experimento nesta área no Brasil (DOS SANTOS, 2009).

É importante notar que a participação das mulheres na Física, quando comparada com a Medicina ou o Direito, se dá tardiamente por diversas razões; elencamos, por exemplo, o caráter eminentemente internacional, ou seja, inicialmente não havia formação em Física no Brasil. Os primeiros doutores formaram-se no exterior, o que dificultou a mesma oportunidade para as mulheres, uma vez que, no início do século XX, não era considerado apropriado para uma jovem viajar sozinha. Somando-se a isso, o ingresso tardio das mulheres no Ensino Superior são alguns dos fatores históricos que explicam a demora da inserção delas na Física, refletindo ainda hoje o seu baixo percentual nos diversos estágios da carreira.

Outro fator histórico importante está na própria institucionalização da ciência como um processo de exclusão do feminino. Londa Schiebinger (2001) aponta que a história das mulheres nas ciências é feita de avanços e recuos. A autora lembra que a mudança de produção do conhecimento científico para as universidades e a divisão dos espaços público e privado como espaços masculinos e femininos, respectivamente, excluíram as mulheres e seus saberes da ciência moderna. Segundo a autora, p. 69:

No século XIX, o rompimento da velha ordem (o sistema de guildas de produção artesanal e o privilégio aristocrático), fechou às mulheres o acesso formal à ciência de que podiam ter desfrutado. Numa época em que as atividades domésticas passavam por privatização, a ciência estava sendo profissionalizada (um processo gradual no decorrer dos séculos). Os astrônomos, por exemplo, deixaram de trabalhar em observatórios familiares de áticos. Com a crescente polarização das esferas públicas e doméstica, a família deslocou-se para a esfera doméstica privada, enquanto a ciência migrava para a esfera pública da indústria e universidade.

Um aspecto amplamente discutido na literatura sobre o tema (FOX KELLER, 1989; SCHIEBINGER, 2001) é a formatação da ciência (valores e modos) segundo referentes masculinos. Assim, a própria concepção de ciência é elaborada conforme a lógica binária, oposta e assimétrica de gênero, ou seja, os valores considerados para ciência estão alocados no polo masculino (razão, objetividade, competitividade...) do qual o feminino é construído como oposto. Esta lógica dualista tem sido percebida segundo um choque de culturas em que o estabelecido como apropriado para o mundo das ciências é oposto ao considerado adequado para o construído para o feminino (SCHIEBINGER, 2001; LIMA, 2008).

As mulheres – alocadas no polo feminino – são consideradas “naturalmente” desprovidas das habilidades para desenvolver o conhecimento científico. Ainda que outras concepções – tanto a construção plural de gênero quanto a definição sobre ciência – tenham surgido, este conjunto de ideias ainda se faz presente no cotidiano das cientistas. Não raro, elas enfrentam preconceitos pautados na divisão naturalizada, assimétrica e binária do sexo em que são criados rótulos para as mulheres como sensíveis, emocionais, sem aptidão para o cálculo e para a abstração, dentre muitos outros.

São muitos os fatores socioculturais, ancorados no sistema de gênero, responsáveis pela sub-representação das mulheres nas áreas das ciências exatas e engenharias. O desenvolvimento de habilidades e gostos por meio da divisão sexual dos brinquedos pode ser considerado um elemento essencial para a escolha de áreas de atuação. Pode-se afirmar que os brinquedos ainda estão muito ligados à lógica binária dos espaços público e privado em que as meninas são preparadas para os papéis de mãe e esposa, para o cuidado de bebês (bonecas), da casa (kits de fogão, lava-louça, eletrodomésticos) e de si tais como objetos de beleza (kits de maquiagem, histórias de princesa). Schiebinger (2001, p. 137) conta que, em 1992, foi lançada uma boneca Barbie que falava “aula de matemática é difícil”. Após os protestos de diversos grupos feministas e de mulheres, a frase foi retirada do repertório da boneca.

Apesar de muitos avanços sobre a promoção da equidade no campo da educação, como a superação do modelo de educação diferenciada por sexo, muitas práticas, valores e instrumentos estão impregnados da lógica sexista, como tem sido notado por inúmeros estudos sobre as imagens e informações nos livros didáticos (ROSEMBERG; MOURA; SILVA, 2009).

A divisão sexual do trabalho, em que as mulheres ainda permanecem como principais responsáveis pelo lar e pelos filhos, também contribui sobremaneira tanto para a lenta ascensão das cientistas quanto para sua pequena inserção em algumas áreas do conhecimento onde é mais difícil a conciliação de tarefas.

Ainda que as barreiras formais de acesso ao mundo científico tenham sido demolidas, muitos obstáculos ainda permanecem na trajetória feminina na ciência e na tecnologia. Após a breve apresentação sobre os aspectos históricos e culturais da questão abordada, pretendemos, neste trabalho, apresentar um estudo comparativo da presença das mulheres nos diferentes estágios da carreira nos dois campos: da Física e da Medicina.

O modelo do financiamento da pesquisa no Brasil

No Brasil, o financiamento à pesquisa se dá tanto sob a forma de auxílio a projetos por meio de editais como sob a forma de bolsas. O auxílio a projetos serve para custear as despesas com a pesquisa, serviços e bens de capital. Como os auxílios são preferencialmente dados a bolsistas de Produtividade em Pesquisa, o percentual de pesquisadores é uma boa medida de como ocorre a distribuição destes recursos entre os gêneros.

As bolsas têm por finalidade apoiar recursos humanos e a pesquisa. Em números gerais, o número de mulheres é um pouco maior que o dos homens nas bolsas de formação, conforme apontam os dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na Tabela 1:

Tabela 1. Percentual feminino nas bolsas do CNPq por modalidade, anos 2001, 2006 e 2011, Brasil

Modalidade	2001	2006	2011
Iniciação Ciência	55	55	56
Mestrado – GM	50	52	52
Doutorado – GD	49	50	51

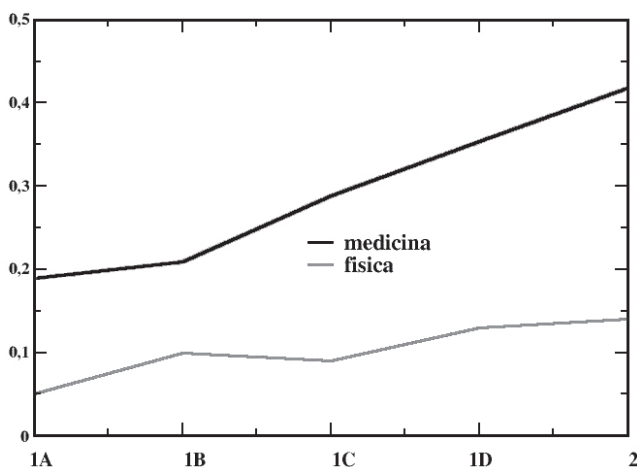
Fonte: Dados retirados da Tabela 2.9.1 disponível na página do CNPq em Indicadores e Estatísticas. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/series-historicas>>. Acesso em: 05/2013.

No estágio profissional, após o doutorado e após o(a) pesquisador(a) ter um emprego, o(a) cientista pode pleitear uma bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ), que tanto representa um apoio à pesquisa quanto uma complementação salarial. Esta bolsa é concedida somente a um percentual dos pesquisadores que já possui uma carreira consolidada. Por terem passado por um processo seletivo, os(as) bolsistas têm um maior acesso a financiamentos de projetos e de bolsas para estudantes, pós-doutores e pesquisadores visitantes. Neste sentido, ser bolsista é uma condição relevante para o sucesso da carreira científica. Esta bolsa funciona como um importante capital científico (BOURDIEU, 1983) na medida em que é um sinal de prestígio e, muitas vezes, um diferencial para obtenção de outras oportunidades na carreira. A bolsa de Produtividade em Pesquisa está dividida em níveis, iniciando no nível 2, seguida pelos níveis 1D, 1C, 1B e termina no nível 1A, que é dada a pesquisadores mais experientes. Os critérios para concessão e progressão dentro deste sistema têm componentes quantitativos e qualitativos.

Bolsistas de Produtividade em Pesquisa: um estudo comparativo entre Física e Medicina

Sobre a participação feminina nas ciências por área de atuação, nota-se que há um percentual menor na área de Física (exatas) do que na área da Medicina (ciências médicas). Este fato é ilustrado na Figura 1 onde são apresentados os percentuais de pesquisadoras nos diferentes níveis 1, 1D, 1C, 1B e 1A para as áreas de Física e de Medicina.

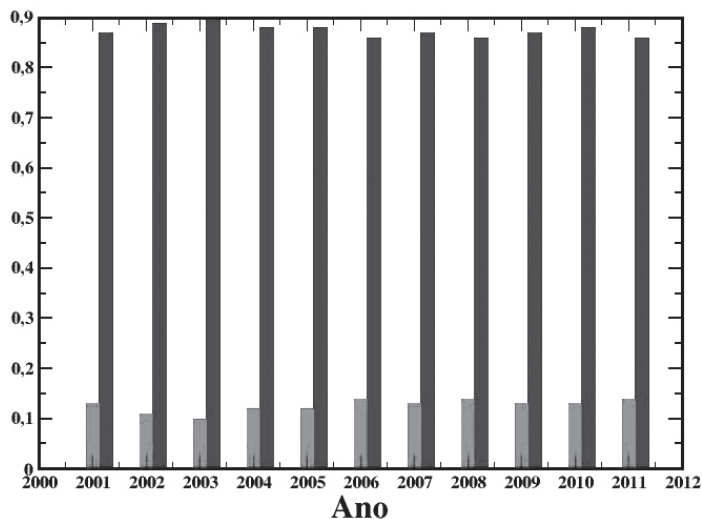
Figura 1. Percentual de mulheres nos diferentes níveis de pesquisa nas áreas de Física (linha cinza) e Medicina (linha preta) do Brasil de 2011



Fonte: Banco de Dados da Plataforma Lattes do CNPq, 2011.

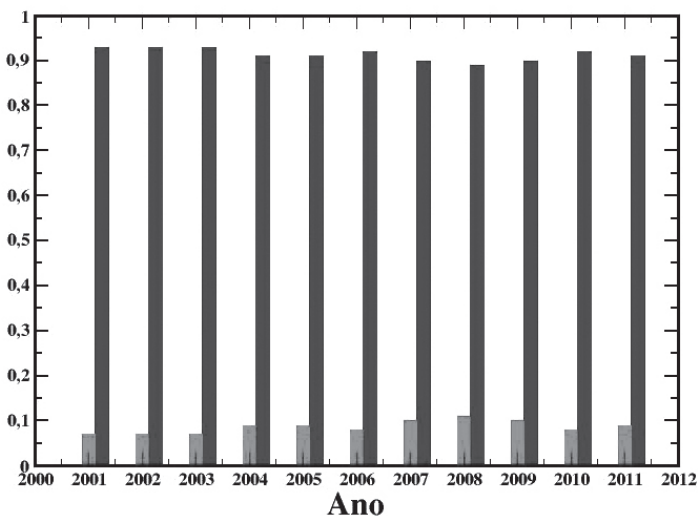
O gráfico da Figura 1 mostra dois dados, em primeiro lugar, que o percentual de mulheres na área de Física é inferior ao de mulheres na área de Medicina. Esta diferença pode ser atribuída ao fato de que elas iniciaram a sua participação em Física depois da participação na Medicina como mostramos na introdução. Uma segunda observação é que, nas duas carreiras, o percentual de mulheres decai à medida que se avança na carreira. Novamente isto pode ser atribuído ao fato de elas terem iniciado sua participação no mercado de trabalho mais tarde. Se esta justificativa for correta, uma análise da evolução da participação das mulheres nas bolsas de Produtividade em Pesquisa com o tempo mostraria um aumento no percentual. As próximas figuras mostram os dados dessa análise para os diferentes níveis de bolsa e para Física e Medicina.

Figura 2. Percentual de pesquisadores na área de Física do sexo feminino (preto) e do sexo masculino (cinza) no nível 2, no período de 2001 a 2011 no Brasil



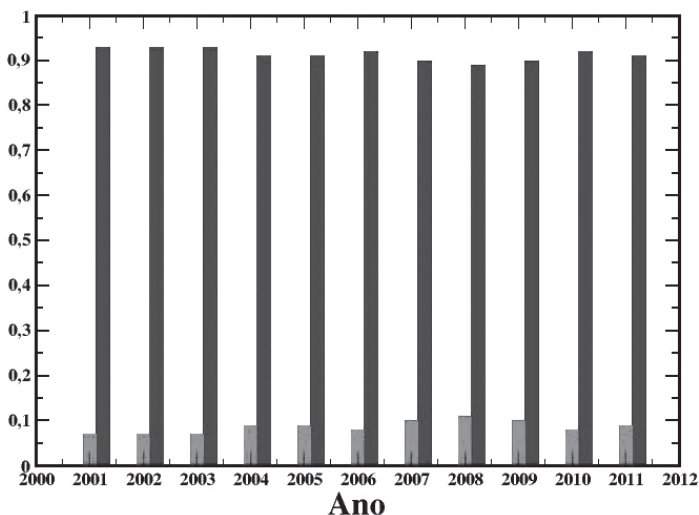
Fonte: Banco de Dados da Plataforma Lattes do CNPq, 2011.

Figura 3. Percentual de pesquisadores na área de Física do sexo feminino (preto) e do sexo masculino (cinza) no nível 1D no Brasil, no período de 2001 a 2011



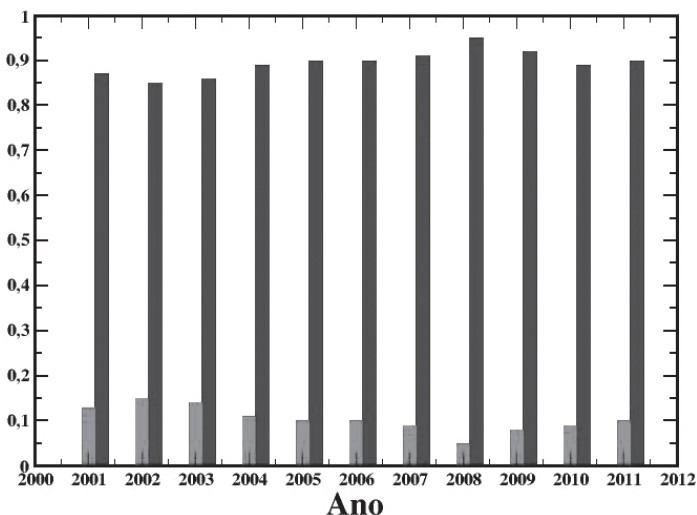
Fonte: Banco de Dados da Plataforma Lattes do CNPq, 2011.

Figura 4. Percentual de pesquisadores na área de Física do sexo feminino (preto) e do sexo masculino (cinza) no nível 1C, no período de 2001 a 2011 no Brasil



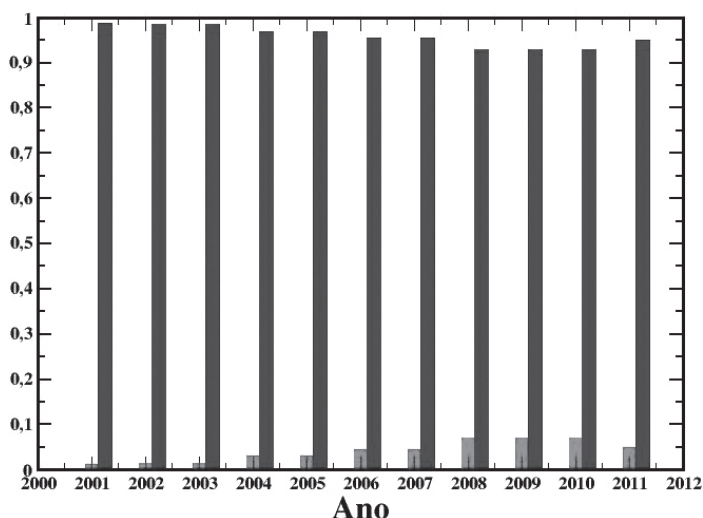
Fonte: Banco de Dados da Plataforma Lattes do CNPq, 2011.

Figura 5. Percentual de pesquisadores na área de Física do sexo feminino (preto) e do sexo masculino (cinza) no nível 1B, no período de 2001 a 2011 no Brasil



Fonte: Banco de Dados da Plataforma Lattes do CNPq, 2011.

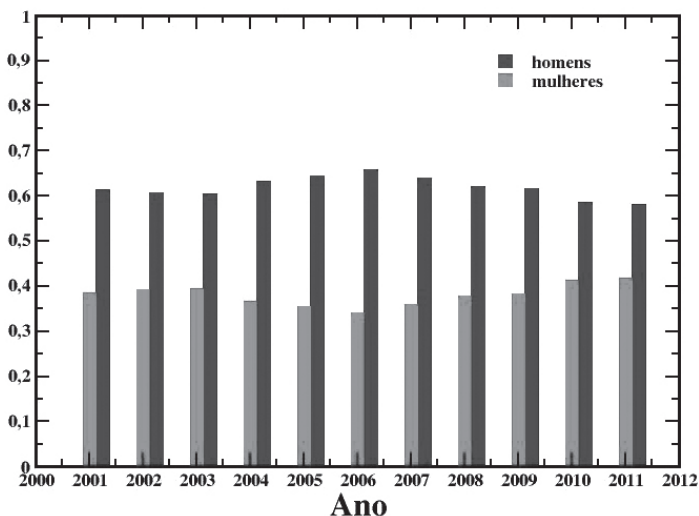
Figura 6. Percentual de pesquisadores na área de Física do sexo feminino (preto) e do sexo masculino (cinza) no nível 1A, no período de 2001 a 2011 no Brasil



Fonte: Banco de Dados da Plataforma Lattes do CNPq, 2011.

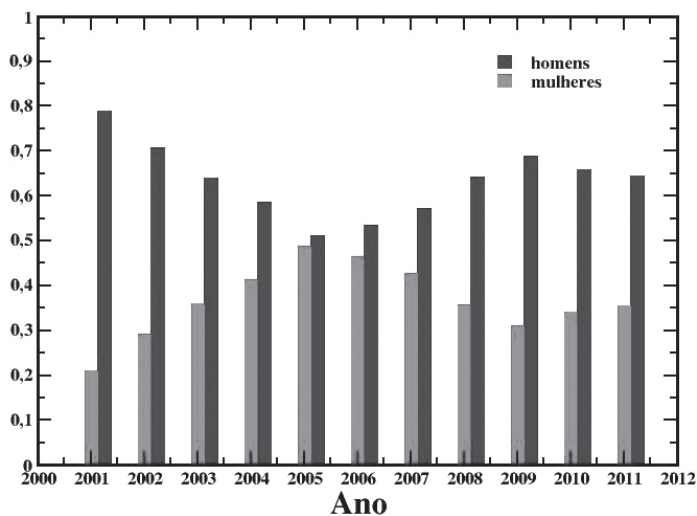
As Figuras 2 a 6 apontam a evolução do percentual de homens e mulheres nos diferentes níveis da bolsa de Produtividade do CNPq. O único nível em que se percebe um pequeno aumento é no nível 1A, que, em 10 anos, passou de 1% para 5%. Nos demais níveis, o percentual parece flutuar em torno de 10% no nível 1B, 9% no nível 1C, 14% no nível 1D e 13% no nível 2. Em nenhum dos níveis aparece uma tendência de aumento ao longo dos anos. Os números dos níveis 2, 1D, 1C e 1B parecem indicar que uma vez que as mulheres em Física consigam entrar no sistema de bolsas, permanecem nele. O nível com maior distorção é o nível 1A onde o percentual de mulheres diminui significativamente, provavelmente em decorrência de haver um limiar de 10% do número total de bolsas de Produtividade em Pesquisa o que provoca uma competição maior. Observa-se, no entanto, que estes percentuais são muito mais baixos que o percentual de docentes em Física que nas grandes universidades chega a cerca de 20%, portanto não somente as mulheres em Física não chegam ao nível 1A como também boa parte delas sequer entra no sistema de Produtividade em Pesquisa.

Figura 7. Percentual de pesquisadores na área de Medicina do sexo feminino (preto) e do sexo masculino cinza) no nível 2, no período de 2001 a 2011 no Brasil



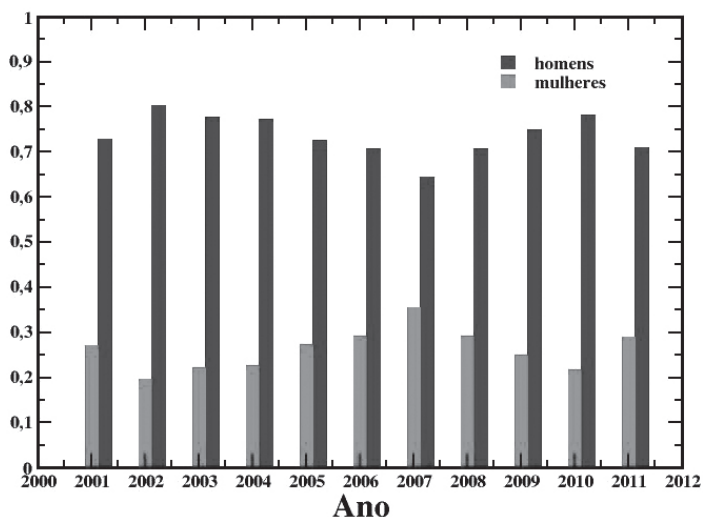
Fonte: Banco de Dados da Plataforma Lattes do CNPq, 2011.

Figura 8. Percentual de pesquisadores na área de Medicina do sexo feminino (preto) e do sexo masculino (cinza) no nível 1D, no período de 2001 a 2011 no Brasil



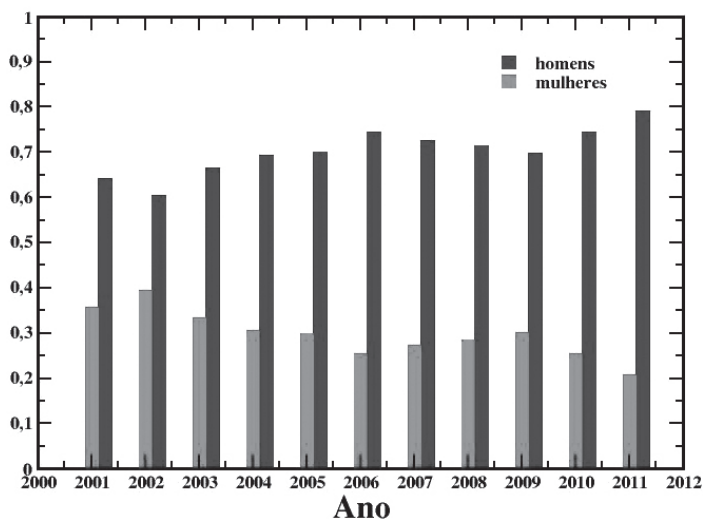
Fonte: Banco de Dados da Plataforma Lattes do CNPq, 2011.

Figura 9. Percentual de pesquisadores na área de Medicina do sexo feminino (preto) e do sexo masculino (cinza) no nível 1C, no período de 2001 a 2011 no Brasil



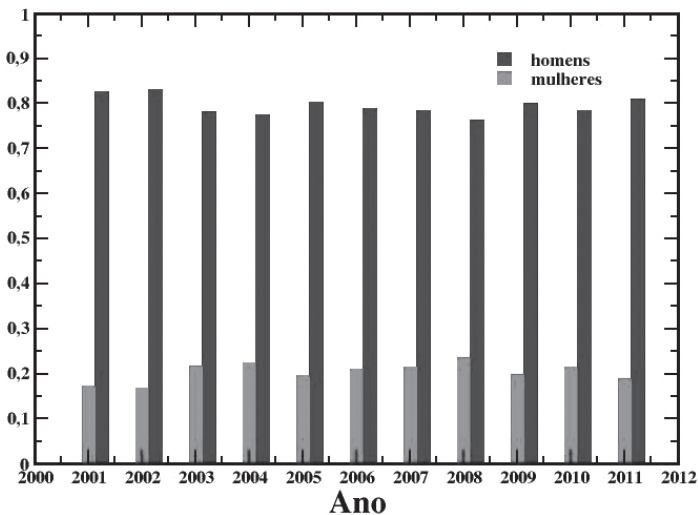
Fonte: Banco de Dados da Plataforma Lattes do CNPq, 2011.

Figura 10. Percentual de pesquisadores na área de Medicina do sexo feminino (preto) e do sexo masculino (cinza) no nível 1B, no período de 2001 a 2011 no Brasil



Fonte: Banco de Dados da Plataforma Lattes do CNPq, 2011.

Figura 11. Percentual de pesquisadores na área de Medicina do sexo feminino (preto) e do sexo masculino (cinza) no nível 1A, no período de 2001 a 2011 no Brasil



Fonte: Banco de Dados da Plataforma Lattes do CNPq, 2011.

As Figuras 7 a 11 mostram a evolução ao longo dos anos de 2001 a 2011 do percentual de mulheres nos diferentes níveis na Medicina. O percentual de cada um dos níveis não parece ter nenhuma tendência em particular. Parece flutuar em torno de 20% no nível 1A, 30% no nível 1B, 26% no nível 1C, 37% no nível 1D e 38% no nível 2. Em nenhum dos níveis aparece uma tendência de aumento ao longo dos anos. O aumento da participação feminina nos ingressos via vestibular nas áreas da saúde parece não se refletir em uma mudança de percentual de pesquisadoras nos diversos níveis. Estas grandes flutuações dentro de cada nível parecem indicar apenas variações decorrentes do financiamento não regular ao longo dos anos o que pode afetar mais significativamente mulheres que homens.

Conclusões

Neste artigo, analisamos comparativamente dois universos de bolsistas de Produtividade em Pesquisa no Brasil: nas áreas de Física e Medicina. A escolha destas duas áreas se deve ao fato de Física ser tradicionalmente uma área onde o percentual de mulheres é pequeno e Medicina ser

considerada uma área onde o percentual de ingressantes do sexo feminino tem aumentado. Além do mais, a área de Medicina tem um histórico de ingresso de mulheres na universidade anterior ao ingresso de mulheres na Física. Neste trabalho, mostramos que o percentual de pesquisadoras na área de Física é inferior ao percentual em Medicina. Como estes números não mostram uma tendência de mudança, a entrada tardia das mulheres na área de Exatas não deve ser a única justificativa para a diferença. Pode-se considerar que, ainda hoje, a Medicina é uma área mais atraente para as mulheres. Neste sentido, podemos sugerir que a diferença venha de alguns aspectos histórico-culturais que tornam a profissão médica mais atraente para as mulheres. Um ingrediente que diferencia as duas profissões é que, no campo da saúde, mulheres sempre se fizeram presentes como enfermeiras, assistentes enquanto que, na Física, o ambiente profissional composto pelos técnicos tem uma maioria masculina. Em resumo, o ambiente de trabalho na Física é mais masculino do que na Medicina.

Seria importante destacar que culturalmente mulheres são educadas para o cuidado e, neste sentido, a carreira médica representa uma forma profissional de desenvolver estas habilidades socialmente adquiridas. No entanto, deve-se ressaltar que mesmo no caso da Medicina, em que o percentual de mulheres chega a quase 40% no nível 2, à medida que se sobe na carreira este percentual diminui. Tal resultado, em conjunto com o fato de nenhuma tendência de aumento de percentual para os níveis 1, sugere que o sistema atingiu um estágio estacionário em Medicina.

Na área da Física, os números são piores e o único nível que mostrou um acréscimo é o 1A, possivelmente devido aos dados apresentados em 2006, que mostravam haver algumas pesquisadoras no nível 1B com produção compatível com o nível 1A (BARBOSA; ARENZON, 2005). Estas foram promovidas, dobrando o número de pesquisadoras 1A (DUARTE; BARBOSA; AREZON, 2010).

Este pequeno percentual de mulheres em posições de liderança é um fenômeno mundial. Cientes de que isso representava um problema, a International Union of Pure and Applied Physics (Iupap) cria em 2000 um grupo de trabalho para analisar as razões da presença feminina na Física ser tão pequena. Em 2002, este grupo organiza a First Iupap International Conference on Women in Physics, em Paris, com representantes de 75 países (<http://www.if.ufrgs.br/iupap/index-conference-2002.html>). Os dados apresentados nesse evento mostram que o decréscimo percentual da presença de mulheres na Física à medida que se avança na carreira é um

fenômeno mundial. Esses eventos se repetem em 2005, no Rio de Janeiro, em 2008, em Seul, e em 2011, em Stellenbosch, como forma de trazer a discussão sobre gênero e Física para as diversas partes do mundo.

Em 2004, como forma de preparar a Conferência do Rio de Janeiro ocorre a I Conferência Latino Americana de Mulheres nas Ciências Exatas e da Vida (<http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/iupap/mulher/>) que traz a temática para um terreno mais amplo. Esses eventos promovem não somente a divulgação de estatísticas, mas igualmente a promoção de boas práticas que tenham nos diversos países melhorado as condições de trabalho e atraído mais mulheres para as ciências.

Em resumo, a comparação entre os percentuais de pesquisadoras em Física e Medicina sugere que o aumento de pesquisadoras em Exatas só será possível se houver uma mudança cultural, que pode ser impulsionada pela implementação de políticas públicas. Neste sentido, consideramos que o aumento da participação feminina nas Exatas bem como maior representatividade nos altos níveis da carreira necessita de ações afirmativas específicas. Esse estímulo tem que ser feito tanto atraindo mais meninas para a Física por meio de ações específicas nos ensinos Fundamental e Médio como também estratégias de apoio às mulheres em pontos intermediários da carreira como a prorrogação da bolsa em caso de ocorrência de parto.² Também é importante buscar formas de dar visibilidade ao trabalho das mulheres na ciência e na tecnologia.

Referências

A FAMÍLIA. Jornal literário dedicado a educação da mãe de família. Ano I, n. 21. São Paulo/Rio de Janeiro: Typ. Companhia Imprensa Familiar, 1888.

AGUIAR, Maria Carolina de O. Físicas enfrentam preconceito em área predominantemente masculina. *Consciência*, 50, 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/04.shtml>>.

BARBOSA, Márcia C.; ARENZON, Jeferson J.; DUARTE, Patrícia. *Produtividade em Pesquisa – CNPq – 2005-2010. Uma análise comparativa*. 2005. Disponível em: <<http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/cnpq-2005.html>>.

² O CNPq, em 2010, inseriu nas normas a possibilidade de prorrogação da bolsa de mestrado e doutorado por quatro meses em caso de parto ocorrido na vigência da bolsa. Em 2012, esta possibilidade também foi inserida na bolsa de pós-doutorado. No caso da bolsa de Produtividade em Pesquisa este prazo de prorrogação foi de 12 meses em virtude do sistema de concessão.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução: Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro. 1960.

BLAY, Eva; CONCEIÇÃO, Rosana R. A mulher como tema nas disciplinas da USP. *Cadernos de Pesquisa*, n. 76, p. 50-56. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática. 1983, p. 122-155.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 64, p. 4-13. 1988. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n64/n64a01.pdf>>.

DOS SANTOS, Carlos Alberto. *A história do champanha*. 2009. Disponível em: <<http://www.if.ufrgs.br/historia/if50anos/champanha.htm>>.

DUARTE, Patrícia; BARBOSA, Marcia C.; ARENZON, Jeferson J. *Produtividade em Pesquisa – CNPq – 2005-2010 Uma análise comparativa*. 2011. Disponível em: <<http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/cnpq-2010.html>>.

FOX KELLER, Evelyn. *Reflexiones sobre Género y Ciencia*. Valência/Espanha: Edicions Alfons el Magnànim, 1989.

LIMA, Betina S. *Teto de vidro ou labirinto de cristal? As margens femininas das ciências*. Dissertação de mestrado em História, 2008. Brasília: UnB. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/3714?mode=full>>.

LOPES, Maria M.; COSTA, Maria C. Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na história das ciências. In: MORAES, Maria L. Q. (Org.) *Gênero nas fronteiras do Sul*. São Paulo: Pagu/Unicamp, 2005, p. 75-83.

MACIEL, Lizete S. B.; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. *Educação e Pesquisa*, v. 32, n. 3, 2006.

MALTHUS, Leandro. *Apontamentos e Comentários sobre a Escola de Medicina Contemporânea*. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 1883.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. *Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal “A Família”*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009.

QUEIROS, Delcele M. *Raça, gênero e educação superior*. Tese de Doutorado. 2001. Salvador/BA: UFBA. Disponível em: <http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufba_tese_2001_DMQueiroz.pdf>.

REZENDE, Joffre. M. O machismo na história do ensino médico. In: *À sombra do plátano*. São Paulo: Unifesp, 2009.

ROSEMBERG, Fúlvia; MOURA, Neide C. de; SILVA, Paulo V. B. Combate ao sexismo em livros didáticos: construção da agenda e sua crítica. *Cadernos de Pesquisa*. [online]. 2009, v. 39, n. 137 [citado 2013-04-28], p. 489-519. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* São Paulo: Edusc. 2001.

SILVA, Alberto. *A primeira médica do Brasil*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1954.

URL. *Mulheres na Engenharia*. Publicação dos Sindicatos dos Engenheiros do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.sengedf.com.br/mulheres.html>>.

Gênero e trabalho no campo da Matemática. Breve história e notas sobre um diagnóstico preliminar

Ângela Maria Freire de Lima e Souza
Márcia Barbosa de Menezes

Ainda são incipientes os estudos que associam gênero e Matemática, embora algumas pesquisadoras brasileiras estejam, há algum tempo, produzindo trabalhos que discutem a presença feminina em campos afins, a exemplo de Tabak (2002), Melo (2003), Melo; Lastres; Marques (2004), Cabral; Bazzo (2005), Cabral (2010), Leta (2003), entre outras. Esses trabalhos se situam no contexto dos estudos que articulam gênero e ciência, a partir das contribuições de autoras como Sandra Harding, Evelyn Fox Keller, Donna Haraway, Ruth Hubbard e outras teóricas que construíram as bases epistemológicas que sustentam as nossas reflexões. A divulgação desses estudos no meio acadêmico matemático deve afetar consideravelmente discussões importantes sobre a própria produção científica, bem como sobre os estereótipos de gênero que permanecem associando as mulheres à subjetividade e à emoção; questões sobre diversidade, construção das identidades (tanto de alunos(as) como de professores(as)). Escolhas profissionais também podem se tornar questões de alta relevância não apenas para pesquisas sobre estudos feministas ou ligados a área de gênero, como para pesquisadores das ciências em geral.

Diante do exposto, as teóricas feministas sinalizam que é preciso continuar as lutas e as mudanças em vários eixos: o processo de socialização que é imposto às nossas crianças estabelece uma hierarquia de papéis que vai sendo construída desde muito cedo; por exemplo, bem pequenas as meninas assimilam que não são aptas para os jogos competitivos, para o estudo das abstrações e para as tarefas com sentido espacial, esses atributos são específicos dos meninos; assimilam também a imagem do cientista como sendo um homem. Autoras feministas como Schienbinger (2001),

Fine (2010), Fausto-Sterling (2006), além das autoras já citadas, vêm questionando esses posicionamentos e enfatizando que, com a entrada de um maior número de mulheres nas ciências, um novo olhar vem sendo construído, novos questionamentos aparecem, as “antigas normas” e métodos que muitas vezes são manipulados com o objetivo de manter e obter as respostas desejadas estão caindo por terra.

No que tange ao campo da Matemática, considerando as possibilidades mais esperadas de ocupação – docência e pesquisa – pode-se dizer que as mulheres começam muito lentamente a ocupar espaços antes ocupados quase que exclusivamente pelos homens; neste sentido, pode-se falar em um processo de feminilização que, segundo Yannoulas (2011, p. 283) “refere-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição da mão de obra em um determinado tipo de ocupação”. Embora tenhamos tido na Bahia, por ocasião da criação do Instituto de Matemática da Universidade da Bahia e da própria consolidação dos estudos na área deste estado, a presença marcante de duas mulheres – Martha Maria de Souza Dantas e Arlete Cerqueira Lima – não acreditamos que houve uma feminização no campo da Matemática, vez que não se configurou o que Yannoulas caracterizou como “transformações em um determinado tipo de ocupação, vinculadas à imagem simbólica do feminino predominante na época ou na cultura especificamente analisada. Essa imagem pode implicar uma mudança no significado da profissão” (Ibidem). O fato é que a presença incipiente das mulheres ainda não alterou as práticas e a inspiração epistemológica característica do pensamento matemático, pelo menos na esfera da produção de conhecimento. Como veremos adiante, as mulheres matemáticas seguem construindo suas carreiras no campo do magistério, enquanto os dados continuam marcadamente masculinos, em todas as instituições pesquisadas.

Estas reflexões nos conduzem inevitavelmente a questões como: por que ainda são tão poucas as mulheres que atuam no campo da Matemática no Brasil? Em que instituições estariam mais presentes? No campo da Educação, como se distribuem em relação aos homens, nos ensinos Fundamental, Médio e Superior em nosso país? Em termos de pesquisa, o que estão produzindo e com que ritmo e intensidade? Como se situam nas instituições de Ensino Superior, que constituem os nichos preferenciais de produção de conhecimento no Brasil? Que desafios enfrentam e em que medida estes desafios estariam sendo superados? É evidente que tais questões demandam anos de estudo e abordagens metodológicas variadas, o que ainda se constitui um grande projeto investigativo em processo de construção.

Apresentamos a seguir, após uma breve contextualização histórica sobre a Matemática no Brasil, algumas notas preliminares sobre estas questões.

Contextualizando a discussão: um pouco de história da Matemática no Brasil

Há divergências quanto às origens do ensino da Matemática no Brasil. Para alguns autores, a exemplo de Silva (1998), ele começou a ser introduzido pelos jesuítas. Contudo, Valente (2007) considera “errônea” ideia de que teriam sido os jesuítas os primeiros a introduzirem o ensino matemático no Brasil; apesar de eles terem acesso a vários livros matemáticos que circulavam na Europa,¹ nas práticas de ensino esse conhecimento não era utilizado. Nos colégios jesuítas, inicialmente, o estudo da Matemática esteve condicionado ao estudo da Física. Eram apenas noções rudimentares que visavam os estudos mais filosóficos da Física, “dentro do espírito escolástico de tratar as ciências” (VALENTE, 2007, p. 29).

(...) as ciências, e em particular a Matemática, não constituíram, ao longo dos duzentos anos de escolarização jesuítica no Brasil, um elemento integrante da cultura escolar e formação daqueles que aos colégios da Companhia de Jesus acorriam (Idem, p. 35).

Um fato marcante na história da consolidação deste conhecimento no Brasil foi, sem dúvida, o ensino da Matemática no Colégio da Bahia. A Bahia foi pioneira, uma vez que, neste colégio, foi fundado o primeiro Curso de Artes (1572), no qual, durante três anos, os alunos estudavam Lógica, Física, Ética e Metafísica. Para a compreensão desses conteúdos, o estudo da Matemática era imprescindível. Em 1757, neste colégio, foi criada a Faculdade de Matemática, na qual os alunos estudavam geometria euclidiana, perspectiva, trigonometria, equações algébricas, entre outros (SILVA, 1998, p. 14). Embora estes temas sejam hoje estudados no Ensino Fundamental, para a época a implementação desses estudos se revestiu de fundamental relevância, constituindo-se o começo de uma longa jornada.

¹ Livros escritos por filósofos, matemáticos, astrônomos tais como: Clavius (redigiu a versão latina *Euclidis elementorum*), Kircher (escreveu *Tariffa Kircheriana sive Mensa Pythagorica expansa*), Boscovich (escreveu a obra *Elementorum Universae Matheseos*), entre outros que já relatavam o desenvolvimento da aritmética, geometria plana e sólida, trigonometria, mecânica, arqueologia (VALENTE, 2007).

O ensino matemático brasileiro, mesmo mantendo-se como uma necessidade prática, entrou numa nova fase com as *Aulas de Artilharia e Fortificação*, no Rio de Janeiro, em 1738, com o objetivo de atender os futuros oficiais militares num estudo mais apropriado para realização dos traçados e construções de fortalezas militares para proteção do país. Todo oficial militar era obrigado a frequentar as aulas para ser promovido ou nomeado. É a era da Matemática prática para as construções militares e para a artilharia (VALENTE, 2007, p. 40). Fazia-se necessário preparar os futuros homens oficiais militares para os Exames de Artilheiros – que envolvia o conhecimento de Aritmética – Geometria – Artilharia; e os Exames de Bombeiros – Geometria e Trigonometria.

Todos os cursos militares serão organizados tendo as Matemáticas como elemento de base, e fazendo parte sempre do início do curso. A “geometria prática” representará matéria fundamental para as Aulas de Artilharia e Fortificação... À aritmética fica reservado o papel de matéria prévia, requisito primeiro para frequentar as Aulas (Ibidem, p. 42).

Em 1792, em substituição às Aulas de Artilharia e Fortificação foi criada a Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho. Nesta instituição foi oferecido um curso de Matemática com duração de seis anos para todos os militares; foram utilizados os livros dos engenheiros militares matemáticos José Fernandes Pinto Alpoim, Bernard Forest de Bêlidor, Etienne Bézout.² Todos apresentavam a forma de manuais didáticos para os militares.³ Segundo Valente (2007, p. 88):

A adoção de Bézout e Bêlidor inaugura no Brasil a separação entre a aritmética e a geometria. Assim é gerado o embrião de duas disciplinas autônomas dentro das escolas. Posteriormente, virá a álgebra. Será essa Matemática, inicialmente ligada diretamente à prática, que, desenvolvida pedagogicamente nas escolas técnico-

2 José Fernandes Alpoim – “o grande Alpoim” como era chamado, engenheiro militar, professor de Matemática da Academia de Viana do Castelo, em Portugal. Atuou no Brasil como militar; escreveu os dois primeiros livros didáticos brasileiros – *Exame de Artilheiros (1744)* e *Exame de Bombeiros (1748)*. Bernard Bêlidor – engenheiro militar francês, atuou como professor de Matemática no Regimento Real de Artilharia francês e na Escola de Artilharia de La Fère. Escreveu alguns livros, entre estes o *Nouveau cours de mathématiques à l’usage de l’artillerie et du génie*. Étienne Bézout – matemático francês, atuou na Academia de Ciências da França. Escreveu alguns livros, entre estes *Cours de mathématiques (1770)*.

3 Para um estudo mais detalhado dos conteúdos destes livros, ver Valente (2007).

militares, organizada, dividida e didatizada para diferentes classes, passará para os colégios e preparatórios do século XIX, e orientará os autores brasileiros a escreverem seus próprios livros didáticos.

A Matemática começa a se consolidar no Brasil. Essas inovações ocorreram devido à vinda da família real ao país, começando assim um ensino matemático mais aprimorado. É interessante ressaltar que, já no início, o ensino e o próprio pensamento matemático estavam associados ao universo masculino em sua representação mais radical na nossa cultura: a prática militar e os objetivos bélicos. Para entender de que modo a inserção da família real portuguesa no Brasil tem esta repercussão na história da Matemática em nosso país, devemos resgatar um pouco do cenário europeu à época.

No século XI, na Europa Ocidental, o surgimento da pequena burguesia atrelado às expansões econômicas, sociais e políticas faz surgir os chamados “lugares de instrução” depois designados “studium generale” (futuras universidades). Esta burguesia passa a exigir das autoridades competentes da época a formação de uma escola com nível de ensino mais elevado que o das escolas religiosas para instrução de seus filhos (SILVA, 1998, p. 2).

Em Portugal, os Estudos Gerais de Lisboa ou Universidade de Lisboa foi criado em 1290 pelo rei D. Dinis, conhecido como Rei Trovador. Neste espaço, o ensino era Humanidades, Direito Canônico, Leis, Medicina e Artes. Em 1431, o militar infante D. Henrique (filho do rei de Portugal, D. João I) cria nesta instituição o curso “artes liberais”⁴ onde se ensinava aritmética, geometria e astrologia. D. Henrique é considerado o criador dos estudos matemáticos em Portugal. Apesar do empenho e gosto dele pela Matemática, o ensino mais científico desta matéria em Portugal, durante o século XV ao XVII, não se desenvolveu como já estava ocorrendo em outros países, a exemplo da França e da Itália. De acordo com Silva (Idem, p. 7):

(...) de 1612 a 1653, não houve professor de Matemática na Universidade de Lisboa. (...) o ambiente matemático (ensino e pesquisa) português dos séculos XV ao XVII e parte do século XVII, fora incipiente.

4 Também chamado Escolas Menores (escolas secundárias), em 1555 a direção destes colégios foi entregue à Companhia de Jesus (SILVA, 1998, p. 8).

Entretanto, neste período, um grande matemático português se sobressaiu, Pedro Nunes, professor brilhante que trabalhava a Matemática conciliando teoria e prática, ou seja, unia a Matemática à solução de problemas da navegação marítima. Toda a Matemática desenvolvida em Portugal nesta época visava o aprimoramento da navegação.

Em 1772, devido às reformas do Marquês de Pombal, foi criada na Universidade de Coimbra,⁵ a Faculdade de Matemática. Segundo Anísio Teixeira (1989, p. 59):

(...) a reforma pombalina, levando a Universidade de Coimbra a ensaiar os primeiros passos para a modernização de seu ensino, num movimento que corresponderia, a rigor, ao espírito do Renascimento, revivido pelo iluminismo do século XVIII.

A partir deste momento, intensifica-se o intercâmbio dos alunos brasileiros das elites para estudos nesta universidade. Esse intercâmbio irá permanecer durante muito tempo, inclusive abrangendo outros países. Lembremos que o Brasil vai esperar até 1934 para inaugurar sua primeira universidade.⁶

(...) a reforma do ensino português executada pelo primeiro ministro, afetara também a vida cultural, científica e comercial da colônia Brasil. (...) no período de 1550 a 1808, cerca de dois mil e quinhentos jovens brasileiros passaram pelos bancos daquela instituição de ensino (SILVA, 1998, p. 21).

Portanto, a formação da juventude masculina brasileira esteve atrelada às concepções portuguesas, que, por sua vez, recebiam marcadas influências francesas. A relação dos jovens com a Universidade era tão intensa que, segundo Anísio Teixeira (1989, p. 65): “o brasileiro da Universidade de Coimbra não era um estrangeiro, mas um português nascido no Brasil, que poderia mesmo se fazer professor da Universidade”.

A historiadora da Educação Hilsdorf também chama atenção para essa interação dos estudantes brasileiros com o contexto francês.

5 A Universidade de Lisboa passou a ser chamada de Universidade de Coimbra, definitivamente em 1537.

6 Em 1934, foi fundada a Universidade de São Paulo (USP), e em 1935 a Universidade do Distrito Federal (UDF). Segundo Silva (1998), anteriormente houve várias tentativas de implantação de universidades no país, mas nenhuma conseguiu manter-se em funcionamento contínuo.

No Brasil, as ideias “afrancesadas” chegam com os alunos que estudavam fora da colônia. Com seus estudos científicos modernos pós-reforma, Coimbra era a universidade mais procurada, podendo ser considerada como uma verdadeira matriz de toda uma geração de intelectuais e cientistas que iniciaram o cultivo das ciências naturais e exatas (HILSDORF, 2011, p. 29).

Serão esses jovens matemáticos os futuros professores na Academia Real Militar brasileira. Como já ressaltado anteriormente, vale lembrar que o estudo da Matemática continuou tendo como objetivo a formação dos homens para desenvolverem suas atividades como artilheiros, construtores das fortificações, engenheiros etc.

O ensino e a pesquisa das matemáticas introduzidas na *nova* Universidade de Coimbra jamais traduziram os padrões do ensino e da pesquisa científica daquela ciência à época e realizadas em instituições universitárias de outros países da Europa Ocidental (SILVA, 1998, p. 23).

A vinda da família real para o Brasil favoreceu os estudos da Matemática, pois junto com a corte vieram também todos os alunos, mestres e material didático da Academia Real dos Guardas-Marinha, que, desde sua fundação, mantinha um curso de Matemática; além disso, em 1810, o príncipe regente fundou a Academia Real Militar⁷ tendo como objetivo o ensino das Ciências Exatas e da Engenharia em geral. Nesse momento, um programa de ensino da Matemática passou a ser estabelecido, baseado nos manuais matemáticos usados na Universidade de Coimbra.

Os lentes (professores)⁸ da Academia Real Militar e da Academia Real dos Guardas-Marinha⁹ foram intelectuais portugueses e alguns brasileiros da elite que estudaram na Universidade de Coimbra, que não tinha um estudo

7 Após a independência do Brasil, 1822, a Academia Real Militar passou a denominar-se Academia Imperial Militar.

8 Francisco Vilela Barbosa (1769-1846), o Marquês de Paranaguá, brasileiro, bacharel em Matemática, professor, militar, político, literato, poeta. Atuou na Real Academia de Marinha e na Academia Real de Ciências em Coimbra. Escreveu *Elementos de Geometria* e *Tratado de Geometria Esférica* (1837). Antonio José do Amaral (1782-1840), brasileiro, bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra; José Saturnino da Costa Pereira (1773-1852), brasileiro, bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra; José Victorino dos Santos e Souza (1780-1852), brasileiro, bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra (SILVA, 1998, p. 34).

9 A partir de 1810, na Academia Real Militar, o ensino da Matemática passa a atender à sequência didática: Aritmética – Álgebra – Geometria.

matemático direcionado à pesquisa Matemática mais avançada, vez que seu objetivo era formar engenheiros. Portanto, na Academia Real Militar formaram-se as primeiras gerações de engenheiros-matemáticos, futuros professores das escolas politécnicas e faculdades de filosofia do Brasil.

Aparecem na estrutura curricular da academia, o Cálculo Diferencial e noções mais avançadas de tópicos matemáticos, através da utilização dos livros de Leonardo Euler, Legendre, Francois Lacroix.¹⁰

Segundo Valente (2007, p. 106), a Academia Real Militar aos poucos foi se tornando um curso “superior” de Matemática, enquanto a Academia Real dos Guardas-Marinha sedimenta o caráter de colégio – ensino secundário elementar. Era um saber técnico e especializado para formação dos engenheiros.

(...) é mesmo no interior dos cursos técnicos-militares que vai se constituir o rol de conteúdos da Matemática escolar secundária que estará presente nos liceus e preparatórios do século XIX (Ibidem, p. 107).

A Academia Real Militar foi pensada e concebida tendo como base o modelo de organização, regulamentação e ensino da *École Polytechnique* de Paris. Na verdade, o desenvolvimento de todas as escolas, colégios e escolas normais no Brasil seguiu basicamente os modelos das escolas francesas.

Observamos, mais uma vez, que o ensino brasileiro esteve durante muito tempo vinculado ao ensino militar; o ensino da Matemática se traduzia na formação do oficial engenheiro militar. Somente através do Decreto Imperial de 1874 ocorreu a separação entre os ensinamentos militar e civil. Surgem assim as Escolas Politécnicas, com o objetivo exclusivo do ensino das engenharias.

Neste Decreto ficou estabelecido que tais escolas teriam a seguinte estrutura:

10 Leonardo Euler, considerado o maior elaborador de textos matemáticos de todos os tempos. Seus trabalhos abrangem vários tópicos: Teoria dos Números, Séries, Análise, Cálculo de Variações, Cálculo Infinitesimal, Geometria, Álgebra, dentre outros. Escreveu inúmeras obras na Matemática, na Óptica e na Astronomia. Foi professor da Academia de S. Petersburgo, ganhou por duas vezes o Grande Prêmio da Academia de Paris. Adrien-Marie Legendre, considerado um matemático de grande valor. Foi professor da Escola Militar de Paris. Membro da Academia de Ciências da França. Sua atividade principal era a pesquisa Matemática, desenvolveu trabalhos na área da teoria dos números e integrais elípticas. Escreveu o livro *Éléments de Géométrie* (1794). Sylvestre-François Lacroix, professor de Matemática da *École des Gardes de la Marine*, em Rochefort, e da Academia Militar de Paris. Escreveu *Essais sur l'enseignement en general et sur celui des mathématiques en particulier* (1805). Trabalhou nas Equações Diferenciais Parciais e no Cálculo de Variações.

Um curso geral (*introdutório e obrigatório para todos os alunos com duração de dois anos*) e os cursos especiais: Curso de Ciências Físicas e Naturais, Curso de Ciências Físicas e Matemática, Curso de Engenheiros Geógrafos, Curso de Engenharia Civil, Curso de Minas, Curso de Artes e Manufaturas (...) (SILVA, 1998, p. 38).

O Curso de Ciências Físicas e Matemática tinha duração de três anos e, ao final, o aluno recebia o título de bacharel. Neste Decreto ficou estabelecido que o grau de doutor em Matemática só seria conferido ao candidato aprovado em todas as “cadeiras” do bacharelado e que defendesse uma tese com aprovação.

O estudo mais sistemático da Matemática Superior neste período durou 22 anos, pois em 1896, durante a República, esses estudos passaram por uma estagnação. As reformas ocorridas, neste ano, nos estatutos da Escola Politécnica estabeleceram a extinção dos Cursos de Ciências Físicas, Matemáticas e Naturais. De 1896 até 1934, o ensino de Matemática Superior passou a ser apenas uma ferramenta para os cursos de Engenharia, e como estes estavam ainda pouco desenvolvidos no Brasil, em relação aos avanços que já ocorriam na Europa, seu ensino apresentava “um pobre elenco das matemáticas, mas que estava de acordo com as necessidades para formação de engenheiros à época”. Contudo, estes foram os únicos espaços até 1933, em que a Matemática Superior fora ensinada de maneira contínua.¹¹ (Ibidem, p. 39).

A Matemática, por ter sido estruturada como ferramenta das engenharias, e estas estarem apoiadas nas concepções do positivismo, acabou por assumir também as características da universalidade, imparcialidade e neutralidade, conforme salienta Cabral:

As escolas de Engenharia no Brasil nasceram em berço militar e sua fundamentação teórica remonta ao ensino francês, praticado no século XIX. Influenciadas pelo positivismo, essas escolas promoviam um ensino científico que reforçava a ideia de ciência como atividade universal, imparcial e neutra (CABRAL, 2010, p. 1).

Em 1934, com a fundação da Universidade de São Paulo (USP) e sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ocorreu no país um considerável desenvolvimento da Matemática.

11 O ensino da Matemática Superior de forma contínua entre 1811 a 1875, só ocorreu no Rio de Janeiro. Somente em 1876 começou em Minas Gerais na Escola de Minas de Ouro Preto, e, em 1894, na Escola Politécnica de São Paulo.

Naquela instituição tivera início um novo ciclo para o ensino e desenvolvimento das matemáticas no Brasil, livre, por exemplo, das influências do positivismo comteano. Nela fora criado um curso de graduação em Matemática, formando exclusivamente matemáticos e professores de Matemática para o Ensino Superior e para o Ensino Secundário. Um fato novo no país dos bacharéis (SILVA, 1998, p. 51).

Começava assim um novo ciclo para os estudos e desenvolvimento da Matemática no Brasil. Durante todo esse processo histórico de consolidação das transformações no campo da Matemática ficou evidente a ausência das mulheres. Essa ausência está ligada ao contexto histórico e social da época, e principalmente ao processo de ensino da Matemática Superior que sempre esteve ligado ao ensino militar e depois ao ensino das engenharias, contextos que não permitiam a presença das mulheres.

Não podemos esquecer que as mulheres só tiveram acesso ao Ensino Superior a partir de 1879, através da Reforma de Leôncio de Carvalho. Entretanto, essa questão de seu acesso às universidades já vinha sendo reivindicado através do empenho e luta de mulheres da elite brasileira. Algumas romperam barreiras para ingressar e estudar em universidades de outros países, a exemplo da primeira brasileira a formar-se em Medicina nos Estados Unidos, Maria Augusta Generosa Estrela, em 1879, que, ao retornar ao Brasil, sofreu discriminação para exercer sua profissão devido ao pensamento arcaico patriarcal da sociedade em relação à conduta das mulheres.

Segundo Vanin (2008), o Decreto nº 7.247, de 19/04/1879, determina no art. 24, parágrafo 20: “É facultada a inscrição (...) ao individuo do sexo feminino...”. Vanin argumenta que os motivos deste decreto:

(...) não foi apenas uma benesse do então ministro do Império, mas fruto também das reivindicações que as mulheres fizeram a partir dos recursos que dispunham naquele momento – artigos nos jornais femininos e, quiçá, discursos públicos... (Ibidem, p. 97).

Segundo Silva (1998), as primeiras mulheres de que se tem registro no Ensino Superior foram encontradas nas matrículas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1884: Rita Lobato Velho Lopes, Ermelinda Lopes de Vasconcelos e Antonieta César Dias. Ainda segundo Silva (1998, p. 86), a primeira mulher a graduar-se em Engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro foi Edwiges Maria Becker, em 1919.

Com a fundação da USP, criou-se o primeiro Curso de Matemática para formação de professores civis. A partir deste momento, a Matemática passou a caminhar desvinculada das concepções militares e da Engenharia. É o início da chamada “Matemática institucionalizada”.

Mesmo com o incremento nos estudos superiores da Matemática, a ausência das mulheres ainda continuou sendo marcante durante várias décadas. Atualmente, o número de mulheres no curso de graduação em Matemática vem crescendo, contudo esse aumento não está sendo acompanhado nos níveis das pesquisas científicas e tecnologias da área. Nestes espaços, ainda há uma predominância acentuada dos homens. Como afirma Tabak (2002, p. 41):

(...) houve, nas últimas décadas do século XX, uma presença muito forte da mulher nas universidades, nas instituições de Ensino Superior, o que não contribuiu, porém, para um aumento relativo de mulheres naqueles campos da Ciência e Tecnologia, ou seja, os índices de participação feminina continuam a estar muito aquém do que seria necessário e razoável esperar.

Mulheres matemáticas: ausência ou invisibilidade?

Uma visita ao site da Sociedade Brasileira de Matemática¹² é uma excelente oportunidade para uma reflexão sobre a presença feminina neste campo de conhecimento. Há, neste site, uma página em que estão citados os Associados Honorários, que são aqueles que, segundo o texto que os apresenta, “são matemáticos e cientistas cujo trabalho tenha contribuído de forma relevante para o desenvolvimento da Matemática no Brasil.” O texto continua explicitando que o título é concedido levando-se em conta os seguintes parâmetros:

(...) contribuição científica do pesquisador e seu impacto no desenvolvimento da Matemática, a formação de pesquisadores e o papel que estes exerceram ou exercem na Matemática brasileira e as marcas positivas que a atuação do cientista deixou na Matemática brasileira, bem como sua contribuição para projetá-la no exterior.

12 Disponível em: <<http://www.sbm.org.br>>.

Parecendo corroborar as representações sociais sobre diferenças no campo cognitivo entre mulheres e homens, representações estas que apontam certa incompatibilidade entre as mulheres e os números, não há sequer uma mulher entre os Associados Honorários da SBM. Analisando-se ainda as Secretarias Regionais da SBM, também citadas no site, verifica-se que entre as 27 existentes, apenas cinco são presididas por mulheres. Continuando a breve incursão na entidade mais representativa da Matemática no Brasil, pode-se ver ainda, nas publicações reunidas pela SBM, a pequena representação de mulheres matemáticas pesquisadoras publicando regularmente em importantes periódicos nacionais dedicados à Matemática.¹³

Visitando o site do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa)¹⁴ no Rio de Janeiro, importante e consagrada instituição de estudos de Matemática – inclusive sendo considerado o instituto matemático de maior prestígio na América Latina – observa-se a ausência já esperada das mulheres tanto como alunas como pesquisadoras. O Impa foi criado pelo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) em 1952, com o objetivo de estimular a pesquisa científica matemática no Brasil. Nos dias atuais, o Instituto apresenta, além dos programas de formação de pesquisadores – mestrado e doutorado –, o fomento ao intercâmbio de pesquisa nacional e internacional, realização de reuniões científicas, o Colóquio Brasileiro de Matemática e Programas de Pós-Doutoramento e Pós-Graduação de verão. Além destas atividades, o Impa vem oferecendo com frequência o Curso de Reciclagem para os professores de Matemática do Ensino Secundário.

Muitos professores e pesquisadores que atuam no cenário das universidades brasileiras são oriundos deste espaço. Contudo, desde a sua fundação, as mulheres ainda continuam afastadas deste lugar tão privilegiado. O atual diretor do Impa, o matemático e pesquisador César Camacho, em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*,¹⁵ ao ser questionado sobre a pequena participação das mulheres na história do Instituto, revela:

De fato, há só *uma* pesquisadora no momento e houve *outra* no passado. No último concurso para vagas de pós-doutorado, dos 175 candidatos, (...) havia só *três* mulheres. Ou seja, *não depende só*

13 *Eureka; Matemática Contemporânea; Ensaio Matemáticos: Boletim da SBM; RPM; RMU.*

14 Disponível em: <www.impa.br>.

15 MORAES, Fernando. Centro de Matemática busca diversidade. *Folha de S. Paulo*. 12/10/2012. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/ciencia/1168156-centro-de-matematica-busca-diversidade.shtml>. Acesso em: 06/12/2012.

de nós. Outro exemplo: na Olimpíada Brasileira de Matemática temos três níveis de avaliação de acordo com a idade. No primeiro nível, entre os medalhistas de ouro, cerca de 25% são mulheres, no último nível apenas 9% das mulheres recebem medalhas. Não sabemos explicar o fenômeno. Mas, queremos mudá-lo. No último edital mundial que fizemos para o programa de pós-doutorado, dissemos que o Impa aprecia a diversidade em todas as suas formas e vê com muita boa vontade a candidatura de mulheres.

Ao analisar a fala do diretor Camacho, pode-se inferir que pelo menos já existe uma percepção de que algo vem acontecendo em relação à ausência tão marcante das mulheres no Impa. Contudo, parece não existir a consciência de que não basta uma chamada em editais valorizando as diversidades; estamos denunciando há muito tempo que se necessita, sim, de mudanças e mecanismos que favoreçam o desenvolvimento matemático das meninas desde as brincadeiras infantis voltadas ao raciocínio, à abstração, às quebras de concepções estereotipadas na família, na escola, nos órgãos governamentais, enfim, na sociedade.

O processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência. Não se deve esperar que as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento que em suas origens foi estruturado para excluí-las (SCHIENBINGER, 2001, p. 37).

O pesquisador Camacho diz: *não depende só de nós*; acrescentamos que de fato *depende de todos nós*. Inicialmente, ao ler essa frase, é possível pensar: Será que as discussões sobre as relações de gênero, as abordagens levantadas pelas críticas feministas às frágeis oportunidades para o trabalho na área das ciências estão começando a penetrar nesses espaços tão privilegiados e completamente dominados pelos homens? Ou será que essa frase, na verdade somente esconde o pensamento androcêntrico e mítico de que as mulheres não estão nestes espaços por razões biológicas inerentes a elas mesmas?

Muito ainda é preciso avançar para localizar todos os fatores que estão contribuindo para essas ausências. Pode-se, contanto, afirmar que muitos deles estão tão naturalizados, tão “invisíveis” nas instituições, na academia, que as próprias mulheres acreditam na sua não existência. A negação das relações de gênero só demonstra que estas estão sempre presentes nas nossas vidas. Segundo Castellanos (1996, p. 38, tradução livre das autoras):

“Pensa-se (...) que há aspectos da vida (pública, sobretudo) que nada tem a ver com o gênero. (...) [Contudo] as determinações de gênero atravessam todos os aspectos da vida social”.¹⁶ A negação das questões de gênero é algo ainda tão comum nos dias atuais que vale a pena retomar Castellanos (Idem, p. 38, tradução livre das autoras): “ali onde o gênero parece menos relevante é onde é mais pertinente”.¹⁷

Os dados do Impa não deixam dúvidas quanto à ausência das mulheres em todas as categorias educacionais da instituição.

Quadro 1. Níveis de formação segundo o sexo no Impa

Alunos	Mulheres	Homens	Total
Iniciação Científica	0	3	3
Mestrado	6	28	34
Mestrado Profissional	1	27	28
Doutorado	14	83	97

Fonte: IMPA/2013 (www.impa.br). Quadro elaborado pelas autoras.¹⁸

No corpo docente/científico, dentre os 45 nomes, apenas uma única mulher: Carolina Bhering de Araújo. Em todas as outras categorias: Pesquisador Emérito, Pesquisador Extraordinário, Pesquisador Honorário, Pesquisador da UMI/IMPA-CNRS¹⁹ há apenas homens. Como Pesquisador Visitante no período anual de 2013, do total de 80 visitantes, apenas seis mulheres compõem a lista.

A única pesquisadora do Impa, Carolina Bhering, inicialmente ingressou no Curso de Engenharia na PUC-RJ influenciada pela presença marcante de vários engenheiros na família. Contudo, logo no primeiro ano da faculdade viu sua tendência aflorar para os estudos da Matemática, ao sentir-se cada vez mais atraída por essa área. Assim sendo, mudou de curso, terminou a graduação e se envolveu nos estudos de pós-graduação

16 No original: “Se piensa, (...), que hay aspectos de la vida (pública, sobre todo) que nada tienen que ver con el género. (...) [Contudo] las determinaciones de género atraviesan todos los aspectos de la vida social”.

17 No original: “allí donde el género parece menos relevante, es donde es más pertinente...”

18 Agradecemos a Ana Maria Menezes de Jesus, aluna do doutorado do Impa pelas informações prestadas para construção deste quadro.

19 A Unidade Mista Internacional (UMI) foi criada por meio de acordo envolvendo o Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) que viabiliza a estadia de pesquisadores franceses do CNRS e de universidades francesas no Impa durante o período de um ano.

no exterior. Doutorou-se em Matemática pela Princeton University e fez pós-doutorado no Mathematical Science Research Institute (MSRI), em Berkeley. Concentra sua pesquisa na área da Geometria Algébrica. Em 2008, foi laureada com o prêmio L'Oréal “Mulheres na Ciência”,²⁰ com a pesquisa “O espaço projetivo e variedades de Fano”. E, em 2009, passou a fazer parte da Academia Brasileira de Ciências (ABC) como membro associado.²¹

Esta Academia²² foi fundada em 1916 nas dependências da Escola Politécnica do Rio de Janeiro com o objetivo de estimular o trabalho científico, seu desenvolvimento e a difusão da ciência. O século XXI chegou trazendo inovações na missão da ABC, que a partir de então, começou a atuar na política de desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), além de estar participando de fóruns para discussão de questões envolvendo educação, pobreza, meio ambiente, gênero, violência, entre outros. Pode-se inferir que esse novo modelo de atuação se deve às pressões que vêm ocorrendo nos meios científicos, provocadas pelas manifestações feministas e dos vários movimentos sociais, na busca de um desenvolvimento científico igualitário.

Participar de fóruns de discussões envolvendo as questões de gênero significa uma abertura nas concepções androcêntricas²³ que pautavam (?) as estruturas da ABC. Observamos que a ABC nasceu no berço das engenharias, marcadamente constituída e dirigida por homens. As mulheres permaneceram ausentes deste espaço durante muitos anos. Segundo Tabak (2002, p. 206), só em 1951, após 35 anos de criação, uma mulher Marília Chaves Peixoto, engenheira formada, mas apaixonada pela Matemática foi eleita membro da Academia Brasileira de Ciências.²⁴ Em 1952, houve a participação da segunda mulher, Maria Laura Mouzinho.

20 O Programa L'Oréal/ABC-Unesco para Mulheres na Ciência foi criado em 2006, numa parceria destas três entidades com o objetivo de premiar recém-doutoras(es) brasileiras(os) com projetos de alto mérito a serem desenvolvidos no período de um ano em instituições brasileiras. O prêmio consiste numa bolsa no valor de 20 mil dólares para realização do projeto (www.abc.org.br).

21 Essa categoria foi criada em 2007 com o objetivo de proporcionar a jovens cientistas um intercâmbio com a Academia, durante um período de cinco anos.

22 Inicialmente foi denominada de Sociedade Brasileira de Ciências.

23 Segundo Yannoulas et al. (2000, p. 305): “O enfoque de gênero é postulado como potencial alavanca das estruturas científicas existentes. Negá-lo ou desconhecê-lo significa, sem dúvida, parcializar o conhecimento ou diminuir seu potencial emancipador”.

24 Dez anos depois de sua criação, duas mulheres receberam as condecorações de membros intermediários da ABC: Madame Curie e Emilie Sneathlaga, em 1926; Carlota Joaquina de Paiva Maury (paleontóloga), em 1937. Oficialmente, Marília Peixoto é considerada a primeira mulher brasileira a participar da ABC (MELO, 2003, p. 13).

De 1953 a 1990, as mulheres matemáticas ficaram novamente ausentes deste espaço científico – nenhuma foi eleita neste período. Em 1991, a pesquisadora Ketí Tenenblat foi consagrada membro titular devido a suas renomadas pesquisas. Ainda hoje, o índice de participação feminina é muito baixo. Segundo Melo (2003, p. 8), os dados de 2003 da ABC revelam que dos “571 sócios, apenas 56 são mulheres, ou seja, 9,8% dos acadêmicos”. Apesar destes pequenos índices, não podemos negar que uma “pequenina fissura” já foi formada, restando agora a implementação de “novas rupturas” para que este espaço possa ser transformado e o nome de grandes mulheres cientistas figure em seus quadros.

Em 2001, o diretor da ABC, Eduardo Krieger, durante a comemoração dos 50 anos da instituição, comentou: “Comprova-se, assim, o princípio universalmente aceito de que só pode aspirar a usar e aplicar ciência o país que produz ciência” (TABAK, 2002, p. 241). Portanto, para se produzir ciência não se pode ignorar, excluir e invisibilizar a participação e o conhecimento de metade da população capaz de absorver, compreender, transmitir, transformar, desenvolver e criar novas formas de conhecimento científico.

Uma estratégia interessante para minimizar as assimetrias observadas e descritas até aqui seria tornar visíveis as contribuições de mulheres científicas matemáticas, apresentando suas trajetórias profissionais e suas contribuições para o desenvolvimento do pensamento matemático no país. Neste momento, precisamos chamar atenção para as dificuldades de encontrarmos na historiografia brasileira os dados da participação das mulheres nas diversas áreas do conhecimento, prejudicando assim nossos relatos. Como argumenta Leta (2003, p. 3-4):

A literatura brasileira sobre essa temática (...) é de difícil acesso e muito dispersa. (...) a falta de dados sistemáticos no Brasil sobre a formação e o perfil dos recursos humanos na Educação Superior e na ciência, (...) dificultam muito a contextualização dessa discussão.

No ensino ou na pesquisa?

Em estudo recente, publicado em 2012, Moreira et al. analisaram alguns elementos do perfil de um grupo de 664 ingressantes em cursos de licenciatura em Matemática nos anos de 2008, 2009 e 2010 de 18 instituições de Ensino Superior em dez estados da Federação. Embora

os autores tenham tido o cuidado de não generalizar os dados obtidos, é importante ressaltar que o número de ingressantes e as instituições de Ensino Superior que integram a amostra do estudo são bastante significativos e representativos do sistema brasileiro. O estudo registrou o número de 320 mulheres em um universo de 664 ingressantes, ou seja, 48,19%. Este dado contradiz a ideia do Inep (BRASIL, 2003) que, no caso específico de professores de Matemática em exercício nas escolas brasileiras, apontava algo em torno de 44% de homens e 56% de mulheres no Ensino Fundamental e uma quase inversão nesses números (55% contra 45%), no Ensino Médio. Os autores também reportam que dados da Unesco sobre a Educação Básica no Brasil apontam para uma presença feminina de 82% contra 18% de homens professores considerando todas as disciplinas. Assim, parece estar havendo um aumento significativo do número de mulheres no campo do ensino de Matemática.

Os dados sobre a presença feminina na pesquisa Matemática são incipientes. Um estudo de Melo e colaboradoras, de 2004, afirma que, em relação às Ciências Exatas e da Terra, o número total de pesquisadores atingia 7.257, sendo 5.027 homens e 2.214 mulheres; na engenharias; em Ciências da Computação, tinha-se o total de 8.143, sendo 6.364 homens e 1.758 mulheres. Em relação às lideranças dos grupos de pesquisa nos dados do CNPq, as autoras pontuavam na época: “com a titulação de mestrado, aumentam as áreas lideradas por mulheres, além dos já tradicionais campos da Biologia e Saúde, das áreas de Humanas, das Ciências Sociais Aplicadas e de Letras. A situação se inverte quando se atinge o topo da carreira. Entre os doutores, o predomínio masculino é total, exceção única de letras. Não há mais nenhuma grande área do conhecimento que apresente liderança feminina” (Ibidem, p. 88).

De acordo com as análises das autoras, a manutenção de espaços tradicionalmente de predominância masculina revela o peso da história, das tradições, das experiências, do modelo patriarcal, cultural, dentre outros fatores. “Não se pode superar, do dia para a noite, marcas culturais que impuseram às mulheres restrições no universo das escolhas profissionais socialmente chanceladas” (MELO, 2004, p. 91).

As construções sociais e históricas continuam demarcando espaços na vida de homens e mulheres. As representações sociais precisam ser analisadas, reavaliadas e principalmente, transformadas. O campo matemático e das Ciências Exatas em geral, precisam ser questionados, avaliados e modificados sob a luz dos estudos de gênero, ciência e tecnologia

para que as mulheres tenham uma participação efetiva em condições de igualdade com os homens.

Algumas das mulheres invisíveis

As poucas mulheres que aparecem na historiografia Matemática brasileira são: Maria Laura Mouzinho, primeira mulher brasileira a obter o título de Doutor em Ciência, em 1949, através dos seus estudos de Livre Docência, apresentando o trabalho *Espaços Projetivos-Reticulado de seus Subespaços* e Elza Gomide que doutorou-se em 1950, defendendo a tese intitulada *Sobre o Teorema de Artin-Weil*. No entanto, um olhar mais cuidadoso revela outras mulheres de grande importância neste campo, como Marília Chaves Peixoto (1921-1961)²⁵ que ingressou em 1939 na Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) e graduou-se em 1943. Publicou um livro sobre Cálculo Vetorial e artigos matemáticos sobre estudos na área da Teoria Qualitativa das Equações Diferenciais Ordinárias, que atualmente compõe a subárea Matemática dos Sistemas Dinâmicos (SILVA, 2009, p. 56). Segundo Silva (2006, p. 95), “em 1948, Marília Chaves Peixoto obteve o grau de Doutor²⁶ (...) pela Escola Nacional de Engenharia, ao ser aprovada em concurso para livre-docente. (...) Ela defendeu a tese intitulada *On Inequalities $y''' \geq G(x, y, y', y'')$ ”*”.

Keti Tenenblat (1944) nasceu na Turquia, mas, veio para o Brasil em 1957, permanecendo e consolidando aqui toda sua formação. Fez licenciatura em Matemática na FNF, formando-se em 1967. Concluiu o mestrado em 1969, na University of Michigan (UMICH), EUA, durante o período que acompanhava o marido em viagem ao país. Doutorou-se no Impa em 1972, apresentando a tese “Uma estimativa para o comprimento de Geodésicas Fechadas em Variedades Riemannianas”. Na área das pesquisas científicas é considerada uma pesquisadora de alto mérito, sendo convidada a apresentar-se em palestras e congressos em diversos países. Tem vários livros e artigos publicados e a participação em inúmeras orientações de mestrado e doutorado. Seus trabalhos estão mais voltados para a área da Geometria

25 As fontes consultadas nestas descrições das pesquisadoras foram os sites da ABC, CNPq, IM/UFRJ, ICMC-USP/São Carlos os quais constam nas referências finais.

26 Há algumas divergências em relação às primeiras mulheres a receber esse título. Iremos discutir essa questão.

Riemanniana; Aplicações da Geometria Diferencial a Equações Diferenciais; Geometria das Subvariedades e Geometria de Finsler. Participou também da criação do software *Acogeo*, para a computação gráfica e o estudo da geometria diferencial.

Maria Aparecida Soares Ruas (1948) licenciou-se em Matemática em 1970, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Fez mestrado (1974) e doutorado (1983) no Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da USP, apresentou a tese de doutorado intitulada "CI-determinação finita e aplicações". Concluiu a Livre Docência em 1992. Como docente iniciou sua carreira na FFCL/Araraquara e atualmente é professora titular no Instituto de Ciências Matemáticas e Computação da USP/São Carlos. Nesta instituição, já foi chefe do Departamento de Matemática, vice-diretora e presidente das Comissões de Pós-Graduação e Pesquisa. Foi sócia fundadora da SBM e atualmente faz parte da comissão de membro diretor. É a líder do grupo de pesquisa na área das Teorias das Singularidades e coordena vários projetos nacionais e internacionais. Em maio de 2010, recebeu das mãos do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a comenda da Ordem de Mérito Científico na categoria Grã-Cruz, graças ao mérito das suas pesquisas científicas.

Maria José Pacífico (1952) iniciou seus estudos na Matemática no curso de licenciatura da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Fez mestrado (1976) e doutorado (1980) no Impa. Seu trabalho de tese foi intitulado "Campos de Morse-Smale em 3-variedades compactas com bordo". Realizou seu pós-doutorado (2008-2009) na Scuola Normale Superiore Di Pisa. Atua na linha de pesquisa dos Sistemas Dinâmicos e Teoria Ergódica. Possui vários trabalhos publicados nos *Annals of Mathematics*; *Publications Mathématiques*, dentre outros. Em 2005, passou a integrar a lista de membros titulares da ABC.

Este pequeno relato da significativa participação de algumas mulheres no desenvolvimento da Matemática é muito revelador em vários aspectos. Primeiro, as mulheres que conseguem alcançar os meios científicos realizam suas pesquisas de forma brilhante e habilidosa, contribuindo significativamente para elevar a Matemática nacional e internacionalmente. Segundo, demonstram que o mito da incapacidade das mulheres quanto às habilidades cognitivas matemáticas é falso e que não passa de uma "armadilha" criada pelo poder patriarcal. Contudo, não podemos negar as perguntas que surgiram durante esta elaboração: Por que tanta dificuldade

em encontrá-las? Por que um relato com um número tão pequeno de mulheres pesquisadoras matemáticas?

Nossas possíveis respostas: não há uma divulgação ampla das realizações ocorridas nos meios científicos, fora dele. Para conseguir pequenas informações, na maioria das vezes incompletas e dispersas, foi preciso primeiro buscar conhecer os caminhos de acesso a essas informações. Como se trata de conhecer histórias de mulheres cientistas matemáticas, a historiografia é muito incipiente e demonstra que, apesar do aumento da inserção destas nos ciclos universitários, este fato ainda não mostrou aos historiadores que elas precisam e devem ser reveladas na história brasileira. Quanto ao número de mulheres escolhidas neste trabalho, o critério foi falar apenas das que fizeram e fazem parte da ABC,²⁷ não desmerecendo as que por certo realizam várias pesquisas significativas e importantes neste cenário, a exemplo da professora Suely Druck idealizadora da Olimpíada Brasileira de Matemática da Escola Pública (Obmep). Contudo, não podemos esquecer que, mesmo que fosse possível revelar neste espaço mais mulheres matemáticas cientistas, o número seria pequeno em relação à quantidade de matemáticos homens que lideram os espaços historiográficos.

Sabemos que ainda temos que continuar buscando os mecanismos que afastam as mulheres dos espaços que envolvem o conhecimento matemático. Mas, podemos inferir que um dos caminhos será transformarmos as concepções que lideram os espaços acadêmicos científicos, que continuam adotando “o rigor científico, porque fundado no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que ao quantificar, desqualifica” (SANTOS, 2008, p. 54). Desqualifica a participação das mulheres, por meio dos mitos da inferioridade, os quais são, comprovadamente, uma grande “armadilha” no jogo de interesses e poder.

Concordamos com Cabral (2005, p. 5), para quem as mulheres continuam sofrendo com as barreiras invisíveis que afetam suas trajetórias profissionais:

Hoje, não há restrições aparentes para o seu acesso aos sistemas educacionais, mas ergue-se uma série de outras barreiras que restringem sua participação na produção do conhecimento científico e tecnológico, hierárquica e territorialmente, num universo androcêntrico de pesquisa e trabalho.

27 Agradeço a Elisa Oswaldo-Cruz, assessora de comunicação da ABC, pelas informações concedidas via e-mail.

No Estado da Bahia, a atenção se volta para a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Bahia (FF, 1941), onde era oferecido o curso de Matemática, cuja criação se deu de modo muito peculiar, pois, desde o início, o número de mulheres a colar grau nos cursos de graduação foi superior ao de homens. Além disso, algumas destas mulheres matemáticas mantiveram-se ativas no cenário matemático baiano, mantendo e consolidando as atividades do Instituto de Matemática e Física da Universidade da Bahia (IMFUBa).²⁸ Dentre estas, duas professoras participaram como as pioneiras na articulação da fundação do referido Instituto (1960), Martha Maria de Souza Dantas e Arlete Cerqueira Lima, que constituem objeto de análise na tese de doutorado de uma das autoras deste texto.²⁹ Professoras, como Renata Becker, Eliana Nogueira, Nilza Ventura, entre outras, mantêm a tradição de liderança de mulheres na Matemática da Bahia.

Cabe-nos ainda uma reflexão: mesmo que continuemos a avançar nesse espaço ainda tão androcêntrico, seria suficiente o aumento numérico das mulheres nas instituições que se dedicam aos estudos no campo da Matemática para a solução das assimetrias tão marcantes? Poderíamos questionar, como o fazem Souza e Yannoulas (2010, p. 14), que o simples ingresso maciço de mulheres modificaria as estruturas e mecanismos masculinizados próprios deste campo? Ou seja, a feminilização contribuiria para a feminização, alterando as ideias e práticas segundo os pontos de vista metodológico e epistemológico? Acreditamos que estamos longe dessas transformações, por conta da assimilação obrigatória das poucas mulheres ingressantes aos modos e protocolos de atuação característicos do campo. Neste sentido, concordamos que políticas específicas podem e devem ser implementadas, não apenas quanto ao estímulo para que jovens mulheres se interessem pela Matemática e adentrem esta área de conhecimento no meio acadêmico, mas também que se estimulem as discussões que articulam as questões de gênero ao pensamento científico, desnudando-se assim o androcentrismo e os preconceitos quanto à capacidade cognitiva das mulheres e suas habilidades enquanto pesquisadoras, histórica e socialmente construídas e ainda presentes em certos ambientes acadêmicos.

28 Somente em 1965 a Universidade da Bahia passou a ser chamada Universidade Federal da Bahia (UFBA).

29 Márcia Barbosa de Menezes.

Referências

CABRAL, Carla Giovana. Pioneiras na Engenharia. CONGRESSO IBERO-AMERICANO de CIÊNCIAS, TECNOLOGIA e GÊNERO, 8. 2010. Disponível em: <files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteúdo_cd/E2_Pioneiras_na_Engenharia.pdf>.

CABRAL, Carla; BAZZO, Walter Antonio. A compreensão de CT e valores de professoras da área tecnológica: barreiras e caminhos para uma consciência crítica. In: Atas do ENPEC, 5, n. 5, 2005. Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/venpec/conteudo/artigos/1/pdf/p718.pdf>>. Acesso em: 11/08/2012.

CASTELLANOS, Gabriela. Género, poder y postmodernidad: hacia un feminismo de la solidaridad. In: LUNA, Lola; VILANOVA, Mercedes (comp.) Desde las orillas de la política. Género y poder en América Latina. SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR MUJERES Y SOCIEDAD. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1996, p. 21-48.

FINE, Cordelia. *Delusions of gender: the real science behind sex differences*. Londres: Icon, 2010.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <www.revistas.usp.br/eav/article/view/9956/11528>.

MELO, Hildete P. de; CASEMIRO, M. C. P. A ciência no feminino: uma análise da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciência. *Revista Rio de Janeiro*, n. 11, 2003. Disponível em: www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_11/11-Hildete.pdf>.

MELO, H. P. de; LASTRES, H. M. M.; MARQUES, T. C. de N. Género no sistema de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. *Gênero*, v. 4, n. 2, 2004, p. 73-94.

MOREIRA, Plinio Cavalcanti et al. Quem quer ser professor de Matemática? *Zetetiké – FE/Unicamp*, v. 20, n. 37, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Trad. Raul Fiker. São Paulo: Edusc, 2001.

SILVA, Clóvis Pereira da. *A Matemática no Brasil: uma história de seu desenvolvimento*. 2. ed., 1998. Disponível em: <www.accefyn.org.co/PubliAcad/clovis/titular/titular.htm/>.

_____. Sobre o início e consolidação da pesquisa matemática no Brasil. *Revista Brasileira de História da Matemática (RBHM)*, v. 6, n. 11, 2006, p. 67-96. Disponível em: <www.rbhm.org.br/issues/RBHM%20-%20vol.6,%20no11,%20abril%20%282006%29/C1%C3%B3vis%20-%20parte%201%20-%20RBHM,%20Vol.%206,%20no%2011,%20p.%2067-96,%202006.pdf>.

_____. Aspectos históricos do desenvolvimento da pesquisa matemática no Brasil. São Paulo: Livraria da Física/SBHMAt., 2009.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Cuerpos Sexuados*. Barcelona: Melusina, 2006.

SOUZA, Angela M. F. L.; YANNOULAS, Silvia C. Argumentos em torno da gaveta: sobre políticas afirmativas de gênero e meritocracia no âmbito científico. In: ANAIS DO SIMPÓSIO GÊNERO E PSICOLOGIA SOCIAL – DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, 2010, p. 37-48. Disponível em: <http://generoepsicologiasocial.org/wp-content/uploads/Anais_do_Simposio_Genero_e_Psicologia_Social2010.pdf#page=41>.

TABAK, Fanny. *O laboratório de pandora: estudos sobre a ciência no feminino*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TEIXEIRA, Anísio. *Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. 212p.

VALENTE, Wagner Rodrigues. *Uma história da Matemática escolar no Brasil, 1730-1930*. 2. ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.

VANIN, Iole Macedo. *As damas de branco na biomedicina baiana (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. 275f. il. 2008. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/2008VANIN_Iole-As_damas_de_branco_na_biomedicina_baiana_1879-1949_-_medicas_farmaceuticas_e_odontologas.pdf>.

YANNOULAS, S. C.; VALLEJOS, A.; LENARDUZZI, Z. Feminismo e academia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 81, p. 425-451, 2000. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/131/131>>.

YANNOULAS, S. C. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, v. 2, p. 271-292, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368/1583>>.

Formação e docência em Engenharia na ótica do gênero: um balanço de estudos recentes e dos sentidos da feminização

Maria Rosa Lombardi¹

Por que tão poucas mulheres? Esta é uma questão recorrente quando se trata da Engenharia como campo de trabalho ou de estudos. A pergunta tem sido feita em diferentes fóruns, desde os órgãos de imprensa da categoria profissional, pesquisadoras(es), até os(as) próprios(as) engenheiros(as). Igualmente, várias razões têm sido invocadas para explicar a pequena presença das mulheres na Engenharia. Algumas se reportam a limitações impostas pela profissão, p.ex., a sua origem militar, as condições de trabalho adversas encontradas pelos profissionais em algumas especialidades, o comando de equipes masculinas; outras localizam o problema numa incompatibilidade entre a Engenharia e uma dada concepção de feminino, avessa às matemáticas, à racionalidade e à objetividade, não predisposta à competição, traços atribuídos à Engenharia e ao masculino.

As estatísticas oficiais reafirmam a lenta feminização da Engenharia no Brasil, em diversos âmbitos. Por meio da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego, sabe-se que, em 2011, 17,4% dos empregos formais de engenheiros eram femininos. Mesmo que essa proporção tenha aumentado quando comparada às de 2009 (15,8%) e 2004 (14%), o ingresso das mulheres em outras profissões é um processo mais consolidado: em 2009, elas detinham 42% dos empregos para médicos e 50%, dos para advogados. No âmbito da formação, vem crescendo devagar o número de moças matriculadas, como informa o Censo do Ensino Superior do Inep/MEC: em 2005, 20% das matrículas em cursos de Engenharia eram

¹ Participou da revisão bibliográfica Uvanderson Vitor Silva, doutorando na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e bolsista Fundação Carlos Chagas (FCC).

femininas e, em 2010, giravam em torno de $\frac{1}{4}$ (ENGENHARIADATA, 2012). O ingresso das mulheres como docentes universitárias e pesquisadoras acadêmicas em Engenharia, por sua vez, tem evoluído muito lentamente. Em 1990, na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tabak (2002) verificou que as docentes não ultrapassavam 10%. Dez anos depois, no início dos anos 2000, em outra tradicional escola de Engenharia, a Politécnica da Universidade de São Paulo, apenas 10% do corpo docente era composto de professoras e, entre elas, apenas duas eram titulares. Finalmente, em 2008, 25% dos pesquisadores em Engenharia eram mulheres, enquanto no conjunto da pesquisa científica nacional, praticamente a metade – 49% – era composta por pesquisadoras.

Fato é que estudos continuam sendo feitos para explicar por que tão poucas mulheres se dedicam à Engenharia no Brasil e demais países ocidentais. Entre nós, identificar a posição das mulheres no campo das ciências, da tecnologia de forma geral e da Engenharia, em especial, bem como acompanhar a evolução desse processo no decorrer do tempo, são preocupações permanentes das pesquisadoras feministas, desde os anos 1980.

Em que ponto estamos atualmente, quanto ao conhecimento das questões de gênero nas engenharias? Qual é a posição atual e a direção do processo de feminização da Engenharia no Brasil? Quais indícios os estudos recentes nos trazem sobre as questões de gênero na Engenharia? A produção nacional sobre gênero e Engenharia continua escassa, como afirmam alguns pesquisadores? Quais as matrizes interpretativas mais utilizadas?

Essas são algumas questões que serviram de estímulo ao desenvolvimento de um estado da arte dos estudos sobre Engenharia e gênero que estamos realizando, no momento, na Fundação Carlos Chagas,² no qual este artigo se baseia. Esse “estado da arte” se preocupou em quantificar e classificar a produção localizada e em analisá-la, comentando o referencial teórico principal, as metodologias e técnicas de pesquisa utilizadas e alguns dos seus resultados. Longe de pretender ser exaustivo, baseou-se nos artigos, teses e dissertações em formato digital que puderam ser recuperados via internet ou outras mídias eletrônicas, utilizando-se como expressões de busca “mulheres na Engenharia”, “gênero e Engenharia”, além de algumas publicações impressas. A busca contemplou o período de tempo de 12 anos,

2 O estudo em questão chama-se “Por que tão poucas? Um estado da arte dos estudos em Engenharia e gênero”, com previsão de término para o segundo semestre de 2013.

entre 2000 e 2012, e foi realizada entre os meses de dezembro de 2012 e março de 2013, nas fontes discriminadas a seguir.

Os critérios de seleção das fontes pesquisadas buscaram contemplar a amplitude da produção acadêmica nacional pesquisando o banco de teses e dissertações da Capes e, ao mesmo tempo, dirigiram o foco para eventos, publicações e grupos de pesquisa que trabalham com as questões de gênero, ciência e tecnologia. Nesse sentido, foram procurados artigos em publicações e eventos das áreas de ‘estudos feministas e de gênero’ (seminários Fazendo Gênero, revista *Estudos Feministas*, *Cadernos Pagu* etc.), em publicações e eventos da área de ‘gênero, ciência e tecnologia’ (Congresso Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia, simpósios nacionais de tecnologia e sociedade, revista *Tecnologia e Sociedade*, *Cadernos de Gênero e Tecnologia*), ‘gênero e trabalho’ (seminários Trabalho e Gênero). Além disso, foram consultados os bancos de teses e dissertações da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo, prioritariamente, em busca da produção de pesquisadoras do Instituto de Geociências (IGE) e de seus orientandos, reconhecido núcleo de estudos sobre gênero nas ciências.³ Também se investigaram os bancos de teses e dissertações do Instituto de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (IGE-UFSC), centro de excelência em estudos de gênero no país; do Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB (PPGPS), seguindo pesquisadora em feminização e trabalho e gênero⁴ e seus orientandos; do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGTE-UTFPR), buscando a produção das integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Tecnologia⁵ (GeTec) e seus orientandos. Ainda se buscou a produção recente de algumas pesquisadoras reconhecidas nas temáticas em análise⁶ e a recuperação de textos publicados

3 Maria Margaret Lopes, Lea Velho, Maria Conceição da Costa, Teresa Citeli, pesquisadoras e professoras no IGE/Unicamp. As duas primeiras são reconhecidas nacional e internacionalmente por seus estudos sobre gênero nas ciências. Margareth Lopes e Maria Conceição da Costa são pesquisadoras no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp.

4 Sílvia Yannoulas.

5 Marília Gomes de Carvalho, Nanci Stancki da Silva, Lindamir Salette Casagrande e outras. Professoras na UTFPR e pesquisadoras no GeTec, grupo que tem desenvolvido pesquisas regulares sobre as engenharias na perspectiva de gênero.

6 Hildete Pereira de Melo, Fanny Tabak, Jaqueline Leta, Carla Giovana Cabral, Maria Rosa Lombardi. As quatro primeiras são referência nos estudos sobre gênero, ciência e tecnologia; as duas últimas, nos estudos sobre gênero e Engenharia.

especificamente e livros.⁷ Outro critério de inclusão de textos na análise: apresentar referências à Engenharia (cursos, docentes, pesquisadores, produção científica, profissionais etc.), mesmo que aparecessem no corpo de análises mais gerais, incluindo outros campos científicos e tecnológicos ou outras áreas de conhecimento.

Fontes de pesquisa bibliográfica:

- I. Bancos de teses e dissertações da Capes, da Unicamp, do IEG-UFCS, do PPGPS-UnB, do GeTec-UTFPR, do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia (Neim-UFBA).
- II. Anais:
 - a. Congresso Ibero-Americano de Ciência, Gênero e Tecnologia, da UTFPR, 2010 (CD ROM);
 - b. Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade, TecSoc-UTFPR, 2009 e 2011 (CD ROM);
 - c. FG-Seminário Internacional Fazendo Gênero, da UFSC: FG4, 2000; FG5, 2002; FG6, 2004; FG8, 2008, FG9, 2010 (<http://www.fazendogenero.ufsc.br/>); FG7, 2006 (CD ROM);
 - d. Seminário Trabalho e Gênero, da Universidade Federal de Goiás (UFG), 2010 e 2012 (CD ROM).
- III. Periódicos na Base Scielo:

Revista *Estudos Feministas*, da UFSC, 2001 a 2012 (http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0104-026x&script=sci_serial);

Cadernos Pagu, da Unicamp, 2001 a 2012 (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-8333&lng=pt&nrm=iso);

Cadernos de Pesquisa, da FCC, São Paulo/SP; 2000 a 2012 (http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/lng_pt/pid_0100-1574/nrm_iso).
- IV. Outros periódicos:
 - a. Revista Eletrônica *Interthesis*, da UFSC, v. 8, n. 2, 2011;
 - b. *Arbor* Revista de Ciencia, Pensamiento y Cultura, n. 733, set.-out./2008, Universidade Complutense de Madrid, Espanha (<http://www.a360grados.net/revista.asp?id=182>);
 - c. Revista *Gênero*, da UFF-Niterói, v. 4, n. 2, 2004;

⁷ Santos, 2006; Samara e Facciotti, 2004; Portinho, 1999; Ristoff, 2008 (vide discriminação em Fontes de Pesquisa Bibliográfica).

- d. Revista *Tecnologia e Sociedade*, da UTFPR, 2005 a 2009 (<http://revistas.utfpr.edu.br/ct/tecnologiasociedade/index.php/000/issue/archive>), 2010 a 2012, impressa;
 - e. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, do GeTec-UTFPR, n. 1 a 11 (impressos); 12 a 16 eletrônica (<http://www.portaldegenero.com.br>).
- V. Publicações impressas:
- a. SANTOS, Lucy Woellner dos, ICHIKAWA, Elisa Yoshie, CARGANO, Doralice de Fátima (Org.) *Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Londrina: Iapar, 2006;
 - b. SAMARA, Eni Mesquita; FACCIOTTI, Maria Cândida Reginato. *Mulheres politécnicas: histórias e perfis*. São Paulo: Epusp, 2004;
 - c. PORTINHO, Carmem. *Por toda a minha vida: depoimento a Geraldo Edson de Andrade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999;
 - d. RISTOFF, Dilvo et al. (Org.) *Simpósio gênero e indicadores da Educação Superior brasileira*. Brasília-DF, 6 e 7/12/2007, Brasília: Inep, 2008.

O material selecionado

Talvez essa estratégia combinada de busca tenha favorecido a identificação inicial de 57 textos, número que nos autoriza afirmar que, se a produção sobre a questão de gênero nas engenharias não é abundante, também não pode ser considerada incipiente ou rara. E esse avanço se deve ao trabalho dos pesquisadores e dos núcleos de pesquisa acima mencionados. Os 57 textos estão assim distribuídos: Teses de doutorado: 4; Dissertações de mestrado: 11; Artigos em periódicos e anais de eventos: 39; Capítulos de livros: 1; Livros: 2. Uma segunda rodada seletiva reduziu o número de dissertações para 9 (duas não estavam disponíveis) e o número de artigos para 25. No caso dos artigos, selecionamos para análise apenas os “originais”, isto é, textos que não anteciparam e/ou apresentaram em eventos científicos ou em periódicos, resultados parciais ou finais de dissertações de mestrado e teses de doutorado já computadas na nossa listagem. Excluímos artigos iguais apresentados em diferentes fóruns e os que não fizeram referência explícita às engenheiras e à Engenharia. O capítulo de livro foi igualmente excluído, porque apresentava resultados parciais de tese de doutorado já

computada. No final, trabalhamos 40 peças, entre teses, dissertações, artigos e livros. O quadro abaixo demonstra a distribuição do material.

Quadro 1. Material analisado segundo eixos temáticos⁸ e tipo

Eixos temáticos	Teses	Dissertações	Artigos	Livros	Total
1. Formação e docência em Engenharia e gênero	2	6	11	–	19
2. Trabalho, mercado de trabalho em Engenharia e gênero	2	3	5	–	10
3. Pioneiras na Engenharia	–	–	4	2	6
4. Pesquisa e produção científica em Engenharia e gênero	–	–	5	–	5
Total	4	9	25	2	40

O objetivo deste artigo é analisar a produção localizada para o Eixo temático 1. Formação e docência em Engenharia e gênero, isto é, as 19 peças, sendo 2 teses, 6 dissertações e 11 artigos, procurando identificar as linhas de pesquisa e interpretação percorridas pelos autores, seus referenciais teóricos principais, as metodologias e técnicas de pesquisa utilizadas, bem como os sentidos de “feminização” ali presentes, de forma implícita ou explícita.

Algumas observações gerais sobre o conjunto dos textos analisados neste eixo temático:

- 1) a grande maioria dos trabalhos foi desenvolvida entre 2005 e 2012, portanto, a partir da metade dos 2000;
- 2) foram apresentados em eventos e em universidades do Sudeste e, principalmente, do Sul do país: o Paraná e a capital Curitiba, em grande parte, devido à atuação das pesquisadoras do GeTec-UTFPR e a um particular evento da área de estudos sociais da ciência e tecnologia (TecSoc-Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade), até o momento, sediado naquela cidade; Florianópolis (Universidade Federal de Santa Catarina); Rio de Janeiro (UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Belo Horizonte, Minas Gerais;

⁸ Os eixos temáticos emergiram *a posteriori*, a partir do material analisado.

- 3) as teses e dissertações estiveram vinculadas a departamentos de Sociologia, Administração, Educação, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (UTFPR), Centro Tecnológico (UFSC);
- 4) as teses e dissertações, sem exceção, adotaram a configuração de estudos de caso, investigando uma única instituição de ensino, em Curitiba, Florianópolis, Minas Gerais, região metropolitana de São Paulo, Niterói. Apesar de se definirem como estudos de caso, nem todos recorreram à combinação de técnicas costumeira nesse desenho de pesquisa, a saber, análise documental, entrevistas e observação;
- 5) apenas um trabalho comparou a Engenharia a outro curso (Nutrição); todos os demais estudaram somente a Engenharia;
- 6) a maioria das teses e dissertações incorporou a perspectiva relacional no estudo da questão de gênero, apresentando estudos empíricos com estudantes ou docentes de ambos os sexos;
- 7) dentre os artigos, cerca da metade apresentou resultados de análises quantitativas, particularmente sobre o Censo do Ensino Superior do MEC/Inep. O incentivo partiu do próprio Inep que convidou pesquisadores para se debruçarem sobre aquela base de dados, organizando um simpósio e publicando os artigos apresentados em 2008. Os demais artigos se referem a estudos qualitativos. Cinco dos 11 artigos mantiveram o foco no estudo exclusivo da Engenharia; nos demais, houve comparação com outros cursos ministrados em mais de uma instituição de ensino, devido à análise da citada base de dados do Inep, de cobertura nacional.

É preciso, ainda, chamar a atenção para a heterogeneidade do material. Lidamos com teses, dissertações e com artigos. Esses materiais diferem, não só na extensão, mas principalmente, na profundidade das análises. Nas teses e dissertações, os(as) autores(as) podem expor mais longamente seus propósitos, discutir os referenciais teóricos adotados, aprofundar a análise do material empírico. Em grande medida, portanto, as linhas interpretativas sobre a questão de gênero na Engenharia que pudemos identificar, delas proveio. Quanto aos artigos, como é de sua natureza, a maioria apresentou indicações suscintas sobre referencial teórico, procedimentos metodológicos, resultados e conclusões. Eles têm o mérito de comunicar e divulgar o trabalho de um maior número de pesquisadores, permitindo vislumbrar a diversidade e/ou a recorrência das pautas de pesquisa dos

grupos acadêmicos de referência dos(as) seus(suas) autores(as). Por isso, analisamos separadamente os dois tipos de material.

Formação e docência em Engenharia e gênero (Eixo temático 1)⁹

No campo de estudos Gênero, Ciência & Tecnologia, uma das áreas de reflexão que está continuamente em pauta é o ensino. Algumas pesquisadoras têm enfatizado a importância que o aumento do número de mulheres nos cursos daquelas áreas poderia ter para repensar o que, como e para quais objetivos ensinar, voltando a atenção para a própria concepção dos cursos e para seus currículos (GARCIA; SEDEÑO, 2006). O que nos interessa mais de perto, porém, é a contínua e renovada preocupação da maioria das pesquisadoras brasileiras que adotam o referencial teórico daquele campo de estudos, em estudar formação em Engenharia, focalizando o corpo discente e/ou o docente.

As teses e as dissertações

As interpretações que emergiram das teses e dissertações classificadas neste eixo invocaram processos sociais de maior envergadura para explicar a presença feminina reduzida na Engenharia, a saber: os processos de socialização de meninos e meninas na escola e na família, que incentivam diferentes escolhas profissionais, as práticas pedagógicas adotadas nos cursos de Engenharia, e as relações que se estabelecem entre alunos e alunas, alunos(as) e professores(as) e entre professores(as), que tendem a reproduzir as desigualdades e concepções de gênero atuantes na Engenharia. Os trabalhos entenderam que esses processos sociais são interdependentes e se autorreproduzem: de um lado, o ambiente na Engenharia (cursos e atividade profissional) não é atrativo às mulheres e, de outro, a masculinidade da Engenharia – ou seu androcentrismo – é reforçada pelo pequeno número de mulheres estudantes e profissionais.

As teses e dissertações puderam ser separadas em dois grupos. O primeiro procurou entender as configurações de gênero na Engenharia, a partir de percepções, discursos e representações dos(as) alunos(as) de cursos de graduação (BITTENCOURT, 2006; SABOYA, 2009; SOBREIRA, 2006; MARINS, 2009) e, o segundo, discute a posição das docentes nos

⁹ As referências completas dos trabalhos aqui analisados, encontram-se no Anexo.

cursos de Engenharia, comparativamente aos docentes, as carreiras e as dificuldades encontradas e as relações de gênero (re)construídas a partir de sua presença em um ambiente masculino (CABRAL, 2006; SALVADOR, 2010; FELIPE, 2011). Uma única dissertação voltou-se para a permeabilidade das questões de gênero junto ao corpo docente de cursos de Engenharia e para a opinião dos(as) professores(as) sobre a inclusão dessas questões nos currículos (RUAS, 2011).

Um olhar a partir dos(as) alunos(as)

As quatro autoras (BITTENCOURT, 2006; SABOYA, 2009; SOBREIRA, 2006; MARINS, 2009) se voltaram para as modalidades da Engenharia mais resistentes à entrada das mulheres: Elétrica, Mecânica, Computação e Eletrônica. Apenas Sobreira (2006) incorpora àquele rol a Engenharia Civil, especialidade em que, tradicionalmente, o número de mulheres é mais expressivo. Marins (2009) toma como ponto de referência as trajetórias transgressoras de uma minoria de indivíduos que consegue romper as barreiras de gênero no que se refere à futura profissão: mulheres na Engenharia Elétrica e homens na Nutrição. Ela se preocupa em conhecer as razões dessas escolhas transgressoras, como esses indivíduos desenvolvem suas trajetórias acadêmicas em verificar se os homens no curso de Nutrição sofrem as mesmas dificuldades que as mulheres na Engenharia. Em outras palavras, a autora investiga as influências da cultura familiar nas escolhas dos(as) jovens e na sua trajetória acadêmica. Por exemplo, no curso de Engenharia, as jovens tendem a construir um capital acadêmico através de um histórico escolar primoroso, enquanto os jovens contrabalançam essa necessidade com agregação de valor pela presença na família de um engenheiro. Sobreira (2006) compartilha com Saboya (2009) o pressuposto de que conhecer a realidade da sala de aula de um curso de Engenharia é imprescindível para a análise das relações de gênero. Sobreira entrevista alunos e alunas dos cursos de Engenharia Mecânica, Civil, Elétrica e Eletrônica do Cetef/PR, buscando conhecer “as razões e motivações para as escolhas do curso de Engenharia; as expectativas em relação ao futuro mercado de trabalho; verificar as diferentes percepções que os(as) estudantes têm sobre eles(elas) mesmos(as) e o outro e analisar como se estabelecem as relações entre os estudantes dos diferentes cursos de Engenharia” (op. cit., p. 14). O resultado da pesquisa mostrou que os cursos em análise estão cada

vez mais abertos à presença das mulheres, embora permaneça o predomínio de padrões tradicionais de gênero no cotidiano da formação.

Saboya (op. cit.) estuda apenas alunas nos cursos de Engenharia Elétrica e Ciência da Computação, em período noturno, em uma faculdade privada, localizada na Região Metropolitana de São Paulo, abordando as mesmas dimensões de Sobreira (op. cit.). Inova ao trazer a reflexão de conhecimento situado de Harding 2006 (apud SABOYA, 2010), considerando que a ciência e a tecnologia são organizadas com base em critérios de classe e raça, além do gênero, traços aqueles que pôde localizar na clientela dos cursos que estudou e que, invariavelmente, traçariam caminhos profissionais particulares para aquelas estudantes. Bittencourt (2006) se interessou em compreender as relações de gênero presentes na “cultura da Engenharia”, as quais contribuíram para construir um tipo ideal de engenheiros vigente até hoje. Analisa práticas e discursos dos(as) alunos(as) e professores(as) dos cursos de Engenharia Elétrica e Mecânica do Centro Tecnológico da UFSC, descrevendo as motivações de escolha do curso, as dificuldades encontradas na trajetória acadêmica. Analisa também o campo da interação interpessoal, destacando os mecanismos sociais e psicológicos que as alunas e os alunos põem em prática para desenvolver uma identidade profissional de engenheiro e, ao mesmo tempo, se defenderem do estresse físico e psicológico causado pela rigidez dos professores e pelo excesso de estudo. Conclui que:

(...) centrados numa suposta objetividade e neutralidade sem abertura para questionamentos, a Engenharia tem sido um campo de dominação masculina... O masculino hegemônico que se constrói a partir da repulsão de tudo que é feminino tende a retraindo sentimentos. Logo, quem está neste campo não deve/pode sentir. E a(o) engenheira(o) que consegue ter aparentemente controle sobre suas emoções, certamente garantirá uma maior proximidade com o tipo ideal de engenheiro, que tem permeado historicamente a formação dessa profissão (op. cit., p. 147).

Um olhar a partir dos(as) docentes

As duas dissertações de mestrado (SALVADOR, 2010; FELIPE, 2011) e a tese de doutorado (CABRAL, 2006) baseiam-se em entrevistas pessoais com professoras e professores objetivando analisar, por meio dos discursos, as percepções sobre as relações de gênero no espaço acadêmico, os mecanismos

de reprodução das desigualdades e as estratégias femininas de inserção nas áreas de ciência e tecnologia. Todos os trabalhos recorrem também a indicadores quantitativos para descrever a presença das docentes nos cursos de Engenharia. Cabral (2006) analisa os fios que enlaçam as histórias de vida das professoras do Centro Tecnológico (CT) da Universidade Federal de Santa Catarina e a construção de espaços de resistência e reivindicação de reconhecimento, como profissionais e mulheres. Inova ao acrescentar a perspectiva geracional na análise, estudando as professoras pioneiras e as atuais, o que permite relacionar o ingresso de duas gerações de professoras com a conformação e transformação do próprio Centro Tecnológico e com a mudança nas relações de gênero nos cursos de Engenharia. Essa tese apresenta importante revisão da bibliografia nacional e internacional sobre gênero, ciência e tecnologia e, partindo desse referencial teórico, identifica preocupações com o uso contextualizado do conhecimento científico nos projetos das professoras. Entretanto, não realiza uma análise sistemática desses projetos, nem se propõe a compará-los com os dos professores. Salvador (2010) analisa as relações de gênero no corpo docente, entrevistando professores e professoras dos cursos de Engenharia Madeireira da UFPR e Engenharia da Computação da UTFPR (antigo Cefet/PR), em Curitiba. A pesquisa mostrou que a inserção das professoras na docência da Engenharia continua sendo um ato de transgressão, pois as regras de sociabilidade acadêmica continuam eivadas de representações tradicionais de feminino e masculino que localiza as mulheres, docentes e discentes, em uma situação, senão de desvantagem, ao menos de suspeição quanto à sua capacidade. No que diz respeito às possibilidades de inserção das(os) alunas(os) no mercado de trabalho, os(as) docentes são unânimes em dizer que na Engenharia persistem mecanismos de discriminação de gênero e uma divisão sexual de trabalho hierarquizada. Conforme os relatos, as engenheiras são predominantemente escolhidas para atividades que envolvam relacionamento interpessoal ou funções nas ditas “atividades-meio”, enquanto que os engenheiros são direcionados para o canteiro de obras e/ou trabalhos pertinentes à programação, “atividades-fim”, mais valorizadas e mais bem remuneradas que as anteriores. Felipe (2011) entrevistou professoras dos cursos de Engenharia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG) sobre as suas carreiras e as possibilidades de acesso aos cargos de chefia e de representação na Instituição. Concluiu que as entrevistadas não identificavam práticas discriminatórias de gênero, seja no que diz respeito ao reconhecimento

profissional, seja na atribuição de cargos de poder na instituição, na contramão do que constataram Cabral (2006) e Salvador (2010). De acordo com Felipe (2011), o fato de se ingressar por concurso em cargo efetivo, que exige alta qualificação (títulos de mestre e doutor), poderia explicar a inexistência de hierarquia baseada em estereótipos de gênero. A literatura informa, porém, que mesmo que o ingresso e as carreiras das mulheres sejam mais facilitados em instituições públicas, os estereótipos de gênero persistem, assim como as barreiras à sua ascensão a cargos de comando. Uma hipótese plausível, embora não aventada pela autora, seria um baixo nível de conscientização das entrevistadas sobre as relações de gênero, fato não incomum entre profissionais de nível superior na área tecnológica ou em posições de comando no topo das instituições. Para essas mulheres, muitas vezes vistas como excepcionais pelos outros, o mérito e o esforço pessoal costumam ser invocados para justificar sua trajetória exitosa.

Finalmente, Ruas (2011) analisa as formas de construção e (re)produção das relações de gênero veiculadas em documentos e práticas experimentadas por alunas(os), professoras(es) e gestoras(es) nos cursos de Engenharia Elétrica e Mecânica do Instituto Federal de Ensino Superior de Minas Gerais (Ifesu/MG). O currículo escolar é entendido como um território envolvendo conflitos e disputas, um artefato social e cultural perpassado por relações de poder em constante processo de assimilação, (des)construção de conhecimentos e (re)produção de identidades. Os discursos expressos nas entrevistas evidenciaram que as questões de gênero são silenciadas no currículo em ação e que os(as) docentes e os(as) alunos(as) consideram irrelevante o tratamento de temáticas pertinentes à diversidade cultural em sala de aula, nas oficinas e laboratórios e nos documentos institucionais. Não estão explicitamente registrados temas sobre as questões de gênero no currículo dos cursos investigados. Contudo, existem orientações para uma formação ampla nos cursos de Engenharia, envolvendo questões éticas, culturais e políticas, tanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, quanto nos Projetos Político-Pedagógicos do Ifesu-MG. A maneira como a autora organizou a pesquisa de campo teve como um dos efeitos lembrar aos professores e coordenadores do curso de Engenharia que os sujeitos envolvidos no processo educativo são diretamente responsáveis por ele e devem se orientar, também, por demandas sociais mais amplas. Servia, desse modo, como instrumento de conscientização.

Onze artigos abordaram a formação em Engenharia, contemplando as vertentes dos estudantes e dos professores. Dentre os artigos que abordaram professores(as), apenas um (CABRAL, 2011) teve foco no corpo docente de cursos da área tecnológica, com destaque para o curso de Engenharia; os demais (MUZI, 2011; LETA et al., 2008; SILVA, 2008) analisaram a posição das professoras em todas as áreas do conhecimento, em anos recentes, fazendo menção à sua sempre pequena expressão em áreas tecnológicas e na Engenharia. Leta et al. (op. cit.) analisa um recorte específico desse universo, a saber, os docentes-pesquisadores nos programas de pós-graduação da UFRJ que obtiveram os mais altos conceitos nas avaliações Capes, aí procurando pela contribuição das mulheres. Conclui, entre outros achados, que as professoras estão mais presentes em programas de graduação e que, a esse “capital acadêmico” não se agrega o mesmo valor dado ao “capital científico ou produtividade”, medido pelo número de publicações. A bibliografia sobre gênero e ciência é a referência nesses artigos. Silva (op. cit.) se diferencia por introduzir na análise o recorte de raça e procurar pelas negras entre os professores doutores, com base em estudos anteriores que se debruçaram sobre o lugar dos negros na sociedade brasileira (FERNANDES, 1965; HASENBALG, 1979; JACCOUD, 2002 apud SILVA, 2008).

Abordaram os estudantes Carvalho et al. (2009), Ristof (2008), Melo (2008), Carvalho (2008), Weller (2008) e Saraiva (2005). Carvalho et al. (2009) procurou conhecer as expectativas dos estudantes do curso de Engenharia Civil em relação ao futuro profissional, as representações de gênero entre os(as) alunos(as) e em que medida as desigualdades de gênero estão aí reproduzidas. Estudou duas universidades sediadas em Curitiba, uma pública, outra privada. Ristof (2008), Melo (2008) e Carvalho (2008) têm em comum a análise de estatísticas do Censo do Ensino Superior do MEC/Inep, isoladamente ou em conjunto com outras fontes. Ressaltam a evolução das matrículas segundo o sexo e as áreas de conhecimento, abrangendo períodos de tempo diversos, compreendidos entre 1991 e 2005. Ristof (op. cit.) constata a presença da divisão sexual por áreas de conhecimento ao analisar as matrículas universitárias presenciais, os homens procurando mais os cursos de Engenharia, Tecnologia, Indústria e Computação, enquanto elas preferem cursos da área de serviços, como Secretariado, Psicologia, Nutrição, Enfermagem, Serviço Social, Pedagogia. O padrão aparece repetido ao longo da série de Censos analisados, de

1991 a 2006. Ressalta ainda que a taxa de sucesso feminina é maior que a dos homens, pois 63% delas e apenas 56% deles concluem os cursos. Melo (op. cit.) chega a conclusões semelhantes, tomando dois pontos no tempo, 1991 e 2005; inova ao acompanhar a evolução das matrículas segundo o sexo e áreas de conhecimento, por regiões do Brasil, neste caso para os anos 2000 e 2005. Seu estudo identificou desigualdades regionais no montante de estudantes, formandos na graduação e pós-graduação. Além disso, as escolhas profissionais femininas seguem um leque mais amplo no Sul e Sudeste e mantêm-se mais focadas no cuidado e na docência nas demais regiões. Carvalho (2008) compara os Censos do Ensino Superior do MEC/Inep por sexo e áreas de conhecimento (2000-2005) com informações sobre a situação na Alemanha (2001) e evidencia – lá e cá – o número reduzido de mulheres nos cursos tecnológicos e, em particular, na Engenharia. A autora problematiza a pouca expressão feminina nos cursos da área tecnológica, enfatizando a questão do diferencial de rendimento em Matemática entre homens e mulheres no Ensino Médio, como reflexo da socialização escolar.

Por sua vez, Saraiva (2005) enfoca especificamente os cursos de Engenharia e apresenta uma reflexão sobre a educação como mecanismo de fabricação e reprodução de subjetividades, alertando para o papel dos(as) professores(as) nesse processo. Dali resulta, p.ex., a formação de uma identidade profissional masculina nos cursos de Engenharia, que se cristaliza e dificulta a integração das jovens. Weller (2008) traz dados sobre a redução das desigualdades – de classe e raça – na UnB entre 2004 e 2007, a partir da implantação de política de quotas, desde o vestibular de 2004. A UnB passou por um processo de ampliação de vagas na graduação, a partir de 2006; se essa expansão reverteu a desvantagem das mulheres em relação aos homens nas matrículas, isso se deveu ao crescimento delas em Humanidades. Nas ciências, elas são maioria apenas em Biologia, mantendo-se sub-representadas em Agronomia, Física, Matemática, Estatística, Computação, Geologia e engenharias. Nesta última área, a matrícula feminina representava cerca de 20% em todas as modalidades, com exceção de Engenharia Florestal, em que havia maior equilíbrio entre os sexos. Finalmente, um único artigo (LETA, 2003) reúne as vertentes docente e discente, discutindo a inserção das mulheres no sistema de ciência e tecnologia nacionais, aí entendidos cursos de graduação, docência universitária e participação em grupos de pesquisa, percorrendo todo o espectro da carreira acadêmica. Refere-se aos docentes e alunos de graduação da UFRJ e ao conjunto de pesquisadores brasileiros recenseados pelo CNPq, nos primeiros três anos do segundo

milênio. Detecta o crescimento da participação feminina entre docentes da UFRJ (elas eram 44% do corpo docente, em 2002), a maioria nos centros de Letras, Humanas e Filosofia; a ascensão na carreira, medida pelo acesso a cargos administrativos, era mais difícil para elas, que detinham apenas $\frac{1}{4}$ dos cargos administrativos, mesmo nos centros em que eram a maioria.

As perspectivas da “feminização”

No que tange à categoria analítica “feminização”, as teses e dissertações analisadas não a explicitaram e a perspectiva longitudinal e evolutiva, que caracteriza a feminização como processo, não foi preocupação central nesses trabalhos. Todos eles, contudo, procuraram analisar as causas da pequena presença feminina nos cursos de Engenharia – tanto como estudantes, quanto como professoras –, identificando-as em processos sociais mais amplos, no âmbito da cultura, da educação formal e das famílias.

A grande maioria dos artigos deste eixo temático também não faz menção à categoria feminização, e quando alguns deles se voltam para a análise dos fatores que conduziram à pequena presença das mulheres nas áreas tecnológicas e na Engenharia, costumam evocar processos macrossociais, p.ex., o diferencial de rendimento em Matemática no Ensino Médio por sexo, como reflexo da socialização escolar (CARVALHO, 2008). Prevaleceu, de forma geral, a intenção de computar o número de alunas e de professoras em cursos de Engenharia e/ou de Tecnologia, incorporando a perspectiva longitudinal. Isso foi particularmente verdade nos artigos que analisaram o Censo do Ensino Superior do MEC/Inep, no período 1991 a 2005 (RISTOF, 2008; MELO, 2008; CARVALHO, 2008). Nesses artigos, esteve implícita a perspectiva de processo de longa duração, que transformou o panorama do Ensino Superior brasileiro, com a maciça entrada das mulheres. Os artigos, portanto, tenderam a percorrer caminho oposto ao das teses e dissertações, focalizando preferencialmente a evolução quantitativa das mulheres nas engenharias.

Nesta altura vale perguntar: qual(is) o(s) sentido(s) que a categoria analítica feminização tem assumido nas investigações em Ciências Sociais? Entendida como uma ferramenta adicional para análise das transformações das relações de trabalho, ela é caudatária das investigações sobre o mercado de trabalho, na perspectiva de gênero. Seu enunciado é recente, localizável nos anos 1980/1990, em primeiro lugar nos países desenvolvidos, sendo

produto de condições sociais, econômicas e históricas específicas. Na França, p.ex., a atenção das pesquisadoras se voltou, prioritariamente, para o ingresso feminino maciço nas “profissões superiores”, assim denominadas as carreiras que exigem formação universitária ou técnica superior. Além disso, desde os anos 1970, ali se debatia a igualdade entre os sexos nas áreas profissionais, política e escolar, estimulando a reflexão e a crítica das pesquisadoras feministas e a produção de recorrentes estudos sobre a feminização em diversas profissões (entre outros, MARRY, 1989, 2008; LE FEUVRE, 2008; LAPEYRE, 2006; LAPEYRE; LE FEUVRE, 2005; LAUFER, 1982). Atualmente, o estudo da feminização das profissões tem sido considerado uma linha de investigação quase autônoma, extensão contemporânea do campo de estudos sobre mercado de trabalho e gênero (CLAIR, 2012).

Naquele país, a expansão do ingresso de mulheres em áreas de estudo e em profissões masculinas e, seu inverso, de homens, em campos de estudo e trabalho femininos tem sido impulsionada por políticas públicas desde o início dos anos 1980.¹⁰ Avaliações dessas experiências mostraram efeitos diversos, pois essas práticas não significaram igualdade, nem superação da divisão sexual do trabalho, nem foram capazes de colocar em questão estereótipos de sexo. Além disso, o avanço da “coexistência *estimulada*”¹¹ dos sexos¹² nos locais de trabalho não se constituiu num processo irreversível, identificando-se avanços e recuos. Nem poderiam as políticas públicas, isoladamente, ser as únicas responsáveis pelo aumento da copresença dos sexos ou mesmo pela feminização de áreas de estudo/conhecimento e de campos profissionais, pois esse fenômeno é um processo maior e complexo, para cujo entendimento outras dimensões explicativas concorrem.

Segundo Le Feuvre e Lapeyre (2005), compreendemos “feminização” como o efeito de um processo histórico, que acontece ao longo de um período de tempo, com alguma regularidade, sendo sua face mais visível o aumento

10 1983 – Ministério dos Direitos das Mulheres impulsiona a campanha ‘As profissões não têm sexo, escolhamos em todas as direções’, reunindo iniciativas até então esparsas; 1987 – instituem-se contratos para aumentar o número de mulheres jovens em carreiras técnicas; 2007 – lei orgânica sobre igualdade profissional etc. Para um inventário dessas iniciativas, vide Meynaud et al., 2009, p. 15-34.

11 Adjetivação e grifo nossos.

12 A coexistência dos sexos ou “mixité” é uma noção que permitiu às pesquisadoras feministas pensar as implicações e os desdobramentos da presença comum de homens e mulheres em ambientes de trabalho e de estudo e refletir sobre a divisão sexual do trabalho e sua evolução, em face das políticas que a incentivavam. Entendida como um processo, a coexistência “estimulada” dos sexos apresenta características particulares em diferentes espaços profissionais e em diferentes momentos do tempo, podendo marcar uma transição de um ambiente profissional sexualmente segregado para outro mais diverso (FORTINO, 2009).

do número de mulheres (ou da “parcela feminina”) em uma dada profissão ou ocupação, até então reconhecida como um campo de conhecimento e de trabalho de homens, ou, historicamente, com inexpressiva presença feminina. Algumas estudiosas sinalizam para o caráter redutor de se considerar somente as proporções numéricas de mulheres que ingressam numa profissão; Yannoulas (2011), p.ex., propõe a noção “feminilização” para se referir ao aspecto quantitativo do fenômeno, diferenciando-o, assim, da feminização propriamente dita, entendida como processo amplo para cujo entendimento dimensões qualitativas de diversas ordens também deveriam ser levadas em conta. Além disso, há controvérsias sobre a proporção de mulheres, a partir da qual se poderia falar em feminização de uma profissão; alguns defendem que, mesmo em pequeno número, o ingresso de mulheres num reduto masculino por excelência como as Forças Armadas, tende a alterar relações sociais, comportamentos e a própria cultura profissional (LOMBARDI et al., 2009; FORGEAU, 2005; FORTIÉE et al. 2005). Le Feuvre (2008) e Lapeyre (2006) também ressaltam a necessidade de ampliar o entendimento do fenômeno para além da sua simples mensuração e considerar fatores explicativos provenientes dos níveis societal, profissional e das relações de gênero ou, dito de outra forma, macro, meso e microsociais. Ainda no nível societal ou macro, Forté et al. (2011) alertam para a influência que determinadas conjunturas locais podem ter na decisão das empresas em contratar mulheres para postos de trabalho masculinos (p.ex., ausência de mão de obra masculina disponível, existência de mulheres com formação adequada). Isto é, além dos processos sociais de longa duração que contribuem, p.ex., para a constituição de um contingente feminino qualificado em certas formações técnicas, situações conjunturais locais podem disparar a decisão de alterar padrões de gênero no mercado de trabalho e, como tal, deveriam integrar o rol dos fatores explicativos da feminização.

Em termos ideais, o desejável seria poder contar com uma agenda de pesquisa contínua, para acompanhar o processo de feminização profissional longitudinalmente, para frente ou “à jusante”. Isto é, repetidos estudos poderiam captar os efeitos daquele processo, comparativamente ao momento anterior, relacionando-os a fatores estruturais e conjunturais. Entendemos que o estudo da feminização profissional deveria destacar a perspectiva relacional entre homens e mulheres, considerando dimensões numéricas, vivências e percepções de ambos os sexos, mesmo em campos profissionais em que um dos sexos seja majoritário. Finalmente, uma

análise mais consistente poderia combinar diferentes métodos e técnicas de pesquisa empírica, assim como as necessárias inter-relações analíticas entre fenômenos interdependentes, como a formação e o trabalho, as políticas públicas e ações afirmativas e seus resultados, a divisão internacional do trabalho e suas relações com a profissão em análise, as mudanças internas ao campo profissional.

Contudo, se os sentidos e a compreensão de feminização acima expostos se desenvolveram recentemente, o mesmo não se pode dizer da preocupação em identificar a evolução da presença das mulheres no campo das ciências e da tecnologia, até hoje predominantemente masculino, no qual sempre se sobressaiu a Engenharia por apresentar uma das menores proporções de mulheres, seja nos cursos de formação ou na docência.

No Brasil, a linha de estudos sobre a participação feminina nas ciências e na tecnologia, por intermédio do estudo da formação e da docência femininas, se confunde com a constituição mesma do campo de estudos feministas sobre o trabalho e com a institucionalização do feminismo acadêmico, nos anos 1980. Nós atribuímos a essa configuração particular a proeminência dessa linha de estudos no conjunto das investigações sobre Engenharia e gênero realizadas até hoje no país, como pudemos constatar no levantamento que realizamos. Em 1982, nasceu o primeiro Núcleo de Estudos sobre a Mulher, na PUC/RJ, organizado por Fanny Tabak, considerada pioneira no estudo daquela temática no Brasil. Já no começo dos 90, Tabak desenvolveu estudo voltado para conhecer a posição das mulheres na UFRJ, que se caracterizou como um levantamento quantitativo realizado na Escola de Engenharia, na Faculdade de Medicina, no Centro de Ciências da Saúde, no Centro de ciências Matemáticas e da Natureza e no Centro de Tecnologia (Coppe), entre 1970 e 1990. Analisou estatísticas do corpo discente na graduação e na pós-graduação, do corpo docente, das dissertações de teses. Os resultados evidenciaram a escassa participação feminina naquelas áreas, particularmente nas engenharias e no Coppe, em consonância com a situação verificada nos países desenvolvidos. Nas suas palavras:

(...) A pergunta redundante tem sido sempre a mesma: por que tão poucas mulheres se encaminham para essas carreiras? Ou então, por que a maioria das meninas que concluem o segundo grau de ensino continuam optando por cursos universitários e profissões ditas tradicionais? (TABAK, 2002 p. 123).

Os mesmos desafios ainda estão presentes hoje, conforme informa investigação realizada em países selecionados – aí incluso o Brasil – sobre a participação feminina nas ciências, tecnologia e inovação (WISAT/OWSD, 2011):

(...) numbers of women in the science, technology and innovation fields are alarming low in the world's leading economies, and are actually on the decline in many, including United States; – women remain severely under-represented in engineering, physics and computer science – less than 30% in most countries –, while the numbers of women working in these fields are also declining... even in countries where the numbers of women studying science and technology have increased, it has not translated into more women in workplace (WISAT/OWSD, 2011, p. 3).

Desde os anos 80, portanto, diversas pesquisadoras brasileiras se debruçaram sobre a desigualdade da participação feminina em carreiras científicas e tecnológicas de forma geral – e nas engenharias, em particular –, investigando as estatísticas e/ou colhendo depoimentos de estudantes, docentes e profissionais, contribuindo para a construção de uma massa crítica interpretativa a respeito daquela defasagem e do perfil e das trajetórias das pioneiras, em diversas áreas. Entre tantas outras pesquisadoras, mencionem-se Tabak, 2002; Leta, 2003; Bruschini, 1978; Melo, 2004; Lopes, 2006; Citeli, 2006; Santos, 2010; Terra da Silva, 1992; Lombardi et al., 2009.¹³ Com formação em História, Sociologia, Psicologia, Antropologia e Administração, de uma forma geral, suas análises ultrapassaram a dimensão quantitativa da presença feminina em profissões, instituições de ensino superior e na pesquisa científica, questionando os achados estatísticos e realizando, dentro das possibilidades de sua época, análises sobre os processos que concorreram para o ingresso e a ampliação das mulheres. E algumas das pesquisadoras citadas o fizeram muito antes da categoria analítica “feminização” ter sido enunciada, portanto. A tradição brasileira de estudos sobre gênero e ciência iniciada por Tabak, portanto, persiste e, ainda, dá o tom dos estudos que se voltaram para a formação e a docência na Engenharia sob a perspectiva de gênero que analisamos.

13 Confirma a persistência do interesse pela temática entre os(as) pesquisadores(as) o fato de que, desde a primeira edição do Seminário Fazendo Gênero, em 2002, sempre houve, pelo menos um GT sobre gênero nas ciências.

Considerações finais

Evoluir na compreensão da feminização nas ciências, na Tecnologia e na Engenharia significaria considerar nas pesquisas outros fatores. Por exemplo, como lembra Tabak (2007), o tema “mulheres na ciência e na tecnologia” passou a constar do programa de muitas instituições e do debate mundial, durante os últimos 40 anos; foram seminários, conferências e congressos *em que a questão da incorporação de mais meninas em cursos de tecnologia e de mulheres em carreiras científicas e tecnológicas propiciou intensos e frutíferos debates. O resultado foi a proposição de programas e ações, um conjunto de políticas públicas, voltadas para atingir esse objetivo* (op. cit., p. 17). Essa autora considerou particularmente frutíferos, o fórum regional Unesco “Mujeres, ciencia y la tecnologia em America Latina: diagnóstico y estratégias” (Bariloche, em 1998) e a Conferência “Mulheres latino-americanas nas ciências exatas e na vida”, realizada no Rio de Janeiro, em 2004. Ambos detectaram similaridades continentais, a saber: o aumento da presença das mulheres na ciência e na tecnologia, lado a lado da manutenção do padrão de concentração em algumas áreas, a existência de preconceitos por parte da família e da sociedade, a falta de perspectiva no mercado de trabalho, o teto de vidro atuando nas carreiras femininas. Ambos os fóruns recomendaram soluções para esses problemas, entre elas políticas públicas específicas, desenhadas conjuntamente por diversos órgãos governamentais. Esses eventos conjunturais se inseriram num planejamento internacional de incentivo à entrada das mulheres nas áreas tecnológicas e nas engenharias. Uma perspectiva analítica ampliada poderia incluí-los no rol de fatores explicativos do processo de feminização das carreiras tecnológicas e da Engenharia. Pensando no Brasil, algumas questões de pesquisa naturalmente surgem: existem (ou existiram) iniciativas – públicas ou não – de incentivo para o aumento do número das jovens em cursos da área tecnológica e de Engenharia? Se sim, quais são elas, qual sua abrangência? Qual avaliação pode se fazer dessas iniciativas?

A utilização da categoria analítica feminização poderia propiciar o aprofundamento da análise em estudos futuros, em sinergia com outras categorias provenientes dos estudos de gênero e trabalho e/ou gênero e ciência. Particularmente fecunda nessa direção nos parece a perspectiva analítico-metodológica sugerida por Le Feuvre (2008), ao considerar um conjunto de dimensões para explicar um processo de feminização em uma profissão. A quase totalidade dos trabalhos que analisamos – teses,

dissertações e artigos – se preocupou em explicar as razões da ainda restrita presença das mulheres na Engenharia. Retomando o esquema proposto por aquela pesquisadora, eles evocaram fatores e processos sociais mais amplos, ou macrosociais e processos microsociais para explicar a situação das mulheres na Engenharia. Na primeira dimensão, ressaltaram, entre outros, o processo de socialização diferenciada de meninos e meninas nas famílias e nas escolas, aqui destacado o ensino da matemática no ensino médio e os estereótipos de gênero ali reforçados, que desencorajariam as alunas a seguirem estudos nas áreas de exatas. Os trabalhos também mencionaram as práticas pedagógicas tradicionais nos cursos de Engenharia que tendem a amedrontar mais as jovens do que os jovens, afastando-as, em última instância, também das carreiras docente e de pesquisa em Engenharia. O “microsocial”, por sua vez, foi investigado dando voz aos sujeitos de pesquisa e perscrutando suas percepções a respeito das relações entre os sexos nos ambientes discente e docente, identificando mecanismos sociopsicológicos e culturais, atuantes, dificuldades encontradas, situações discriminatórias etc.

A profissão de engenheiro e/ou a Engenharia como ambiente profissional esteve ausente nesses trabalhos, deixando de considerar fatores explicativos do nível “mesossocial”. Apenas Bittencourt (op. cit.) toca essa dimensão, ao se referir à cultura da Engenharia, conforme é reproduzida e transmitida na escola que analisou. Mesmo entendendo-se que a constituição da identidade de engenheiro na escola é apenas uma das vertentes da dimensão profissional, conjuntamente, entre outras, ao trabalho concreto e ao mercado de trabalho, acrescer essa perspectiva enriqueceu a análise de Bittencourt, ampliou seu repertório interpretativo. Em outras palavras, situar os futuros estudos no contexto do campo profissional poderá contribuir para ampliar a compreensão do mais lento processo de feminização na Engenharia e responder à persistente questão: *por que, ainda hoje, há poucas jovens nos cursos de Engenharia, poucas mulheres engenheiras atuando como profissionais no mercado de trabalho, poucas docentes e pesquisadoras acadêmicas em Engenharia?*

Referências

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Mulher e Trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras. *Cadernos de Pesquisa*, n. 27, p. 5-17, 1978.

CITELI, Maria Teresa. Genética, química e anatomia na atribuição das diferenças sexuais. In: SANTOS, L. W. dos; ICHIKAWA, E. Y.; CARGAÑO, D. de F. (Org.) *Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Londrina-Paraná: Iapar, 2006, p. 233-270.

CLAIR, Isabelle. *Sociologie du genre*. Paris: Armand Colin, 2012. Collection Sociologies Contemporaines.

ENGENHARIADATA. <<http://engenhariadata.com.br/indicadores/classes/classe-formacao>>. Acesso em: 10/4/2012.

FORGEAU, Fanny. Il n'y a pas de sexe à l'armée: une enquête sur les rapports hommes/femmes au 121^o. Régiment du Train. AFS-Association Française de Sociologie-*Annales Colloque L'inversion du genre*. Brest: Centre D'études Sociales de la Défense, maio/2005 (CD ROM).

FORTÉ, Michéle; REBEUH, Marie-Claude. Des mixités professionnelles à géométrie variable (Intr.). In: CACOUAULT-BITAUD, M.; CHARLES, F. (Org.). *Quelle mixité dans les formations et les groupes professionnels? Enquêtes sur les frontières et le mélange des genres*. Paris: L'Harmattan, 2011.

FORTIÉE, Brigitte; PORTERET, Vincent. La féminisation des armes occidentales: leçons d'une comparaison internationale. AFS-Association Française de Sociologie- *Annales Colloque L'inversion du genre*. Brest: Centre D'études Sociales de la Défense, maio/2005 (CD ROM).

FORTINO, Sabine. Coexistência dos sexos (verbete). In: HIRATA H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SÉNOTIER, D. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 44-47.

GARCIA, Marta I. Gonzales; SEDEÑO, Eulalia Pérez. Ciência, tecnologia e gênero. In: SANTOS, L. W. dos; ICHIKAWA, E. Y.; CARGANO, D. de F. (Org.) *Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Londrina-Paraná: Iapar, 2006; p. 31-72.

LAPEYRE, Nathalie. *Les professions face aux enjeux de la féminisation*. Toulouse-France: Octares, 2006.

LAPEYRE, Nathalie; LE FEUVRE, Nicky. Féminisation du corps médical et dynamiques professionnelles dans le champ de la santé. *Revue française des affaires sociales*, v. 59, n. 1, p. 59-81, 2005.

LAUFER, Jacqueline. *La féminité neutralisée? Les femmes cadre dans l'entreprise*. Paris: Flammarion, 1982.

LE FEUVRE, Nicky. Modelos de feminização das profissões na França e na Grã-Bretanha. In: COSTA, A. de O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (Org.) *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008; p. 299-314.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003.

LOMBARDI, Maria Rosa; BRUSCHINI, Cristina; MERCADO, Cristiano M. As mulheres nas Forças Armadas brasileira: a Marinha do Brasil 1980-2008. *Textos FCC* v. 30, 2009.

LOPES, Maria Margaret. “Aventureiras” nas Ciências: refletindo sobre gênero e história das Ciências Naturais no Brasil. *Cadernos Pagu*, n. 10, p. 345-368, 1998.

_____. “Vencer barreiras”, até quando? Aspectos da trajetória científico-política de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). In: SANTOS, L. W. dos; ICHIKAWA, E. Y.; CARGANO, D. de F. (Org.) *Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Londrina-Paraná: Iapar, 2006; p. 203-323.

MARRY, Cathérine. Femmes ingénieurs: une (ir)résistible ascension? *Information sur les sciences sociales*, v. 28, n. 2, p. 291-344, 1989.

_____. As carreiras das mulheres no mundo acadêmico. O exemplo da Biologia. In: COSTA, A. de O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (Org.) *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008; p. 403-419.

MELO, Hildete P. de; LASTRES, Helena M. M.; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Gênero no sistema de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. *Revista Gênero*, v. 4, n. 2, p. 73-94, 2004.

MEYNAUD, Hélène Y.; FORTINO, Sabine; CALERÓN, José. La mixité au service de la performance économique: réflexions pour penser la résistance (Intr.) *Cahiers du genre*, n. 47, p. 15-34, 2009.

SANTOS, Tania Steren dos. *Carreira profissional e gênero. Trajetórias de homens e mulheres na Medicina*. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

TABAK, Fanny. *O laboratório de Pandora. Estudos sobre a ciência no feminino*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. . Apesar dos avanços, obstáculos ainda persistem. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, n. 11, p. 9-20, 2007.

TERRA DA SILVA, Márcia. *A engenheira, um estudo da divisão sexual do trabalho*. Dissertação de mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaes). São Paulo: FGV, 1992.

WISAT-Women in global science & technology/OWSD-Organization for women in science for the developing world/The Elsevier Foundation. Gender equality in the knowledge society: National assessment in STI-Key Findings. Ontário, Canadá. 2011 (www.wigsat.org).

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011.

ANEXO

Lista de trabalhos analisados

BITENCOURT, Silvana Maria. *Existe um outro lado do rio? Um diálogo entre a cultura da Engenharia e relações de gênero no Centro Tecnológico da UFSC*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Santa Catarina: UFSC, 2006.

CABRAL, Clara Giovana. *O conhecimento dialogicamente situado: histórias de vida, valores humanistas e consciência crítica de professoras do Centro Tecnológico da UFSC*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica. Centro Tecnológico. Santa Catarina: UFSC, 2006.

CABRAL, Carla Giovana; OLIVEIRA, Angélica Genuíno de. Igualdade de gênero em ciência e tecnologia como indicador para um desenvolvimento social. Anais SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE, 4. Curitiba, nov./ 2011.

CARVALHO, Marília Gomes de. É possível transformar a minoria em equidade? In: RISTOF, Dilvo et al. (Org.) *Simpósio Gênero: Indicadores da Educação Superior brasileira*, Brasília, 6 e 7/12/2007, p. 109-137. Brasília: Inep, 2008.

CARVALHO, Marília G; SILVA, Nanci S.; SCHELL, Fabiana C. Relações de gênero na vida acadêmica da Engenharia Civil: um relato de discriminações mascaradas. Anais SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE, 3. Curitiba, nov./2009 (CD ROM).

FELIPE, Maura das Graças Lisboa de. *Questões de gênero e empoderamento: percepções de professores dos cursos de Engenharia do Cefet-MG*. Dissertação de mestrado em Administração. Belo Horizonte-MG: Faculdade Novos Horizontes, 2011.

LETA, Jacqueline; MARTINS, Flávio. Docentes pesquisadores na UFRJ: o capital científico de mulheres e homens. In: RISTOF, Dilvo et al. (org.) *Simpósio Gênero: Indicadores da Educação Superior brasileira*, Brasília, 6 e 7/dez./2007, p. 85-101. Brasília: Inep, 2008.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003.

MARINS, Mani Tebet A. “*Transgressão*” ou *reprodução*? *Discursos de homens e mulheres em profissões alternativas ao seu gênero*. Dissertação de mestrado. Departamento de Sociologia. Rio de Janeiro: UFRJ. 2009.

MELO, Hildete Pereira de. Gênero e perspectiva regional na Educação Superior brasileira. In: RISTOF, Dilvo et al. (Org.) *Simpósio Gênero: Indicadores da Educação Superior brasileira*. Brasília, 6 e 7/12/2007, p. 63-84. Brasília: Inep, 2008.

MUZI, Joyce L. C.; LUZ, Nanci Stancki da. Mulheres no campo da ciência e tecnologia: avanços e desafios. Anais SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE, 4. Curitiba, nov./2011.

RISTOF, Dilvo. A mulher na Educação Superior brasileira. In: RISTOF, Dilvo et al. (Org.) *Simpósio Gênero: Indicadores da Educação Superior brasileira*. Brasília, 6 e 7/12/2007, p. 13-30. Brasília: Inep, 2008.

RUAS, Thatiane Santos. *Relações de gênero em currículos de engenharias Elétrica e Mecânica*. Tese de mestrado em Educação Tecnológica. Belo Horizonte, MG: Cefet-MG, 2011.

SABOYA, Maria Clara Lopes. *Alunas de Engenharia Elétrica e Ciência da Computação: estudar, inventar, resistir*. Tese de doutorado. Faculdade de Educação. São Paulo: USP, 2009.

SALVADOR, Sileide France. *Gênero na Engenharia: o corpo docente em Curitiba/PR*. Dissertação de mestrado em Tecnologia. Curitiba/PR: UTFPR, 2010.

SARAIVA, Karla S. Fabricando identidades femininas em escolas de Engenharia. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, v. 1, n. 1, p. 20-30, 2005.

SILVA, Joselina da. Mulheres negras na Educação Superior; performances de gênero e raça. In: RISTOF, Dilvo et al. (org.) *Simpósio Gênero: Indicadores da Educação Superior brasileira*, Brasília, 6 e 7/12/2007, p. 139-152. Brasília: Inep, 2008.

SOBREIRA, Josimeire de Lima. *Estudantes de Engenharia da UTFPR: uma abordagem de gênero*. Dissertação de mestrado em Tecnologia. Curitiba/PR: UTFPR, 2006.

WELLER, Wivian. Redução das desigualdades de gênero e raça na UnB. In: RISTOF, Dilvo et al. (org.) *Simpósio Gênero: Indicadores da Educação Superior brasileira*. Brasília, 6 e 7/12/2007, p. 153-176. Brasília: Inep, 2008.

A inserção das mulheres na construção civil: um retrato midiático sobre a expressão e reprodução da feminilidade no setor

Talita Santos de Oliveira

O aumento do número de mulheres inseridas no mercado de trabalho nas últimas décadas revela que elas consolidaram seu espaço no mundo do trabalho produtivo. Se, em 1980, a taxa de atividade feminina no Brasil era de 26,6%, em 2007, esse percentual sobe para 52,4%, enquanto que, apesar de crescer e decrescer no período correspondente, a respectiva taxa masculina é de 72,4% para ambos os anos.¹

Um elemento fundamental, mas não novo, nesta configuração do mercado de trabalho é a segregação sexual das atividades e ocupações. Embora a ampliação do emprego feminino seja exponencial, ao ponto de se considerar o processo de feminização do mundo do trabalho (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000; NOGUEIRA, 2004; YANNOULAS, 2003; 2011), a estrutura ocupacional permanece segmentada em termos de gênero e fundamentada na divisão sexual do trabalho.

Ainda notamos, por meio das estatísticas do trabalho e de estudos específicos sobre os trabalhos das mulheres, que antigos *guetos*² (LOMBARDI, 2011) ou bastiões (LE FREUVE, 2008) do trabalho masculino permanecem quase que intocáveis. Este é o caso do setor da construção civil.³

1 Dados coletados no Banco de Dados da Mulher da Fundação Carlos Chagas. Fonte: IBGE/Pnad. Tabela “Mulheres, trabalho e família”. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/bdmulheres/download/Trabalho_e_Familia_2007.pdf>. Acesso em: 03/01/2013.

2 Grifo da autora.

3 Observamos na literatura consultada que não há um consenso e nem uma diferenciação quanto à utilização dos termos *construção* e *construção civil*. Na Classificação Nacional de Atividades Econômicas,

Em 2009, entre os homens e as mulheres ocupadas, 12,6% deles estavam no setor da construção civil, enquanto apenas 0,5% delas exerciam esta atividade (DIEESE, 2011). Apesar de estarem adentrando progressivamente o setor, as mulheres ainda são numericamente pouco representativas em relação ao conjunto total dos trabalhadores. Segundo Lombardi (2011), entre os anos de 2002 e 2009, há um aumento do quantitativo de mulheres na construção civil, que se eleva de 161 mil trabalhadoras para 197 mil.⁴ Todavia, elas continuam representando, em ambos os anos, 3% dos trabalhadores do setor.

A participação das mulheres no setor da construção civil parece ser maior na execução de atividades auxiliares, de alvenaria leve⁵ e de limpeza para a entrega do produto final dentro do contexto do processo de trabalho. Trata-se de lógica de especialização que coaduna e reproduz a divisão sexual do trabalho e todos os estereótipos e assimetrias de gênero a ela associados.

Nos últimos anos, o aumento das obras públicas vinculadas aos programas de governo, bem como o crescimento do mercado imobiliário interno, possibilitaram a expansão do setor da construção no Brasil, principalmente no que se refere à oferta de empregos. Segundo o Dieese (2012), em 2010, a construção registrou um crescimento de 11,6% em relação ao PIB setorial do ano anterior, e o fator do incremento à população já ocupada foi preponderante para isso. Mesmo que em pequena escala, acreditamos que a mão de obra feminina vem ocupando esses espaços recém-criados no setor da construção civil, o que tem sido fonte de informação veiculada inclusive pelos instrumentos de comunicação.

É nesse contexto que se insere este artigo, tendo como pano de fundo parte desses processos de transformação no mercado de trabalho geral, e na construção em particular. Nosso objetivo foi identificar a maneira que os meios de difusão da informação se reportam ao trabalho executado pelas

CNAE 2.0, do IBGE, o setor é designado apenas por *construção* e se divide em três subsetores: construção de edifícios, obras de infraestrutura e serviços especializados para construção. Farah (1996) também aponta que o macrocomplexo da construção civil inclui a construção, propriamente dita, e os segmentos produtores de materiais e componentes de construção. Todavia, neste trabalho, optamos por utilizar o termo *construção civil* em virtude de tê-lo empregado no levantamento inicial das reportagens e matérias jornalísticas.

4 O artigo de Lombardi (2011), *Trabalhadoras na construção civil: quem são elas e o que fazem?* ABET, p. 2.448-2.457, é fundamentado nas estatísticas da Pnad/ IBGE e da Rais/ MTE.

5 São consideradas atividades de alvenaria leve aquelas relacionadas às obras de acabamento, revestimento, pintura e instalações.

mulheres no setor e, em última instância, contribuem para a disseminação dos estereótipos em torno da mão de obra feminina.

Para tanto, realizamos um levantamento⁶ na internet, por meio do site de busca Google, de reportagens e matérias jornalísticas publicadas em sites de jornais e revistas virtuais, portais de notícias, blogs e outros vinculados às esferas de governo e às empresas do setor da construção civil. Utilizamos como localizador a expressão “mulheres construção civil” e selecionamos 45 reportagens consideradas originais⁷ que abordavam o tema da entrada e da atuação das mulheres nesse setor no período compreendido entre os anos de 2007 e 2013, sendo que, neste último ano foram considerados apenas os meses de janeiro e fevereiro. Destacamos este período por compreender o ano de lançamento do programa de governo conhecido como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),⁸ que deu início à construção de uma série de obras de infraestrutura urbana e social, e o momento de encerramento desta etapa de coleta do material.

Este artigo está estruturado em três seções, além das considerações finais. Na primeira seção apresentamos os conceitos de divisão sexual do trabalho e sua importância para estruturação e segmentação do mercado de trabalho em termos de gênero. Na segunda, explicitamos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa documental. E por fim, realizamos, na terceira seção, a discussão dos principais resultados obtidos.

6 Este levantamento foi realizado pela assistente de pesquisa Vanessa de Sousa Araújo (2013).

7 A utilização desse termo remonta ao fato de alguns sites eletrônicos utilizarem reportagens elaboradas por outros.

8 O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi instituído em 22 de janeiro de 2007 pelo Decreto 6.025 e implicava “em medidas de estímulo ao investimento privado, ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura e voltadas à melhoria da qualidade do gasto público e ao controle da expansão dos gastos correntes no âmbito da Administração Pública Federal” (BRASIL, 2007). Sua primeira versão vigorou entre os anos de 2007 e 2010. Já a segunda, denominada PAC 2, que também engloba o Programa Minha Casa Minha Vida, começou a ser implementada em 2011 e se estenderá até o ano de 2014. As ações e obras previstas por ambos os programas visam, dentre outros fatores, preparar o país para a realização de grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016. Alguns estudos (ver DIEESE, 2011; IBGE, 2010; MONTEIRO; COSTA; FALEIROS; NUNES, 2010) demonstram que tais programas influenciaram o crescimento da indústria da construção nos últimos anos, principalmente em termos de geração de postos de empregos, graças à desoneração tributária de alguns materiais de construção e à expansão do crédito para habitação.

Divisão sexual do trabalho: masculinização e feminização

Os empregos e ocupações disponíveis no mercado de trabalho estão distribuídos sexualmente. Enquanto os homens ocupam a maior parte dos postos de trabalho nos setores agrícola, indústria de transformação, comércio e reparação, e construção, as mulheres tendem a estar representadas nos setores de serviços, comércio, áreas de atendimento social, como educação, saúde, assistência social e trabalho doméstico.

Esta estrutura ocupacional, segmentada em termos de gênero, se fundamenta na divisão sexual do trabalho, conceituada por Kergoat (2009, p. 67) como:

(...) a forma de divisão do trabalho social resultante das relações sociais entre os sexos; forma moldada histórica e societariamente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, assim como, simultaneamente, a captação por parte dos homens das funções adicionadas de forte valor social.

Além do princípio de separação, esta forma de organização social do trabalho também é determinada pela hierarquização: *há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e os trabalhos dos homens valem mais que os trabalhos das mulheres* (Ibidem). Esta narrativa se constrói, sobretudo pela desqualificação do trabalho realizado pelas mulheres na esfera produtiva, em virtude, principalmente, da negação do trabalho por elas realizado na esfera reprodutiva.

A pressuposição de que as tarefas no ambiente doméstico são de exclusiva responsabilidade feminina reflexiona sobre a inserção produtiva das mulheres, de tal forma que colabora para a construção da feminilidade e masculinidade no mundo do trabalho. A força de trabalho feminina é vista como resiliente, dócil, submissa e delicada; qualidades tidas como naturais. Enquanto isto, à força de trabalho masculino é atribuída a qualificação.

A segregação sexual das ocupações tende a incorporar esses estereótipos, o que fundamenta as situações de desigualdade entre homens e mulheres (AGUIRRE, 1998). Persistem as desigualdades inerentes à divisão sexual do trabalho; tanto em nível horizontal, vista nas restritas ocupações das mulheres, geralmente derivadas das funções de reprodução social e cultural, como em nível vertical, refletida na desvantagem de salários,

carreira e condições de trabalho das mulheres em relação aos homens (YANNOULAS, 2003, p. 48).

Para Souza-Lobo (1991, p. 152):

As tradições de masculinização e feminização de profissões e tarefas se constituem às vezes por extensão de práticas masculinas e femininas: homens fazem trabalho que exigem força, mulheres fazem trabalhos que reproduzem tarefas domésticas. Mas, mais do que a transferência das tarefas, são as regras da dominação de gênero que se reproduzem nas várias esferas da atividade social. Não existe forçosamente uma coincidência da divisão sexual do trabalho na esfera da produção e da reprodução, de tal forma que sempre as tarefas masculinas, numa e noutra esfera, tenham a mesma natureza. O mesmo ocorre com as tarefas femininas.

A inserção laboral das mulheres varia de acordo com o incremento das forças produtivas e com o estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista. É possível verificar a presença de um maior contingente feminino em certos períodos históricos e em determinados postos profissionais criados ao longo desse processo de evolução (SAFIOTTI, 1979, p. 36). Isto significa que a divisão sexual do trabalho é plástica, variando em termos de espacialidade, temporalidade e contextualidade (KERGOAT, 2009).

A reestruturação produtiva e as metamorfoses no mundo do trabalho que vêm ocorrendo desde os anos 1970 repercutem notavelmente sobre o trabalho masculino e feminino. Enquanto o trabalho masculino tende a diminuir, ou até estagnar em alguns casos, o feminino aumenta progressiva e mundialmente (HIRATA, 2009), fenômeno denominado *feminização* do mercado de trabalho.

No entanto, *ao mesmo tempo em que se deu uma expressiva feminização do trabalho, ela se realiza precarizando ainda mais a força de trabalho feminina* (NOGUEIRA, 2004, p. 38). Ou seja, embora haja um aumento expressivo do número de mulheres no mercado de trabalho, são elas que acabam assumindo a maior parte das consequências da reestruturação produtiva (YANNOULAS, 2003), tais como o trabalho em tempo parcial e de caráter temporário, o subemprego e o desemprego. Além disso, esse aumento da participação feminina tende a ocorrer em ocupações e postos de trabalho específicos.

Entendemos que o processo de incorporação massiva das mulheres em determinadas ocupações e profissões comporta dois movimentos distintos e

correlatos: a feminilização e a feminização propriamente dita. A feminilização se trata do aumento do número de mulheres em certas atividades ocupacionais, sendo assim seu viés é puramente quantitativo. Já a feminização se refere às mudanças do teor das tarefas relativas a determinadas ocupações, que passam a assumir características mais femininas, constituindo-se assim um indicador qualitativo (YANNOULAS, 2011).

Segundo Yannoulas (2003; 2011), o aumento quantitativo da participação das mulheres no mercado de trabalho, no final do século XX, está mais vinculado à expansão de atividades “femininas” do que o acesso a atividades “masculinas”, embora tenha implicado em algumas mudanças qualitativas em determinadas ocupações, como é o caso do magistério e de outras atividades profissionais ligadas ao *care*.

Metodologia

A análise aqui apontada toma como referência 45 reportagens eletrônicas, disponíveis na internet, sobre a inserção e a participação das mulheres no setor da construção. Este levantamento considerou as reportagens e as matérias jornalísticas datadas entre os anos de 2007 e 2013, sendo que, no caso deste último ano, foram incluídas apenas as publicadas nos meses de janeiro e fevereiro.

Em princípio, foram selecionados 52 links para matérias de internet, publicadas em sites eletrônicos diversos, obtidos por meio de pesquisa efetuada no site de busca Google. Todavia, à época da realização da análise de conteúdo, sete destes links se encontravam indisponíveis; razão pela qual foram descartados. Optamos pela utilização desse site de busca, em específico, por se constituir uma ferramenta estratégica para localização de outros sites e conteúdos de interesse da população que tem acesso à internet. A busca pelas reportagens se realizou com a utilização da expressão “mulher construção civil”.

A disposição em utilizar este material com vistas à contribuição para os estudos sobre feminização no mundo do trabalho se justifica por dois motivos: primeiramente, porque entendemos que o aumento do número de mulheres no ramo da construção civil nos últimos anos está estreitamente vinculado ao crescimento do setor e a sua demanda por mão de obra qualificada, propugnados pela expansão de obras públicas e, também, particulares. Fatos estes, alvos recorrentes de atenção por parte dos meios de comunicação de massa. Em segundo, tendo em vista que estes veículos de

formação do pensamento, da cultura e da opinião públicos são fundamentais para a reprodução dos estereótipos de gênero já existentes e daqueles que ainda estão sendo construídos social e historicamente.

Segundo Biroli (2011, p. 74), a mídia e os meios de comunicação possuem uma posição-chave na disputa pela representação do mundo e dos sujeitos, pois podem tanto contribuir para a superação dos estereótipos sociais como para a sua reprodução e naturalização. Contudo, dificilmente promovem o questionamento ou a reflexão sobre os fundamentos e a funcionalidade desses estereótipos na dinâmica da sociedade.

Para fins deste trabalho, entendemos os estereótipos como parte dos processos sociais de definição de papéis e reprodução de valores em um dado contexto histórico e em uma dada realidade social (Idem). Os estereótipos de gênero estão associados às representações de masculinidade e feminilidade, definidas por características e qualidades atribuídas social e culturalmente aos homens e às mulheres (MOLINIER; WELZER-LANG, 2009).

Concordamos com Champagne (1998) que os meios de comunicação difundem e relatam questões atuais e, assim, acabam por contribuir de modo significativo para elaborações coletivas de representações sociais da realidade e dos sujeitos. Dessa forma, não só refletem os acontecimentos, como também podem influenciar o desencadeamento de novos processos sociais. Quando se trata da inserção no mundo do trabalho podem, ou não, reforçar as ideologias patriarcais e a divisão sexual do trabalho tão arraigadas na sociedade capitalista e que colocam as mulheres em condições de desvantagem e subordinação constantes.

O movimento de análise das reportagens e matérias coletadas se deu em duas etapas. A primeira constituiu-se em uma organização preliminar dos conteúdos, categorizando-os segundo os temas abordados, o ano de publicação e o tipo de site em que foi publicado. No segundo momento, foi realizado o aprofundamento dos conteúdos a partir dos conceitos fundamentais da teoria marxista e dos estudos de gênero, com o intuito de responder as seguintes questões: como o setor da construção é retratado? Quais argumentos são utilizados para justificar o aumento da inserção das mulheres no setor? Como são caracterizados os trabalhos executados pelas mulheres e a mão de obra feminina?⁹ Na seção seguinte, apresentamos os resultados obtidos.

9 Nesta etapa contamos com a valiosa contribuição da assistente de pesquisa Amanda Fontenelli Costa (ver COSTA, 2013).

Mulheres na construção civil: a tradição do feminino em um ambiente masculino

As reportagens e matérias jornalísticas coletadas abordavam como tema geral o trabalho das mulheres na construção civil, no contexto nacional ou estadual. De acordo com o Quadro 1, disposto a seguir, foram agrupadas segundo os temas específicos, ou secundários, que visavam retratar.

Quadro 1. Temas específicos retratados nas reportagens e matérias sobre a inserção das mulheres na construção civil

Tema	Nº
Preconceito sofrido pelas mulheres numa área de inserção predominantemente masculina	6
Crescimento do setor da construção civil	6
Luta pelos direitos das mulheres inseridas na construção civil	3
Adaptação dos canteiros de obra para receber a mão de obra feminina	1
Programas ou cursos de qualificação profissional para mulheres na área da construção civil	21
Mudança de empregos tradicionalmente femininos para atuação na construção civil	4
Focam apenas o aumento recente do número de mulheres no setor	4
Total	45

Fonte: SOUZA, 2013. Elaboração própria.

Das 45 matérias analisadas, 21, ou quase 50%, dispunham sobre programas, projetos ou cursos de qualificação profissional para mulheres na área da construção civil. Estes variavam desde iniciativas governamentais, estruturadas com recursos públicos e convênios entre entes federativos e organizações da sociedade, parceiras na execução dos programas, até capacitações privadas oferecidas por empresas e por construtoras. Todas foram agrupadas no tema específico “Programas ou cursos de qualificação profissional para mulheres na área da construção civil”.

Dois outros temas foram abordados pelas matérias em uma mesma proporção: o “Preconceito sofrido pelas mulheres numa área de inserção predominantemente masculina” e o “Crescimento do setor da construção civil”, ambos perfazendo um percentual de 14% das matérias coletadas. Observamos nas reportagens agrupadas no tema “Preconceito sofrido pelas mulheres numa área de inserção predominantemente masculina” que o fato das mulheres estarem inseridas na construção civil é apontado como um

“motivo de orgulho” para estas trabalhadoras, apesar das adversidades que encontram no ambiente de trabalho e nas relações sociais ali estabelecidas. Já as matérias incluídas no tema “O crescimento do setor da construção civil” focavam a expansão econômica do setor como um desdobramento político e social, apontando fatores como o aumento do emprego formal e a ampliação dos salários pagos.

Outro tema destacado em 8% das matérias jornalísticas foi a “Mudança de empregos tradicionalmente femininos para atuação na construção civil”. Nessas reportagens são retratados alguns casos de mulheres que já possuíam emprego e que migraram para o setor da construção civil em busca de melhores condições de trabalho. Observamos que há referência à expressão “empregos tradicionalmente femininos”, mas não identificamos nenhuma explicação de quais são esses empregos e do por que são caracterizados assim. Ao relatarem os casos de mulheres que deixaram esses postos de trabalho para atuar na construção civil, identificamos somente dois: o emprego doméstico e a atividade de animação de festa.

O tema específico “Luta pelos direitos das mulheres inseridas na construção civil” incorporou três reportagens peculiares que merecem destaque pelo seu conteúdo crítico. A primeira “Mulheres ocupam cada vez mais espaços na construção civil no Maranhão”, publicada no jornal on-line *O imparcial* – São Luís, menciona as desigualdades entre os homens e as mulheres no setor, no que se refere às atividades desenvolvidas e aos salários percebidos, e ainda revela que muitas construtoras se utilizam de uma estratégia empresarial desvantajosa para as mulheres, pois as contratam em funções auxiliares e, até de limpeza, para lhes pagar menores salários. A matéria “Mulheres na construção civil: luta pela igualdade”, publicada no jornal on-line *Diário Liberdade*, também discutiu a situação delas nos locais de trabalho, a hierarquização das funções exercidas pelas mulheres em relação às executadas pelos homens e a necessidade de implantação do auxílio-creche para as trabalhadoras do setor. A última matéria, “Presença massiva das mulheres operárias da construção civil marca o 8º dia de greve da construção civil”, exposta no blog de Cleber Rabelo, dispõe sobre a participação das operárias da construção civil de Belém na greve da categoria por melhores condições de trabalho e salários. A matéria também denuncia a perversidade das empresas do ramo da construção em não garantir qualificação profissional e a contratação formal dessas mulheres, fatores, dentre outros, elencados como reivindicações específicas delas.

Por fim, há outras quatro reportagens que não desenvolvem temas secundários, apenas focam o aumento recente do número de mulheres no setor, e uma única que assinala as barreiras que ainda existem para o ingresso das mulheres na construção civil. Esta foi agregada no tema “Adaptação dos canteiros de obra para receber a mão de obra feminina” e aponta a necessidade de banheiros exclusivos, de equipamentos individuais de proteção e de áreas comuns de socialização como aspectos relevantes a serem implantados nos canteiros de obra, a fim de incorporarem a mão de obra feminina adequadamente.

Quanto ao ano de publicação do material considerado, notamos que 32 das reportagens coletadas são do ano de 2012, cerca de 70% do total, e em sua maioria, estão vinculadas ao tema específico de maior expressividade no levantamento “Programas ou cursos de qualificação profissional para mulheres na área da construção civil”. Das matérias que versam sobre o preconceito sofrido por elas na área, duas são datadas de 2007 e uma de 2008. Nenhuma das matérias coletadas foi publicada nos anos de 2009 e 2010. Enquanto que os anos de 2011 e 2013 seguem, respectivamente, com 3 e 6 reportagens.

O Quadro 2 agrega os tipos de sites eletrônicos em que foram localizadas as reportagens e matérias jornalísticas coletadas. São eles: jornais on-line, jornais televisivos, revistas on-line, portais de notícias, sites vinculados às esferas de governos e a empresas do setor da construção civil, revistas do setor da construção civil e blogs.

Quadro 2. Sites eletrônicos onde foram localizadas as reportagens e matérias jornalísticas

Tipos de site	Nº
Jornais on-line	10
Jornais televisivos	5
Revistas on-line	2
Portais de notícias	11
Sítios virtuais vinculados às esferas de governo	6
Sítios virtuais de empresas do setor da construção civil	7
Revistas do setor da construção civil	2
Blogs	2
Total	45

Fonte: SOUZA, 2013. Elaboração própria.

Os portais de notícias, como BOL, IG, UOL, G1.Globo, R7.Record, foram os sites eletrônicos que se sobressaíram na publicação das matérias jornalísticas que falavam sobre a inserção das mulheres na construção civil. O tema também se mostrou fecundo para as reportagens dos jornais que circulam nos meios virtual e televisivo. Além disso, os sites de empresas do setor da construção civil e os vinculados às esferas de governo também noticiaram o fenômeno.

Discussão

Ao aprofundarmos a análise do conteúdo exposto nas reportagens e matérias jornalísticas sobre as mulheres na construção civil elencamos cinco tipos de argumentos que foram utilizados para designar o setor em seus aspectos característicos, como justificar o aumento, ou o ingresso, das mulheres nos últimos anos, e ainda caracterizar os trabalhos que são por elas realizados. São eles os argumentos da natureza, da tecnologia, o científico ou estatístico, o do espaço vazio e o da tradição,¹⁰ os quais serão mais detalhados e confrontados ao longo de nossa análise.

Notamos que as 45 reportagens apontavam como fator positivo o aumento da participação das mulheres no setor da construção civil nos últimos anos. Pautadas, principalmente, na qualificação da mão de obra feminina como “vantajosa” e “benéfica” para o setor, considerado um dos grandes *guetos* do trabalho masculino (LOMBARDI, 2011).

Identificamos que 25, das 45 matérias consultadas, utilizaram o **argumento científico ou estatístico** para caracterizar a construção civil ou dimensionar a participação das mulheres no setor. Selecionamos os dois trechos assinalados abaixo para demonstrar:

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) feita em 2011 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mapeiam os setores da economia nos quais a presença feminina é raridade. Do total de trabalhadores na construção civil, 96,5% são homens. Na indústria, 64,6% da força de trabalho é masculina.

10 Apesar de havermos separado os argumentos para classificar as matérias jornalísticas e analisar criticamente seu conteúdo, entendemos que esses argumentos estão intrinsecamente relacionados e podem, em última instância, se constituírem fatores determinantes entre si. Nos dispomos a utilizá-los a fim de clarificar, contextualizar e problematizar melhor os fragmentos de textos retirados das matérias e reportagens.

No caso dos serviços industriais de unidade pública, eles representam 82,8% da mão de obra. Apenas as atividades do setor de serviços são ocupadas predominantemente por mulheres (52%) (Mulheres desafiam preconceito na construção civil, site Centro de Tecnologia de Edificações. Disponível em: <http://www.cte.com.br/site/noticias_gestao_ler.php?id_noticia=8733>. Acesso em: 09/12/12).

Segundo os últimos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, o número de mulheres atuantes na construção civil aumentou 65% em oito anos. Em 2000, elas eram pouco mais de 83 mil entre 1,094 milhão de pessoas empregadas. Já em 2008, elas ocupavam 137.969 vagas em um estoque de trabalhadores de quase 2 milhões (Mulheres em “trabalhos de homens” na construção civil, jornal Montes Claros. Disponível em: <<http://jornalmontesclaros.com/2013/01/04/mulheres-em-trabalhos-de-homens-na-construcao-civil.html>>. Acesso em: 04/01/13).

No primeiro fragmento, os dados utilizados pela matéria ilustram a segregação sexual das ocupações, apontando especialmente aquelas que possuem um quantitativo maior de homens. Já o segundo dimensiona a quantidade de mulheres inseridas no setor da construção civil entre os anos de 2000 e 2008. Ambos os fragmentos apontam o setor como masculino a partir de dados quantitativos.

Esta denominação do setor como masculino, ou masculinizado, apareceu em 40 das 45 matérias consideradas. Foram utilizados os termos “área dominada pelos homens”, “exclusivamente masculina”, “majoritariamente masculina”, “tradicionalmente masculina”, “historicamente masculina” e “marcada pela presença masculina”, como se observa em alguns fragmentos abaixo:

(...) área de atuação profissional historicamente restrita à mão de obra masculina, contudo recentemente conta com a presença de mão de obra feminina (Mulheres atuantes na Construção Civil, site da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.smtr.campos.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=141:mulheres-atuantes-na-construcao-civil&catid=42:cursossmtr>. Acesso em: 21/11/12).

(...) rude e majoritariamente masculino, contudo, sofrendo alterações (Mulheres conquistam setor de construção civil no Brasil, site DW. Disponível em: <<http://www.dw.de/mulheres-conquistam-setor-de-constru%C3%A7%C3%A3o-civil-no-brasil/a-16570982>>. Acesso em: 03/02/13).

Por fazer referência a uma trajetória histórica de atuação profissional dos homens na área da construção civil, o primeiro fragmento se constrói sobre o **argumento da tradição**. Compreendemos, por meio desse argumento, que a delimitação e o exercício das profissões ao longo do desenvolvimento histórico estão definidos sexual e culturalmente (YANNOULAS, 2011). Homens e mulheres tendem a se concentrar em determinados setores e atividades que possuem estreita relação com características que lhes são atribuídas culturalmente, em uma dada época, aspecto que determina a divisão sexual horizontal do mercado de trabalho.

O segundo fragmento, ao valer-se do adjetivo *rude* para caracterizar o setor, atribui-lhe uma qualidade relacionada a um padrão de masculinidade, fundamentado na natureza. Este **argumento naturalista**, ou essencialista, evoca características tidas como naturais ou essenciais para conformação tanto da identidade masculina como da identidade feminina no mundo do trabalho. A masculinidade é definida, dentre outros aspectos, pela posse da força física, da racionalidade e da brutalidade; enquanto a feminilidade envolve características como fraqueza, afetividade e irracionalidade (YANNOULAS, 1994; 2011).

Apesar de fazerem uso dos termos acima mencionados para se referirem ao setor da construção civil, as matérias não apresentam explicações ou comentários acerca do por que o setor é tido como masculino, o que contribui para a naturalização da divisão sexual do trabalho e da segmentação sexual das ocupações em nossa sociedade, já que não contestam esta segregação em que “os homens fazem trabalho que exigem força, as mulheres fazem trabalhos que reproduzem tarefas domésticas” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 152), e nem desmitificam os estereótipos de gênero a ela vinculados.

Por outro lado, aquelas matérias cujo objetivo era fomentar a entrada das mulheres na construção civil, em geral as relacionadas ao tema “Programas ou cursos de qualificação profissional para mulheres na área da construção civil”, apontaram a necessidade de redefinição do perfil profissional característico do setor. Notamos isto nos seguintes fragmentos:

A construção civil é uma área marcada pela presença masculina e que necessita da ampliação de seus conceitos e valores (Programa prepara mulheres para trabalharem na Construção Civil, Portal de Notícias do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.df.gov.br/noticias/item/3391-programa-forma-mulheres-para-trabalhar-na-constru%C3%A7%C3%A3o-civil.html>>. Acesso em: 04/09/12).

Hoje as tecnologias disponíveis nos canteiros dispensam a força física como principal atributo, facilitando a entrada de mulheres no setor da construção civil, retirando-lhe o caráter sexista da profissão (Lugar de mulher também é no canteiro! Revista *Equipe de Obra*. Disponível em: <<http://www.equipedebra.com.br/construcao-reforma/18/lugar-de-mulher-tambem-e-no-canteiro-96944-1.asp>>. Acesso em: 18/06/08).

Destacamos com relação a este último fragmento o uso do **argumento da tecnologia**, tanto para distinguir o setor no atual momento histórico, como para motivar a inserção das mulheres por meio da desqualificação do argumento da natureza. A partir da análise do fragmento podemos inferir que a utilização de recursos tecnológicos garantiria maior acesso das mulheres ao setor da construção civil. Todavia, a introdução de novas tecnologias na execução de atividades laborativas repercute de maneira diferenciada sobre os homens e as mulheres, e sobre os postos de trabalho ocupados por eles e por elas (HIRATA, 2002). A elevação nas taxas de emprego feminino e masculino em certos postos de trabalho pode se dar concomitantemente aos processos de desemprego e de precarização das condições de trabalho em outros.

O incremento tecnológico pode acentuar a divisão sexual do trabalho e, desta forma, reforçar a marginalização das mulheres no mundo do trabalho, pois são elas que ocupam grande parte dos postos não qualificados, que são suprimidos ou transformados em tarefas monótonas e repetitivas (HIRATA, 2002). Segundo Yannoulas (2003, p. 48), a execução dessas tarefas geralmente implica a utilização da mão de obra feminina por requerer habilidades como paciência, delicadeza, meticulosidade, e tantas outras, estimuladas nos processos de socialização das meninas.

Em se tratando do setor da construção civil não acreditamos que o processo de inserção das mulheres se distancie desse paradigma. Até porque estes atributos vistos como intrínsecos à mão de obra feminina pelo argumento da natureza, constantemente avocado nas matérias jornalísticas, são fatores determinantes e valorizados na contratação das mulheres. Abaixo segue um fragmento de reportagem que confirma isso:

(...) as mulheres são muito requisitadas principalmente para as atividades que exigem mais paciência (Mulheres em “trabalhos de homens” na construção civil, jornal *Montes Claros*. Disponível em: <<http://jornalmontesclaros.com/2013/01/04/mulheres-em-trabalhos-de-homens-na-construcao-civil.html>>. Acesso em: 04/01/13).

Nesse sentido, o recurso ao emprego das mulheres no setor se faz estratégico, na medida em que, vai além de suprir uma demanda por mão de obra no atual contexto social e econômico, como é apregoado pelo **argumento do espaço vazio**, identificado nos fragmentos que se seguem:

*Com a falta de mão de obra masculina diante de um cenário de crescimento da construção civil e pesada, as mulheres estão entrando cada vez mais nesse mercado para suprir a demanda da indústria (Mulheres invadem a construção pesada, revista *Grandes Construções*. Disponível em: <http://www.grandesconstrucoes.com.br/br/index.php?option=com_conteudo&task=viewNoticia&id=15304>. Acesso em: 20/12/12).*

O aumento da participação de mulheres nas empresas do setor significa uma forma de atenuar a demanda por mão de obra qualificada (...) (Mais mulheres na construção civil, site da Brasal Incorporações. Disponível em: <<http://www.brasal.com.br/incorporacoes/Noticias/mulheres-ganham-espaco-na-construcao-civil>>).

Pelo argumento do espaço vazio, as fronteiras que demarcam a distinção entre os trabalhos destinados aos homens e os cabíveis às mulheres se deslocam em face das necessidades dos setores econômicos, das transformações estruturais que podem ocorrer nos mercados de trabalho, e até por fatores externos ao mundo do trabalho (YANNOULAS, 2011; HIRATA, 2002). Dessa forma, as mulheres seriam recrutadas pela ausência dos profissionais do sexo oposto.

Com relação ao setor da construção civil, o que notamos por meio da análise de conteúdo das reportagens e matérias jornalísticas é que mesmo com a demanda por mão de obra, a inserção das mulheres no setor não se efetiva espontaneamente. Faz-se necessário o acúmulo de qualificação profissional às aptidões e qualidades consideradas inerentes à mão de obra feminina. Vide fragmentos relacionados a seguir:

*Um trabalhador qualificado consegue se destacar no mercado, e as mulheres também são capazes de desempenhar estas funções que aparentemente seriam masculinas. São características como a qualificação profissional e o cuidado especial com o acabamento que elas conseguem destaque (Mulheres descobrem na construção civil novas chances de empregos, jornal *Cidade Verde*. Disponível em: <<http://www.cidadeverde.com/mulheres-descobrem-na-construcao-civil-novas-chances-de-empregos-111869>>. Acesso em: 01/09/12).*

Com projetos de qualificação, a mão de obra feminina encontra oportunidades (Mulheres conquistam espaço na construção civil, TV Brasil. Programa Repórter Brasil, exibido em 28/09/12).

Estes fragmentos reiteram o estereótipo de desqualificação da força de trabalho feminina bem ressaltado por Souza-Lobo (1991, p. 152), e que no caso do setor da construção civil parece se atenuar, em virtude de dois motivos principais: primeiro, se para adentrarem o mercado de trabalho em condições de igualdade com os homens, as mulheres precisam apresentar requisitos ou capacitações adicionais, pois, dada a divisão sexual vertical do trabalho, elas sempre se encontram em situação de desvantagem em relação aos homens (YANNOULAS, 2003), quicá para se inserirem em um setor ou em uma profissão de tradição masculina, como a construção civil. A certificação de qualificação profissional se torna condição *sine qua non* para a inserção produtiva das mulheres, ao contrário dos operários, que podem ter aprendido o ofício de forma característica do setor, por meio do saber-fazer (FARAH, 1996).

O processo de trabalho na construção civil implica a execução de tarefas cujo domínio e apropriação do conhecimento é transmitida “homem-a-homem”, ou seja, é socializada na estrutura dos ofícios (RESENDE, 2012). O que, por sua vez, desqualifica ainda mais, ou novamente, a entrada das mulheres no setor, tendo em vista que os processos de socialização dos meninos e das meninas não rompem com os estigmas do trabalho produtivo *versus* trabalho reprodutivo. Enquanto um menino pode estar aprendendo com o pai o ofício de pedreiro, por exemplo, a menina deverá estar em casa ajudando a mãe nos afazeres domésticos.

Isto não significa que os atributos apreendidos pelas meninas por meio da execução das tarefas domésticas ao longo do processo de socialização não são funcionais ao capital quando as mulheres se incorporam ao mercado de trabalho. Contraditoriamente, esses dons e habilidades, tidos como naturais, são apropriados pelo capital a fim de maximizar os lucros e reduzir os custos do trabalho, já que – “ao serem vistos como atributos naturais, extensões de habilidades próprias ao gênero feminino – são considerados dons e não trabalho” (CISNE, 2012, p. 114).

Identificamos por meio das reportagens e matérias jornalísticas analisadas que o trabalho das mulheres no setor da construção civil não só é compreendido, como também motivado a partir desta perspectiva de naturalização dos papéis e das qualidades femininas. É o que observamos por meio dos seguintes fragmentos:

A mulher é mais cuidadosa, detalhista e especialista no combate ao desperdício. Ao aplicar essas características no canteiro de obras temos como resultado um serviço eficiente e com mais perfeição (Número de mulheres na construção civil cresce 65% na última década, jornal *O retrato*. Disponível em: <<http://jornalretrato.com.br/net/numero-de-mulheres-na-construcao-civil-cresce-65-na-ultima-decada>>. Acesso em: 24/01/13).

As construtoras afirmam que as mulheres compensam a falta de força física com o capricho. São mais detalhistas, organizadas e evitam o desperdício (Força nada bruta: mulheres invadem a construção civil, Portal IG. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/forca-nada-bruta-mulheres-invadem-a-construcao-civil/n1597319911272.html>>. Acesso em: 25/10/11).

As profissionais da construção civil agregam novas qualidades ao trabalho e tornam os canteiros de obras ambientes mais humanizados (Mais mulheres na construção civil, jornal *Primeira Mão Notícias*. Disponível em: <http://noticias.primeiramao.com.br/aumenta-presenca-das-mulheres-na-construcao-civil_content_ct_7342_2285_.aspx>. Acesso em: 06/05/11).

A mulher faz com mais zelo, é mais assídua e impõe mais respeito ao ambiente de trabalho (Qualificando mulheres para a construção civil, DFTV, Globo. Disponível em: <<http://globoTV.globo.com/rede-globo/dftv-2a-edicao/v/programa-mulheres-na-construcao-civil-forma-mao-de-obra-feminina/2102498/>>. Reportagem exibida em: 22/08/12).

A partir da apreciação dos fragmentos apontados acima, entendemos que a inserção das mulheres no setor da construção civil parece ocorrer de forma marginal, pela especialização de algumas atividades que mais se assemelham ao “perfil” delas. Esta lógica de valorização dos atributos ditos femininos captura de forma perversa a mão de obra feminina, pois perpetua a subordinação e a exploração intensiva do trabalho das mulheres pelo capital. Ao mencionar que elas são mais detalhistas, cuidadosas com os equipamentos e zelosas com o material utilizado, a fim de evitar o desperdício, as matérias retratam a expressão da feminilidade no setor, como um fator de compensação à falta das características agregadas pelos homens ao setor.

Considerações finais

A divisão sexual do trabalho é fator determinante para se compreender a estrutura das ocupações e as trajetórias de homens e mulheres no mercado de trabalho. Além de serem sexualmente demarcados, alguns setores ocupacionais seguem reproduzindo em seu interior uma divisão social das tarefas relacionada às características biológicas de homens e mulheres e às qualidades que lhes são atribuídas social e culturalmente.

A partir da análise de reportagens e matérias jornalísticas sobre a inserção e participação das mulheres na construção civil, à luz dos estudos de gênero, consideramos que este é um dos setores que permanece rigidamente monopolizado pela mão de obra masculina, apesar das mulheres o estarem adentrando neste momento histórico com maior expressividade que em outros períodos.

Notamos que, ao se reportarem a essa entrada das mulheres na construção civil, os meios de comunicação tratam como dados naturais a divisão entre os empregos “tradicionalmente femininos” e os “tradicionalmente masculinos”. Não problematizam e nem apontam questionamentos acerca dessa segmentação em termos de gênero, o que acaba por naturalizar a divisão sexual do trabalho, em nível vertical e horizontal. De acordo com as matérias, a utilização dos argumentos da natureza, do espaço vazio, da tradição, da tecnologia ou científico revela os motivos pelos quais as mulheres estão sendo requisitadas no setor da construção civil, todavia ocultam a funcionalidade do trabalho feminino e da divisão sexual do trabalho para o capital.

O retrato pintado das mulheres na construção civil pelas reportagens e matérias analisadas é marcado pela valorização de habilidades e características tidas como naturais delas. Nesse sentido, evocam a expressão da feminilidade como um fator de destaque para a atuação das mulheres neste setor marcadamente masculinizado. Isto não só reproduz os estereótipos de gênero no mundo do trabalho como os reforça em uma perspectiva perversa que só tende a beneficiar o capital. A reprodução dos estereótipos de gênero no mundo do trabalho, e no setor da construção em particular, implica a utilização marginal da mão de obra feminina e sua exploração sem medidas, já que o trabalho realizado por elas tende a agregar valores especiais aos canteiros e às obras.

Referências

AGUIRRE, Rosario. *Sociología y género: las relaciones entre hombres y mujeres bajo sospecha*. Montevideo: Doble Clic-FCS-CSIC, 1998.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6, p. 71-98, 2011. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br>>. Acesso em: 04/2013.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A Bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 110, p. 67-104, 2000.

CHAMPAGNE, P. Visão mediática. In: BOURDIEU, P. (Org.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 63-79.

CISNE, Mirla. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, Amanda F. *Relatório Final Individual – Mulheres na construção civil: análise da produção midiática*. Brasília/DF: Relatório da Prática de Pesquisa 2, Departamento de Serviço Social. Grupo de Pesquisa TEDIS, Universidade de Brasília, julho/2013.

DIEESE. *Anuário das mulheres brasileiras*. São Paulo, 2011.

_____. *Boletim Trabalho e Construção* n° 7. O trabalhador e a inserção ocupacional na construção e suas divisões. São Paulo, 2012.

FARAH, Marta Ferreira dos Santos. *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*. São Paulo: Annablume, 1996.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo et al. (Org.) *Trabalho flexível, empregos precários*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 145-167.

_____. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Org.) *Diccionario crítico del feminismo*. Tradución: Teresa Agustín. Madrid: Síntesis, 2002.

IBGE. *Pesquisa Anual da Indústria da Construção*, v. 20. Rio de Janeiro, 2010.

KERGOAT, Daniéle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais entre os sexos. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Diccionario crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.

LE FREUVE, Nicky. Modelos de feminização das profissões na França e na Grã-Bretanha. In: COSTA, A. O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (Org.) *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 300-314.

LOMBARDI, M. R. As trabalhadoras na construção civil: quem são elas e o que fazem? In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 12. Cenários da Crise e a organização do trabalho: permanências, mudanças e perspectivas. João Pessoa, 2011.

MOLINIER, Pascale; WELZER-LANG, Daniel. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 101-105.

MONTEIRO, Dulce Corrêa; COSTA, Ana Cristina Rodrigues; FALEIROS, João Paulo Martin; NUNES, Bernardo Furtado. Construção civil no Brasil: investimentos e desafios. In: *Perspectivas do investimento 2010-2013*. Março, 2010. Disponível em: <<http://www.bnds.gov.br>>. Acesso em: 01/2013.

NOGUEIRA, C. *A feminização no mundo do trabalho*. Campinas/SP, 2004.

RESENDE, Maria Cristina Rodrigues. *Mulheres em ambientes masculinizados: análise da inserção de mulheres nos canteiros de obras da construção civil em duas empresas de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado. BH, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Vozes, 2. ed. 1979, Coleção de Sociologia Brasileira, v. 4.

SOUZA, Vanessa. *Relatório da prática de pesquisa*. Brasília: UnB, 2013.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

YANNOULAS, Silvia Cristina. *A convidada de pedra. Mulheres e políticas públicas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supranacional. Um olhar a partir do Brasil 1988-2002*. BsB: Flacso/Abaré, 2003.

_____. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*. Ano 11, n. 22, p. 271-292, 2011.

_____. Iguais mas não idênticos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, p. 7-16, 1994. Disponível em: <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16286/14827>>.

SEGUNDA PARTE

**REVISITANDO TERRITÓRIOS
MULHERES EM TRABALHOS FEMININOS**

A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente

Cláudia Pereira Vianna

Minhas reflexões sobre a feminização do magistério no Ensino Fundamental tiveram como principal motivação compreender a organização sindical docente paulista diante de um quadro de crise no final da década de 1990. A noção de crise foi utilizada para indicar tanto as dificuldades da organização sindical docente, do refluxo das greves, da perda de fôlego do professorado, quanto as novas possibilidades do agir e da identidade coletiva que a sustentavam.

A instabilidade econômica e a erosão das forças políticas somavam-se à crise no mundo do trabalho, que atingia as esferas pública e estatal mediante políticas de privatização e redução dos gastos do Estado com educação pública, dificultando assim a organização sindical docente. Entretanto, a crise do engajamento coletivo docente ou de sua fragmentação, na perspectiva adotada, carregava também a sua mutação, contida nas redes de solidariedade e de pluralidades em tensão, que indicavam alternativas de organização docente e de configuração de sua identidade coletiva para além da forma sindical de atuação.

Nessas análises, realizadas no âmbito do doutorado (VIANNA, 1999), os significados e as necessidades ligadas às relações de gênero fizeram-se mais visíveis, uma vez que também constituíam essa reflexividade e essa diferenciação como parte da crítica a um ator genérico e universal. Tais ponderações exigiram o diálogo com recortes teóricos capazes de abarcar essa multiplicidade. E as respostas que procuraram ultrapassar esse universalismo revelaram o sexo de atores sociais, propondo uma alternativa metodológica que transformou os traços desvalorizados da alteridade feminina.

Em um primeiro momento, o tom de minhas avaliações centrou-se no caráter feminino da ação coletiva examinada. O feminismo, como uma política contestadora da dominação masculina, passou a embasar a análise da presença das mulheres em ações coletivas como formas de resistência feminina ainda que não articuladas (CASTELLS, 1999).

Em se tratando da docência no Ensino Fundamental, o processo de feminização do magistério passou a ser visto como um aspecto referente às relações de gênero presentes nas ações coletivas, organizadas ou não por mulheres. Esse processo expressava a divisão sexual do trabalho e a reprodução de um esquema binário que situava o masculino e o feminino como categorias excludentes e que dava sentido à história de professoras e professores e às suas práticas escolares.

A passagem do sexo ao gênero contou com as pistas oferecidas pelos estudos feministas que procuravam minar o poder de um modelo explicativo calcado na imutabilidade das diferenças entre homens e mulheres, recorrendo-se ao gênero para se referir à construção social das diferenças entre os sexos ao longo da história. Dos estudos sobre mulheres emergiram diferentes abordagens com temáticas próprias: a divisão sexual do trabalho, a subordinação das mulheres, a separação entre público e privado, a dominação masculina. Também foi fortemente influenciada pela produção da historiadora social americana Joan Scott (1990; 1994; 1995), que deu maior amplitude ao conceito de gênero como uma categoria analítica capaz de produzir conhecimento histórico.

No Brasil, esse campo de estudos da mulher, e posteriormente de gênero, era bastante recente e durante muito tempo foi denominado como sinônimo de estudos sobre a mulher. Hoje, sabe-se que não é possível pensar numa área de conhecimento cuja categoria de análise seja *a mulher*. A defesa do conceito de gênero, acompanhando o debate internacional, passou a adquirir caráter relacional e a abarcar a definição e a estruturação das relações sociais, englobando as dimensões de classe, raça, etnia e geração na procura de apreensão das distintas formas de desigualdade. Além disso, o uso essencialista da expressão *a mulher* foi criticado por várias feministas, por pressupor uma identidade feminina universal. E ao conceito de gênero caberia exatamente a tarefa de problematizar os significados do que é ser mulher nos distintos contextos sócio-históricos (HARAWAY, 2004). Ou seja, é útil para questionar o fato de que em nossa sociedade as explicações sobre as diferenças entre homens e mulheres são fortemente qualificadas pelo sexo, com evidentes conotações biológicas e com forte intenção de

produzir hierarquias que sustentem relações desiguais e de dominação no âmbito específico das relações sociais de gênero e na sua articulação com classe, raça, etnia e geração.

A elaboração desse conceito de gênero também recebeu e ainda recebe forte influência de diferentes áreas do conhecimento como Sociologia, Linguística, Psicanálise, Psicologia, História e Antropologia, responsáveis por demonstrar a variabilidade cultural dos comportamentos, aquisições e habilidades consideradas femininas e masculinas. Mas a área da Educação foi uma das mais resistentes à incorporação do conceito. No final da década de 1980, grande parte dos estudos na área da Educação no Brasil não incluía o recorte de gênero. Algumas publicações constatavam que as áreas de pesquisa sobre gênero e sobre Educação se desenvolviam separadamente, sem levar em conta os avanços teóricos de parte a parte (ROSEMBERG; PIZA; MONTENEGRO, 1990; ROSEMBERG; AMADO, 1992). No caso da investigação educacional, a presença majoritária das mulheres na composição do magistério subsumia-se à utilização do masculino genérico como referência às professoras.

Ao longo da década de 1990, a produção acadêmica sobre o tema na área da Educação apresentou um crescimento ainda que tímido como constatado por Fúlvia Rosemberg (2001) já no final da década, passando a exibir maior volume, seja de teses e dissertações, seja de artigos, a partir de 2000 (VIANNA; CARVALHO; SCHILLING; MOREIRA, 2011; VIANNA, 2012) e contando com contribuições vindas de fora do Brasil (MORGAGE, 1997; YANNOULAS, 1996).

Nessa trajetória de produção da área da Educação, as reflexões mais gerais contidas no livro *Gender and the Politics of History* (1988)¹ exerceram significativa influência nas críticas sobre educação no Brasil bem como sobre o saber produzido acerca das diferenças sexuais e dos vários significados que este conhecimento adquire nos distintos espaços de socialização, entre eles as instituições responsáveis pela educação.

As leituras de Joan Scott (1990; 1995) e Linda Nicholson (2000) foram de fundamental importância para a apreensão do conceito de gênero. Para Scott, o caráter fixo e binário da oposição entre significados masculinos e femininos era perpetuado por diversas teorias. O termo sexo, ainda que

1 Existem traduções de partes do livro de Joan Scott: Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade* (1990; 1995) e Prefácio a *Gender and the Politics of History*. *Cadernos Pagu* (1994). Seu primeiro livro publicado no Brasil foi *La citoyenne paradoxale* (2002), lançado em 1996 nos Estados Unidos e em 1998 na França.

problematizado pelas feministas à luz do marxismo, da psicanálise e de outras vertentes, carregava fortes associações biológicas, sucumbindo ao poder da tendência de pensar a identidade sexual como dada, como básica e comum para além das culturas.

Aliás, essa é uma consideração confirmada também por várias autoras, entre elas Linda Nicholson e Donna Haraway, em momentos distintos de suas publicações. Estas ressaltam, em meio às características do conhecimento sobre as diferenças entre homens e mulheres no século XX, duas grandes polarizações: uma entre organismo biológico/natureza e cultura/construção social e a outra entre masculino e feminino, que é a expressão mais acabada do corpo como forma central de conhecimento sobre o indivíduo e sua identidade como homem e como mulher.

Este é o caso de pesquisas que até hoje sustentam que, para além das diferenças anatômicas entre os sexos, o cérebro é sexuado, isto é, processa de modo essencialmente distinto, para homens ou mulheres, a linguagem, as informações, as emoções, o conhecimento e tantas outras características, tidas como naturais, que conduziriam às distinções de comportamento e de habilidade cognitiva.

Em ampla investigação sobre as construções do sexo e do corpo sexuado, Anne Fausto-Sterling (2000) – professora de Biologia e estudos do gênero do Departamento de Biologia Molecular e Celular e Bioquímica da Universidade Brow – cita inúmeras pesquisas que atestam a existência de uma anatomia cerebral específica para cada sexo. Daí viria o fundamento para atribuir às mulheres e a seu largo corpo caloso² a intuição, a falta de aptidão para Ciências Exatas, a ampla habilidade verbal e o uso simultâneo de ambos os hemisférios cerebrais. Aos homens, em geral, atribui-se melhor desempenho espaço-visual, matemático e científico. Ao articular Biologia, Medicina e Ciências Sociais, Anne Fausto-Sterling revela como as diferenças culturais se transformam em diferenças corporais. Em seu livro *Sexing the Body: gender politics and the construction of sexuality*, a autora debate a natureza social do conhecimento biológico sobre a sexualidade humana e animal e questiona o uso das relações sociais feito pelas pesquisas da área

2 O cérebro divide-se em dois hemisférios. Cada um é especializado para algumas tarefas específicas. Eles se comunicam através de um feixe que tem entre 200 e 250 milhões de fibras nervosas chamado de "corpo caloso". Portanto, o encéfalo é constituído de vários componentes, sendo o neocórtice uma das regiões mais complexas, que se divide nesses dois hemisférios, os quais estão unidos por várias comissuras, ou seja, bandas de fibras nervosas que ligam certas regiões do hemisfério esquerdo a zonas similares no hemisfério direito. A maior dessas comissuras toma o nome de corpo caloso.

biológica para estruturar seu conhecimento sobre a natureza e, ao mesmo tempo, reduzir o mundo social a ela. Em outras palavras, tais pesquisas passam da discussão das diferenças externas e do ambiente social para as diferenças internas, do organismo biológico e seus efeitos sobre o que se entende por masculinidade e feminilidade.

O diálogo com essas autoras passou a descortinar caminhos para uma crítica mais incisiva às características tidas pela tradição como naturalmente masculinas ou femininas e às afirmações biológicas sobre corpos, comportamentos e habilidades de mulheres e homens e sobre diferenças sociais, destacando o caráter socialmente construído do conhecimento científico. A perspectiva sociocultural permitia centrar o olhar no controle dos corpos como um processo social e culturalmente determinado, permeado por formas sutis, muitas vezes não percebidas.

Portanto, não era mais possível compreender as diferenças de gênero com explicações fundadas na teoria do determinismo biológico e no uso consequente da anatomia e da fisiologia como justificativas para as relações e as identidades de gênero na sociedade moderna. O gênero como categoria analítica que supõe a conexão da história com a prática presente e dá sentido à organização e à percepção desse conhecimento socialmente construído passa a ser compreendido como um “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [e como] um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 14). O lugar de homens e mulheres na divisão sexual do trabalho, bem como o saber que se produz sobre as diferenças sexuais e os vários significados que elas podem adquirir assinalam sua variabilidade e natureza política, econômica e social.

É nesse contexto que passei a trilhar os caminhos de investigação sobre os mecanismos e as dificuldades de constituição de um espaço público democrático nas políticas públicas de educação e no interior da instituição escolar, fortemente constituídas por uma cultura androcêntrica, do ponto de vista da relação entre feminização do magistério, péssimas condições de trabalho, rebaixamento salarial e estratificação sexual da carreira docente, mas também sob a ótica da relação entre produção e reprodução de estereótipos de gênero nas políticas e relações escolares.

Por tratar dessa temática por mais de duas décadas talvez traga a sensação de que há muito pouco de novo a acrescentar ao debate. Mas, por outro lado, tenho a clareza de que esse tema evidencia questões antigas que confirmam os desmandos, os descasos e as desigualdades

ainda não enfrentadas pelas políticas públicas de educação e, exatamente por isso, requerem a necessária reiteração de demandas que até hoje se fazem urgentes.

Sobre o ingresso das mulheres na docência

A chamada feminização do magistério caracteriza-se ao longo da história como um fenômeno internacional pautado por alterações nas relações econômicas e patriarcais que configuram a própria definição de magistério (APPLE, 1995; ARAÚJO, 1990; NÓVOA, 1989; WILLIAMS, 1997; ZAÏDMAN, 1986).

No Brasil, a maciça presença de mulheres no magistério do ensino primário refere-se a um longo processo que tem início durante o século XIX com as escolas de improviso, que não mantinham vínculos com o Estado, intensificando-se com a instituição das escolas seriadas após a República e com a progressiva extensão das escolas públicas, já em meados do século XX (FARIA FILHO; VIDAL, 2000).

Mas não se trata apenas da presença do sexo feminino, a entrada das mulheres no magistério deve ser examinada a partir das relações de classe e gênero. Podemos então lembrar que se trata de um dos primeiros campos de trabalho para mulheres brancas das chamadas classes médias, estudiosas e portadoras de uma feminilidade idealizada para essa classe, mas também protagonistas da luta pelo alargamento da participação feminina na esfera econômica.

Esse processo foi repleto de dificuldades e, até a primeira metade do século XX, mais relacionado à expansão do ensino público primário.³ Em grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, a presença das mulheres no magistério público primário ganhou destaque nos últimos anos do

3 A nomenclatura ensino primário tem diferentes conotações conforme as modificações na legislação brasileira sobre a organização e o funcionamento do ensino. Do final do século XIX até meados do XX, o curso primário se referia à escolaridade elementar (com duração de 4 anos), seguido pela escola secundária formada por dois ciclos: o ginásio (com duração de 4 anos) e o colégio, clássico ou científico, (com duração de 3 anos). Em 1971, com a Lei nº 5.692/71, o ensino brasileiro passou a se estruturar em três níveis: o Ensino de 1º grau (com oito anos de duração); o Ensino de 2º grau, compulsoriamente profissionalizante (com três anos de duração para os que não pretendessem obter o diploma de técnico e com duração de quatro anos para os que desejassem obtê-lo) e o Ensino de 3º grau de nível universitário. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 instituiu apenas dois níveis de ensino: a Educação Básica – compreendendo a Educação Infantil (creches e pré-escolas); o Ensino Fundamental (com duração de oito anos) e o Ensino Médio, correspondente ao antigo 2º grau sem caráter estritamente profissionalizante (com duração de três anos) – e a Educação Superior, de nível universitário.

Império. No Estado de São Paulo, o Projeto de Lei de 1830 instaurou as Escolas Normais para formação de professores e professoras e declarou a preferência às mulheres, sendo que o acesso efetivo delas à Escola Normal deu-se em 1875 e em 1880 com a criação de uma seção feminina (LOURO, 1989). Além disso, a Escola Normal era “uma das poucas oportunidades, senão a única, de as mulheres prosseguirem seus estudos além do primário” (DEMARTINI; ANTUNES, 1993, p. 6).

Desde o século XIX, os homens vão abandonando as salas de aula nos cursos primários e as Escolas Normais vão formando mais e mais mulheres. No final da década de 1920 e início da de 1930, a maioria do magistério primário já era feminina. Em 1920, o Censo Demográfico indicava que 72,5% do conjunto do professorado brasileiro do ensino público primário era composto por mulheres e, entre o total de docentes, sem distinção de graus de ensino, as mulheres somavam 65% (Ibidem, p. 7).

A presença feminina no magistério estendeu-se, ainda que com muitas contradições, aos demais níveis de ensino após a progressiva expansão da oferta de vagas nos cursos do ensino primário, atendida quanto aos seus aspectos quantitativos em cidades de grande porte como São Paulo já no final da década de 1930 e meados de 1940 (BEISIEGEL, 1964). Além disso, a expansão do ensino público e conseqüentemente do quadro docente para além do primário deveu-se também ao deslocamento do modelo de ascensão social com forte ênfase na escolaridade média e superior como condição para a disputa de postos ou funções oferecidas pelo mercado de trabalho em franco processo de industrialização.

Com a ampliação dos ginásios, na década de 1950, assistimos ao crescimento do ensino Normal, cujo número de professoras formadas passou a exceder a capacidade de absorção da rede estadual. No ensino público primário, a saturação do mercado de trabalho marcou as décadas de 1940 e 1950 e “em 1959, dos 45.432 cargos existentes no magistério primário paulista, 80,2% encontravam-se no sistema escolar primário público estadual” (PEREIRA, 1963, p. 90-91).

Essa característica se mantém ao longo dos séculos XX e XXI, acompanhada de intensas alterações econômicas, demográficas, sociais, culturais e políticas. A configuração desse processo que culmina com a constatação de uma maioria absoluta de mulheres no magistério na década de 1990 relaciona-se, ainda que indiretamente, com a dinâmica do mercado de trabalho e, nela a divisão sexual do trabalho e a configuração das chamadas profissões femininas.

Em 1990, as ocupações eminentemente femininas abrigavam 30% das mulheres economicamente ativas. Entre elas destacavam-se as professoras primárias, juntamente com empregadas domésticas, enfermeiras, costureiras e secretárias, para citar alguns exemplos. Em 1992, dos 2/3 das mulheres que se declararam trabalhadoras 17% eram professoras (BRUSCHINI, 1998). O primeiro Censo do Professor (Brasil/MEC/INEP, 1999)⁴ mostra que 14,1% da categoria são homens e 85,7% mulheres, apontando para a feminização da Educação Básica, do ponto de vista da composição sexual do professorado.

Em 2002 e 2007, as séries históricas constantes do banco de dados sobre trabalho das mulheres, organizado pela Fundação Carlos Chagas, constataam esse mesmo padrão de inserção profissional segundo o sexo. Mais de 70% das mulheres ativas no mercado de trabalho continuam empregadas em profissões consideradas femininas, como é o caso das fonoaudiólogas, nutricionistas, biblioteconomistas, cozinheiras e professoras.

Podemos dizer que, atualmente, a profissão ainda é composta por maioria feminina, mas com o registro de algumas mudanças nessa composição. Se em 1990, 90% dos estudantes concluintes na área da Educação eram mulheres, uma década depois, em 2009, assistimos a uma queda desse percentual feminino para 73,8% concluintes (BRASIL, MEC/INEP, 2009).

O mesmo acontece para aqueles e aquelas que ocupam a função docente, mas com muitas nuances. O forte caráter feminino da docência, na perspectiva da divisão sexual do trabalho, aponta maioria absoluta de mulheres na Educação Infantil com 97,9% de mulheres (97,9% para creches e 96,1% para pré-escolas). O Ensino Fundamental ainda indica a presença majoritária de 82,2% de mulheres, mas aqui com distinções significativas quanto aos anos iniciais (90,8%) e finais (73,5%). Já o Ensino Médio registra 64,1% de mulheres e o Ensino Superior conta com 44,8% de mulheres, incorporadas em diferentes proporções, com alterações importantes da presença feminina tanto na graduação quanto na pós-graduação e também para as áreas disciplinares distintas (BRASIL, MEC/INEP, 2009).

Atualmente nota-se presença mais significativa de homens na função de educadores. Este é o caso da rede municipal da cidade de São Paulo que, entre 2005 e 2010, registrou o aumento de 30% de homens, entre educadores,

4 O Ministério da Educação (MEC), por meio de seu Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), realizou em 1997, pela primeira vez em âmbito nacional, o Censo do Professor, abrangendo 1.617.611 professores das redes pública e particular de Ensino Básico – mais de 90% da categoria, conforme dados do Inep – com o objetivo de contribuir para um diagnóstico que orientasse as políticas educacionais. Esse Censo foi divulgado somente em 1999.

professores, auxiliares técnicos de Educação e diretores de escola. Entretanto, embora haja esse acanhado crescimento do sexo masculino, a configuração do que chamamos de feminização do magistério tem sua história e suas implicações de gênero para além da mera composição sexual da categoria docente. Uma dessas implicações diz respeito ao fato de que encontramos mais homens exatamente nos níveis e modalidades de ensino que ainda oferecem maior remuneração e usufruem mais prestígio.

A utilização do conceito de gênero, como uma categoria explicativa de análise, possibilita a compreensão dos elementos tradicionalmente associados às desigualdades que definem a condição feminina. Uma das dimensões a ser aqui destacada é a estratificação da carreira e o rebaixamento salarial. A segunda trata dos significados de gênero que marcam as relações escolares, as identidades e práticas docentes.

Sobre estratificação da carreira e rebaixamento salarial

O rebaixamento dos salários é uma das características da docência desde o início do século XX, naquele momento mais associado ao curso primário. Zeila Demartini e Fátima Antunes (1993, p. 6) nos mostram que o professorado ganhava por disciplina e que havia “diferenças de currículos, as quais implicavam em diferenças salariais”. As disciplinas se dividiam entre as ministradas só por professores e aquelas permitidas às professoras, e a remuneração das mulheres era mais baixa que a dos homens em atividades similares. As autoras referem-se, ainda, a alguns inquéritos nos quais professoras e professores reivindicavam novos critérios para o escalonamento salarial da categoria.⁵

As medidas que acompanharam todo o processo de expansão do Ensino Primário afetaram diretamente as condições do trabalho docente. Foram elas: oficialização do magistério leigo, supressão do quinto ano, redução da duração do curso primário em dois anos, facilitação dos Cursos Normais, três ou mais períodos de aula, regime de quatro turnos, construção de galpões escolares de madeira e sem as mínimas condições para a atividade docente.

5 Demartini e Antunes (1993) resgatam um inquérito de 1914, no qual o professor Oscar Thompson, na época diretor da Escola Normal da cidade de São Paulo, destacou os critérios existentes: 1) localização da escola; 2) categoria da escola; 3) série lecionada; 4) sexo do(a) professor(a).

Assim, os baixos salários já eram uma característica da docência que, somados ao maior controle do Estado, às precárias condições de trabalho e de formação, ao aumento do período letivo e à perda de autonomia foram afastando os homens dessa profissão.

Apesar da larga divulgação no Brasil das vantagens da profissão docente, registros do início da década de 1930, com 72,5% de mulheres no magistério, confirmam a “vida bastante modesta, sem condições de comprar roupas novas ou de passear com seus familiares nas férias” (VICENTINI, 1997, p. 72). Dificuldades semelhantes definem o magistério após a ampliação desenfreada dos ginásios, no final da década de 1960. As mudanças, pelas quais o ensino público já vinha passando, há algum tempo, interferiram na organização escolar e exigiram a contratação de mais professoras, muitas não concursadas. As vagas não correspondiam aos números de cargos efetivos, por isso as professoras eram contratadas sem concurso e remuneradas com verbas extraordinárias. Estas eram sempre exíguas diante do intenso crescimento do número de ginásios e dependiam da aprovação de dotações extras, “sujeitas às contingências da política financeira do governo, o que fazia com que os vencimentos docentes sofressem atrasos constantes” (SPOSITO, 1984, p. 69-70). As mais prejudicadas eram as professoras contratadas a título precário nas unidades escolares durante o período de expansão do Ensino Secundário. Esses professores e professoras defenderam reivindicações que abrangiam o contrato de trabalho, a equivalência das aulas ordinárias e extraordinárias e o reconhecimento de reivindicações que enfrentassem o contínuo processo de arrocho salarial e de precarização das condições de trabalho.

Desse modo, a denúncia das precárias condições de trabalho caracterizam tantas outras ocupações femininas, mas não abarca todas as facetas da feminização da docência. Soma-se a elas a estratificação sexual da carreira docente.

É fato que as mulheres são maioria na Educação Básica – como dito anteriormente – mas a ampla presença feminina chancela nas políticas públicas o que temos de pior em termos de discriminação de gênero: o rebaixamento salarial e o desprestígio social presentes nas profissões femininas também marcam as distintas etapas da Educação Básica, nas diferentes regiões do Brasil.

Na década de 1990, pude constatar (VIANNA, 1998) que o contínuo processo de arrocho salarial, as precárias condições de trabalho geravam um sentimento de decadência e humilhação que marcavam o discurso de

professores e professoras do Ensino Fundamental e do Ensino Médio na cidade de São Paulo quando descreviam o quadro caótico da educação brasileira. A maioria das críticas ao poder público e às instituições educacionais reivindicava maior prioridade à área da Educação, cobrando o reconhecimento de sua importância, a valorização em termos de salário e a necessidade de melhores condições de trabalho.

Mais de uma década depois, podemos dizer que o piso salarial nacional como vencimento básico para profissionais do magistério com jornada de 40 horas semanais é resultado dessa luta histórica do movimento docente para reverter essa realidade. Ele foi criado em 2008, por meio de uma lei federal e o valor do piso estabelecido pela lei é de R\$ 950,00 para profissionais com formação em nível de Ensino Médio para uma jornada máxima de 40 horas semanais, reajustados anualmente. A lei também torna obrigatória a dedicação de no mínimo 1/3 da carga horária de trabalho do professorado a atividades extraclasse, tempo essencial para a preparação das aulas, formação e aprimoramento profissional.

O governo federal deve complementar os recursos das redes municipais e estaduais com falta de capacidade orçamentária, mas enfrenta resistências de governos municipais e estaduais em um contexto de precárias condições de trabalho que distingue muitas das ocupações femininas. Embora o posicionamento favorável do Supremo Tribunal Federal à sua constitucionalidade, decidido em abril de 2011, fazer a lei virar realidade ainda é um passo fundamental para a melhoria da qualidade da educação brasileira que, apesar de contar com avanços na valorização do salário docente, ainda necessita de várias conquistas nesse quesito.

Outros passos a serem dados constituem verdadeiros desafios para a melhoria das condições de trabalho, como é o caso da política de estímulo à fixação dos profissionais de Educação nas unidades escolares, superando o quadro de alta rotatividade presente em grande parte das redes públicas; da diminuição do número de alunos(as) por turma e da valorização profissional das funcionárias/agentes escolares, reconhecendo seu papel de educadoras no ambiente escolar, em especial, as merendeiras, inspetoras e pessoal da limpeza.

As mudanças das condições de trabalho interferiram nas representações simbólicas da função docente e o sentimento de decadência e humilhação que passou a marcar o discurso de professores e professoras se estende para outras fronteiras. Como relata François Dubet (1991, p. 290, tradução livre) sobre a situação dos professores de liceus na França, os docentes entrevistados, até mesmo aqueles que apresentam trajetórias pessoais de

mobilidade social, “se sentem transportados a uma queda de *status* ligada à desvalorização da função educativa”. As opiniões sobre a escola, sobre os alunos, sobre a prática profissional (de si próprios e dos colegas) e sobre o poder público ligado à Educação dizem respeito, principalmente, à identificação de diversos pontos negativos, de uma experiência muitas vezes descrita como ingrata e permeada de injustiças. Os relatos sobre essa condição docente são permeados por sentimentos de subalternidade, revolta e angústia.

A necessidade de maior prioridade à área da Educação e de reconhecimento de sua importância, bem como a valorização em termos de salário e a necessidade de melhores condições de trabalho é também registrada entre os estudantes da área, ou seja, os possíveis futuros docentes que supostamente estão se formando para tal.

O Programa de Pesquisa “Representações sociais de estudantes de Pedagogia e de licenciaturas sobre o trabalho docente”, desenvolvido no Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade-Educação (CIERS-ed) do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, confirma inúmeros estudos sobre o processo de feminização da profissão docente (VILLAS BÔAS; SOUSA; LOMBARDI, 2012). Entre os 2.526 universitários do primeiro ano dos cursos de Pedagogia e licenciaturas em instituições públicas e privadas de cinco regiões brasileiras, 72% deles e 75% delas responderam que “não vale a pena” ser professor.

Contudo, o arrocho salarial e a estratificação sexual da carreira docente são apenas facetas da feminização do magistério. Soma-se a eles a análise dos significados de gênero associados às identidades docentes e às relações escolares.

Sobre gênero, identidade coletiva docente e relações escolares

O conceito de identidade, tal como outros conceitos sociológicos, não pode ser definido sem se reconhecer previamente sua diversidade de perspectivas. Em uma perspicaz reflexão sobre os desafios da análise sociológica da identidade no mundo moderno, Danilo Martuccelli (2002) sublinha a importância de dois grandes processos. Um deles voltado à tentativa de permanência do indivíduo no tempo e o outro referido aos contornos sociais e culturais próprios aos indivíduos nas sociedades modernas.

No meu entender, os dois processos traduzem grandes tensões nas elaborações sociológicas sobre o próprio conceito. A tensão entre

permanência e mudança indica o conflito entre a definição da identidade como estável, como tradição, como aquilo que é e sempre será em contraposição à concepção sociológica do conceito de identidade como processo, como dinamicidade, inovação e transformação constantes referidas aos contornos sociais e culturais próprios da configuração do indivíduo. Os trabalhos que circulam na tensão entre os aspectos individuais e coletivos da identidade têm igualmente oscilado entre esses dois polos, ora acentuando a dimensão biográfica, ora exacerbando a dimensão relacional, ao atribuírem maior importância às ações e interações estabelecidas num determinado espaço estruturado de ação coletiva (MELUCCI, 2004).

Como bem nos lembra Martuccelli (2002), não se pode separar nenhum destes aspectos. É próprio nesta perspectiva que as identidades se situem justamente na interface entre uma definição íntima e uma definição socialmente construída do indivíduo e do contexto social no qual se situa.

No caso das identidades docentes, as imagens socialmente consolidadas sobre a profissão caracterizam algumas das continuidades e das modificações nas formas antigas e novas de se definir a docência e perceber as diferentes imagens sobre o professorado no Brasil. Além disso, a reflexão sobre as possibilidades de construção das identidades docentes supõe, por exemplo, ampliar o foco para a perspectiva de gênero, o que supõe olhar não só para a presença das mulheres na docência, mas para os múltiplos significados de feminilidades, masculinidades, sexualidades que o ser docente comporta.

Nossa socialização interfere na forma como nós – homens e mulheres – nos relacionamos, nas profissões que escolhemos e na maneira como atuamos. Não para dizer que sempre foi assim, ou que é próprio de nossa “natureza”, mas para afirmar que as expressões das masculinidades e das feminilidades são historicamente construídas e referem-se aos símbolos culturalmente disponíveis em uma dada organização social, às normas expressas em suas doutrinas e instituições, à subjetividade e às relações de poder estabelecidas nesse contexto.

As decorrências destes pressupostos são muitas. Entre elas, temos que homens e mulheres são apresentados como “categorias excludentes” (SCOTT, 1995). As mulheres passam a ser geralmente associadas às atividades como alimentação, maternidade, cuidado e educação. Enquanto os homens são costumeiramente vistos como provedores e relacionados ao uso do poder.

Criam-se, então, vários estereótipos sobre homens e mulheres: agressivos e racionais para os primeiros, e dóceis, relacionais e afetivas para

as segundas. E, como decorrência, funções como alimentação, maternidade, preservação, educação e cuidado com os outros são mais relacionadas aos corpos e às mentes femininas, ocupando lugar inferior na sociedade quando comparadas às atividades masculinas.

A oposição binária entre os significados masculinos e femininos presentes em nossa sociedade sedimenta de forma a-histórica as atribuições destinadas aos homens e às mulheres e dificulta a percepção de outras maneiras de estabelecermos as relações sociais. E, no caso da docência, referenda os estereótipos de gênero que justificam os baixos investimentos na remuneração e formação docentes, na garantia de melhores condições de trabalho e de carreira, com a alegação de que professora não precisa ganhar bem, tem um marido que a provê, entre outros aspectos.

Para compreender a constituição do eu, o conhecimento e as relações sociais que marcam essas características é preciso problematizar esses modos de ser e de pensar lineares, hierárquicos e binários, fortemente predominantes na cultura ocidental. Até mesmo para poder perceber novas formas de constituição das identidades de gênero.

Como as concepções sobre o que é definido socialmente como masculino e feminino afetam a análise da feminização docente? A concepção de gênero aqui adotada permite ver a feminização do magistério como um processo contraditório que não se limita à mera constatação da maior presença numérica de mulheres na docência, mas implica observar os significados femininos nas atividades docentes, até mesmo quando exercidas por homens.

Os significados femininos e masculinos podem também marcar as relações de gênero entre professores(as) e alunos(as) no espaço escolar e no sindicato da categoria docente. Esses significados se baseiam nas diferenças entre os sexos, mas indicam também uma construção social – a partir dessas diferenças – que ajuda a explicar as relações de poder que definem a divisão sexual do trabalho e a inserção das mulheres em profissões ligadas às funções consideradas femininas e socialmente mais desvalorizadas.

Alguns trabalhos, como os de Queiroz (1986) e Mello (1987), associam a presença das mulheres na profissão às características femininas vistas socialmente como negativas e enfatizam que, para a professora ser dócil e amar seus alunos são atitudes incompatíveis com competência técnica, questionamento e luta político-sindical. A militância e a reivindicação de direitos no espaço público são associadas aos homens. Assim, a ausência de professores nas séries iniciais do Ensino Fundamental seria responsável

pelo menor engajamento das professoras destas séries no sindicato da categoria enquanto que a maior presença deles nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio garantiria maior envolvimento sindical docente. Todavia, esse discurso deve ser problematizado.

Em nossa sociedade, é convencionalmente atribuída às mulheres a dedicação ao universo privado, enquanto que aos homens é reservada a participação na vida pública. De acordo com essas representações tradicionais, tudo o que não se refere ao universo doméstico, à casa e aos cuidados dos filhos tem sido, ainda que imprecisamente, considerado participação pública reservada aos homens. Porém, apesar de as mulheres e suas identidades de gênero estarem convencionalmente associadas ao doméstico, em oposição aos homens, existem múltiplos modelos de feminilidade e masculinidade que recusam essa ruptura entre vida privada e participação na esfera pública.

Há um modelo considerado hegemônico, mas sempre existiram tensões e ressignificações das atribuições masculinas e femininas a ele relacionadas.

O cuidado, por exemplo, é visto como uma característica de gênero feminino – para alguns um sentimento natural, para outros, fruto da socialização das mulheres –, muitas atividades profissionais, por exemplo, que se relacionam ao cuidado são consideradas femininas (enfermagem, cuidar de crianças pequenas, Educação Infantil etc.) e até desvalorizadas por esse motivo. Entretanto, o ato de cuidar, fundamental na relação com a criança, deve ser encarado como uma atividade que envolve compromisso moral e que é parte integrante da educação e do processo de ensino-aprendizagem (CARVALHO, 1999).

Professores e professoras têm assumido funções de cuidado dos filhos na vida privada, preocupam-se com o afeto na vida pessoal e, no âmbito da participação, rompem com a dicotomia entre homens/mulheres; público/privado; racional/afetivo. Eles e elas revelam modos de engajamento que ampliam para homens e mulheres os significados tradicionalmente atribuídos a estas últimas sem, no entanto, indicar a passividade e a falta de engajamento da categoria docente mesmo nas séries iniciais do Ensino Fundamental (VIANNA, 1999). Um aspecto dos novos modelos de militância trata de não abdicar das necessidades da vida pessoal e doméstica quando se está militando, e isso é feito por homens e mulheres. De modo semelhante ao observado por Connell (1995) quanto à ruptura com o modelo hegemônico de masculinidade, destacam novas formas de masculinidade e

feminilidade, as quais respaldam as perspectivas traçadas por professores e professoras para o agir coletivo docente.

Ter clareza sobre a estreita afinidade entre esses significados de gênero e a construção da identidade coletiva docente possibilita a crítica de polarizações que perpassam o debate sobre a feminização docente e restringem a atenção e o cuidado à esfera privada, o envolvimento afetivo e a redução do engajamento integral às mulheres. É a perspectiva de gênero que permite ir além da presença do sexo feminino e examinar criticamente a associação dessa atividade aos significados amplamente divulgados em nossa sociedade como femininos, mesmo quando são exercidas por homens.

São homens e mulheres que se voltam para a esfera privada, dando novos significados para a relação convencionalmente estabelecida entre mulheres/vida privada e homens/participação pública. Além de buscar as crianças na saída das creches ou escolas, docentes preservam tempo para a família e para o lazer que se tornam progressivamente práticas legítimas no funcionamento associativo. Assim, professores e professoras têm suas relações e práticas escolares ligadas à feminilidade.

À guisa de conclusões: entre o educar e o cuidar?

Ao desconstruir os significados femininos que ligam o cuidado e o afeto às mulheres e estabelecem a relação entre essas características e o magistério com base na maioria nele presente, pode-se transpor algumas das naturalizações que relacionam o afeto apenas às mulheres e percebê-lo no fazer de professoras e professores. Com base nesta constatação, pode-se afirmar o sentido social desta profissão, que é tido como feminino, mas que ultrapassa o fato de sua maioria ser deste sexo. Feminino, aqui, refere-se às visões apriorísticas divulgadas na sociedade e não somente ao sexo e/ou às mulheres.

A relação entre as expressões da masculinidade e da feminilidade, mesmo estereotipadas e cristalizadas, e a própria docência permitem ver a feminização do espaço escolar e das atividades docentes até mesmo quando ocupados por homens.

Constatação semelhante é feita por Fúlvia Rosemberg e Eliana Saparolli (1996) ao analisarem o perfil sociodemográfico e as práticas profissionais de educadores infantis:

(...) o estilo de educadores infantis de sexo masculino e feminino mais se aproximam do que se diferenciam. (...) A profissão educador infantil não constitui um trabalho feminino porque aí encontramos um número maior de mulheres, mas porque exerce uma função de gênero feminino vinculada à esfera da vida reprodutiva: cuidar e educar crianças pequenas (1996, p. 4).

É Izquierdo (1994) quem explora esse aspecto ao ressaltar que existem profissões que são vistas como marcadamente femininas independente do sexo de quem as exerce. Essas profissões estão ligadas à prestação de serviços e cuidados relacionados aos predicados histórica e socialmente considerados femininos. Trata-se, para ela, de uma atribuição social, com base em preconceitos, que é feita à profissão:

(...) aquelas atividades que prestam serviços a pessoas, nas quais atende-se a vida humana genericamente: enfermeiras, professoras, pediatras, prostitutas etc. (...) A desigualdade de gênero se produz tanto se as pessoas que desenvolvem estas atividades são **fêmeas** como se não o são (1994, p. 49, grifo da autora).

Essa perspectiva questiona a concepção hierárquica das características masculinas sobre as femininas no prestígio e/ou desprezo das profissões. Izquierdo introduz um componente simbólico que fornece instrumentos para enxergar o afeto no discurso de homens e de mulheres, desnaturalizar a profissão docente e questionar a reprodução de ideias preconcebidas que reiteram as concepções dominantes sobre masculinidade e feminilidade.

Por que ser afetivo é ser feminino? A afetividade está presente nos homens e nas mulheres. Mesmo que, de fato, ainda exista certa tendência a ressaltar o afeto como próprio às mulheres, penso que seria muito simplista confiná-lo quase que exclusivamente a elas ou às profissões que expressam qualidades consideradas femininas. Partindo do princípio de que as expressões da masculinidade e da feminilidade estão submetidas a uma constante modificação percebemos nos homens a compreensão e a sensibilidade.

Analisando as percepções de professores e professoras sobre seu fazer escolar, François Dubet registra um “discurso emaranhado de experiências emocionais dolorosas ou ternas: a carta de um aluno antigo, as lágrimas de um outro no fim do ano” (1991, p. 300, tradução livre). Da mesma forma, foram muitas as menções dos professores e professora por mim pesquisados

(VIANNA, 1998) aos bilhetinhos recebidos de seus alunos “toda hora, todo dia”. Outros, confirmam esse processo de envolvimento com o aluno ressaltando o “sentimento de apego e amor”, a “necessidade de cuidar e ser cuidado”, de “não desapontar o aluno” e de contar com ele em momentos de doença ou maior fragilidade.

As práticas femininas e/ou masculinas na docência iluminam os valores expressos e aqueles menos ressaltados pela sociedade. Homens e mulheres se ligam aos seus alunos, privilegiam certo tipo de relacionamento definido como “mais humano”, dedicam-se emocional e pedagogicamente aos alunos com os quais se envolvem e que retribuem, de alguma forma, este empenho.

Deste modo, podemos dizer que a análise do exercício da docência, com base nas relações de gênero, mostra sua feminização na medida em que significados comumente atribuídos às mulheres são acionados por professores e professoras – com ênfase nas séries iniciais do Ensino Fundamental, mas com forte presença nas séries finais e no Ensino Médio – indicando a feminização docente contida na diluição da separação tradicional entre masculino/feminino; público/privado; racional/afetivo quando se trata das práticas dessa categoria.

Contudo, isso não significa dizer que o exercício da docência não esteja marcado pelas polarizações contidas na visão hegemônica de masculinidade (CONNELL, 1995), que, por sua vez, conforma o significado mais divulgado de feminilidade. As relações entre a imensa maioria de mulheres e o escasso número de homens no magistério indicam uma tensão permanente.

É claro que a temática da identidade coletiva docente exigiria maior investigação e detalhamento do que é possível nesse espaço, mas vale registrar, por ora, que as formas como o senso comum trata a configuração das identidades docentes nem sempre dão conta de necessidades consideradas fundamentais pelo professorado para sustentar suas identidades de gênero.

As relações entre docentes demonstram claramente o exercício do poder dos homens sobre as mulheres, isso quando se trata de heterossexuais e brancos. Apesar da maioria feminina, esses homens são alçados às posições de controle e prestígio mesmo quando não possuem esse objetivo. Dentre professores e professoras por mim pesquisados (VIANNA, 1999), os primeiros – desde que heterossexuais – assumiram cargos com relativo poder, ocuparam postos de direção nas escolas e foram indicados como representantes e diretores da categoria no sindicato. Situação semelhante é apontada por Lobo (1991) ao evidenciar que as mulheres compuseram as lideranças centrais dos sindicatos no primeiro momento de formação

da oposição sindical nos anos de 1970, mas da segunda gestão em diante a representação foi masculina.

Assim, as determinações de gênero vão colorindo a relação entre professores e professoras no exercício da docência e nas relações escolares. O poder atribuído aos homens brancos e heterossexuais, no decorrer do processo de socialização e construção das relações de gênero, vai sendo vivenciado no contexto profissional, ratificando relações baseadas na competição, na ambiguidade de valores, símbolos e condutas atribuídas a cada sexo.

A reflexão advinda da sociologia do trabalho, por meio das metáforas do “teto de vidro” e da “escada rolante invisível”, propagadas por Williams (1995) para simbolizar as barreiras que impedem a promoção de muitas mulheres em suas carreiras e os incentivos invisíveis que impulsionam a promoção de homens em ocupações femininas, como é o caso do magistério, ilustra bem o desafio a ser enfrentado quando tratamos dos significados de gênero constituintes do processo de feminização da docência. Assim, a meu ver, a reflexão sobre a identidade docente, integrada à perspectiva de gênero, pode levar em conta a mediação entre esses diferentes registros e buscar compreensão das tensões que necessariamente caracterizam a feminização do magistério.

Referências

APPLE, Michael W. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ARAÚJO, Helena Costa. As mulheres professoras e o ensino estatal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 29, p. 81-103, 1990.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Ação política e expansão da rede escolar*. São Paulo: CRPE, 1964 (Pesquisa e Planejamento, 8).

BRASIL. MEC/INEP. *Censo do Professor*, 1999.

_____. *Censo do Professor*, 2007.

_____. *Censo da Educação Superior* (CD ROM Microdados), 2009.

BRUSCHINI, Cristina, AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e Educação: algumas questões sobre o magistério. *Cadernos de Pesquisa*, n. 64, p. 4-13, 1988.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades no período de 1985-1995. *Textos FCC*, n. 17. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/DPE, 1998.

CARVALHO, Marília Pinto de. *No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais*. São Paulo: Xamã, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. V. II: *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, v. 2, n. 20, p. 185-206, 1995.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*, n. 86, p. 5-14, 1993.

DUBET, François. *Les lycéens*. Paris: Seuil, 1991.

FARIA FILHO, Luciano; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Número Especial, p. 19-34, 2000.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the Body: gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic Books, 2000.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista, a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, n. 22, p. 201-246, 2004.

IZQUIERDO, María Jesús. Uso y abuso del concepto de género. In: VILANOVA, Mercedes (Comp.). *Pensar las diferencias*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1994, p. 31-53.

LOBO, Elisabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense; SMC, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. Magistério de 1º grau: um trabalho de mulher. *Educação e Realidade*, v. 14, n. 2, p. 31-39, 1989.

MARTUCCELLI, Danilo. *Grammairres de l'individu*. Paris: Gallimard, 2002.

MELLO, Guiomar Namó de. *Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político*. São Paulo: Cortez, 1987.

MELUCCI, Alberto. *O jogo do eu*. Porto Alegre: Unisinos, 2004.

MORGADE, Graciela (Comp.) *Mujeres en la educación. Género y docencia en la Argentina 18701-1930*. IICE (UBA). Buenos Aires: Miño y Dávila, 1997.

NÓVOA, António. *Os professores: Quem são? Onde vêm? Para onde vão?* Lisboa: ISEF, 1989.

PEREIRA, Luiz. O magistério primário na sociedade de classe. *Boletim de Sociologia*, n. 277, 1963.

QUEIROZ, Nilza Maria Cury. *A política do Estado do Piauí para o magistério de primeira a quarta séries do primeiro grau*. Dissertação de mestrado. PUC-SP, São Paulo, 1986.

ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith; MONTENEGRO, Thereza. *Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia*. Brasília: Inep; Reduc, 1990.

ROSEMBERG, Fúlvia; AMADO, Tina. Mulheres na escola. *Cadernos de Pesquisa*, n. 80, p. 62-74, 1992.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal e mulher: um balanço parcial. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (Org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 151-182.

ROSEMBERG, Fúlvia, SAPAROLLI, Eliana. O homem como educador infantil. Reunião da ANPOCS, 20. Caxambu/MG: Anpocs, out./1996.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

_____. Prefácio à Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 11-28, 1994.

_____. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

_____. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SPOSITO, Marília Pontes. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1984 (Coleção Educação Popular, n. 2).

VIANNA, Cláudia Pereira. Entre o desencanto e a paixão: desafio para o magistério. In: BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 34, p. 315-342, 1998.

_____. *Os nós do nós: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo*. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. Gênero, sexualidade e políticas públicas de Educação: um diálogo com a produção acadêmica. *Pro-posições*, Campinas, SP: Unicamp, v. 23, n. 2, p.127-143 (68), 2012.

VIANNA, Cláudia; CARVALHO, Marília Pinto de; SCHILLING, Flávia Inês; MOREIRA, Maria de Fátima Salum. Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006. *Educação & Sociedade*, v. 32, n. 115, p. 525-545, 2011.

VICENTINI, Paula Perin. *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista): profissão docente e organização do magistério (1930-1964)*. Dissertação de mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

VILLAS BÔAS, Lúcia Pintor Santiso; SOUSA Clarilza Prado de; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho docente na ótica de estudantes brasileiros(as): das representações sociais às relações sociais de sexo. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED), 35. Porto de Galinhas, PE, 2012.

WILLIAMS, Christine I. *Still a man's world: men who do "women's work"*. Bekerley: University of California Press, 1995.

YANNOULAS, Silvia C. *Educar: una profesión de mujeres?* BuenosAires: Kapelusz, 1996.

ZAÏDMAN, Claude. La notion de féminisation: de la description statistique à l'analyse des comportements. In: AUBERT, Nicole; ENRIQUEZ, Eugène; GAULEJAC, Vincent de. *Le Sexe du pouvoir: femmes, hommes et pouvoirs dans les organisations*. Paris: Desclée de Brower, 1986, p. 281-290.

A feminização do trabalho no contexto da saúde pública: reflexos da reestruturação produtiva no Serviço Social e na Medicina¹

Marly de Jesus Sá Dias

Parte-se do pressuposto de que o movimento do capital na busca de sua expansão contemporânea, em alguma medida, possui interface com a feminização do trabalho que ora se gesta também na saúde pública, no contexto da atual reestruturação produtiva, gerando uma relação contraditória entre um processo que possibilita a absorção e elevação da taxa feminina no mercado de trabalho e, uma conjuntura de regressão/ estagnação do trabalho formal, supressão de direitos trabalhistas, dentre outras premissas indispensáveis à sobrevivência da classe trabalhadora. Fatos que se somam às dimensões patriarcais, racistas e de classe, introjetadas na herança cultural do capitalismo e encarnadas no Estado brasileiro.

O propósito é discutir como as transformações efetivadas pelo capital na contemporaneidade incidem no processo de feminização do trabalho e quais as implicações de tudo isso na divisão sexual do trabalho na saúde pública, em São Luís, capital do Maranhão, em particular nas mulheres profissionais do Serviço Social e da Medicina no âmbito de um hospital-escola, como o Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão

1 O presente artigo é uma contribuição ao debate sobre a feminização do trabalho e se constitui uma síntese da tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, em 2008, intitulada “Feminização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva na saúde pública: rebatimentos no Serviço Social e na Medicina no HUUFMA” (DIAS, 2008), que fora posteriormente publicada pela EDUFMA, em 2010 (DIAS, 2010). Agradecemos à banca as preciosas contribuições, imprescindíveis no aprimoramento do estudo. Compreendemos que a síntese da tese constitui aporte valioso para o conjunto da obra que discute a feminização do trabalho na atualidade, porque amplia as possibilidades de entendimento de seu significado, em termos de possibilidades e desafios, da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, num espaço em que estas já são majoritárias, como a saúde pública.

(HUUFMA), no período de 1997 a 2007,² a fim de identificar os avanços e desafios que a progressão feminina no mundo do trabalho enseja nas mulheres das profissões eleitas nesse contexto.

As questões que nortearam a análise compreendem um conjunto de preocupações em torno dessa nova configuração que o trabalho feminino pode estar assumindo nessa área, na qual, conforme delineado por Lopes (1996), se dá a segmentação por sexo (homens e mulheres se concentram em áreas específicas) e impera a hierarquia e a hegemonia do poder médico masculino que, em geral, secundariza e desqualifica ações e profissionais que não se constituem objeto de práticas privilegiadas pelo seu modelo assistencial. E ainda, em que a atual reestruturação produtiva tem sérias repercussões na política de saúde e, conseqüentemente, na estrutura de muitas profissões, algumas fortemente marcadas pelo seu caráter sexual, a exemplo do Serviço Social e da Medicina.

Nesse sentido, problematizar os lugares centrais que as mulheres estão ocupando na hierarquia profissional da saúde constitui-se uma tarefa urgente, até para que se possa fomentar um debate que possibilite, senão o rompimento, ao menos a reflexão do sistema de dominação-exploração fundido no patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987), que reproduz esse processo, alocando sujeitos em postos profissionais em consonância com o gênero.

Faz-se necessário romper com a suposição de que as mulheres, a exemplo do serviço público de saúde, estariam ocupando espaços próprios na Enfermagem, no Serviço Social, na Nutrição, reservados ao desempenho de suas “aptidões naturais”. Tendência que oculta tanto a desqualificação e a exploração da força de trabalho feminina, como dificulta o enfrentamento das desigualdades e das relações de poder interprofissional que se fazem presentes nessa área.

Cumpre esclarecer que a escolha do Serviço Social e da Medicina não se deu somente por se tratar de uma profissão com um significativo número de mulheres e com desempenho de ações com uma forte carga ideológica, como se supõe ser o Serviço Social ou, de seu contrário, uma profissão historicamente masculina, supostamente detentora do saber e do poder

2 O período de 1997 a 2007 foi eleito como recorte temporal dessa pesquisa para melhor apreensão da inserção do país no denominado processo de reestruturação produtiva e de seus rebatimentos sobre as relações de trabalho, em particular na saúde pública no HUUFMA, pois, segundo Antunes (2006), a reestruturação produtiva brasileira foi relativamente tardia em relação aos países do centro, cujo início remonta aos anos de 1970. No Brasil, esta foi ensaiada em meados dos anos 1980, acirrando-se, mesmo, a partir da década de 1990.

na saúde e que estaria se feminizando, como se supõe ser a Medicina, mas, e, sobretudo, porque são profissões de suma importância nos serviços de saúde, com atividades ou ocupações especializadas, legitimadas, integrantes de equipes de referências em diversas áreas e inscritas numa modalidade de divisão social do trabalho. Assim sendo, tanto a inserção do Serviço Social como da Medicina na saúde pública, bem como de outras inúmeras profissões, esteve e está submetida a um conjunto de determinações inerentes ao trabalho na sociedade capitalista, a exemplo do trabalho assalariado, do controle da força de trabalho e da subordinação de seu conteúdo aos objetivos e necessidades das entidades empregadoras (ABESS, 1996, p. 24).

Vale ressaltar que tais inscrições/elevações dos profissionais em apreço dão-se em um contexto em que prevalece a divisão social e sexual do trabalho (todas as relações sociais são sexuadas e repousam sobre uma base material, conforme nos orienta Hirata, 2002), por essência contraditória, atualmente também mediada por políticas de corte neoliberal e uma lógica de acumulação flexível, propiciadoras de empregos precários que, ao mesmo tempo em que traduzem a elevação da taxa de atividade feminina no mercado de trabalho, como na Medicina, revelam ainda desigualdades de inserção, remuneração e de oportunidade (MOURÃO, 2006), visualizadas igualmente no Serviço Social.

Além da pesquisa documental, este estudo contemplou uma pesquisa de campo nas duas unidades do HUUFMA, o Hospital Universitário Presidente Dutra (HUPD) e o Hospital Universitário Materno Infantil (Humi), contou com aplicação de entrevistas semiestruturadas com questões abertas (versavam sobre formas de inserções, rotinas institucionais, novas requisições, desafios e possibilidades visualizados pelos profissionais na atual conjuntura), junto a 25 assistentes sociais (todas do sexo feminino) e 30 profissionais de Medicina, sendo 6 das especialidades médicas com o maior número de profissionais independente de sexo, segundo o Setor de Recursos Humanos do HUUFMA, a saber: Cardiologia, Oftalmologia, Cirurgia Geral no HUPD, Pediatria, Obstetrícia e Ginecologia no HUMI. Esclarece-se que somente entre estes(as) profissionais da área médica foi efetuado um sorteio para realização das entrevistas.

O momento da coleta de informações *in loco* foi precedido pelo cumprimento das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde, que normatiza e regulamenta os trabalhos de pesquisa com seres humanos, no propósito de preservar a dimensão ética da ciência e de todos os envolvidos. Desse modo, o estudo foi realizado em consonância com a

Resolução nº 196, de 10/10/1996 e após apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (Registro CEP 067/07 – Parecer nº 137/07) do HUUFMA. Como forma de preservar o anonimato dos sujeitos, as falas foram identificadas com as iniciais AS para as Assistentes Sociais e MM para profissionais da área médica do sexo masculino e MF para os do sexo feminino, seguido de suas correspondentes especialidades e de um ordenamento sequencial (1, 2, 3, 4, 5). Os depoimentos que compuseram a avaliação seguiram a técnica básica da análise do discurso, caracterizada pela interpretação das falas dos sujeitos e sua relação com o objeto em apreço.

Feminização do trabalho em tempos de reestruturação produtiva: breves considerações

Feminização tem sido um termo correntemente utilizado para designar a crescente incorporação de mulheres no mercado de trabalho e que aqui será discutido, conforme nos orienta Yannoulas (2011), no esforço de apreender a sua estreita relação com as relações de gênero. Ou seja, para além da mensuração que evidencia apenas a elevada proporção de mulheres em processos capitalistas contemporâneos, mas, também seu viés qualitativo, com o propósito de entender as razões que têm levado à atual requisição da força de trabalho dessas pelo mercado de trabalho.

Parte-se do princípio de que a feminização do trabalho se apresenta como um processo mundial, complexo, em movimento/construção. E resulta de múltiplas determinações, uma vez que não se desconhece ou nega as várias dimensões que o compõe (econômicas, culturais, políticas, sociais). É certo que a grande afluência das mulheres ao mercado de trabalho tem sido fruto de uma árdua batalha em prol de políticas públicas de emprego, bem como da generalização de insumos contraceptivos, acesso à educação, ao voto e contra uma política familiar que as estimulava a permanecer no lar. Das leituras efetivadas para fins desse estudo, procuramos extrair não uma definição semântica do processo, mas fatores, elementos, hipóteses explicativas que pudessem auxiliar no entendimento das formas (diversificação) de concentração das mulheres no universo do trabalho; dar feição feminina a algum aspecto da vida social (INFOPÉDIA, 2008), mas fatores, elementos, hipóteses explicativas que pudessem auxiliar no entendimento das formas (diversificadas) de concentração das mulheres no universo do trabalho. Esclarece-se que a eleição do mundo do trabalho para a reflexão do processo

da feminização se justifica por ser este um espaço social que bem reflete as mudanças estruturais, comportamentais e o delineamento de novos papéis sociais de homens e mulheres em nossa sociedade.

Conforme evidenciado em Lavinias (2005) e Hirata (2002), essa progressão vem se dando de forma linear e praticamente alheia às flutuações da atividade econômica. Ou seja, tal elevação não é decorrente, apenas, da conjuntura do mercado de trabalho, muito menos fruto exclusivo das mudanças no processo de organização do trabalho.

O desafio é se refletir em que medida a feminização do trabalho que ora se gesta estaria, concretamente, redefinindo a posição das mulheres na esfera da produção e/ou auxiliando a recomposição orgânica do capital, por meio da constituição de uma nova modalidade de exploração dessa força de trabalho, tendo em vista o paradoxo que media o processo de feminização no atual contexto da reestruturação capitalista, particularmente da flexibilização do trabalho: elevação do número de mulheres no mercado de trabalho, mas, de forma precarizada.

A reestruturação produtiva se constitui em uma das respostas à atual crise do padrão de acumulação vigente no capitalismo e uma das vias para análise do objeto em foco, pois não se desconhece a relevância da luta pela emancipação feminina e pela igualdade entre os gêneros, travada ao longo dos tempos pelos movimentos feministas e de mulheres.

Instituída nos anos 1970 na Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, esta luta logo se expande para diferentes partes do mundo, com críticas ao Estado do Bem-Estar Social (*welfare state*), fortes ataques aos direitos trabalhistas, e um novo e expansivo padrão produtivo pautado em grande parte na acumulação flexível.³

Alinhada com o ideário neoliberal, a supracitada reestruturação provocou mudanças substanciais no mundo do trabalho, nas últimas décadas do século XX, caracterizadas pela desregulamentação do mercado de trabalho (ampliando subcontratações, terceirizações), precarização do emprego, expulsão da força de trabalho do mercado formal, dentre outras medidas que vão caracterizar essa conjuntura. Mudanças que atingem

3 Para David Harvey, a acumulação flexível apoia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Tem como característica o surgimento de novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, altas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional, bem como novos setores de produção, a exemplo do “setor de serviços” que, na atual conjuntura do capital, tem criado um vasto e diversificado movimento de empregos. Mais detalhes em Harvey, 1992.

toda a classe trabalhadora, mas de modo particular as mulheres, que têm sido evidenciadas nessa dinâmica, dentre outras coisas, a partir do aumento significativo de sua força de trabalho no país, caracterizando uma participação que parece sugerir não só o acréscimo do número de mulheres na população ocupada, sobretudo a partir da década de 1980, mas uma modificação na composição por gênero (HIRATA, 2002).

No Brasil, o impacto desse intenso movimento impresso pelo capital, ou seja, a reestruturação produtiva, é sentido com mais força a partir da década de 1990, momento em que as políticas neoliberais avançam sob forte pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), por meio de um amplo programa de abertura, liberalização e internacionalização da economia, levando o governo brasileiro, na época sob a presidência de Fernando Collor de Mello, a adotar medidas restritivas que submetiam o Estado nacional aos ditames do capital estrangeiro, intensificado nos governos subsequentes.

É neste tenso cenário que diferentes fontes vão assinalar a crescente participação das mulheres no mundo do trabalho, numa dinâmica proporção que, consoante a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2005), correspondia a 52% da População Economicamente Ativa (PEA)⁴ no período de 1995 a 2005. Ampliação constatada em vários setores da economia, tais como construção (de 24,0% para 26%); indústria (de 34,0% para 36,5%); serviços (de 56,0% para 57,1%) e no setor agrícola – de 33,0% para 34,3% (PNAD, 2005). Em 2010, o Censo realizado pelo IBGE reafirmou que as mulheres conquistaram mais espaço no mercado de trabalho. Consoante esta fonte, o nível de ocupação das mulheres com 10 anos ou mais de idade passou de 35,4% para 43,9%, de 2000 para 2010, enquanto o dos homens foi de 61,1% para 63,3%.

Por outro lado, pesquisas efetivadas pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres – SPM (2005), com base no Censo Demográfico realizado pelo IBGE, em 2000, igualmente revelaram algumas particularidades desta ocorrência (particularidades que variam ainda em termos de raça/cor, grandes regiões brasileiras e unidades da Federação). Em tais pesquisas, fica patente que, apesar de as mulheres estarem mais escolarizadas,⁵ elas

4 A PEA é um conceito utilizado pelo IBGE para designar a população de dez anos ou mais que, no período anterior à pesquisa focada, exercia trabalho remunerado; trabalhava sem remuneração em algumas atividades ou que não estava trabalhando, mas se encontrava à procura de trabalho.

5 De acordo com o IBGE em 2000, no nível superior havia um predomínio das mulheres, ou seja, do

auferem rendimentos médios bem mais baixos (R\$ 505,90 para elas e R\$ 719,90 para eles); são maioria também entre os desocupados; entre os mais pobres, respondem por 27% das famílias pobres e por 25% das indigentes; constituem-se maioria entre os trabalhadores que não possuem carteira assinada (70% destes são do sexo feminino); são as que estão concentradas em atividades econômicas mais precárias (61% em relação aos homens); e, por fim, as mulheres registram taxas de ocupação inferiores em todos os grupos etários e em várias regiões do país, com destaque para as regiões Norte e Nordeste.

Realidade igualmente evidenciada pelo Ipea (2010), quando assinala que, em 2008, as mulheres ocupadas, trabalhavam, proporcionalmente, mais em posições precarizadas e que a entrada delas no mercado de trabalho não as desobrigava dos afazeres domésticos: neste ano de 2008, 42,15% das mulheres ocupadas com 15 anos ou mais estavam em ocupações consideradas precárias. 86,3% das brasileiras com dez anos ou mais afirmaram realizar afazeres domésticos, contrapostos a 45,3% dos homens⁶ (Ibidem). E que permaneceu em 2010, consoante o Censo realizado pelo IBGE, quando revelou que houve um forte impulso delas no mercado de trabalho. Na população masculina de 25 anos ou mais de idade, o percentual de homens sem instrução ou com o fundamental incompleto foi de 50,8% e o daqueles com pelo menos o superior de graduação completo, 9,9%, enquanto que, na população feminina, esses indicadores foram 47,8% e 12,5%, respectivamente. Em contrapartida, no quesito *trabalho principal*, evidenciou que a maior concentração na população masculina foi no dos trabalhadores qualificados e no das ocupações elementares, com 17,7% e 17,3%, respectivamente. No contingente feminino, a maior parcela foi a do grande grupo dos *Trabalhadores elementares* (24,0%), seguida pela dos *Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados* (21,4%). Em relação ao rendimento médio mensal, houve elevação de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (um ganho real de 5,5%). Contudo, o rendimento real deles permaneceu mais elevado do que o delas: *o rendimento médio real dos homens passou de R\$ 1.450 para R\$ 1.510, de 2000 para 2010, o das mulheres foi de R\$ 982 para R\$ 1.115. O ganho real foi de 13,5% para as mulheres e*

total dos estudantes, 44,5% eram do sexo masculino e 56,5% do sexo feminino. Fato também constatado na pós-graduação, onde do total de estudantes inseridos em cursos de especialização, mestrado e doutorado, 52% são mulheres e 48% homens.

6 Segundo Bruschini e Lombardi (2003), o tempo de dedicação aos afazeres domésticos se reduz com o aumento do nível de rendimento, tanto para homens como para mulheres.

4,1% para os homens. A mulher passou a ganhar 73,8% do rendimento médio de trabalho do homem; em 2000, esse percentual era 67,7% (IBGE, 2010).

Tais dados sinalizam que a desigualdade entre os sexos ainda permanece significativa. Demonstram um movimento contraditório da sociedade capitalista, tendo em vista que, em conformidade com Hirata (2002), o trabalho remunerado das mulheres cresce num momento em que se observa, em escala internacional e nacional, a clara regressão/estagnação do trabalho formal, supressão de direitos trabalhistas históricos como aposentadorias, pagamento de horas extras, direito de greve, dentre outras premissas indispensáveis à sobrevivência da classe trabalhadora. E, sem que as necessárias redefinições na divisão sexual do trabalho tenham se efetivado, de fato, no contexto atual.

Percebe-se, então, que este processo vem sendo impulsionado por mudanças estruturais e culturais que estão ocorrendo no mundo todo e afetando não somente as mulheres, mas igualmente as famílias brasileiras, sobretudo no que tange ao modelo dual que atribui ao homem o papel principal de provedor da família e à mulher as responsabilidades reprodutivas. Contudo, não de forma satisfatória para todas no tocante a condições salariais, garantias trabalhistas e ocupações de postos de trabalho compatíveis com sua formação profissional e/ou nível de escolarização (GONÇALVES, 2003).

O processo de feminização do trabalho seria resultante de dois movimentos igualmente importantes: de um lado, pode estar se configurando por essa crescente presença do feminino, pois não há como negar a ampliação do leque profissional das mulheres nos últimos 40 anos, principalmente no interior do trabalho precarizado, numa combinação de fatores que se redimensionam no atual processo de reestruturação produtiva (Ibidem); por outro lado, em decorrência das significativas transformações nos padrões de comportamentos e nos valores referentes ao papel social da mulher (LAVINAS, 2005), fomentadas pelos movimentos feministas, sobretudo a partir dos anos 1970 e pela presença cada vez mais ativa destas nos espaços públicos.

Segundo Bruschini e Lombardi (2003), somam-se a essas razões as alterações nos arranjos familiares, em muitas das quais as mulheres configuram-se como única provedora no sustento da família, o aumento de suas escolaridades, a queda da taxa de fecundidade, aumento da expectativa de vida etc.

Contudo, cabe assinalar que, apesar da intensa absorção da força de trabalho feminina por parte do mercado, Lavinias (2005) ainda nos lembra de que a crescente demanda das mulheres por novos postos de trabalho não vem se dando na mesma proporção da oferta, ou seja, esta ainda é bem inferior àquela. Situação que se agrava com as medidas flexibilizantes e o correspondente declínio dos empregos formais e aumento do desemprego, que, na década de 1990, chegou a patamares jamais registrados no país. Em conformidade com a Pesquisa de Empregos e Desemprego (PED) para as regiões mais importantes do país, apresentada por Bruschini e Lombardi (2003), alcançou uma média de 15% em 1994 e de 20% em 1999, sendo as mulheres trabalhadoras as mais atingidas. Nesses termos, no decorrer dessa década, o desemprego feminino, que até então era similar às taxas masculinas, tornou-se mais acentuado. Consoante o Ipea (2010), em 2008, 9,8% das mulheres economicamente ativas estavam desempregadas, enquanto o percentual masculino era de 5,2%.

No entendimento de Bruschini e Lombardi (2003, p. 347), a estrutura ocupacional feminina se caracteriza, de modo geral, por dois segmentos distintos em termos de qualificação, prestígio e remuneração. Assim, de um lado, se encontram as ocupações com menor nível de qualificação, de menor prestígio e, conseqüentemente, menor remuneração e que comportam atividades exercidas quase que exclusivamente por mulheres, como os serviços administrativos e de turismo, higiene e beleza e auxílio à saúde, que, juntas, representavam, em 1988, cerca de 50% dos empregos formais femininos. De outro, estão as ocupações de nível superior, caracterizando uma força de trabalho mais qualificada, de maior prestígio e remuneração, visualizadas nas áreas do ensino, das leis e das artes, que, juntas, respondem pela oferta de 18% dos empregos femininos nesse nível.

As autoras destacam também que as mulheres têm, ainda que em pequena significação numérica no conjunto dos empregos de ambos os sexos, adentrado em algumas áreas profissionais de prestígio, culturalmente reservadas aos homens até bem pouco tempo atrás, um deslocamento de fronteira prodigioso. Exemplo que pode ser visualizado nas áreas jurídicas, de Engenharia e Medicina, o que denota a ampliação das possibilidades de uma inserção qualificada no mercado de trabalho nesses nichos, pelo menos para as mais escolarizadas.

A atual reestruturação produtiva e sua interface com a feminização do trabalho na saúde pública

Historicamente, o trabalho feminino sempre se fez presente no meio social, embora tenha sido pouco discutido e valorizado. Com avanços e retrocessos, as mulheres têm buscado também pela via do trabalho o reconhecimento como sujeito de direito, se efetivando tanto na esfera produtiva – por meio do trabalho remunerado em atividades formais ou informais – quanto no espaço da reprodução – por meio do trabalho voluntário no interior dos domicílios ou em seus arredores, com tarefas que garantam a manutenção da casa e os cuidados com as pessoas que nela residem.

Mas, segundo Nogueira (2004), foi o advento da maquinaria e da grande indústria, no final do século XIX e início do século XX, aliado a lutas de movimento de mulheres e feministas que favoreceram a ampliação de tais horizontes.

Tal conquista posteriormente foi regulamentada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1942; pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a partir de 1946, e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, no pós 1948. Esta última em muito colaborou para a formalização de uma série de convenções que passaram a ser traduzidas para as constituições nacionais. Essas convenções foram impulsionadas e instrumentalizadas por movimentos feministas e de mulheres organizados nacional e/ou internacionalmente, com vistas ao combate à discriminação, rumo à igualdade de oportunidade e de tratamento entre os sexos, inclusive no âmbito da divisão do trabalho.

Na contemporaneidade, o serviço público constitui-se o lócus preferencial para as mulheres, dadas as possibilidades que elas têm de disputar de forma mais equilibrada um posto de trabalho, pois o ingresso ocorre mediante concurso de provas e títulos. Também nesse espaço o Estado provê serviços, tipo previdência, assistência social, serviços médicos e paramédicos e educacionais, que geralmente as atraem pela proximidade com os serviços que tradicionalmente desenvolvem no âmbito familiar (MOURÃO, 2006).

No que concerne à saúde pública, o caráter sexuado da força de trabalho se expressa pela grande concentração de mulheres, considerando que de um total de 1.038.379 servidores e servidoras, incluindo profissionais de nível superior e médio nas Ciências da Saúde e afins, 339.758 são homens

e 698.621 mulheres (IBGE, 2000), como também pelo vasto número de profissões demarcadas pela particularidade feminina, a saber, Enfermagem, Nutrição, Serviço Social e, recentemente, Medicina e Odontologia.

Este crescimento tem se acelerado nos últimos tempos, tanto entre profissionais do sexo feminino com formação universitária (de 18% para 35%), entre os da Medicina (12% para 21%), como entre profissionais sem essa formação (BORDIM; ROSA, 1998). Contudo, a absorção majoritária deu-se mais nas categorias de baixa qualificação (atendentes e serventes), sobretudo nas décadas de 1980/1990 (LABRA, 1989).

Lopes (1996), também constatou esses dados, quando afirma que as mulheres que trabalham na saúde têm se agrupado em lugares convencionados femininos, associados aos seus atributos maternos, tidos como hierarquicamente inferiores, no campo profissional. Nesse sentido, a autora adverte que as dificuldades enfrentadas por elas para manterem-se ativas na esfera produtiva estão longe de serem resolvidas. Em geral, não desaparecem apenas porque sua inserção cresce em áreas onde predomina a hegemonia do saber masculino.

De acordo com Nogueira (2004), o Serviço Social tem como uma de suas características a composição majoritariamente feminina, compreendendo cerca de 90% de mulheres no Brasil, enquanto a Medicina, embora tenha sido por muito tempo reduto masculino, atualmente vivencie um acesso maciço de mulheres no país.

Realidade igualmente constatada neste estudo, em que o curso de Serviço Social mantém-se com uma média de matrículas estável na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no período de 1997 a 2007 (em torno de 300 a 365 por semestre) e representação massiva das mulheres (o percentual de homens gira em torno de 2,5%), enquanto o de Medicina desta mesma Universidade apresentou uma elevação progressiva de mulheres (média de 414 a 534), o que configura, sem sombra de dúvida, como uma grande transformação das mulheres nesta área (empenho constante destas em termos de escolarização, busca de autonomia e igualdade pela via do trabalho), mas igualmente muitos desafios, sobretudo para adentrar nos cargos de comando da profissão e em algumas especialidades, a exemplo da Cardiologia e da Nefrologia.

Adentrar em profissões de prestígio e masculina, como a Medicina, apresenta um progresso indiscutível para elas. Faz parte, como assinala Hirata (2004), de seu processo de emancipação, já que não há como negar que mudanças estruturais e culturais em curso corroboraram para

a conformação de um novo perfil de mulheres no mundo profissional. É fato que cada vez mais elas se inserem e permanecem no mercado de trabalho como parte de um projeto de vida, o que tem favorecido algumas modificações em seus lugares na economia, bem como alteração nas formas de desigualdade entre homens e mulheres. Porém, a lógica hegemônica androcêntrica parece permanecer transversal às relações de poder e aos interesses que aí se estabelecem.

A vigência de uma concepção que legitima, no meio social, o lugar particular e subordinado ocupado pela mulher na atividade econômica faz com que as suas condições de inserção no mercado de trabalho permaneçam desfavoráveis, pois concorre para o aumento da precariedade e da instabilidade de boa parte das mulheres, “criam e/ou reproduzem baixos salários e condições de trabalho ruins” (HIRATA, 2004, p. 18).

Para Saffioti (1987, p. 72):

Se é verdade que as mulheres penetraram bastante no terreno da Medicina, nos últimos anos, não é menos verdadeiro que, em geral são ginecologistas e obstetras, pediatras, enfim, especializam-se em lidar com mulheres e crianças. Raramente se veem mulheres em outras especialidades médicas. No setor de cirurgia, a presença feminina é ínfima. É menor ainda quando se trata, por exemplo, de neurocirurgia. Observa-se, no setor de Neurologia, que há médicas cuja função reside em fazer o pré-diagnóstico. Caso o paciente precise de cirurgia, é encaminhado ao neurocirurgião, quase infalivelmente um homem. Se a penetração nesses setores é extremamente difícil para as mulheres em geral, esta dificuldade aumenta consideravelmente quando se trata de mulheres negras.

Estes desafios se somam às dificuldades, para as duas profissões investigadas, no tocante a compatibilizar carreira e vida privada, num cenário avesso aos direitos trabalhistas (com questionamento de algumas conquistas como o auxílio creche, salário maternidade), além das históricas diferenças salariais em relação aos seus pares, dentre outros que caracterizam o mundo do trabalho em tempos neoliberais com a crescente pauperização das relações e condições de trabalho.

Na pesquisa empírica realizada junto aos profissionais dessas áreas no HUUFMA, único hospital público federal do Maranhão, ficou patente que a requisição de seus serviços na saúde pública vem se ampliando, mas, em funções que, em geral, se articulam com as suas responsabilizações para com o cuidado sanitário, com a saúde física e a higiene.

As informações fornecidas pelo Setor de Recursos Humanos do HUUFMA para fins deste trabalho mostraram que mulheres permanecem majoritárias no Serviço Social (100% feminino) e nas especialidades médicas que também guardam estreita relação com o tradicional papel ocupado por elas na reprodução. Assim, nossa pesquisa mostrou que elas têm predominado na pediatria e ginecologia:

O setor de Neonatologia é praticamente feminino. São pouquíssimos os profissionais masculinos nessa área. Aqui somos praticamente só mulheres, cerca de mais de 30, enquanto homens têm apenas três. O fato de trabalhar com bebês e a questão do instinto maternal nos levam a essa escolha. É preciso saber lidar com as mães (MF Pediatria 1).

Não se observa também uma equalização da carreira e do salário entre homens e mulheres com a mesma formação e titulação. Tanto entre os profissionais do Serviço Social como da Medicina, a pesquisa identificou a existência de divergências salariais, independente de tempo de serviço ou titulação, sendo os salários mais baixos pagos pelas contratações temporárias.

Entre as assistentes sociais, a pesquisa identificou que a média salarial, independente de tempo de serviço ou titulação, varia de três a oito salários mínimos, sendo que os vencimentos mais baixos estão entre as que são cedidas de outros órgãos e as contratadas pela Fundação Josué Montelo. Em relação aos profissionais da Medicina, a divergência salarial também foi identificada entre os sexos e em todas as especialidades inquiridas, variando de três a mais de dez salários mínimos.

No HUUFMA, há disparidade na remuneração, benefícios e garantias, dependendo do vínculo empregatício, se MEC/UFMA, Ministério da Saúde ou Fundação Josué Montelo (AS 19).

Desse modo, fica patente que o fato de as trabalhadoras disporem de credenciais de escolaridade superiores ou similares aos seus colegas de trabalho não implica ganhos salariais semelhantes, pois os dados deixam claro que homens e mulheres com igual escolaridade obtêm rendimentos diferentes. As relações de gênero seguem assim como determinantes para a demarcação das fronteiras no mercado de trabalho para as mulheres, influenciando no pagamento de valores distintos entre profissionais. E se maiores patamares de escolaridade estão associados a maiores chances de obter rendimentos melhores, isso parece se aplicar mais aos homens do que às mulheres.

Razão pela qual é preciso que se tenha clareza de que a divisão sexual do trabalho não se resume à mera alocação de homens e mulheres em estruturas ocupacionais, perfis de qualificação e tipos de postos de trabalho pré-definidos. Enquanto base material do sistema sexo-gênero é através também desse mecanismo que ideologias e representações sociais, como as de gênero, se concretizam e legitimam.

De acordo com Hirata (2002), mudanças como as caracterizadas pela elevação delas no mundo do trabalho são importantes, mas não suficientes para a extinção dos obstáculos que atingem as mulheres, pois estas não são rupturas definitivas. As desigualdades se minimizaram, mas não foram eliminadas, uma vez que as mudanças empreendidas não estão sendo acompanhadas pelas necessárias alterações institucionais, jurídicas e de valores, sobretudo no âmbito da divisão sexual do trabalho, como pode ser percebido nas falas dos(as) nossos(as) entrevistados(as):

As mulheres não estão em pé de igualdade com os homens. Elas têm se colocado como protagonistas delas mesmas, têm buscado se qualificar cada vez mais. Mas, ainda se percebe diferenças entre os sexos sim, principalmente na área da saúde (AS 5).

Quando eu fazia residência médica em São Paulo, percebia uma certa dificuldade para as mulheres. Para elas terem acesso a determinados conhecimentos, as mesmas tinham que mudar suas posturas ou, em determinados momentos, se masculinizar para serem aceitas (MM Obstetrícia 4).

Considerações desse tipo demonstram como o processo evolutivo das mulheres no mercado não se dá sem as clivagens e desigualdades institucionalizadas para as trabalhadoras de forma geral. Ou seja, mostram a dificuldade de se construir a igualdade e um convívio pacífico entre os sexos nesses novos lugares de inserção das mulheres, sem que haja a predominância de um modelo masculino ou feminino na organização do trabalho (FAHMY, 1992). Nestes novos lugares, ou são instauradas outras diferenças ou as já existentes são neutralizadas pela manutenção de desigualdades herdadas da ordem antiga (BAUDELOT, 2003). Realidade que também fora expressa pelas entrevistadas:

Quando eu operava, sempre surgiam brincadeiras para que os pacientes tivessem cuidado comigo porque eu era mulher. Mesmo sabendo que era brincadeira, sabia que, no fundo, havia uma discriminação

conosco, não só na Medicina, mas em outras profissões também (MF Ginecologista 1).

Existe sempre a questão de querer e ter que mostrar que a mulher desempenha bem tanto a vida profissional como a doméstica. Ela tá sempre preocupada em ter que mostrar seu desempenho (AS 13).

A luta é acirrada. Eles, os homens, reconhecem o destaque das mulheres, mas não aceitam bem. Ainda há muito preconceito em relação ao trabalho feminino. Na cardiologia, a gerente enfrenta muitos obstáculos, piadas, resistências por estar coordenando o serviço, sobretudo por parte dos profissionais mais antigos. Eles têm um preconceito com o destaque das mulheres. Neste setor, os homens parecem ser melhor remunerados do que as mulheres, mesmo estando no mesmo exercício da função (AS 3).

Adentrar o mercado de trabalho abre espaços, mas igualmente coloca as mulheres no conjunto de contradições que regem esse mercado, tal como as assinaladas pelas recentes reformas neoliberais no contexto da reestruturação produtiva em curso até os nossos dias e que, dentre outras coisas, apontam como alternativa para saída da crise do capital a vigência e expansão de um novo padrão de acumulação flexível, conduzindo a uma outra maneira de pensar a divisão do trabalho, para a complexificação e fragmentação da classe trabalhadora. Mutações que alteram de forma significativa a condição do trabalho, principalmente das mulheres, ampliando suas oportunidades de inserção no mercado, mas de forma bastante precarizada. Na pesquisa, alguns desafios foram expressos:

É uma luta. Estar no mercado não é uma coisa garantida e nem proporcional. Só acontece por determinação dela em permanecer trabalhando, apesar das reclamações dos plantões, dos cansaços, das queixas do marido, por exemplo. Às vezes ela precisa ficar trabalhando até tarde, acumulando o serviço de casa, sem nem mesmo o reconhecimento do parceiro (AS 6).

A gente vive esse processo de ter que demarcar espaço até sem perceber. Demarcar espaço, provar competência, cada uma tem suas estratégias. A minha gerente, por exemplo, parece que o tempo todo tem essa necessidade de dizer o que ela é. Ela acumula dois cargos de alta complexidade, um na nefrologia e outro na cardiologia (AS 13).

Há muita desigualdade. A jornada de trabalho é a mesma pra todos, mas os homens ficam menos tempo no setor do que as mulheres (AS 16).

Interessante enfatizar que a lógica da acumulação flexível, instaurada no bojo de tais mutações, conduz a um “novo” tipo de sociedade salarial, a uma heterogeneidade de práticas laborais, de emprego (este coexiste com grandes índices de desemprego e de subemprego) e, conseqüentemente, à diversificação na exploração da força de trabalho. Isto se efetiva, principalmente, via introdução de novos mecanismos de apropriação dessa força de trabalho; desmonte do setor produtivo estatal com privatização de serviços públicos, de regulação de trabalho com perdas trabalhistas conquistadas na luta, originando uma segmentação jurídica que restringe, ao invés de ampliar as garantias de um contrato de trabalho regular, submetendo a sua lógica à racionalidade instrumental do mercado; terceirização, expansão do trabalho informal, dentre outras que expressam as múltiplas faces da precarização.

Essa diversificação possui implicações negativas e diferenciadas segundo os sexos, as raças, as idades etc., ainda que os estudos que abordem a questão não levem em conta a dimensão do sexo, ou do gênero, conforme atesta Hirata (2002, p. 229), quando diz que:

Essa construção teórica da especialização flexível baseia-se no trabalhador homem como figura universal e mostra que as novas tendências na divisão do trabalho vão no sentido do surgimento de uma fábrica flexível, cuja figura emblemática seria o operário muito qualificado e politizado.

Afirmativa que revela que a própria noção de flexibilidade ou de especialização flexível foi construída ignorando qualquer abordagem em termos de relações construídas social, cultural e historicamente entre homens e mulheres, mantendo intocável a divisão sexual do emprego, considerando que tal divisão funciona como pré-condição para a vigência da flexibilidade do trabalho. Entretanto, adverte a autora, considerando a relevância da divisão sexual do trabalho, pode-se dizer, a partir do processo da feminização do trabalho, por exemplo, que a “flexibilidade é sexuada”, tendo em vista que as trabalhadoras do sexo feminino são suas principais protagonistas (HIRATA, 2001, p. 5-8), ainda que a chamada flexibilidade interna,⁷ que se refere à polivalência, rotação, integração de tarefas e trabalho em equipe, remeta fundamentalmente à força de trabalho dos homens.

7 Kergoat (1992) identifica a existência de duas formas de flexibilidade: uma que se volta para a formação qualificante e polivalente para os homens (flexibilidade interna), e outra caracterizada pelas formas de empregos ditos ‘atípicos’ para as mulheres (flexibilidade externa), expressa, sobretudo, por empregos precários.

São estratégias que se redimensionam, inclusive ocultando a relação diferencial dos homens e mulheres no âmbito da divisão sexual do trabalho, no bojo da atual reestruturação capitalista e que levam Nogueira (2004, p. 36) a estabelecer um estreito vínculo entre a lógica da flexibilização e o crescimento do trabalho feminino em diversos países capitalistas ocidentais. Este aumento, em conformidade com a autora, já representa cerca de 40% ou mais da força de trabalho, expressando a clara articulação entre relações de classe e de gênero, aqui entendidas como estruturantes e sexuadas, que vem favorecendo as mulheres.

Associação que parece apontar ainda para uma inter-relação do processo de feminização esboçado nas atuais mudanças societárias com a dupla exploração das mulheres, tendo em vista que a divisão sexual do trabalho não se alterou de forma substancial, a ponto de promover relações equânimes nas esferas laborais (NOGUEIRA, 2004). Desse modo, Saffioti (1987, p. 50) diz:

(...) ainda que a mulher trabalhe fora em troca de um salário, cabe-lhe realizar todas as tarefas domésticas. Como, de acordo com o modelo, os afazeres domésticos são considerados ‘coisas de mulher’, o homem raramente se dispõe a colaborar para tornar menos dura a vida de sua companheira.

Para Kergoat (1998), a estrutura da divisão sexual permanece inalterada e encobrendo as relações de poder nesse contexto de flexibilização, mesmo com a elevação progressiva das mulheres no espaço público de trabalho, considerando que a ideia da naturalidade da distinção entre as atividades que cabe aos homens e às mulheres na vida social, por exemplo, continua prevalente no século XXI, independente ou não delas estarem inseridas no mercado de trabalho. Assim sendo, embora as fronteiras entre o masculino e o feminino se desloquem, a hierarquia social que confere superioridade ao primeiro não foi superada, o que faz com que a divisão do trabalho se mantenha (HIRATA; KERGOAT, 2003, p. 20), uma vez que a chamada “conciliação” entre vida profissional e vida familiar continua sendo realizada, quase que exclusivamente pelas mulheres. Isso porque a realização de tais atribuições permanece associada à força de trabalho feminina.

Penso que estar inserida no mercado de trabalho já é um avanço. Agora, isso não se dá para ela sem dificuldade, pois, além de ter que trabalhar fora, ainda permanece com atribuições de cuidar da casa,

filhos, ser esposa. Tiro isso pela minha mulher que é médica. A jornada de trabalho dela termina sendo mais extensiva do que a minha que trabalho em mais frentes de trabalho (MM ginecologista e obstetra 2).

A mulher tem pago um preço muito alto. Assumimos o trabalho fora e o de casa não foi dividido com ninguém. A jornada de trabalho dobrou (AS 4).

Não é fácil. A gente acaba tendo que se desdobrar, sem poder deixar nada pra segundo plano. É uma constante batalha na busca do equilíbrio. Tempo pra gente mesmo acaba faltando. Vive-se muito essa busca de não deixar nenhuma área carente (AS 13).

Vê-se assim que os anos recentes imprimem mudanças à prática institucional das profissionais do Serviço Social e da Medicina. São mudanças que independem de suas trajetórias históricas e que se efetivam numa arena tensionada na saúde por dois projetos com interesses bastante distintos (Projeto Privatista e Projeto da Reforma Sanitária), em que impera o crescimento da pobreza de amplos segmentos da população, usuários dos serviços assistenciais e médicos, o desmonte dos direitos sociais assegurados na Constituição de 1988. Contexto ladeado por políticas de natureza totalmente diferenciadas da concepção universalista da Seguridade Social brasileira e que conduzem à mercantilização da saúde pública, à refilantropização da questão social, ao aumento do desemprego, à terceirização, à precarização do trabalho e do sistema de proteção social (BRAVO; MATOS, 2004).

Mudanças que vêm exigindo uma atuação polivalente, de alta produtividade, flexibilidade, espírito cooperativo, dinamicidade dentre outras requisições. Para uma de nossas entrevistadas:

As novas requisições precarizam ainda mais as condições de trabalho do assistente social, pois representam uma sobrecarga de trabalho, e ainda obrigam o profissional a buscar outras atividades econômicas para garantir de forma digna a sua subsistência (AS 19).

Vale lembrar que a reestruturação produtiva levou também a uma reestruturação do mercado de trabalho, o que aumentou a exigência por qualificação profissional, que, na presente conjuntura, virou sinônimo de competência. Novos conhecimentos, envolvimento, participação, criatividade, domínio de novas linguagens, espírito de liderança, fazem

parte de um conjunto de capacidades exigidas aos(as) trabalhadores(as) contemporâneos(as) para enfrentar a complexidade e a imprevisibilidade do atual mundo do trabalho.

Trata-se de requisições em que os trabalhadores têm que ser polivalentes ou multifuncionais, o que no fundo significa intensificar os ritmos, os tempos e os movimentos do trabalho no mundo produtivo (ANTUNES, 2006). Porém, isso não se dá sem desafios, nem para eles e, principalmente para elas, conforme explicitado no depoimento a seguir:

Especializações e demais cursos são cada vez mais necessários no mercado de trabalho. Mas, para as mulheres fazerem um curso de mestrado ou de doutorado, se sacrificam bastante, pois, além de serem mães, esposas e donas de casa, outras atividades também se somam à sua vida. Elas não deixam as suas atividades do dia-a-dia de lado, pelo contrário acrescentam mais uma (MF pediatra 3).

De acordo com os nossos entrevistados, o ambiente de trabalho se complexificou, o que exige apreensão de novas habilidades e conhecimentos, que, por vezes, vão além dos serviços que as profissões em foco desenvolvem no hospital, a exemplo da visão de gerenciamento e de projetos, domínio de outros idiomas. Em contrapartida, os salários permaneceram congelados. Parece não haver aqui uma escala de progressão para todos os servidores que articule qualificação e salário (só os concursados do MEC possuem uma pontuação salarial de acordo com a elevação de suas qualificações), o que acaba sendo desestimulante para a maioria dos profissionais:

O ideal seria que houvesse uma escala de progressão para que a gente estudasse. Estudamos porque é preciso, mas não existe nenhum incentivo na parte financeira (AS 4).

Há necessidade constante de atualização. Mas também há necessidade da melhoria salarial e de maior incentivo ao trabalho em equipe também (MF cardiologista 4).

A necessidade de busca pela informação e aperfeiçoamento revela-se mais onerosa para elas do que para eles, devido às suas já pontuadas responsabilidades domésticas e familiares. Ademais, num espaço em que o saber e o poder masculino parecem prevalentes, as mulheres precisam se mostrar mais capacitadas para poder se equiparar aos colegas homens. Nesse sentido uma das pediatras declarou:

A carga de trabalho é muito grande. Temos que estar sempre atualizadas, por isso é preciso fazer cursos de aperfeiçoamento e atualização. É a chamada educação continuada. A maioria se especializa cada vez mais (MF pediatra 2).

Para alcançar um posto maior é preciso que ela se empenhe mais, obtenha destaque no seu fazer profissional. Ela precisa batalhar bastante (AS 7).

Estas proposições têm concorrido, dentre outras coisas, para a intensificação, em termos de ritmos e processos, da exploração dos que estão empregados, elevando, cada vez mais, a exigência de níveis de qualificação na composição e perfil da força de trabalho sem as devidas condições para aquisição das novas competências exigidas pelo mercado.

Assim sendo, é preciso atentarmos para as mudanças em curso, primeiro para não se perder de vista o conjunto de elementos existentes nas especificidades de gênero e que são amplamente utilizados pelo capitalismo para controlar a hierarquização do modo de produção e de reprodução do capital (NOGUEIRA, 2006, p. 28). Segundo, para apreendermos em que medida o processo, ora denominado de feminização do trabalho, não estaria sendo funcional para expansão do capital via intensificação, dentre outras, da exploração da força de trabalho das mulheres. Configurando uma nova forma de reprodução e acumulação do capital que estaria se delineando também através da reatualização/reificação da cultura conservadora (reservando para as mulheres espaços específicos, em geral caracterizados pela inferioridade hierárquica, baixos salários e por atividades consoantes as suas supostas capacidades inatas), reduzindo a problemática da mulher trabalhadora a uma relação polarizada entre homens e mulheres, subordinando e, em alguns casos, até mesmo desconsiderando as complexas relações entre as dimensões de gênero e de classe.

Conclusão

A inserção das mulheres no mercado de trabalho apresenta uma trajetória conflituosa de rupturas e continuidades. Nessa trajetória, vários elementos de ordem moral, econômica, política e cultural se movimentam e permitem compreender que a feminização que ora se observa na saúde pública, em particular no HUUFMA, não se trata de um mero fenômeno natural, mas se encontra articulada aos processos mais amplos mediados

pela lógica capitalista, sem apresentar, contudo, rupturas definitivas com as relações sociais existentes nessa lógica e com as desigualdades presentes na divisão sexual do trabalho que historicamente tem corroborado para a persistência da segmentação e da remuneração diferenciada entre homens e mulheres.

A progressão das mulheres no mundo do trabalho faz-se acompanhada de mudanças de diferentes ordens, com destaque para a luta histórica empreendida por movimentos diversos de mulheres, de transformações demográficas marcantes, notável crescimento da escolarização feminina que ultrapassa a masculina, sobretudo a partir do ensino médio, alterações nos postos de trabalhos em virtude da terceirização e informatização das atividades econômicas e a valorização dos seus atributos para o exercício de novas funções fortemente demandadas pela economia contemporânea (destreza manual, dedicação, responsabilidade, espírito cooperativo etc.). Atributos e habilidades femininas que foram sendo forjados no arcaico padrão da divisão social e sexual do trabalho e que ressurgem e se redimensionam na contemporaneidade com feições modernas e adequadas à expansão dos novos sistemas produtivos, evidenciando a funcionalidade da força de trabalho das mulheres na conjuntura de crise.

Nesses termos, as mudanças sinalizadas evidenciam uma modificação na composição por gênero no mercado de trabalho e favorecem uma discreta redução das desigualdades entre homens e mulheres. Contudo, não tem sido suficientes para superar os obstáculos, preconceitos e dificuldades por elas vivenciadas na esfera da produção.

Os estudos apreendidos ao longo desta pesquisa mostraram que o trabalho remunerado das mulheres cresce de forma significativa, mas, num contexto em que se observa, em escala nacional e internacional, a regressão/ estagnação do trabalho formal, supressão de direitos trabalhistas históricos e imprescindíveis à sobrevivência da classe trabalhadora, a exemplo de pagamento de hora extra, direito de greve, entre outras características.

Assim, o processo de feminização, que se faz presente no movimento da flexibilização do mundo do trabalho e das políticas neoliberais, exige muita atenção, Trata-se de uma realidade que denota o quanto as mulheres ainda enfrentam situações paradoxais entre avanços e continuidades. Esgotá-las requer um movimento histórico de desconstruções e reconstruções no meio social e entre os indivíduos, de novas relações não somente entre homens e mulheres, mas entre homens e homens, e mulheres e mulheres também; combate à opressão masculina sobre a feminina. Propugna uma

divisão sexual do trabalho mais justa no espaço da reprodução, algo que ainda se encontra num estágio muito embrionário no país, bem como na saúde pública. Exige, enfim, a superação da relação capital/trabalho, o desenvolvimento da consciência crítica, organização e luta dos trabalhadores em geral que se encontram na condição de oprimidos e explorados, uma vez que a manutenção da desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras atende aos interesses do capital.

Isso exige fortalecimento da luta das mulheres, considerando a ambiguidade que demarca suas inserções acentuadas no mundo do labor. Por um lado, explicita-se no aumento de suas empregabilidades, permitindo-lhes avançar no seu difícil processo de emancipação e, desse modo, minimizar algumas discrepâncias vivenciadas e, por outro, com dificuldades para conciliação entre a vida familiar e profissional, parca remuneração e garantias trabalhistas, predomínio de formas atípicas de trabalho e em meio a uma ampla transformação do capitalismo, cujo interesse é pelo restabelecimento da lógica de acumulação de valor do capital e não por uma igualdade substantiva entre os seres humanos.

Essa razão determina que a crítica à sociedade capitalista não deve se ater à análise restrita da exploração existente no espaço produtivo, o que não significa dizer que esta não seja importante. A crítica deve procurar abranger igualmente os aspectos negativos, por vezes multifacetados que tal lógica comporta, a exemplo da compreensão da opressão latente no espaço reprodutivo, muito bem representado pela estrutura da família patriarcal ainda em vigência no Brasil e que impõe uma desigual divisão do trabalho para as mulheres.

Referências

ABESS. *Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate*. Recife, 1996.

ANTUNES, Ricardo (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

BORDIN, Ronaldo; ROSA, Roger dos Santos. Médicos: quem somos. In: AGOSTO, Flávio Moura de; BORDIN, Rui Peixoto; BORDIN, Ronaldo. *Riscos da prática médica*. Porto Alegre: Dacasa, 1998.

BAUDELOT, Christian. Nada está decidido. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003, p. 315-322.

BRAVO, Maria Inês de Sousa; MATOS, Maurílio Castro de. Reforma sanitária e projeto ético-político do serviço social: elementos para o debate. In: BRAVO, Maria Inês de Sousa et al. *Saúde e serviço social*. São Paulo: Cortez/Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.) *As novas fronteiras das desigualdades: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.

DIAS, Marly de Jesus Sá. *Feminização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva na saúde pública: rebatimentos no Serviço Social e na Medicina no HUUFMA*. Tese de doutorado em políticas públicas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2008.

_____. *Feminização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva: rebatimentos na Saúde Pública*. São Luís: EDUFMA, 2010.

FAHMY, Pauline. *De la pseudo-mixité au travail in Egalite entre les sexes: mixite et démocratie*. Paris: L'Harmattan, 1992.

GONÇALVES, Renata. Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário. *Lutas Sociais*, n. 9/10, 2003.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: DIAX, Ximena; HOLA, Eugenia. *Trabajo, flexibilidad y género: tensiones de un processo*. Santiago: CEM, 2001.

_____. *Nova divisão sexual do trabalho?* São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. O universo do trabalho e da cidadania das mulheres – um olhar de feminismo e do sindicalismo. In: COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de; LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; SOARES, Vera (Org.) *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.

IBGE. *Censos demográficos*. Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Censo demográfico, 2010: resultados gerais da amostra*. Rio de Janeiro, 2010.

INFOPÉDIA. Feminização. 2008. Disponível em: <URL:[http://www.infopedia.pt/\\$feminizacao](http://www.infopedia.pt/$feminizacao)>. Acesso em: 25/01/2008.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Mulher e trabalho: avanços e continuidades*. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2010.

KERGOAT, Danièle. La division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, Jacques; BOUTET, Josiane; JACOT, Henri; LINHART, Danièle. *Le monde du travail*. Paris: La Découverte, 1998.

_____. Lês absentes de l'histoire, autrement. *Série Mutations*, n. 126, 1992.

LABRA, Maria Eliana. *Mulher, saúde e sociedade no Brasil*. Petrópolis: Vozes/Abrasco, 1989.

LAVINAS, Lena. O gênero e suas particularidades. *SEBRAE*. Disponível em: <<http://www.sebrae.com/revistasebrae/08/pesquisa.htm>>. Acesso em: 06/04/2005.

LOPES, Marta Júlia Marques. *Divisão do trabalho e relações sociais de sexo: pensando a realidade das trabalhadoras do cuidado da saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MOURÃO, Tânia Maria Fontenele. *Mulheres no topo de carreira: flexibilidade e persistência*. Brasília/DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

NOGUEIRA, Cláudia Maria Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

_____. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução. Um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PNAD. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios, IBGE, 2005*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13/02/2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Feminismos e seus efeitos no Brasil. In: SADER, Emir (Org.) *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

SPM. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. *Documento base*. Disponível em: <<http://www.mulhergoverno.gov.br/dbnews.asp?idartigo=292>>. Acesso em: 03/04/2005.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, n. 22, p. 271-292, 2011.

O Programa Bolsa Família/Vida Melhor e as Mulheres – transferência de renda e equidade de gênero no Distrito Federal

Marlene Teixeira
Maria D. Stphanie R. Cerqueira

As transferências de renda (TR) constituem a principal iniciativa do governo brasileiro, no campo do enfrentamento da pobreza. Principal dentre estas, o Programa Bolsa Família (PBF) unificou um conjunto de programas de transferência de renda existentes no país, antes de 2003, atingindo mais de seis milhões de pessoas hoje no país. Diferentes estudos as apontam como um dos determinantes imediatos da redução da pobreza e da queda recente da desigualdade no Brasil (BARROS, 2007).

Do ponto de vista da desigualdade de gênero essas iniciativas e, em particular, o Programa Bolsa Família merecem atenção, na medida em que significam para muitas mulheres, a materialização do acesso à renda, ao determinar que o repasse de recursos financeiros mensais as contemple prioritariamente. Este direito fundamental, em se tratando da sociabilidade capitalista, via de regra, não é garantido a muitas mulheres, ainda que o Brasil, em vários instrumentos e acordos internacionais, que tratam da garantia da equidade de gênero, o reconheça (TEIXEIRA, 2008).

As reflexões aqui apresentadas interrogam acerca das repercussões do Programa Bolsa Família (PBF) na vida cotidiana das mulheres residentes no Distrito Federal.¹ A investigação examinou o PBF/Vida Melhor desenvolvido

1 As reflexões que se apresentam neste artigo se beneficiaram do diálogo e do trabalho realizado em conjunto com Cleodoberto S. Mendonça, Libele Volkmer, Fernanda Ferreira e Stphanie Cerqueira, estudantes de graduação de Serviço Social que participaram, na modalidade de iniciação científica, do projeto de pesquisa Os programas de Transferência de Renda e as Mulheres: iniciativas pró ou antiequidade de gênero?, submetido por Teixeira (2008) ao CNPq. Versões preliminares desse trabalho foram apresentadas em diferentes momentos: no X Congresso Argentino de Antropologia Social (Buenos Aires, nov.-dez./2011), e, pelas autoras, em colaboração com Fernanda Ferreira, no Enpess, 13 (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social), realizado em Juiz de Fora (MG), em novembro de 2012. Em ambas as oportunidades, na modalidade de exposição oral.

pelo Governo do Distrito Federal nas cidades do Gama e de Taguatinga,² mediante a realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres beneficiárias, residentes nessas localidades e técnicos(as) vinculados(as) ao Centro de Referência de Assistência Social das duas cidades, além do Centro de Referência Especializado de Taguatinga.³ A pesquisa⁴ buscou conhecer o funcionamento do Programa, dos equipamentos socioassistenciais envolvidos em sua implantação e sobre suas repercussões na vida das mulheres e de suas famílias, no campo da educação, da saúde e da equidade de gênero, a partir da opinião das entrevistadas (TEIXEIRA, 2008). Nesta oportunidade, tratou-se de examinar, desde a perspectiva das mulheres beneficiárias do Programa, em que medida e como a iniciativa contribui com a confrontação das desigualdades de gênero.

O artigo foi organizado tendo como ponto de partida uma breve discussão sobre as relações e perspectivas de pensar a política social na ótica das relações sociais de gênero. Procurou-se, em seguida, discutir a dinâmica política do Distrito Federal e suas particularidades na área “social” e, a partir desse referencial, examinar a experiência do PBF nas cidades escolhidas. Assim, apresentando o perfil das mulheres beneficiárias entrevistadas, com suas dinâmicas familiares e o uso do tempo, as autoras objetivaram identificar as (possíveis) repercussões do PBF/PVM no sentido de fortalecimento das mulheres e de maior igualdade de gênero.

2 Sem dispor de autonomia político-administrativa, as cidades que compõem o Distrito Federal – denominadas inicialmente de cidades-satélites e depois alçadas a Regiões Administrativas (RAs) – eram em número de 19, em 2000 (Brasília, Lago Sul, Lago Norte, Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará, Candangolândia, Cruzeiro, Riacho Fundo, Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas), tendo alcançado o número de 29 RAs, dez anos depois. O programa está em execução em todas estas regiões, segundo o Diagnóstico Social (GDF/Subplagi, 2009).

3 As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para realização da análise. Além disso, se utilizou no processo de coleta de dados, de diário de campo, elaborados após todas as visitas às instituições.

4 A pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, em conformidade com a Resolução nº 096/96, do CNS. Contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Edital nº 57/2008 e, do Programa de Iniciação Científica – Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília. Nas entrevistas utilizou-se do Termo de Consentimento Livre e esclarecido, que foi lido e entregue a cada um(a) das(os) entrevistados(as), no início do encontro.

As mulheres como sujeitas da política – desigualdade de gênero e os desafios à política social

As mobilizações em torno da demanda por direitos para as mulheres ensejaram, a partir do último quarto do século XX, uma série de conquistas e de compromissos junto aos governos no sentido da adoção de medidas práticas de combate às desigualdades de gênero e às discriminações contra as mulheres no âmbito das políticas públicas (BANDEIRA, 2005; BRASIL, 2004; MARSON, 1996; SCOTT, 1998; SOARES, 1994). Paulatinamente, os governos passaram a incluir no escopo das políticas sociais, programas para mulheres e/ou de gênero.⁵ Essas inúmeras iniciativas também implicaram em mudanças de natureza legislativa num contexto de enfrentamento e diálogo com os movimentos feministas e de mulheres. Ainda que significativas, essas mudanças não lograram alterar substantivamente os níveis preocupantes de desigualdade entre mulheres e homens.

No que diz respeito especificamente à pobreza, dados analisados em diferentes estudos indicam que a renda masculina é superior à feminina, para todos os tipos de famílias, em qualquer situação que se examine. Ou seja, a pobreza afeta mulheres e homens, negros e brancos, de modo e em graus distintos, sendo as mulheres, e em especial as mulheres negras, o grupo populacional mais diretamente afetado pela pobreza e pela falta de acesso aos bens e serviços no Brasil (TEIXEIRA, 2008).

Segundo dados do Anuário das Mulheres Brasileira 2011 (DIEESE, 2011, p. 44), as mulheres representavam 13,3% da população de desocupados nas regiões metropolitanas, enquanto os homens alcançavam o percentual de 8,1%; essa diferença é ainda mais marcante no caso das mulheres negras que representavam 15,5% dos desocupados frente a 8,9% dos homens negros e 7,2% dos não negros.⁶ Já os dados referentes ao Distrito Federal sobre o rendimento médio real dos desocupados por sexo, segundo o nível de instrução, mostram que o acesso desigual à renda é uma realidade que persiste independente do nível de instrução. Em novembro de 2010, o salário dos homens com Ensino Fundamental incompleto alcançou o patamar de um mil e trinta e cinco reais (R\$1.035,00) frente aos quinhentos e noventa

5 De acordo com Bandeira (2005, p. 9), a política para a mulher tem uma “perspectiva restrita, pontual, de menor abrangência, atendendo a demandas das mulheres, mas sem instaurar uma possibilidade de ruptura com as visões tradicionais do feminino”; enquanto a política de gênero implica uma “perspectiva relacional e crítica”.

6 Pretos e pardos, e brancos e amarelos, conforme IBGE, respectivamente.

e três reais (R\$593,00) percebidos pelas mulheres. Esta desigualdade é também relevante no caso de pessoas com nível superior, cinco mil e nove reais (R\$5.009,00) o rendimento médio de homens ocupados, e três mil, quinhentos e quarenta e sete reais (R\$3.547,00) o de mulheres com mesmo grau de instrução.

Como revela o estudo de Melo (2005, p. 28), famílias que têm mulheres como referência “sem companheiro e com filhos pequenos, são as que apresentam os menores rendimentos mensais de toda a estrutura ocupacional nacional”. Os dados indicam que há, sem dúvida, uma sobrerrepresentação das mulheres entre os pobres, no sentido de existir maior pobreza entre as mulheres ou entre as famílias cujas pessoas de referência sejam mulheres. Não se observa, porém, neste momento, um crescimento (absoluto ou relativo) da pobreza no universo feminino ao longo do tempo, ou seja, a feminização da pobreza (COSTA et al., 2005; MELO, 2005). Neste sentido, chama a atenção o cenário apontado pelo Ipea em estudo recente que revela o crescimento das famílias monoparentais femininas entre a população considerada pobre (OSORIO et al., 2011).

No campo da política social, esse contexto coloca como questão central a incorporação da transversalidade de gênero, no sentido de “incorporar la perspectiva de las relaciones existentes entre los sexos en todos los procesos de decisión y hacer que todos los procesos de decisión sean útiles a la igualdad de oportunidades”⁷. Só assim viabiliza-se uma efetiva contribuição na melhoria das condições de vida e aumento da autonomia das mulheres. A transversalidade de gênero implica no caso das políticas voltadas ao enfrentamento da pobreza, dentre as quais se destaca a política de assistência social, e dentro desta os programas de transferência de renda, sendo esta uma questão fundamental como está assinalado na Política Nacional de Assistência Social (Pnas). Ao reconhecer a família como elemento central “para concepção e implantação dos benefícios e programas”, a Pnas a caracteriza “como um espaço contraditório, cuja dinâmica de convivência é marcada por conflitos”. Conflitos esses, muitas vezes permeados por aspectos discriminatórios e hierárquicos que podem resultar em situações de violência intrafamiliar, nas quais mulheres, crianças e idosos aparecem como as maiores vítimas. Como assinala Di Marco:

7 No original: “incorporar la perspectiva de las relaciones existentes entre los sexos en todos los procesos de decisión y hacer que todos los procesos de decisión sean útiles a la igualdad de oportunidades”.

No âmbito familiar, os conflitos se devem a uma multiplicidade de causas, porém uma dimensão relevante está conformada pelas práticas de muitas mulheres que, ainda de forma ambígua e contraditória, exigem o respeito de seus direitos e um lugar próprio no sistema de autoridade familiar, o que ocasiona frequentes conflitos com seus companheiros homens, que sentem ameaçadas suas concepções e práticas tradicionais, até tal ponto “naturalizadas”, que qualquer proposta de modificação resulta inconcebível e é contestada até com violência” (2005, p. 107).⁸

Em se tratando de assistência social, são exatamente as mulheres, idosos e crianças, aquelas “pessoas que se encontram em desvantagem pessoal, resultante de diferentes formas de violência no núcleo familiar”, a quem a Pnas prevê proteção.

Nessa perspectiva, o programa pode assumir lugar estratégico no enfrentamento da situação de pobreza em que vivem as mulheres, em especial, aquelas que são responsáveis por seus núcleos familiares e na promoção de sua autonomia. Os desafios para alcançar êxito nessa direção não são poucos, seja pelos limites colocados ao programa enquanto política focalizada ou pela incipiente incorporação da transversalidade de gênero na política pública brasileira e que marca também profundamente a política de assistência social (CAMPOS; MIOTO, 2003; GARCIA, 2006; RIBERO, 2003; SENNA, 2007; SUÁREZ et al., 2007; STEIN, 2005; TEIXEIRA, 2007; 2008).

Examinemos agora os dados coletados na investigação supracitada, de maneira a caracterizar o PBF no Distrito Federal e, em seguida, as mulheres beneficiárias entrevistadas, que residem em Taguatinga e Gama (Regiões Administrativas do DF, onde se realizou a investigação). A partir desta caracterização, analisamos a dinâmica familiar e o modo como essas mulheres organizam o uso de seu tempo, procurando-se então apontar elementos que revelam a importância que tem o Programa no cotidiano delas e no enfrentamento das desigualdades de gênero.

8 No original: “En el ámbito familiar los conflictos se deben a una multiplicidad de causas, pero una dimensión relevante está conformada por las prácticas de muchas mujeres que, aun de forma ambigua y contradictoria, exigen el respeto de sus derechos y un lugar propio en el sistema de autoridad familiar, lo que ocasiona frecuentes conflictos con sus compañeros varones, que sienten amenazadas sus concepciones y prácticas tradicionales, hasta tal punto “naturalizadas”, que cualquier propuesta de modificación resulta inconcebible y es contestada hasta con violencia” (DI MARCO, 2005, p. 107).

Para melhor entender a dinâmica assumida pelo PBF, e pela política social de modo geral no DF, é importante considerar a disputa político-eleitoral instalada na capital federal, a partir de sua autonomização política e as características da democracia candanga pós-Constituição.

Democracia e coronelismo na Capital da Esperança⁹

O novo estatuto político-administrativo de Brasília, decretado pela Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988), marca profundamente a operacionalização do PBF na capital e ajuda a entender o pouco enraizamento do Programa e a incipiente repercussão que assume na vida das famílias beneficiadas.

O primeiro e talvez mais relevante aspecto dessa questão relaciona-se ao fato do primeiro programa de transferência de renda implantado no DF, o Programa Bolsa Escola, ter se materializado sob o comando da administração petista, em sua primeira passagem pelo Palácio do Buriti, no final da década de 1990¹⁰ e a repercussão conquistada pelo referido programa interna e externamente.¹¹

A interrupção da embrionária experiência de gestão participativa, instalada pelo governo petista, com o retorno ao Executivo local – via eleição direta – de um representante da ala mais conservadora do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – que governara o DF no período de redemocratização, devido à indicação presidencial – significou simultaneamente o desmonte das iniciativas implantadas pelo governo petista de Cristovam Buarque e o início de um processo intensivo e extensivo de coronelização e clientelismo da política local, nos termos destacados por Leal (1975, p. 20):

O “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. (...) Desse compromisso fundamental resultam

9 Denominação dada à nova capital brasileira, em seu hino oficial, composto por capitão Furtado, à época de sua fundação.

10 Antes, portanto, do PBF.

11 Vale destacar que, após o pioneirismo da cidade de Campinas (SP), em gestão tucana, o DF foi o segundo na implantação desse tipo de iniciativa no país, ainda no final da década de 1990.

as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais.

Nesse cenário, sob o arcabouço da democracia representativa, ganharam projeção ações no campo da assistência social e da política de ocupação urbana, orientadas para a construção de vínculos de fidelidade política e de currais eleitorais, antes que de afirmação de direitos e de cidadania. Depoimento de um morador da cidade-satélite de Santa Maria, como são conhecidas as regiões administrativas que compõem o Distrito Federal, colhido por Silva (1999), revela como essa relação se construiu sob o governo do peemedebista:

O cozinheiro Antônio Pereira dos Santos é o típico eleitor do governador Joaquim Roriz. Mineiro de Januária, desembarcou numa das cidades-satélite de Brasília, no começo dos anos 70. Chegou com a mulher, Dalvina, três filhos pequenos e o sonho da casa própria. Conseguiu realizá-lo em 1991. Ganhou um lote em Santa Maria, um dos assentamentos populares na periferia da capital federal. Promessa de campanha de Roriz, o pedaço de terra foi entregue depois da vitória nas urnas. “Aqui em casa são dez pessoas e dez votos para o Roriz”, diz Santos. Quase 100 mil pessoas vivem hoje em Santa Maria. Os problemas decorrentes da distribuição de lotes apareceram em 1994, no governo de Cristovam Buarque.

É Silva também quem nos oferece uma descrição do governador Joaquim Roriz e do modelo político que ganhou expressão na capital federal brasileira, após sua autonomia político-administrativa:

Joaquim Roriz tornou-se o político mais poderoso e popular da História de Brasília desde o ex-presidente Juscelino Kubitschek, fundador da cidade, por distribuir o que não lhe pertence. Ainda no primeiro mandato, descobriu que poderia dar lotes a famílias pobres. No início, foram beneficiadas apenas pessoas que moravam no Distrito Federal. Logo a notícia se espalhou pelo país e os 30 mil terrenos iniciais foram insuficientes. No total, cerca de 140 mil lotes foram distribuídos. O resultado foi um inchaço da zona urbana do Distrito Federal com o surgimento de dez novas cidades. São hoje o maior reduto eleitoral de Roriz. No ano passado, teve 537 mil votos e venceu a disputa contra o então governador Cristovam Buarque (PT) por uma diferença de 36 mil eleitores. Nos últimos meses,

o governador passou a distribuir passagens para que as famílias voltem às regiões de origem (...). A população do Distrito Federal aumentou 13,5% entre 1991 e 1996. Só em Santa Maria, o crescimento foi de 492%. A violência cresceu na mesma proporção. Na última campanha, Roriz estimulou os moradores das cidades-satélite a não pagar o IPTU. Prometeu cancelar a cobrança do imposto instituído por Buarque. Eleito, mudou o discurso. Continuou a cobrar o tributo e vetou um projeto da Câmara Distrital que anistiava os devedores dos últimos três anos. Também suspendeu o programa Bolsa-Escola, a joia da coroa da gestão de Buarque. Em vez de distribuir um salário mínimo (R\$ 136) por família de baixa renda que mantenha os filhos na escola, o governo Roriz entrega cesta básica, uniforme e material didático. Bem ao seu estilo (SILVA, 1999).

Os programas de transferência de renda ganharam destaque e se tornaram objeto de disputa em função desse contexto.¹² Assim, a transferência de renda – uma iniciativa, difundida nacional e internacionalmente, como marco das novas formas de intervenção estatal no campo da política social, pautada na racionalidade do bom uso dos recursos públicos – ganha cores próprias na capital federal, como ferramenta estratégica de consolidação do arcaísmo político tão tradicional do Brasil, no recém-autonomizado Distrito Federal.

Esse quadro político-administrativo se vê coroado pela implantação de uma política de recursos humanos nos serviços públicos caracterizada por vínculos temporários e instáveis, que obstaculiza atuações autônomas e comprometidas com a garantia de direitos da cidadania. Nas unidades de atendimento da assistência social que atendem à população e realizam o cadastramento, essa realidade se traduz na disponibilização de um quadro funcional encolhido sistematicamente e composto por funcionários comissionados em sua esmagadora maioria. Por ocasião da pesquisa, esse cenário se mostrava ainda mais agravado em virtude da ausência de equipamentos de informática necessários para a operacionalização

12 Vale assinalar que a lógica de higienização urbana, que marca historicamente o Distrito Federal, gerou um número significativo de cidades-satélites sendo a mais emblemática delas a cidade de Ceilândia. Criada ainda na década de 1970, como resultado da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), iniciativa que lhe rendeu o nome, Ceilândia é hoje a cidade mais populosa do DF com cerca de meio milhão de habitantes. Esse processo, que ganhou novo impulso, na década de 1990, com a chegada de Joaquim Roriz ao poder e a criação de novas cidades, provocou um adensamento urbano sem precedentes no DF, e a necessidade da utilização de novas estratégias de manutenção dos vínculos e lealdades políticas daqueles novos contingentes de eleitores.

de procedimentos fundamentais do programa, como o CadÚnico. Esse é um aspecto que se mostra importante nessa dinâmica, como mais uma ferramenta para a operacionalização do clientelismo político, e que se reflete profundamente no funcionamento do programa, como se verá adiante. Antes, porém, tratemos de examinar as condições socioeconômicas e familiares das beneficiárias, contatadas durante a pesquisa, assim como suas dinâmicas de organização do uso do tempo, a partir do que refletimos acerca das repercussões do programa, na perspectiva do fortalecimento dessas mulheres e promoção da igualdade de gênero.

Transferência de renda no Distrito Federal: breve caracterização do Vida Melhor

Parte integrante do Programa Fome Zero, o Programa Bolsa Família (PBF) prevê a atuação articulada do governo federal e governos municipais para sua execução.¹³ A formulação, o financiamento e parte da gestão do Programa ficam sob a responsabilidade do governo federal; já os municípios têm de alcançar os Índices de Gestão Descentralizada (IGD) do Programa Bolsa Família, condicionalidade regulamentada pela Lei nº 12.508, de 13 de outubro de 2009, para o recebimento da verba destinada ao PBF, além de monitorar as condicionalidades, realizar o cadastramento na base da Caixa Econômica Federal (CEF) e oferecer as atividades complementares. O programa objetiva transferir renda a famílias pobres e extremamente pobres, cuja renda per capita não ultrapasse R\$ 140,00 e que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e tenham em sua composição, crianças entre três e 12 anos ou adolescentes até 17 anos, gestantes e nutrízes. O valor do benefício varia de acordo com a situação de vulnerabilidade e com o número de filhos e idade destes (BRASIL, MDS, 2009).

No Distrito Federal, o PBF se concretiza, atualmente, como componente do Programa Vida Melhor (PVM),¹⁴ instituído pela Lei nº 4.028, de 25 de

13 Esse formato que atribui protagonismo aos municípios para a concretização da proposta prevê também a possibilidade das administrações locais incluírem novos serviços e atividades, além de complementação financeira, de acordo com as necessidades e a realidade de cada um.

14 O Bolsa Família no DF foi operacionalizado sob diferentes denominações – Renda Minha, Renda Cidadania, entre outros – possibilidade essa prevista na normativa federal e sistematicamente utilizada pelas sucessivas administrações de oposição ao governo federal (Ver: <<http://portal.brb.com.br/para-voce/sobre-o-brb/responsabilidade-social/programas-sociais>> e <http://www.sedest.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=13020>).

setembro de 2008, e regulamentado pelo Decreto nº 29.975, de 27 de janeiro de 2009, na modalidade de Bolsa Social (BS) e Bolsa Escola (BE). De acordo com a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal (Sedest), o Programa Vida Melhor é uma política de assistência social, criada com o objetivo de unificar procedimentos, ações e programas de segurança alimentar e de transferência direta e indireta de renda, cuja maioria de suas ações ampara prioritariamente famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

O PVM “consiste na unificação dos procedimentos de gestão e das ações de segurança alimentar e de transferência de renda direta e indireta do Governo do Distrito Federal” e é composto pelas ações Nutrindo a Mesa, Cesta Verde, Isenção de Tarifas Públicas, Restaurante Comunitário, Bolsa Escola, Bolsa Social e Bolsa Alfabetização, sendo as três últimas, ações de transferência de renda direta.¹⁵ Os valores pagos em agosto de 2011, pelo programa estavam assim definidos: R\$ 70,00 – pelo Benefício Básico, pago a famílias extremamente pobres (com renda mensal per capita de até R\$ 70,00); trinta e dois reais – R\$ 32,00 – como Benefício Variável (pago de acordo com o número de crianças, com o limite de cinco variáveis) e R\$ 38,00 – como Benefício Variável Jovem (pago aos adolescentes de 16 e 17 anos de idade, com o limite de duas variáveis). De acordo com essas definições, os valores a serem recebidos por cada família podem ser, então, de R\$ 32,00 a R\$ 306,00.¹⁶

As mulheres são priorizadas pelo PVM na concessão do benefício, do mesmo modo que no PBF. De acordo com a Lei nº 4.028, de 25 de setembro de 2008, que instituiu o Programa Vida Melhor, em seu art. 12, § 3º, “o pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher”.

15 Os benefícios de transferência de renda direta – Bolsa Escola e Bolsa Social – consistem em apoio financeiro mensal, cujos valores, assim como o PBF, variam de acordo com a composição familiar, ou seja, número de filhos e se estes estão ou não em idade escolar. As famílias atendidas devem possuir renda familiar per capita não superior a meio (1/2) salário mínimo mensal, ou seja, duzentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos (R\$ 272,50), repassando valores. Em caso de ser incluída no PVM, a família pode receber o Bolsa Escola, que consiste em um valor de R\$ 130,00 para famílias com até um (01) filho em idade escolar; R\$150,00 com até dois filhos; e R\$ 180,00 para famílias com três ou mais filhos em idade escolar, e o Bolsa Social beneficia famílias sem filhos em idade escolar, com uma pecúnia mensal no valor de R\$ 130,00. Valores referentes à época da análise dos dados, ocorrida em 2011. Disponível em: <http://www.sedest.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=14638>.

16 Dados retirados do Portal do Ministério de Desenvolvimento Social (www.mds.gov.br), em 08/2011. Dados referentes a famílias beneficiárias com renda mensal per capita de R\$ 70,01 a R\$ 140,00.

O PVM apresenta, entretanto, diferenciais frente ao PBF nacional, que se referem à contrapartidas, assim como ocorre com o valor financeiro (maior) repassado. O Decreto nº 29.975, de janeiro de 2009, aponta como contrapartidas adicionais, específicas do PVM e de caráter obrigatório: a participação dos membros das famílias beneficiadas, maiores de 18 anos, em atividades voltadas para qualificação e requalificação profissional, em pré-natal, erradicação do analfabetismo e aleitamento materno, e a inscrição dos desempregados no Sistema Nacional de Emprego (Sine). Essa peculiaridade do programa do DF sinaliza um avanço importante no sentido de vincular assistência e trabalho, podendo gerar resultados positivos para as mulheres. A dimensão da condicionalidade constitui, entretanto, uma questão que pode ser questionada.

Sobre essas contrapartidas específicas, porém, as entrevistadas jamais as mencionaram, o que leva a supor que, embora incluídas na formulação do PVM, não são efetivadas ações nesse sentido. Como as ações que integram o Vida Melhor se materializam e repercutem na vida das mulheres residentes em Taguatinga e Gama é o que procuramos saber com a pesquisa e discutiremos em seguida.

O único Centro de Referência de Assistência Social existente no Gama, a quem compete materializar as ações de proteção social básica, desenvolve ações junto às mulheres e famílias beneficiárias que incluem a disponibilização de informações referentes a esses e outros programas e iniciativas existentes no âmbito da assistência social, por meio da realização de reuniões mensais e o preenchimento do formulário do Cadastro Único. Esses formulários, preenchidos manualmente, são posteriormente enviados à Subsecretaria de Transferência de Renda, responsável pela inclusão dos dados no CadSuaS e monitoramento do processo de concessão (ou) dos benefícios, o que inclui eventuais visitas domiciliares. Essa forma de organização do trabalho gera transtornos permanentes à equipe das unidades socioassistenciais, que incluem além da morosidade no processo de inclusão de novos beneficiários (potenciais), a desinformação sobre o andamento dos processos, a perda de documentos e a segmentação das ações.

Famílias, adolescentes e crianças beneficiadas pelos programas, e identificadas como em “situação de violação de direitos” são encaminhadas para atendimento no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas). Localizado no mesmo espaço físico que o Cras local, cabe a ele oferecer a essas pessoas atividades de acompanhamento individual e em grupo.

No caso de Taguatinga, essas unidades socioassistenciais – Cras e Creas – localizam-se em espaços físicos distintos, o que contribui para dificultar sua articulação. Nas entrevistas realizadas com profissionais que atuam no Creas desta cidade chamou a atenção o grau de desconhecimento e/ou desinteresse da equipe acerca da condição de beneficiárias do PBF/PVM das mulheres ali atendidas. O que sinaliza para a grandeza dos desafios colocados à política de assistência social, para articular os distintos níveis de atenção, concretizados via Cras, Creas e demais equipamentos e serviços socioassistenciais.

Outros serviços avaliados positivamente pelas beneficiárias entrevistadas, como educação e saúde, não o foram, todavia, a partir de sua vinculação ao Vida Melhor. Como se constatou também, a partir das entrevistas, as ações voltadas para a capacitação e geração de emprego e renda, previstas no desenho local do programa, são esporádicas e atingem um percentual reduzido de mulheres. Ademais, não logram garantir condições materiais para que as mulheres transformem os conhecimentos adquiridos em fonte de renda. Persiste, a exemplo da tendência que marca a política social brasileira, contemporânea, a fratura entre assistência e trabalho e a incapacidade das iniciativas romperem o circuito assistencial.

No que se refere à transversalidade de gênero, as entrevistas realizadas não revelaram nenhuma iniciativa particular em que tal preocupação se coloque. Antes, apontaram que, assim como nas iniciativas sob o escopo dessa política, entre as próprias mulheres beneficiárias prevalece uma visão das configurações familiares e das relações de gênero com forte conteúdo *familista* e *maternalista* com uma naturalização da inserção subordinada das mulheres e sua responsabilização pelo grupo doméstico e o trabalho da reprodução (MIOTO, 2008; MOLYNEAUX, 2006; TEIXEIRA, 2008; 2010).

Como se pode constatar com a realização das entrevistas, isso se traduz muitas vezes em uma cobrança, inclusive por parte do Estado, representado por seus agentes (operadores, professoras, médicas, enfermeiras, assistentes sociais e outros profissionais que atuam nesses equipamentos públicos). As mulheres são cobradas e discriminadas em função do cumprimento dessas condicionalidades, o que revela a importância que a essas se atribui como “gestoras da vida” (MEYER, 2005).

Como destaca a autora, em outro texto, em que analisa a principal iniciativa da Proteção Social Básica da Assistência Social, o Programa de Atenção Integral à Família (Paif):

(...) a noção *de indivíduo mulher-mãe* parece supor, com força renovada, a existência de *um ser que incorpora e se desfaz em múltiplos* – a mãe como parceira do Estado, a mãe como agente de promoção de inclusão social, a mãe como provedora do núcleo familiar e a mãe como principal produtora de cuidado, educação e saúde de suas crianças. A multiplicação de capacidades, atributos e funções maternas implica, pois, a necessidade de inserir mulheres no âmbito de redes de saber e poder que as eduquem, desde muito cedo, a viver sua vida como mulher e como mãe de determinados tipos (MEYER, 2008, p. 4).

Não foi possível, pois, identificar dentre as ações e serviços oferecidos às mulheres beneficiárias, pelo Cras e Creas, nas duas Regiões Administrativas, nada que revelasse a incorporação em tais iniciativas uma visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) pautadas pela matriz transversalidade de gênero. A atenção integral aos usuários e a materialização dos objetivos propostos na Pnas, em especial no que se refere às mulheres e à desigualdade de gênero, permanecem assim como metas, que não se materializaram (BANDEIRA, 1996; 2005; BRASIL, 2004).

Em síntese, a articulação das ações desenvolvidas pelos diferentes órgãos encarregados de concretizar a política de assistência e o programa Vida Melhor, nas RAs do Gama e de Taguatinga permanece em nível de meta e desafia a história recente da área no DF, fustigada por renitente falta de quadro de pessoal próprio e práticas calcadas no clientelismo e coronelismo, que se incutiram na máquina pública distrital, ao longo de seu recente período de vivência democrática.

A contratação recente, por concurso público, de profissionais necessários à implantação das ações nessa área, ainda não permitiu a conformação de um novo cenário em termos dos contornos da política segundo os princípios consagrados nos documentos que a normatizam (Constituição Federal, Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e Plano Nacional de Assistência Social (Pnas), Norma Operacional Básica do Suas – NOB-Suas, dentre outros) e em outras diretrizes políticas, como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Mas é um alento diante do cenário que se conformou ao longo das últimas décadas, nessa área, no DF.

Ações que busquem o combate às desigualdades de gênero e a garantia do fortalecimento e da autonomia das mulheres revelam-se um desafio de grandes proporções para a política de assistência social e o PBF, no Distrito Federal. A atenção integral aos usuários e a materialização dos objetivos

propostos no Pnas, em especial no que se refere às mulheres e à desigualdade de gênero, permanecem como metas, que não se materializaram.

No que tange à avaliação pelos(as) beneficiários(as) do PBF/VM, a análise das informações coletadas na pesquisa revela que a centralidade dada à mulher pelo Programa Bolsa Família/Vida Melhor não consegue superar o enfoque que reconhece a mulher exclusivamente por sua função materna e com o cuidado. Como expresso durante algumas entrevistas, nas poucas atividades oferecidas pelo Cras, por exemplo, há uma cobrança para que as mães participem na vida do filho e garantam o cumprimento das contrapartidas exigidas pelo programa.

Há uma resignificação discursiva por parte do Estado, gritante no caso das políticas dirigidas às mulheres, que eles chamam de vulneráveis, aquelas que têm se afastado das normas morais e dominantes ou que têm sido particularmente excluídas pelo modelo neoliberal. O caráter maternalista desse tipo de programa tem o papel de moralizador e normatizador das relações familiares, ou seja, de “educar” as mulheres da periferia a serem boas mães (MEYER, 2005; 2008).

Esse cenário demonstra a importância que podem vir a assumir as atividades do Programa Vida Melhor como, por exemplo, aquelas voltadas para qualificação e requalificação profissional. Por esporádicas, as iniciativas existentes, não atendem às beneficiárias que, raramente, segundo informaram, são convidadas a participar de algum evento ou curso de qualificação profissional. Todavia, são essas as iniciativas que poderiam efetivamente representar uma possibilidade de inserir essas beneficiárias no mercado de trabalho.

Outro impeditivo para romper com esse ciclo, apontado nas entrevistas é a falta de vagas nas creches públicas. Muitas das beneficiárias entrevistadas encontravam-se em listas de espera para conseguir uma vaga para seus filhos pequenos e como disse uma entrevistada: – “A gente não tem onde deixar os filhos da gente para trabalhar e aí com a creche a gente consegue[ria] trabalhar e sustentar a família, pelo menos para quem não tem marido, não tem quem ajude”.

Breve caracterização das mulheres beneficiárias entrevistadas

Durante a pesquisa foram realizadas, nas duas Regiões Administrativas, 33 entrevistas com beneficiários – sendo 32 beneficiárias do sexo feminino, um do sexo masculino – e uma entrevista com a esposa do único homem

titular do benefício entrevistado. A maioria das beneficiárias entrevistadas – 62,5% ou 20 das 32 mulheres – tinha entre 21 a 39 anos, o que se explica pela prioridade dada, na distribuição do benefício a famílias com crianças e adolescentes até 17 anos. Em termos de composição familiar, pode-se identificar que a somatória do número de filhos do conjunto de 34 entrevistadas totalizou 40 pessoas, sendo a metade dessas, crianças com até 12 anos. Com relação à conjugalidade, sete das 16 entrevistadas responderam ser casadas ou ter companheiro no momento das entrevistas. Ou seja, diferentemente da situação identificada por vários estudos sobre pobreza e gênero, parte expressiva das beneficiárias entrevistadas – quase 45% delas estavam inseridas em relações de conjugalidade.

Em termos do perfil educacional, observou-se que, dentre as 17 pessoas entrevistadas, somente duas informaram ter concluído o Ensino Médio. Dos demais, nove tinham o Ensino Fundamental incompleto (entre estes o beneficiário), cinco havia concluído esta etapa e uma cursava o Ensino Médio, na época da entrevista.

A baixa escolaridade das beneficiárias, somada à falta de experiência profissional e à ausência de pessoas e de equipamentos públicos, como creches e escolas de tempo integral que se encarreguem do atendimento de seus filhos, tornam a entrada no mercado de trabalho formal uma meta inatingível. A maioria esmagadora das entrevistadas, assim como os demais integrantes de seus grupos domésticos, encontravam-se inseridos precariamente no mercado de trabalho, quando não vivenciam diretamente o desemprego.

No que se refere à dinâmica das famílias, as questões da entrevista procuraram abranger a tomada de decisões, a divisão de tarefas e o uso do tempo (ARAÚJO; SCALON, 2005; BRUSCHINNI, 2007; DEDECCA, 2008a; 2008b; PRIETO, 2007).

Assim procurou-se saber das entrevistadas que tipo de questões geram debates entre integrantes da família e quais estratégias eram utilizadas para a resolução das eventuais diferenças. Quatorze dentre as 17 pessoas entrevistadas apontaram, como temas que originam debate no seio da família, questões do universo doméstico tais como a educação e o cuidado dos filhos (cinco das entrevistadas) e a divisão das responsabilidades com as despesas domésticas (duas dentre as 14). Temas relacionados à dinâmica da sociedade atual, como a violência, e ao acesso a políticas públicas foram apontados por outras sete entrevistadas, em proporções iguais. Vale destacar que, entre as três entrevistadas que afirmaram inexistir qualquer tema que provoque

debate entre os integrantes da família, uma apontou o “diálogo” como o caminho para a solução de eventuais conflitos. Essa foi a estratégia apontada também por outras oito das 17 pessoas entrevistadas, quando indagadas sobre estratégias utilizadas pela família para a resolução de diferenças.

Questionadas sobre a quem competia na família a responsabilidade de manutenção das contrapartidas demandadas para continuarem a receber o benefício, 14 dentre as 16 entrevistadas, informaram ser elas próprias quem arcavam com essa responsabilidade, decidindo ainda questões como matrícula na escola, participação em reuniões ou frequência ao centro de saúde. Ou seja, assim como assinalado por Torns (2007, p. 271), sobre a realidade na Europa, tem se evidenciado, progressivamente, “o desigual uso do tempo entre homens e mulheres, a maior feminização das tarefas doméstico-familiares e a escassa participação masculina nas mesmas”.¹⁷

O único beneficiário entrevistado informou, que em sua casa cabia a ele tais responsabilidades. Duas entrevistadas indicaram partilhar tanto as decisões quanto a responsabilidade de garantir a efetivação das contrapartidas, apontando uma filha e o companheiro, como as pessoas que participavam dessas tarefas.

Ou seja, ainda que quase metade das mulheres beneficiárias entrevistadas estivesse casada ou convivendo maritalmente com companheiros, à época das entrevistas, é delas, fundamentalmente, a responsabilidade de decidir as questões referentes às crianças e de garantir a efetivação das condicionalidades.

Usos do tempo e reprodução social – as mulheres e o trabalho do cuidado

A pesquisa atentou ainda para questões relacionadas à dinâmica das relações familiares e do uso do tempo, na perspectiva de melhor compreender as repercussões associadas à inserção no Programa na vida cotidiana das mulheres e em suas dinâmicas familiares, procurando-se identificar a presença e o manejo que fazem de conflitos e violências e o uso de tempo.

As mudanças ocorridas no campo da política social, sob a influência do modelo neoliberal, entre outras mudanças, têm implicado na transferência das responsabilidades estatais para a sociedade, e particularmente para a família que, revalorizada, emerge como sujeito ativo e fundamental na provisão de

17 No original: “el desigual uso del tiempo de entre hombres y mujeres, la mayor feminización de las tareas doméstico-familiares y la escasa participación masculina en las mismas.”

bem-estar. Observa-se na assistência social uma das características centrais da política social contemporânea, como bem demarca Carvalho (2000, p. 16):

(...) um particular acento nas microssolidariedades e sociabilidades sociofamiliares pela sua potencial condição de assegurar proteção e inclusão social.

Os serviços coletivos – implementados pelas políticas sociais – estão combinando outras modalidades de atendimento ancoradas na família e na comunidade.

Assiste-se a um enaltecimento generalizado da instituição família. As políticas, sob o viés familista, diluem “a responsabilidade coletiva da proteção social e recoloca-se em cena a tese da responsabilidade dos indivíduos, ou melhor, de suas famílias na provisão do bem-estar” (MIOTO, 2008, p. 139). Vale destacar que este familismo tem como contraface a politização da maternidade, ou seja, a incorporação da “mulher, como mãe, no centro das “políticas de gestão da vida” nas sociedades ocidentais modernas” (MEYER, 2005, p. 82).

Mais recentemente, estudiosas feministas têm procurado incluir em teorias e tipologias do Estado de Bem-Estar Social análises sobre as relações de gênero e o trabalho não remunerado, de responsabilidade frequentemente das mulheres. Esses estudos apontam a necessidade de considerar a situação das mulheres, cuja cidadania em grande parte está atrelada ao exercício desse tipo de trabalho que, por princípio, já é desmercadorizado (BRUSCHINNI, 2007; DEDECCA, 2008a; 2008b; PRIETO, 2007).

As dimensões de uso dos tempos econômico e social tendem crescentemente a entrar em choque, num contexto marcado pela crise do emprego e pela flexibilização do trabalho. Há, ademais, uma desvalorização desse último além de constrangimentos diversos sobre o tempo de reprodução social das famílias (PRIETO, 2007). Esta circunstância é particularmente significativa quando se tem em conta que, seja em sociedades desenvolvidas, seja em sociedades em desenvolvimento, o trabalho para reprodução social é preferencialmente de responsabilidade das mulheres.

O perfil das beneficiárias e de seus grupos domésticos, assim como as atividades que realizam cotidianamente, revelou como esses fatores impregnam a dinâmica da reprodução familiar e os usos do tempo dessas mulheres. O conhecimento da rotina diária e semanal destas mulheres e beneficiárias permitiu conhecer como organizam seu tempo e qual a dinâmica das relações intrafamiliares em relação às tarefas domésticas e

à inserção em redes sociais diversas. As funções de mães e donas-de-casa ocupam integralmente a rotina diária das entrevistadas. Lavar, cozinhar, arrumar a casa e cuidar das crianças foram as atividades mais recorrentes mencionadas quando se indagou sobre o uso do tempo.

Além disso, o mercado reitera a discriminação das mulheres, seja devido a ausência de força física, seja em razão dos períodos de licença maternidade ou ausência para cuidado dos filhos. Deve-se ter em conta adicionalmente, como destaca Carvalho (2005, p. 267-268), a realidade brasileira pós-1970, quando “a opção das políticas sociais recaiu sobre a mulher e o grupo familiar”, tendo em vista “o desenvolvimento de habilidades e atitudes para melhor gerir o lar, do ponto de vista da economia doméstica e do planejamento familiar”.

De acordo com as entrevistadas, além das longas horas despendidas com a realização de tarefas domésticas no interior de suas casas, ocupam seu dia a dia com o cuidado de crianças e adolescentes para o cumprimento das contrapartidas demandadas pelo Programa. Essa rotina é quebrada eventualmente por um trabalho esporádico, frequentemente como faxineiras diaristas. Como resumiu uma entrevistada a respeito de sua rotina diária: “seis e meia, eu acordo, dou leite pros meninos que eles vão pra aula, aí levo na escola (...) aí volto, vou para o mercado comprar comida (...) aí vou lavar louça, limpar casa, colocar comida no fogo, aí quando dá meio-dia e dez eu volto pra buscar o pequeno”.

A rotina diária de cuidados se concretiza, via de regra, no interior de suas casas. Essas mulheres permanecem a maior parte do tempo no interior de suas próprias casas ou na vizinhança também pela falta de acesso aos transportes públicos. Essa sociabilidade, restrita ao ambiente doméstico e vizinhança, é determinada e quebrada pelas idas a cultos religiosos ou visitas a parentes.

A baixa escolaridade dessas mulheres, somada à falta de experiência profissional e à ausência de pessoas e de equipamentos públicos, como creches e escolas de tempo integral que se encarreguem do atendimento de seus filhos, tornam a entrada no mercado de trabalho formal uma meta inatingível. A dificuldade de inserção nos mercados nacionais de trabalho se traduz, muitas vezes, em acesso a ocupações de baixa remuneração, caracterizadas por jornadas de trabalho extensivas e/ou intensivas.

A maioria esmagadora das entrevistadas, assim como os demais integrantes de seus grupos domésticos, encontravam-se inseridos precariamente no mercado de trabalho, quando não vivenciam diretamente o desemprego. Ademais, essas ocupações ainda são complementadas

por jornadas de trabalho para a reprodução social, também extensivas e/ou intensivas. A maior participação da mulher no mercado de trabalho carrega, portanto, ampliação das suas responsabilidades, estabelecendo, deste modo, a dupla jornada de trabalho, tão denunciada pelo movimento feminista (ARAÚJO; SCALON, 2005; BRUSCHINNI, 2007; PINHEIRO et al., 2006; 2008).

Ainda que o acesso à renda represente um ganho incontestável trazido às mulheres pela inserção no Programa, não logra, porém, produzir alterações estruturais em suas condições de vida. Para a maioria das beneficiárias entrevistadas, o Bolsa Família/Vida Melhor aparece como um aspecto central de seu cotidiano do lado financeiro: embora insuficiente, para quase metade das entrevistadas, ela é a única alternativa de uma renda fixa e previsível, impactando, desse modo, na maneira como lidam e se colocam diante das distintas questões do dia a dia.

As mulheres entrevistadas dispõem de reduzidas oportunidades para usufruírem mais amplamente de círculos menos privativos e mais abrangentes de sociabilidade. As diferentes iniciativas previstas no programa Bolsa Família/Vida Melhor que demandam uma inserção em espaços públicos poderiam constituir-se em locais estratégicos para o exercício de novas sociabilidades. Além de lugar de interação e de troca de experiências, essas atividades podem proporcionar-lhes acesso às informações referentes ao Programa e também sobre direitos sociais.

Os dados coletados nas entrevistas, tanto com beneficiárias como com técnicos, revelaram porém que tais oportunidades não se materializam, visto que tais ações constituem a exceção no cotidiano de funcionamento do programa e, quando ocorrem, são fortemente marcadas pelo viés familista e maternalista (MIOTO, 2008; TEIXEIRA, 2010).

Há que se considerar, pois, que as ideologias de gênero e a divisão do trabalho entre os sexos influenciam a provisão de proteção social e as políticas sociais. Do mesmo modo, os diferentes tipos de Estado de Bem-Estar Social afetam, de maneira distinta as condições de vida de homens e mulheres. No caso das políticas sociais contemporâneas, a prevalência do viés *familista* e *maternalista* na política social tem significado, assim, um custo adicional a ser pago pelas mulheres (GAMA, 2008; MOLYNEUX, 2007; TEIXEIRA, 2008; 2010).

Ou seja, os desafios colocados ao PBF/PVM são de várias ordens. Envolvem tanto a implantação, de fato de iniciativas voltadas ao acesso aos direitos sociais, previstas no programa, como a mudança nas concepções que

sustentam as iniciativas em funcionamento. Questão central nesse contexto é a disponibilização de equipamentos e políticas públicas na área da educação, capacitação e assistência social, capazes de fortalecer, concretamente, as potencialidades dessas mulheres e proporcionar-lhes entrada no mercado de trabalho (MOLYNEUX, 2006).

Ademais, para contribuir em prol da equidade de gênero e não contrariamente a esta, urge pois que o Programa desconstrua e pluralize a concepção de feminino e rompa com as perspectivas que ainda impregnam suas ações, legitimando a responsabilização exclusiva das mulheres pelo cuidado dos filhos, em detrimento, muitas vezes de si próprias.

Considerações finais

Como mencionado anteriormente, o objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar em que medida as ações vinculadas ao programa de transferência de renda – Bolsa Família/Vida Melhor – contribuem para o enfrentamento das desigualdades de gênero e o fortalecimento das mulheres. Revelam-se incontestáveis os benefícios trazidos às mulheres pela inserção no Programa, mesmo sem produzir alterações estruturais em suas condições de vida. Para a maioria das beneficiárias entrevistadas, o Bolsa Família aparece como um aspecto central de seu cotidiano: embora insuficiente, ele é a única alternativa de uma renda fixa e previsível, impactando decisivamente no modo como lidam e se colocam diante das distintas questões do dia a dia.

O baixo enraizamento do Programa na gestão local da capital federal e o viés patrimonialista e clientelista, que marcaram historicamente a política de assistência social do DF, reduzem significativamente as oportunidades de que dispõem as mulheres atendidas pelo Bolsa Família/Vida Melhor para se constituírem como sujeitas de direitos, incluindo-se em círculos menos privativos e mais abrangentes de sociabilidade.

Independente de serem solteiras ou casadas, brancas, negras ou pardas, com muitos ou poucos filhos, as ações ofertadas pelo PRF/VM consistem fundamentalmente em repasse monetário. Além da transferência de renda a estas mulheres, o programa não oferece outra possibilidade para que essas famílias consigam “romper com o ciclo da pobreza” como é previsto. E como bem destacou uma beneficiária “O dinheiro é muito pouco”.

Esses são alguns elementos identificados a partir da análise dos dados coletados, que permitem visualizar as dificuldades e desafios que se colocam

ao programa Bolsa Família, no contexto do DF. Circunstâncias que limitam ainda mais as já reduzidas possibilidades do programa enfrentamento a pobreza e promover a equidade de gênero.

O desafio colocado ao PBF/PVM requer a desconstrução e pluralização da concepção de feminino e a ruptura com as perspectivas que ainda impregnam o programa, legitimando a responsabilização exclusiva das mulheres pelo cuidado dos filhos, em detrimento, muitas vezes de si próprias. Urge assim que se empreendam esforços que permitam que suas ações efetivamente contribuam com a equidade de gênero.

Referências

ARAÚJO, Clara M. de O.; SCALON, Maria C. R. da C. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, 304p.

BANDEIRA, Lourdes. *A incorporação do enfoque de gênero no PAISM*. Aracaju: mimeo. 1996.

_____. *Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas*. Brasília: Cepal/SPM. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/integra_publ_lourdes_bandeira.pdf>. Acesso em: 12/2005.

BARROS, Ricardo Paes de, FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEAS, Gabriel (Org.) *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. V. I. Rio de Janeiro: Ipea, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). *Plano Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2004.

_____. *Bolsa Família: o que é*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/oquee>. Acesso em: 06/2009.

_____. Presidência da República. *Constituição (1988)*. Constituição: República Federativa do Brasil (atual.). 9. ed. Porto Alegre: Corag, 2001.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: SPM, 2004.

BRUSCHINI, M. C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, 2007.

CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. *Revista Ser Social*, v. 1, n. 1, p. 165-190. Brasília: UnB, 2003.

CARVALHO, Maria do Carmo B. (Org.) *A família contemporânea em debate*. 3. ed. São Paulo: Educ-Cortez, 2000.

_____. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, Ana R.; VITALE, Maria A. (Org.) *Família – redes, laços e políticas públicas*, 2. ed., p. 267-276. São Paulo: Cortez/IECe-PUC-SP, 2005.

COSTA, Joana Simões et al. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. *Texto para discussão* n. 1.137. Brasília: Ipea, 2005.

DEDECCA, C. S. Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In: COSTA, Albertina de O. et al. (Org.) *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. V. 1. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 279-298.

_____. Tempo, trabalho e gênero. *Nota técnica*. Rio de Janeiro: UFRJIE. 2008.

DI MARCO, Graciela et al. (Coord.) *Democratización de las familias*. Buenos Aires: Unicef, 2005.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. *Anuário das mulheres brasileiras*. São Paulo: Dieese, 2011.

GAMA, A. S. As contribuições e os dilemas da crítica feminista para a análise do Estado de Bem-estar Social. *Ser Social*, v. 10, p. 41-68, 2008.

GARCIA, Simone Ribeiro. *O “boeing” bolsa família: pouso e decolagem em Aracaju*. Brasília: Agende, 2006.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MARSON, Melina Izar. Da feminista “macha” aos homens sensíveis: o feminismo no Brasil e as (des)construções das identidades sexuais. *Cadernos AEL Mulher, história e feminismo*, n. 3/4, 2. sem./1995-1. sem./1996, p. 69-110. Campinas: Arquivo Edgard Levenroth/IFCH.

MELO, Hildete Pereira de. *Gênero e Pobreza no Brasil*. Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero en América Latina y en el Caribe. Brasília: Cepal/ SPM. 2005. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/GGeneroPobreza_Brasil04.pdf>. Acesso em: 12/2005.

MEYER, Dagmar E. E. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. *Gênero*, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2005.

_____. Maternidades em discurso em uma política de inclusão social. *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. 8 p. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST58/Dagmar_E_Estermann_Meyer_58.pdf>. Acesso em: 01/09/2011.

MIOTO, Regina C. T. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine R.; SANTOS, Silvana M.; MIOTO, Regina C. T. (Org.) *Tendências contemporâneas da política social no capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p.130-148.

MOLYNEUX, Maxine. Mothers at the service of the new poverty agenda: progressa/oportunidades, Mexico's Conditional Transfer Programme. *Social Policy and Administration*. V. 40, n. 4, 2006, p. 425-449.

OSORIO, Rafael Guerreiro et al. *Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009*. Texto para discussão 1.647. Brasília: Ipea, 2011.

PINHEIRO, Luana et al. *Retrato das desigualdades*. 2. e 3. ed. Brasília: Ipea/Unifen, 2006; 2008.

PRIETO, Carlos. *Trabajo, género y tiempo social*. Madri/Barcelona: Complutense/Hacer, 2007.

RIBERO, Ximena B. Las paradojas de la focalización. *Ser Social*, n. 12. Brasília: UnB, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2. Porto Alegre, 1998, p. 522.

SENNA, Mônica de C. M. et al. Programa bolsa família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? *Katálysis*, v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.scieo.br/scieo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802007000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09/2007.

SILVA, Eumano. O tiro que abateu Roriz – Governador não explica morte de servidor e macula biografia marcada por denúncias de clientelismo e populismo. Distrito Federal. *Época*, ed. 82 (13/12/99), 1999, 3p. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/19991213/brasil2.htm>>. Acesso em: 01/09/2011.

SOARES, Vera. Movimento feminista paradigmas e desafios. Revista *Estudos Feministas*, N.E.,1994. Rio de Janeiro: Ciec, Escola de Comunicação da UFRJ, 1994, p. 1124.

STEIN, Rosa H. As políticas de transferência de renda na Europa e na América Latina: recentes ou tardias estratégias de proteção social? Tese de doutorado. Brasília: UnB. Centro de Estudos das Américas, 2005.

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene; TEIXEIRA, Marlene et al. O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero: o desafio de promover o reordenamento do espaço doméstico e o acesso das mulheres ao espaço público. In: SOUSA, Rômulo P. de; VAISTMAN, Jeni. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social no Debate*, n. 5. Brasília, DF: MDS, 2007, p. 19-22.

TEIXEIRA, Marlene. Pobreza, gênero e Assistência Social: reflexões acerca dos desafios das transversalidades de gênero. Anais do CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12, e ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 6. Foz do Iguaçu (PR), out./2007 [digital].

_____. *Os programas de transferência de renda e as mulheres: iniciativas pró ou antiequidade de gênero?* Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq/SPM – Edital 57/2008. Brasília: UnB, 2008 (mimeo).

_____. Equidade de gênero e transferência de renda – As políticas de enfrentamento à pobreza e o cotidiano das mulheres. *Iberoamericana*, v. 40, p. 194-199, 2010.

TORNS, Teresa. El tiempo de trabajo y las relacionaes de género: las dificultades de un cambio ineludible. In: PRIETO, Carlos. *Trabajo, género y tiempo social*. Barcelona: Hacer, 2007.

Repensando el trabajo de las mujeres en los programas de transferencia condicionada de ingresos

Nora Goren

La relación entre género y trabajo en pleno siglo XXI resulta central; ya no se trata de observar qué impactos ejercen los diversos programas en las mujeres pobres, sino de estudiar cómo estas mujeres pueden abandonar la condición de pobreza con trabajo de calidad (OIT, 2011). Esta relación tiene, como telón de fondo, la forma que asume la división sexual del trabajo en las sociedades latinoamericanas, que reserva lo privado y reproductivo a las mujeres y lo público y productivo a los varones. En términos teóricos, en esta división prima la noción de complementariedad entre los sexos, basada en la existencia de roles determinados por la naturaleza, y un modelo familiar tradicional de acuerdo con el cual son las mujeres las que “deben” conciliar trabajo productivo y trabajo reproductivo.

De este modo, este trabajo se propone poner en diálogo la situación de pobreza y los programas de transferencia condicionada de ingresos (PTCI) a la luz de la forma que asume la división sexual del trabajo. Reflexionar sobre ello nos lleva a preguntarnos ¿cómo se entiende la pobreza entre las mujeres?, ¿sobre qué supuestos se diseñan estos programas?, ¿cómo entienden el “trabajo de las mujeres”?, ¿cuáles son las representaciones y estereotipos de género presentes en el diseño de los programas que se han implementado?, ¿cuáles son las características de los mercados de trabajo latinoamericanos?

Para ir dando respuesta a estos interrogantes, el presente texto está dividido en apartados que van dando coherencia a la propuesta. En un primer momento presentamos la perspectiva desde la cual partimos, luego nos centramos en las discusiones sobre la feminización de la pobreza, para luego analizar cómo los programas de transferencia condicionada de ingresos conciben el trabajo de las mujeres.

¿Desde qué perspectiva partimos?

Desde hace un tiempo, en distintos artículos, venimos analizando cómo el Estado, a través de las políticas sociales, otorga sentidos y define identidades sociales y laborales (GOREN 2003; 2008; 2011; 2012; 2013). En esos trabajos previos hemos dado cuenta de que los lineamientos presentes en el diseño de las acciones no se traducen en cristalizaciones categóricas, sino que son resignificados por las y los actores sociales, en un espacio donde conviven dispositivos y estereotipos que reproducen las inequidades con los procesos de cambio que interpelan al orden patriarcal. De esta manera se producen diálogos e interconexiones entre distintos procesos, saberes e imaginarios colectivos con los estereotipos que reproducen la división sexual del trabajo, lo que da lugar a un sinnúmero de tensiones y de paradojas, cargadas de una multiplicidad de sentidos, que dan cuenta de que las implicancias que un programa social tiene en la cotidianidad de las personas y en los objetivos que persigue es, en realidad, el resultado de un entramado complejo y generador de una polifonía de sentidos.

Estos sentidos tienen distintos anclajes. Por un lado, hay un contexto nacional e internacional que se caracteriza por la mayor visibilidad que lograron los derechos de las mujeres; y que está signado, además, por flujos horizontales y verticales tanto del discurso como de la práctica feminista (ÁLVAREZ, 2010). Estos discursos tuvieron la virtud de complejizar los marcos socioculturales; pero por otro lado, coexisten con otros, que parten de los diferentes niveles del Estado, que se tensionan y contradicen respecto del lugar que debe ocupar la mujer.

Además, se evidencia la experiencia adquirida a lo largo de décadas por la articulación/agenciamiento que los sectores subalternos han entablado con los beneficios otorgados por las políticas sociales en contextos políticos y económicos diferentes.

En este marco complejo, las prácticas de las mujeres no se condicen con los mandatos discursivos en los que los distintos “programas” se inscriben, y responden más a una experiencia acumulada, en la que confluyen necesidades, discursos y prácticas políticas, tanto feministas como no feministas.

De esta manera se ponen en diálogo/tensión la estructura y la práctica, donde a través del concepto de agencia podemos dar cuenta – a través de la evidencia empírica – de cómo se ponen en práctica los juegos de poder y resistencia que marcan la relación entre la subjetividad y la estructura social. Este conjunto de factores nos permite observar cómo, dentro de

las estructuras de subordinación en que están inmersas las mujeres, éstas resisten el orden dominante masculino subvirtiendo los significados hegemónicos y reutilizándolos para sus propios intereses y agendas.

Consideramos, por otra parte, que los programas sociales en general y los PTCI en particular no son los que pueden cambiar la estructura económica, ni los elementos que subyacen a la estructura de la economía que producen y reproducen la pobreza, ni pueden cambiar por sí mismos las pautas de funcionamiento del orden patriarcal, pero sí tienen la potencialidad de aportar a los procesos de transformaciones, en los que las desigualdades permanecen, pero conviven con las rupturas e indicios de cambio. En algunos casos se producen corrimientos de las fronteras de género, dando paso a nuevas construcciones y posibilidades.

Formas de abordar la pobreza

La inclusión del término “feminización de la pobreza” aparece de la mano de la discusión sobre la pobreza en el marco de un fuerte desplazamiento que sufrieron, durante los estudios de la “la cuestión social”. De conformar un análisis global del sistema en términos de explotación y reparto, entre otros factores, pasó a constituir un enfoque centrado en el segmento más vulnerable de la población. En este viraje, se comenzó a hablar de exclusión como si fuera un estado dado y no como el resultado de un proceso, lo cual implica la intención de reducirla sin modificar las reglas del juego para todos/as (ROSANVALLON; FITOUSHI, 1997, p. 27).

El telón de fondo de estos cambios fue el proceso de globalización, durante el cual se conformaron nuevas formas de estratificación social y de relaciones sociales. Se disminuyó la importancia de la localización espacial para la realización de las actividades productivas, dado que los flujos y redes de capital tendieron a flexibilizar y, a la vez, desterritorializar la producción con su proceso de desindustrialización y tercerización de la economía, que se ha traducido en un número cada vez menor de empleos estables y bien remunerados y en la proliferación de las actividades informales¹. Estos factores contribuyeron entonces a incrementar el número de personas que vivían en situación de pobreza.

1 Véase entre otros: Borja, J. y Castells, M. (1997); Coraggio, J. L. (2013); Ziccardi, A. (1997).

El concepto de pobreza alude a las necesidades no satisfechas de los individuos, es decir, a las carencias que estos padecen. Si bien no es un concepto nuevo, sufre modificaciones durante la década de los noventa, momento en que el Estado, así como los organismos tanto gubernamentales como no gubernamentales intervienen de manera continuada y sistemática para mejorar la situación de la población, de América Latina, que padece estas carencias. Más nuevo aún es el señalamiento de que las causas y la situación de pobreza misma son diferentes para mujeres y varones y que por lo tanto, se proponen para ellas políticas específicas (GARCÍA; GOMÁRIZ, 1997; FRANCO, 1997).

La revisión de la literatura ha mostrado que existen diferentes perspectivas que privilegian distintos aspectos de la problemática involucrada. Sin embargo, cada vez se observa una mayor coincidencia respecto de que la pobreza es un fenómeno heterogéneo, multidimensional y multifacético, que no puede reducirse al análisis del ingreso o del acceso a un conjunto de bienes de consumo, es decir, a una visión puramente economicista; así, los aspectos culturales, demográficos, sociopolíticos y territoriales o ambientales deben ser incluidos en su estudio. En términos generales, se puede decir que aparecen dos grandes tendencias que explican la presencia de la pobreza en todas las sociedades. Una de ellas explica esa presencia como resultado de los problemas macroeconómicos y del desarrollo de las sociedades, mientras que la otra pone énfasis en los problemas individuales.

La idea más generalizada de la pobreza, que se manifiesta en las formas por medio de las cuales se la mide, está relacionada con la carencia o escasez de bienes materiales, ya sea medida de forma directa a través del indicador de necesidades básicas insatisfechas, o bien de manera más indirecta, por medio de la insuficiencia de los ingresos o línea de pobreza. Por cierto, si bien la cuantificación del fenómeno es importante, su comprensión no puede agotarse con ella ya que, por una parte, existen elementos no monetarios (y, por lo tanto, difícilmente medibles) que inciden en el bienestar de las familias y las personas y, por otra, aspectos culturales, territoriales y políticos que inciden en la configuración de la pobreza (CORREDOR, 1998).

Otro abordaje de la pobreza es el desarrollado por Amartya Sen. Este autor visualiza el fenómeno como la carencia de ciertas dotaciones iniciales de los individuos que son las que les permitirían poner en acción capacidades que hagan posible el ejercicio de derechos que les signifiquen una mejor calidad de vida (SEN, 1997). La perspectiva de las capacidades

no se corresponde directamente con la igualdad de oportunidades y, en consecuencia, en igualdad de resultados. En este sentido, mirado desde una perspectiva de género, las mujeres se encuentran en una doble desventaja.

Por un lado, tal como señala Dubet (2011), el modelo de las oportunidades se impone cuando las posiciones deseables son escasas y cuando cada uno/a tiene el derecho, el deber y la obligación de pelear para intentar ocuparlas y, por el otro, las oportunidades de las mujeres son menores en relación con las de los varones, esto debido a la falta de articulación de los tiempos productivos con los reproductivos, que se traduce así en la participación en los segmentos de menores ingresos y menor reconocimiento social. En este sentido, los modelos explicativos y la forma de medir la pobreza definen las políticas para enfrentarla. Si se la mide por el método del ingreso y el de capacidades, la forma más frecuente es actuar sobre estas carencias por medio de la transferencia de subsidios monetarios, capacitaciones laborales, trabajos eventuales, provisión de servicios de educación y salud, otorgamiento de créditos bajo condiciones especiales y otras medidas compensatorias y de corto plazo.

Otra propuesta para analizar la pobreza es la de Arriaga (2005, p. 103), quien plantea que hay cinco fuentes de bienestar de las personas y los hogares: 1) el ingreso; 2) la propiedad; 3) el nivel educativo; 4) los derechos de acceso a bienes y servicios brindados por el Estado; 4) el tiempo disponible; y 5) aquellas dimensiones vinculadas a procesos de “empoderamiento”, como la capacidad de participar en forma activa y determinante en los asuntos de su comunidad. Analizar la pobreza desde una perspectiva de género bajo esta propuesta requeriría saber cuál es la situación de las mujeres en cada una de estas dimensiones.

Uno de los principales señalamientos de las economistas feministas (BENERÍA, 2005; LEÓN, 2009) en la discusión acerca de la conceptualización de la pobreza radica en que las diferencias entre mujeres y varones respecto de las libertades de las que gozan en las distintas sociedades no pueden ser, en general, reducidas a diferencias de ingresos o recursos. Estas desigualdades se expresan socialmente en la asignación de identidades y actividades, así como en la separación de ámbitos de acción para individuos de ambos sexos que se valorizan en forma diferente, lo cual da lugar a un acceso desigual al poder y a los recursos, que jerarquiza las relaciones entre mujeres varones.

Esta perspectiva analítica se propone no sólo que se reconozcan e incluyan las diferencias entre mujeres y varones, sino también sus diferentes posiciones y roles en la sociedad y, por lo tanto, sus intereses y problemas

diversos. La llamada “ceguera” al género de los enfoques económicos predominantes, con su pretendida neutralidad, ha alumbrado sobre las restricciones particulares a las que se enfrentan las mujeres.

Feminización de la pobreza

La pobreza, vista en el contexto de las relaciones de género, se conforma como una nueva perspectiva de análisis que gana terreno en los años noventa, época en la cual las interpretaciones sobre la feminización de la pobreza² tienen en común la suposición de que las mujeres son más “vulnerables” a los imperativos que ésta impone, en consonancia con los criterios de focalización vigentes en ese momento.

La vulnerabilidad supone un aspecto externo y otro interno. El primero se relaciona con los riesgos a los que se encuentran expuestos los individuos y/o los hogares, vinculados a la falta o la pérdida del empleo, los accidentes y el alza de precios; y en cuanto al interno, se refiere a la carencia de recursos para enfrentar los riesgos. Al respecto, Kabeer (2003) señala la falta de documentación respecto de las formas de vulnerabilidad específica basadas en el género que afectan a las mujeres, a las que relaciona con los marcos institucionales de cada sociedad.

La literatura ha señalado cómo la experiencia de mujeres y varones es diferente en relación con la pobreza (BLUMBERG, 1991; EHRENREICH; PIVEN, 1994). En este sentido, en un extremo se encuentran quienes hablan directamente de un proceso de feminización de la pobreza, que indican que la mayor incidencia relativa de este fenómeno tiene lugar entre la población femenina. Esta idea está asociada a la sobrerrepresentación de los hogares con jefatura femenina en el universo de los pobres. Por otro lado, a este análisis se incorpora la dimensión de género, y se muestra que la posición social de la mujer es desigual y la experiencia femenina de la pobreza puede ser diferente y más aguda que la de los varones debido a las formas de exclusión y discriminación por sexo, ya que los tiempos de las tareas del cuidado y la segmentación de los mercados de trabajo asumen particular significación.

2 Es de destacar que tanto los estudios iniciales sobre la feminización de la pobreza como las primeras evidencias que sustentan el debate surgen en Estados Unidos y en países de Europa, en los años setenta, donde se realizan las primeras consideraciones sobre este tema (SALLES; TURIN, 1996).

Una importante contribución que se ha hecho desde los estudios de género fue demostrar cómo la jefatura femenina del hogar suele considerarse erróneamente como un factor de riesgo para las propias mujeres y para el bienestar de las generaciones más jóvenes (CHANT, 2008; GONZÁLEZ DE LA ROCHA; GRINSPUN, 2001, p. 61). Si bien con frecuencia se considera que los procesos generadores de pobreza residen en la posición social y económica de las mujeres en la sociedad en general, quizá algo irónicamente, se observa que sus relaciones domésticas con los varones pueden agravar esta situación. Aunque no puede decirse que sería altamente beneficioso adoptar una postura que abogue por la jefatura femenina del hogar como la “panacea para la pobreza” o el “modelo ideal para la emancipación femenina” (FEIJOÓ, 1999, p. 162; CHANT, 2006), los estudios sugieren que, en algunos casos, la opción de “arreglárselas sola” puede servir para que las mujeres queden en mejor posición de hacer frente a la diversa gama de factores que amenazan su seguridad económica y su bienestar general.

El hecho de que el único grupo de mujeres que se ha considerado susceptible de un mayor riesgo de pobreza bajo los auspicios de la tesis de la “feminización de la pobreza” sea el de las mujeres jefas de hogar implica una simplificación que invisibiliza otras inequidades presentes en la sociedad, como lo son la etnia o el lugar de residencia y edad, que pueden ubicar a otros grupos de mujeres a iguales niveles, si no superiores, de “pobreza” o privación. Otro supuesto sobre el que se asienta el señalamiento de manera insistente y persistente de que los hogares con jefatura femenina son “los más pobres de los pobres” es que la pobreza se debe más a las características de esos hogares, donde se contempla más el estado marital de quienes lo encabezan que los contextos sociales, políticos y económicos en los que se encuentran, como hemos señalado al principio del trabajo. Esto no sólo convierte a las mujeres en chivos expiatorios, sino que además desvía la atención de las grandes estructuras de desigualdad socioeconómica y de género (MOORE, 2009), e implica también que la maternidad sólo es viable y/o aceptable en el contexto del matrimonio o bajo la égida de una jefatura de hogar masculina (CHANT, 2006). Esta perspectiva se construye sobre la base de una clásica división sexual del trabajo, que no pone en cuestión los aspectos que hacen a su construcción.

En relación con lo anterior, la caracterización constante de las desventajas económicas de las unidades familiares con jefatura femenina que, implícita o explícitamente, atribuyen tales desventajas a las circunstancias particulares de esos hogares no sólo dan una imagen sesgada y devaluada de

los enormes esfuerzos realizados por las mujeres jefas de hogar para superar los problemas que enfrentan por razones de género, sino que además borran el significado que tiene esa jefatura femenina del hogar para las mujeres.

La pobreza de ingresos suele acentuarse en hogares con jefatura femenina debido a que los padres ausentes, a menudo requeridos por la justicia pero casi nunca obligados en la práctica, no pagan la asignación para el mantenimiento de los hijos. Si los Estados vigilaran y obligaran a los hombres a cumplir con sus obligaciones económicas para con sus hijos, se podría reducir sustancialmente la presión financiera que enfrentan las mujeres jefas de hogar (CHANT; SWEETMAN, 2012).

Otra línea de trabajos señala que la experiencia femenina de la pobreza puede ser diferente y más aguda que la de los varones debido a las formas de exclusión y discriminación por sexo. Así, podemos encontrar a quienes arguyen que en un hogar pobre las consecuencias de la privación recaen más sólidamente sobre las mujeres porque, como sostenes y fuerzas protagónicas de la vida familiar y doméstica, tienen que lidiar con la escasez y la carencia de alimentos, de infraestructura y de servicios, por ser ellas las encargadas del trabajo doméstico. Estos aportes especifican que la agudización de la pobreza se basa en la rígida división sexual del trabajo existente en ciertos contextos actuales. Al provocar una inserción muy diferenciada de las personas según género en la estructura social, esta división conlleva a situaciones sumamente desfavorables para las mujeres, pues ellas se ven afectadas por pautas de subordinación que operan desde diversos ámbitos y que pueden traer consecuencias extremadamente desfavorables, entre ellas, un cierto grado de “confinamiento doméstico”. Lo grave de la situación es que tales fenómenos están acompañados por una menor presencia femenina en los espacios públicos y de poder. Si el espacio doméstico se encuentra marcado por la pobreza, las situaciones de confinamiento y de subordinación pueden asumir matices extremadamente intensos (SALLES, 1999).

A partir de análisis cualitativos que constituyen una fuente de información para captar otros entramados se ha podido conocer, por ejemplo, la distribución desigual de los alimentos al interior de los hogares, en desmedro de las mujeres, así como una división del trabajo que implica una pesada carga para la vida cotidiana de ellas. La situación de las mujeres es especialmente pesada como consecuencia de la división sexual del trabajo, de situaciones laborales inestables y mal remuneradas, de la prevalencia de niveles inferiores de salud y bienestar, de su reducida participación en las decisiones y de su limitada autonomía personal (Ibídem).

Otra línea de análisis enfatiza que la relación inestable de las mujeres con el mercado laboral contribuye a generar procesos de pauperización creciente debido a la pérdida de empleo o a la insuficiencia de los ingresos que trae aparejada el tipo de actividad o la posición que las mujeres ocupan en el trabajo – generalmente, puestos eventuales, de tiempo parcial, puestos devaluados. En esta línea, que relaciona la pobreza con el acceso o demanda del trabajo remunerado, se señala la forma en que está estructurado el mercado laboral y su relación con la economía familiar y del cuidado, y se muestra que la situación de las mujeres y de los varones con respecto a la disponibilidad del propio tiempo es muy diferente. Mientras la mayor parte de los varones venden su tiempo en el mercado de trabajo durante un periodo de 45 años, y a través de éste generan derechos suficientes para su automantenimiento y el de los restantes miembros de la familia, la mayoría de las mujeres asumen un contrato social implícito a través del cual ceden su fuerza de trabajo sin límites definidos respecto del número de horas diarias, de días o años. Este es un factor que ayuda a explicar la desigualdad en el trabajo y el empleo y la diferente forma en que varones y mujeres caen en la pobreza y la viven (DURÁN, 2000).

En este punto, es de remarcar que las mujeres no acceden al mercado con los mismos recursos y la misma movilidad que los varones y por ello no pueden competir en igualdad de condiciones. Su acceso al mercado se ve muy condicionado por lo que la economista feminista Ingrid Palmer denomina “el impuesto reproductivo” que se realiza en el ámbito doméstico. El trabajo no pagado que realizan las mujeres en el hogar es el resultado del pacto patriarcal que firmaron los varones tras la Segunda Guerra Mundial, por medio del cual se consagraba al varón como proveedor económico universal de la familia y a las mujeres como cuidadoras familiares y domésticas (FRASER, 1996). Por otro lado, este trabajo gratuito es un serio obstáculo a los efectos de la integración de las mujeres en el mercado laboral. Este impuesto al trabajo reproductivo y la asimétrica distribución de recursos coloca a las mujeres en una posición de desigualdad respecto de los varones (PALMER, 1992, p. 79). Esta desigualdad a su vez se expresa en una demanda diferencial por parte de los empleadores, que prefieren personas de un sexo determinado para ocupar distintos tipos de trabajos.

Otro concepto asociado a la pobreza de las mujeres y que ha significado un gran aporte para dar cuenta de la evidencia empírica de cómo se vive este fenómeno es el concepto de agencia. Sen (1995) señala que este refiere a la libertad para hacer, orientado a objetivos o valores que se consideran

importantes para lograr lo que una persona, como agente responsable, decide que debería alcanzar. Este concepto, cómo hemos señalado anteriormente nos ha permitido dar cuenta de la relación entre la subjetividad y la estructura social. Las implicaciones políticas de esta perspectiva, entre otras, residen en que las personas deben ser tomadas en cuenta no solamente por sus demandas de bienes, sino como personas cuya responsabilidad de agencia debe ser reconocida.

Los programas de transferencia condicionada de ingresos

Mirados desde una perspectiva histórica, los sistemas de protección social en América Latina han estado vinculados al empleo en el sector formal de la economía, por lo que el acceso a bienes y servicios básicos dependía de la capacidad de apropiación que tuvieran las personas en el mercado laboral, siendo el empleo el elemento constitutivo de esta construcción. Si bien el mercado de trabajo se ha ido modificando en distintos períodos históricos, las categorías empleo, desempleo, actividad e inactividad son los supuestos que se mantienen implícitos en los enfoques habituales de dicho mercado y responden a la figura de un trabajador masculino que tiene un empleo estable, seguro y a tiempo completo. Como es de suponer, esa no es la forma de participación laboral de la mayoría de la población en América Latina, donde los niveles de informalidad aún son elevados; y menos aún el de las mujeres que, además de enfrentarse a un mercado de trabajo segmentado por sexos y sector social de pertenencia, asumen el trabajo familiar con las restricciones de espacio y tiempo que ello significa. Para enfrentar este desbalance, los países latinoamericanos han implementado, en las últimas décadas, distintos tipos de medidas, como lo son los programas de transferencia de ingresos destinados a “aliviar la pobreza”.

En esta dirección, luego de haber realizado un recorrido por los principales supuestos de la tesis de la feminización de la pobreza, nos preguntamos qué lugar le han asignado estos programas al trabajo de las mujeres. En América Latina, estos programas tienen dos características comunes: por un lado, transferir ingresos monetarios, que pueden estar acompañados por otro tipo de intervenciones, como son los programas de capacitación en oficios, actividades de sensibilización en temas sociales tales como salud sexual y reproductiva, promoción de actividades productivas, organización de actividades de participación comunitaria, etc.; y por el otro,

establecen condicionalidades para la recepción del beneficio, cuya forma más habitual es la asistencia escolar y la atención sanitaria de los hijos e hijas (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2011).

Tal como señala Sara Bradshaw (2008), los programas de PTCI buscan, por una parte, aliviar la pobreza a corto plazo y, por otra, dar investimentos en capital humano que permitan crecimientos económicos a largo plazo y no reproducir la situación de pobreza. Llegadas a este punto nos preguntamos ¿cómo se considera el trabajo de las mujeres en estos programas?, ¿estas políticas estimulan la conciliación entre la vida “reproductiva” y “productiva” y la corresponsabilidad proponiendo compartir equilibradamente las responsabilidades domésticas y familiares, tan necesarias por poder acceder y ser demandadas por los empleos de calidad? Las capacitaciones y contraprestaciones exigidas ¿a qué tipo de trabajo nos remiten?

Responder a estos interrogantes nos remite directamente a la estructura y dinámica del mercado de trabajo y de las actividades de cuidado que están a cargo de las mujeres. En relación con la primera, ¿podríamos suponer que estos programas, a través del fortalecimiento de las capacidades individuales, podrían aportar a la inserción laboral y/o a mejorarla? En primer lugar, nos encontramos ante la fuerte delimitación y limitación de la que parte su formulación, una fragmentación analítica en la que, por un lado, se habla del mercado de trabajo y las capacidades para ingresar a él y, por el otro, de las actividades de cuidado. Esto está sustentado en una perspectiva de una sociedad dividida en dos esferas separadas, con escasa o nula interrelación entre ellas. Por un lado, la esfera pública, masculina, relacionada básicamente con la satisfacción de las necesidades materiales, centrada en lo denominado social, político y económico-mercantil y regida por criterios de éxito, poder, derechos de libertad y propiedad universales. Por otra parte, la esfera privada o doméstica, femenina, que estaría centrada en el hogar, basada en lazos afectivos y sentimientos, desprovista de cualquier idea de participación social, política o productiva y relacionada directamente con las necesidades subjetivas de las personas. En esta dualidad, sólo el mundo público goza de reconocimiento social. La actividad o participación en la denominada esfera privada, asignada socialmente a las mujeres, queda relegada a lo invisible, en el que no está presente ninguna posibilidad de valoración social (CARRASCO, 2003).

En consecuencia también se fragmenta lo que se interpela y las propuestas que se formulan para su superación. Atentos a esta limitación

de concepción creemos importante observar cuál es el tipo de inserción que las mujeres tienen en los “mercados de trabajo” latinoamericanos, para considerar la posibilidad de que estos programas mejoren sus posibilidades de inserción. En primer lugar, hay que tener en cuenta que una gran proporción de las mujeres receptoras de estos beneficios nunca han participado en el “mercado de trabajo” donde, a pesar de la llamada feminización de la mano de obra operada en las últimas décadas, la participación de las mujeres en él es sustancialmente menor, dado que representan, en general, menos del cincuenta por ciento, y menos aún, de quienes reciben una remuneración a cambio de un trabajo.

En los casos de las que participan del “mercado”, sus inserciones se caracterizan porque generan bajos ingresos y/o por estar ubicadas en la economía informal en el marco de un mercado fuertemente segmentado, donde las actividades en las que se desempeñan están fuertemente vinculadas al cuidado y entrega al otro/a y se enmarcan en las de menor valorización y posibilidades de desarrollo personal y profesional. Esto nos permite señalar que las oportunidades que ofrece el mercado de trabajo para las mujeres receptoras de estos beneficios son escasas, y que si acceden a un empleo lo hacen en ciertos segmentos caracterizados por la informalidad y los más bajos ingresos. Por otra parte, la presencia de niños/as en los hogares condiciona la participación laboral de estas mujeres, y más aún en los trabajos registrados.

En este sentido podemos observar que, por un lado, tal como señala Molyneux (2006), la “inactividad” económica de las mujeres, así como la menor cantidad de horas trabajadas, ofrece un servicio de atención infantil con costo mínimo para el Estado, a la vez que descomprime la demanda de empleo. Por otro lado, el mercado se halla fuertemente segmentado, y nos encontramos con territorios claramente masculinos y otros marcadamente femeninos, expresados en los distintos sectores de la economía. Tanto las mujeres como los varones se insertan en las ramas de actividad tradicionalmente consideradas “naturales” como de uno u otro género, con lo cual se mantiene la demarcación de estos dos territorios bien diferenciados y una fuerte limitación de ingreso por parte del perfil de las mujeres que perciben estos beneficios. En este sentido, no es que las mujeres no generan ingresos por tener menores capacidades u aptitudes para generarlos, sino que esto puede ser explicado por los mecanismos que excluyen a las mujeres en mayor medida que a los varones a acceder al mercado de trabajo, mirados tanto desde la oferta como de la demanda.

Por otro lado, al analizar la contraprestación solicitada en estos programas, parece prevalecer el rol de las mujeres como responsables del bienestar de sus hijos, ya que, por lo general, en las propuestas subyace la idea de considerarlas más aptas para dirigir el presupuesto del hogar, que se supone destinan a comida, salud y educación. Esto puede leerse claramente en clave con la tradicional división sexual del trabajo que ubica a las mujeres como cuidadoras, no como un trabajo, sino una competencia innata, que a su vez se configura como una de las bases de la inequidad social. No obstante, este trabajo desprestigiado y desvalorizado socialmente implica tareas complejas de gestión y organización necesarias para el funcionamiento cotidiano y para el desenvolvimiento de las actividades de sus integrantes y del denominado “mundo del trabajo”. Se trata de un trabajo que se realiza todos los días año, en el hogar y fuera de él, en el barrio y desde el puesto de trabajo remunerado, que crea redes familiares y sociales, que ofrece apoyo y seguridad personal y que permite la socialización y el desarrollo de las personas (CARRASCO, 2003).

En este punto cabe detenerse para señalar una dimensión del trabajo de cuidado que resulta sustancial poner de relieve al momento de pensar en herramientas para la política social. Tal como señala Carrasco, el trabajo destinado al cuidado de las personas del hogar tiene otro contexto social y emocional que el trabajo remunerado, ya que satisface necesidades personales y sociales que no permiten una simple sustitución con producción de mercado. Implica relaciones afectivo/sociales difícilmente separables de la actividad misma y crea un tejido complejo de relaciones humanas sobre el cual, de alguna manera, se sustenta el resto de la sociedad. Ahora bien, los estudios económicos y sociales no ponen de relieve este componente subjetivo de las necesidades humanas, cubierto habitualmente desde el hogar. Y esta omisión esconde un conflicto de intereses: los distintos espacios, trabajos y actividades que forman parte de los procesos de vida y reproducción no gozan del mismo reconocimiento social, sino que existe entre ellos un componente valorativo jerárquico, resultado de una larga tradición patriarcal liberal.

La producción capitalista se ha desligado del cuidado de la vida humana, y aparece como un proceso paralelo y autosuficiente. Ahora bien, y retomando lo señalado en la presentación de este artículo, estos programas conviven, se tensionan, dialogan y conforman una matriz compleja en convivencia con los cambios culturales que vienen operándose. Entendemos a estos cambios como vinculados al accionar cotidiano, así

como los legales, que no han tenido el correspondiente correlato con en el resto de la sociedad. Ni los varones como grupo ni la organización de las instituciones han parecido enterarse de los cambios profundos vividos por las mujeres. En consecuencia, el funcionamiento de los otros ámbitos de lo social no ha experimentado transformaciones sustanciales, y los efectos de la nueva situación han tenido que ser asumidos por las propias mujeres, con las implicancias que esto tiene en términos de cargas y tensiones.

Ahora bien, resulta instigante formular una serie de interrogantes que nos permiten empezar a pensar en otro tipo de organización de lo social y de los tiempos destinados a cada una de las esferas que los componen, ya no como espacios separados, sino en íntima interrelación.

¿Por qué los horarios escolares raramente coinciden con los laborales? ¿Por qué las licencias vinculadas a temas de cuidado están principalmente destinadas a las mujeres? ¿Por qué los horarios de reuniones y actividades laborales se enciman con los horarios que se destinan al estar con los afectos? ¿Por qué los salarios de las actividades realizadas por las mujeres son inferiores? ¿Sobre qué modelo familiar se basa la organización de la sociedad?

Los tiempos actuales, tanto los prescritos por los programas como los sociales, parecerían considerar el modelo tradicional de la mujer ama de casa a tiempo completo que realiza todas las tareas de cuidados necesarios. Y si esta mujer quiere incorporarse al mercado laboral, en general se piensa que es su responsabilidad individual resolver previamente la organización familiar. Es decir, las organizaciones e instituciones sociales – y la sociedad en general – siguen sin considerar que el cuidado de la vida humana sea una responsabilidad social y política. Esta percepción asume mayor intensidad en el colectivo de mujeres receptoras de estos programas, que en caso de realizar una actividad mercantil se encuentran, por un lado, entre quienes señalan que “el sueldo de ella se nos iba en guardería”, como si el espacio de cuidado infantil tuviera que pagar la mujer, y por el otro, con las limitaciones de participar en trabajos que podrían, o más bien “deberían”, constituirse en un espacio de crecimiento personal y profesional, más allá del mero hecho de generar un ingreso monetario.

Así, en la medida en que las mujeres se han ido integrando al mercado laboral, ha ido desapareciendo el modelo familiar “varones proveedor de ingresos-mujer ama de casa” y se ha ido abriendo paso un nuevo modelo que tiende a consolidarse. El varón mantiene su rol casi intacto, pero la figura del ama de casa tradicional tiende a desaparecer, lo cual no significa que la

mujer abandone sus tareas de cuidadora y gestora del hogar, sino que, de hecho, asume un doble o triple papel: el familiar y el laboral y, de más esta señalar, el comunitario.

Este proceso de incorporación laboral de las mujeres les ha significado introducirse en un mundo definido y construido por y para los varones. Un mundo – el mercantil – que sólo puede funcionar de la manera en que lo hace porque se apoya y depende del trabajo familiar. Un mundo para el que se requiere libertad de tiempos y espacios; es decir, que exige la presencia de alguien en la casa que realice las actividades básicas para la vida. En este sentido, las mujeres receptoras de estos programas, ¿a qué trabajos podrán acceder en el marco de esta organización laboral? El modelo masculino de participación laboral no es generalizable. Si las mujeres lo imitaran, ¿quién cuidaría de la vida humana, con toda la dedicación que ello implica? ¿Acaso este modelo no es el que subyace a que los empleadores prefieran varones? ¿No es este modelo el que hace que los trabajos que implican menor posibilidad de crecimiento y de trayectoria sean realizados por mujeres?

Reflexiones finales

Hemos realizado a lo largo de este trabajo un recorrido por los supuestos que subyacen al concepto de pobreza y la feminización de este fenómeno, así como de los programas de transferencia condicionada de ingresos, en diálogo con la forma que en ellos se concibe el trabajo de las mujeres. Hemos puesto particular énfasis en la forma que asume la división sexual del trabajo en nuestra sociedad y entre el grupo de mujeres que en general perciben este beneficio en particular, en tensión con los significados del trabajo productivo y el reproductivo. Dimos cuenta de la centralidad que supone concebirlos y pensarlos de manera articulada e interconectada de modo que nos permitan repensar cómo exclusión, pobreza y maternaje se traduzcan en situaciones de inclusión y corresponsabilidad.

En este camino, hemos ido formulando las complejidades con las que nos encontramos a cada paso, y también nos han surgido preguntas y dudas, que hemos presentado a lo largo del texto. Todo esto no hace más que volver a ubicarnos en la complejidad y variedad de factores que se presentan en esta construcción y entramado y la posibilidad de repensar la modalidad bajo la cual las contraprestaciones solicitadas a las mujeres a cambio de los beneficios económicos sí pueden, en el marco de una matriz más general,

en la que interactúan distintos programas e instituciones, traducirse en impulsores de rupturas, intersticios o dislocamientos.

Esta matriz, tal cómo hemos señalado al inicio del texto, está conformada por discursos provenientes de diferentes voces que, al expresarse, inhabilitan/habilitan diferentes formas de pensar e implementar la política social. Asimismo, la forma en que las mujeres agencian la práctica cotidiana está anclada en años de experiencias y estrategias individuales y colectivas que resignifican los sentidos y las acciones. Todo esto en contextos mayores, en los que los derechos de las mujeres están más visibilizados, aunque no totalmente plasmados, y en los que los flujos horizontales del feminismo discurren en distintos ámbitos y espacios.

Referencias

ÁLVAREZ, Sonia. Foreword. In: *Women in movement in Latin America and the Caribbean: re-shaping democracy and citizenship*, edited by Elizabeth Maier and Nathalie Lebon. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2010.

ARRIAGA, Irma. Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género. Paper presentado en el CONGRESO DE CLAD SOBRE REFORMA DEL ESTADO Y LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10. Chile: Santiago, 2005.

BENERIA, Lourdes. *Género, Desarrollo y Globalización: por una ciencia económica para todas las personas*. Barcelona: Hacer, 2005.

BRADSHAW, Sarah. From structural adjustment to social adjustment: a gendered analysis of conditional cash transfer programmes in Mexico and Nicaragua. *Global Social Policy*, v. 8, n. 2, p. 188-207, 2008.

BLUMBERG, Rae Lesser. Introduction: The 'Triple Overlap' of Gender Stratification, Economy and the Family, en Rae Lesser Blumberg (ed.), *Gender, family and economy: the triple overlap*. Newbury Park: Sage, p. 7-34, 1991.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: United Nations for Human Settlements Taurus, 1997.

CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana ¿Un asunto de mujeres? En: *Mujeres y trabajo: cambios impostergables*. Porto Alegre: Veraz Comunicação, 2003.

CORAGGIO, José Luis. La economía social y solidaria: hacia la búsqueda de posibles convergencias con el vivir bien. En: FARAH, Ivonne; TEJERINA, Verónica (Coord.) *Vivir bien: Infancia, género y economía. Entre la teoría y la práctica*. La Paz: CIDES-UMSA, 2013.

CHANT, Sylvia. Not incomes but inputs: critiquing the “feminisation of poverty” and the “feminisation” of anti-poverty programmes. Paper presentado en INTERNATIONAL SEMINAR DEVELOPMENT AND VULNERABILITY, Harvard University, 2006.

_____. The “feminisation of poverty” and the “feminisation of anti-poverty” programmes: Room for revision? *Journal of Development Studies*, v. 44, n. 2, p. 165-197, 2008.

CHANT, S.; SWEETMAN, C. Fixing women or fixing the world? ‘Smart economics’, efficiency approaches, and gender equality in development, *Gender & Development*, v. 20, n. 3, p. 517-529, 2012.

CORREDOR, M. Pobreza urbana: problemas de orden conceptual e implicaciones de política. En: SEMINARIO SOBRE POBREZA URBANA, Río de Janeiro, Brasil: Banco Mundial, mayo/1998.

DUBET, Francois. *Repensar la justicia social. Contra el mito de la igualdad de oportunidades*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

DURAN, María Angeles. Uso del tiempo y trabajo no remunerado, en *Revista de Ciencias Sociales*. Número Monográfico: Desigualdades sociales de género. Montevideo: FCU, 2000.

EHRENREICH, B.; PIVEN, F. *The feminization of poverty: when the family wage system breaks down*. Dissent, n. 3. N. J.: Princeton University Press 1994.

FEIJOÓ, María del Carmen. De pobres mujeres a mujeres pobres. En Mercedes González de la Rocha (comp.). *Divergencias del modelo tradicional: hogares de jefatura femenina en América Latina*. México, D.F.: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 1999.

FRANCO, Rolando. *Paradigmas de la Política Social en América Latina. Pobreza, exclusión y política social*. Costa Rica: Flacso, 1997.

FRASSER, Nancy. Reconsiderando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente. *Entrepassados, Revista de Historia*, n. 7, 1996.

GARCÍA, Ana Isabel; GAMÁRIZ, Enrique. *Políticas sociales para la equidad de género. Pobreza, exclusión y política social*. Costa Rica: Flacso, 1997.

GONZÁLEZ DE LA ROCHA, Mercedes; GRINSPUN, Alejandro. Private Adjustment: Households, crisis and work. En: GRINSPUN, Alejandro (Ed.), *Choices for the poor. Lesson from nacional poverty. Strategies*, p. 55-87. Nueva York: United Nations Development Programme, 2001.

GOREN, Nora. Políticas sociales, identidades, pobreza y género. CONGRESO NACIONAL DE ESTUDIOS DEL TRABAJO, 6. Buenos Aires, 2003.

_____. *Tradición e innovación de los estereotipos de género. Políticas de empleo en la Argentina*, tesis de doctorado. Universidad de Buenos Aires, 2008.

_____. Entre la autonomía y la dependencia. Interpelando las políticas de empleo desde una perspectiva de género. *Sociologías* V.13, p. 318-341, 2011.

_____. Alivio a la pobreza, política social y relaciones de género. Un estudio sobre un programa de transferencia condicionada de ingresos. CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION. California: San Francisco, 2012.

_____. Una relación conflictiva. Trabajo no remunerado vs trabajo remunerado en los programas de transferencia condicionada de ingresos. *Alijaba*. En prensa. 2013.

KABEER, N. *Gender mainstreaming in poverty eradication and the millennium development goals: A handbook for policy-makers and other stakeholders*. Londres: Secretariado de la Commonwealth, 2003.

LEON, Magdalena. Algunos desafíos para la economía feminista en América Latina”. En: Cefemina (Coord.) *Nosotras hacemos la (otra) economía. Aportes a los debates feministas sobre la economía*. p. 13-22, 2009.

MOLYNEUX, Maxine. Gender and the silences of social capital: lessons from Latin America. *Development and Change*, n. 33, 2002.

MOORE, Ch. Nicaragua's red de protección social. *Country Study* 17. Brasilia: International Policy Center (IPC), 2009.

- OIT – Organización Internacional del Trabajo. *Trabajo y familia: hacia nuevas formas de conciliación con corresponsabilidad social*. Santiago, 2011.
- PALMER, Ingrid. Gender, equity and economic efficiency in adjustment programmes. En: AFSHAR, Haleh; DENNIS, Carolyne (Comp.). *Women and adjustment policies in the third world*. Houndmills: Macmillan, 1992.
- ROSANVALLON, Pierre; FITOUSSI, Jean Paul. *La nueva era de las desigualdades*. Buenos Aires: Manatíal, 1997.
- RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, Corina. *Programas de transferencias condicionadas de ingreso e igualdad de género ¿Por dónde anda América Latina?* Serie Mujer y Desarrollo, n. 109. Santiago de Chile: División de Asuntos de Género, 2011.
- SALLES, V. Mitos y creencias sobre la vida familiar. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 59, n. 2, 1999.
- SALLES, Vania; TURIN, Rodolfo. La pobreza y su feminización, una ruta para su comprensión. En: LAMAS, M. (Comp.) *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. Universidad Nacional Autónoma de México, Programa Universitario de Estudios de Género. México: Porrúa, 1996.
- SEN, Amartya. *On economic inequality*. Clarendon Press (Edición ampliada con un importante anexo de James E. Foster y Amartya Sen). Oxford, 1997.
- ZICCARDI, Alicia. El papel de los gobiernos municipales en las políticas sociales. En *Revista Eslabones*, n. 13, México, 1997.

O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho¹

Mariana Mazzini Marcondes

O cuidado de pessoas é elemento estrutural do que se construiu socialmente como feminino. Seja em casa, nos hospitais ou nas escolas, as mulheres cuidam. Desde a infância até se tornarem idosas, as mulheres cuidam de crianças, idosos, deficientes e mesmo de homens adultos. A existência social feminina realiza-se na medida em que elas cuidam, e, apesar de ser uma atividade essencial para a sustentabilidade da vida humana, o cuidado e quem cuida são desvalorizados(as). Nesse contexto, o cerne do que é considerado trabalho, e, por conseguinte, a atividade capaz de gerar valor formatou-se em torno da sua modalidade remunerada, especialmente a assalariada (MARTÍNEZ FRANZONI, 2005). A esfera pública – em que é travada a disputa entre capital e trabalho, tida como fundante do modo de produção capitalista – consagrou-se como um espaço masculino. Já a reprodução social da vida e o cuidado, ao revés, ficaram adstritos à esfera doméstica, abarcando atividades tão essenciais para a vida humana quanto invisíveis, o que lhes confere a qualidade de um “não trabalho”; um atributo natural das mulheres, que se manifesta pelo exercício

1 Este artigo é resultado da dissertação “A corresponsabilização do Estado pelo cuidado: uma análise sobre a política de creches do PAC-2 na perspectiva da divisão sexual do trabalho”, orientada pela professora dra. Silvia Cristina Yannoulas e apresentada em março de 2013 perante banca de defesa como requisito para obtenção de título de mestra no Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS do Departamento de Serviço Social – SER da Universidade de Brasília – UnB (MARCONDES, 2013). As reflexões aqui documentadas foram parcialmente apresentadas no Congresso Latinoamericano de Historia de Las Mujeres, em 2012, em Buenos Aires – Argentina, por meio do artigo “A divisão sexual do cuidado: a letra escarlate das mulheres no mundo do trabalho”, além de terem sido preliminarmente abordadas no artigo “Práticas sociais de cuidado e a responsabilidade do Estado” (MARCONDES; YANNOULAS, 2012). O curso “Políticas Públicas de Cuidado” da Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal) foi, igualmente, parte desse percurso criativo.

das regulares atribuições enquanto esposa e mãe, decorrentes do amor e do carinho femininos (CARLOTO; GOMES, 2011). Não se tratam apenas de esferas separadas do ponto de vista dos atributos de gênero, mas a que se atribuem valores assimétricos, sendo a esfera pública e da dita produção hierarquicamente superior à doméstica e de reprodução social.

É nesse contexto que se coloca o presente artigo, cujo objetivo é investigar os elementos conceituais do cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho, buscando evidenciar as contribuições dessa compreensão para os estudos sobre feminização do mundo do trabalho. Considerando que, em relação ao cuidado operam os princípios basilares da divisão sexual do trabalho – a separação e a hierarquia –, nossa hipótese é de que o adensamento da categoria “cuidado”, na perspectiva do marco teórico “divisão sexual do trabalho”, representa um importante ganho para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho.

Em nosso percurso, resgatamos a genealogia do conceito de cuidado e estabelecemos sua definição, para, em seguida, explicitar o que significa compreendê-lo na perspectiva da divisão sexual do trabalho. Identificando a feminização como o denominador comum de todas as formas específicas que o trabalho de cuidado assume, analisamos suas diferentes expressões: o trabalho de cuidado familiar, profissional e semiprofissional, sendo esta última a denominação que atribuímos ao cuidado realizado pelas trabalhadoras domésticas. Quando cabível, lançamos mão de dados empíricos para ilustrar o fenômeno, partindo, em regra, da base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), referente ao ano de 2009, conforme indicadores desenvolvidos pela 4ª Edição do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (IPEA, 2011).

Cuidado: uma genealogia do conceito

Os interesses teórico e político pelo cuidado vêm se ampliando significativamente no atual debate feminista, o que insere o tema tanto no repertório dos estudos de gênero, quanto da ação política. Se a utilização dessa categoria vem se consolidando nessas duas esferas, a reflexão em torno de seu significado ainda é uma tarefa por se fazer, especialmente considerando a tendência ao sincretismo teórico, ou seja, à justaposição de contribuições teóricas decorrentes das mais distintas matrizes político-ideológicas, sem que se faça a crítica sobre os limites e as possibilidades

desses arranjos. E isso se coloca especialmente se consideramos as convergências e divergências das histórias do cuidado e da divisão sexual do trabalho, conceitos cujas origens remetem a diferentes matrizes. Para que possamos entender o cuidado como trabalho é necessário recuperar a genealogia do conceito.

O tema do cuidado não é novo para a sociologia do gênero, segundo Guimarães, Hirata e Sugita (2011), para as quais esse debate esteve abarcado nos mais diversos campos de estudo, como nas pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho, economia dos cuidados, sociologia da imigração, psicologia do trabalho, e, especialmente, da sociologia moral, filosófica e ética. Se o cuidado esteve implícito em uma série de reflexões teóricas e políticas tributárias do feminismo, isso não significou, necessariamente, a delimitação de campo específico para a análise dessa problemática, como objeto de investigação autônomo. O que o contexto atual projeta é justamente isto: a compreensão da potencialidade de se estudar o cuidado separando-o das atividades do trabalho doméstico, como forma de visibilizar as relações que a questão guarda com as práticas cotidianas e com a reprodução da desigualdade de gênero, permitindo evidenciar a complexidade das práticas que respondem por sua provisão (AGUIRRE, 2009). O cuidado é estratégico, na perspectiva da divisão sexual do trabalho, para a análise das políticas sociais em geral e da política de infância em particular (BATTHYÁNY, 2010).

Aguirre (2007), ao se deparar com o estado da arte dos estudos sobre o cuidado no mundo e na América Latina, destaca que o debate acadêmico sobre o tema aqui é ainda incipiente, em contraste com a produção teórica dos países anglo-saxões, iniciada na década de 1970, impulsionada pelos estudos feministas nas ciências sociais, na qual o tema rapidamente colocou-se como objeto de estudos e debate. Para Tronto (2007), o prestígio que o cuidado gozou nos círculos feministas estadunidenses decorre da constatação de que o mesmo é compreendido como feminino, seja em relação aos tipos de trabalhos realizados pelas mulheres, seja em relação aos valores éticos a elas atribuídos.

Em 1982, foi publicada a obra que marcou a produção teórica mais sistêmica sobre o cuidado nos Estados Unidos: *In a Different Voice*, de Carol Gilligan. Psicóloga comportamental, tornou-se uma das principais teóricas sobre o tema, ao produzir uma das primeiras apresentações analíticas sobre o cuidado, partindo de extensa pesquisa empírica sobre dilemas morais (HIRATA, 2010). Foram inúmeras as reações críticas à obra da autora, como relata Bordo (2000, p. 21), para as quais Gilligan era responsável

por “essencializar uma construção da diferença feminina historicamente localizada e condicionada por hierarquias de classe e raça”, sendo que “a tal voz diferente era unicamente branca e de classe média”. A profusão de críticas e defesas surgidas em torno da obra de Gilligan permitiu refinar essa categoria, além de lhe conferir projeção na agenda de pesquisa feminista.

Com efeito, o tema passou a ser abordado nas pesquisas sobre política, ética e filosofia, tendo em Joan Tronto uma das autoras mais emblemáticas da produção teórica nessas esferas (MOLINIER, 2008). Outras acadêmicas feministas estadunidenses aderiram ao debate, cabendo citar os estudos de Eva Kittay (2002) e Sara Ruddick (1989). Na produção inglesa, é especialmente importante destacar a obra da cientista política Diemut Elisabet Bubeck (2002).

No contexto europeu, a pesquisa sobre o cuidado avançou na pegada da crítica feminista às teorias sobre o *welfare state* e à política social, destacando-se, dentre outras, as produções de Carole Pateman (2007) e Mary McIntosh (2007). As feministas europeias criticaram em um unísono o clássico modelo formulado por Esping-Andersen (1991), em que os regimes de *welfare state* poderiam ser classificados segundo a preponderância de uma das macroinstituições de provisão do bem-estar (Estado, mercado e família). Ao demonstrarem que a provisão do bem-estar assentava-se, em grande medida, no cuidado familiar realizado pelas mulheres, de forma invisível e não remunerada, as teóricas feministas europeias apontaram a insuficiência destes modelos analíticos, como se neutras ao gênero fossem (AGUIRRE, 2007), o que levou o autor a uma autocrítica e à revisão parcial de alguns de seus achados, como ele mesmo reconhece (ESPING-ANDERSEN, 2000).

O cuidado, como noção implícita à reprodução social, esteve também presente nos estudos sobre a divisão sexual do trabalho, nos quais foi compreendido por uma ótica diversa da produção teórica estadunidense, ao se aproximar dos estudos marxistas e das linhas de pesquisa da sociologia do trabalho. Foi especialmente na França, na década de 1970, que os estudos sobre a divisão sexual do trabalho desenvolveram-se, a partir do questionamento da categoria “trabalho”, por não abarcar o trabalho doméstico e de reprodução social, o que levou suas teóricas a debruçarem-se sobre a articulação entre as ditas esferas produtivas e reprodutivas (HIRATA; KERGOAT, 2007). Como sintetiza Ávila (2007), ao afirmar que o trabalho doméstico também era trabalho, a teorização feminista pautou um intenso debate e provocou um maior adensamento das análises sobre o trabalho e as mulheres. Recentemente, Hirata passou a desenvolver reflexões específicas sobre o “care”, no marco da divisão sexual do trabalho e da sociologia da

imigração, sendo que a retomada das pesquisas sobre o cuidado, no contexto francês, ocorreu no ano 2000 (HIRATA, 2010).

Como destaca Molinier (2010), na França houve notável produção acadêmica sobre o tema, especialmente em relação à abordagem feminista nas perspectivas psicológica e sociológica, a fim de evitar que o cuidado seja lido por meio dos sentimentos virtuosos, o que levaria à definição de uma ética sem ontologia. Contribuíram com esse desenvolvimento Sandra Laugier, Patricia Paperman e Pascale Molinier (Idem). Ainda no contexto europeu, ganharam força os estudos sobre uso do tempo e a economia dos cuidados, destacando-se as contribuições de autoras espanholas, como Maria-Ángeles Durán (2010), Cristina Carrasco (2011) e Teresa Torns (2004).

Na América Latina, a reflexão sobre o cuidado passou a assumir maior projeção nos últimos anos, especialmente no Uruguai, em que o Estado assumiu compromisso político com a questão, ao iniciar o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cuidado (AGUIRRE, 2012), bastante respaldado no acúmulo teórico de pesquisadoras feministas uruguaias, como Rosário Aguirre (2007) e Karina Batthyány (2010). Dentre outros exemplos de produção teórica no contexto latino-americano, cabe registrar a recente pesquisa de opinião sobre o cuidado, realizada na Argentina (GHERARDI; PAUTASSI; ZIBECCHI, 2012). A problematização política da questão começou a tomar força em nível regional, sobretudo após a XI Conferência Regional sobre as Mulheres da América Latina e do Caribe, realizada no Brasil, em 2010. Com efeito, o Consenso de Brasília – documento político resultante da Conferência – incorpora a questão do cuidado ao longo das ações previstas no capítulo sobre a autonomia econômica e igualdade no trabalho.

No cenário brasileiro, os estudos sobre o cuidado na área de ciências humanas são escassos, e a área de conhecimento de maior produção sobre o tema é a da saúde (GUIMARAES; HIRATA; SUGITA, 2011). Em que pese ser ainda escassa a produção teórica sobre o cuidado, no âmbito dos estudos feministas no Brasil, é importante registrar o acúmulo teórico construído nas últimas décadas acerca da divisão sexual do trabalho, da articulação trabalho e família e do trabalho doméstico. Com efeito, o fenômeno da divisão sexual do trabalho – e suas metamorfoses e seus deslocamentos – vem merecendo atenção especial da literatura feminista brasileira há décadas, valendo destacar os estudos de Saffioti (1979) e Souza-Lobo (2011) e, mais recentemente, de Bruschini e Lombardi (1998), Hirata (2001), Yannoulas (2003), Ávila (2007) e Nogueira (2006), dentre outros.

Em relação à produção de teses e dissertações sobre o tema, identificamos uma quantidade relevante, embora menos numerosa do que se poderia prever no primeiro momento. Em consulta ao banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), identificamos 162 ocorrências para o assunto “divisão sexual do trabalho”.² Em consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) encontramos 53 registros.³ Ao afinarmos ainda mais o universo, e considerarmos a perspectiva da divisão sexual do trabalho combinada com o cuidado, percebemos que é ainda mais restrita a agenda de pesquisas acadêmicas sobre o tema. Com efeito, em busca na BDTD, localizamos apenas dez ocorrências.⁴

Para além da produção decorrente dos estudos de gênero, os movimentos feministas no Brasil vêm desempenhando importante papel no desenvolvimento e na disseminação de conhecimento sobre o tema. Ilustrativo é o *Jornal Fêmea* (número 171), publicado em 2011 pelo Centro Feminista de Estudos e Assessorias (CFemea), em que é discutido o tema “Educação infantil a responsabilidade do Estado com o cuidado”, assim como a publicação do Caderno *Sempre Viva Organização Feminista* (SOF), sobre o tema “Cuidado, Trabalho e Autonomia das Mulheres”, publicada em 2010. Recentemente, foi publicada, ainda, a pesquisa intitulada “Trabalho remunerado e trabalho doméstico – uma tensão permanente” (2012), resultante da parceria do *Datapopular*, *SOS Corpo* e *Instituto Patrícia Galvão*. Por fim, o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero dedicou ao tema uma seção inteira de sua última revista anual (Ano II, n. 4, 2012).

2 A consulta foi realizada em 23 de maio de 2013, no site <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw>>. Os únicos critérios de refino adotados foram a ocorrência da expressão exata “divisão sexual do trabalho” e os níveis de pesquisa “mestrado” e “doutorado”. Não foi avaliado se o conteúdo remetia aos estudos de gênero.

3 A consulta foi realizada em 23 de maio de 2013, no site <<http://bdttd.ibict.br/>>. Os critérios de refino adotados foram a ocorrência da expressão exata “divisão sexual do trabalho” no assunto, no Brasil e em português, considerando teses e dissertações. Não foi avaliado se o conteúdo remetia aos estudos de gênero.

4 A consulta foi realizada em 23 de maio de 2013, no site <<http://bdttd.ibict.br/>>. Os critérios de refino adotados foram a ocorrência da expressão exata “divisão sexual do trabalho” no assunto e “cuidado” no resumo, no Brasil e em português, considerando teses e dissertações. É de se destacar, contudo, que, do total de dez, 8 referiam-se aos estudos de gênero e duas tratavam de biologia (abate doméstico de porcos e comportamento de pseudoescorpião). A busca com a combinação inversa (“divisão sexual do trabalho” no resumo e “cuidado” no assunto) apresentou os mesmos resultados.

Definindo o cuidado⁵

O cuidado é bastante presente em nossa comunicação cotidiana, como destaca Tronto (1997) e inclui uma pluralidade de agentes e atividades (ex.: mães/pais que cuidam de filhos(as), médicos(as) e enfermeiras(os) que cuidam de doentes, juízes(as) que cuidam da justiça etc.). Ainda que a possibilidade de acionar, em todos(as) os(as) interlocutores(as), um conjunto minimamente comum de atributos e experiências associadas ao cuidado seja uma vantagem inicial, somos retirados(as) dessa zona de conforto ao constatarmos que, no plano teórico, os desafios são múltiplos, especialmente no que dizem respeito à sua definição. Coloca-se como necessário, portanto, que exploremos algumas das contribuições que vêm sendo formuladas, para apresentarmos nossa conceituação. Uma definição mais ampliada do conceito pode ser lida em Tronto (2007, p. 287), para quem o cuidado é:

Uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso “mundo” para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e autossustentável.

A definição da autora apresenta, a nosso ver, a vantagem de estabelecer relação direta entre cuidado, necessidades e sobrevivência humana. Com base em sua compreensão da questão, é possível um olhar diferente para o mundo, ao se deslocar o cuidado da periferia para um lugar central, no que diz respeito à vida humana, permitindo o realinhamento entre prática social, moralidade e política (TRONTO, 2009). Além disso, a relação de cuidado não é apenas constituída entre duas ou mais pessoas, mas apresenta caráter interdependente, haja vista que as necessidades são cultural e socialmente atendidas, o que demanda ponderações sobre quais serão ou não acolhidas (Ibidem), bem como quais grupos sociais serão privilegiados ou preteridos.

Bubeck (2002, p. 163), ao revés, apresenta conceituação mais restrita sobre o cuidado, pois entende que:

5 Agradecemos a colaboração de Amanda Fontenelli Costa, aluna de graduação em Serviço Social, na coleta e sistematização preliminar das informações *on-line* que subsidiaram esse tópico (ver COSTA, 2013).

O cuidado é o atendimento das necessidades de uma pessoa por outra, no qual a interação face a face entre quem cuida e quem é cuidado é um elemento crucial para a atividade como um todo, sendo a necessidade de tal natureza que não pode, em regra, ser atendida por si mesmo (tradução nossa).⁶

A autora utiliza as expressões “quem cuida” e “quem é cuidado” para destacar o aspecto relacional, que também consta na importância conferida à interação face a face. Não há, portanto, para a autora, cuidado quando a ação seja mediada, como no caso da produção de um carro para atender à demanda pelo produto (BUBECK, 2002). Outro aspecto de refino empregado por Bubeck diz respeito ao atendimento de necessidades que não possam ser providas pelas pessoas autonomamente; nesse caso, não haveria cuidado, pois a dependência seria o elemento constitutivo da relação. Assim, quando uma mulher, no âmbito familiar, atende às necessidades de um bebê, há cuidado. Mas não há quando a mesma ação ocorre em relação ao seu marido.

Para Kittay (2009), o cuidado é um conceito multifacetado: é trabalho, atitude, virtude e ética. Também Batthyány (2010) destaca o aspecto multidimensional do cuidado, considerando seus aspectos econômicos, materiais, emocionais, psicológicos e morais. Aguirre (2007), por sua vez, compreende o cuidado como uma atividade feminina, majoritariamente não remunerada, que não goza de reconhecimento social. Ou seja, que se inscreve na esfera da reprodução social, que, por sua vez, é marcada pela divisão sexual do trabalho.

Partindo dessas reflexões e de outras que vínhamos produzindo (MARCONDES; YANNOULAS, 2012), entendemos o cuidado como uma prática social que, ancorada na divisão sexual do trabalho, tem como objetivo atender às necessidades humanas concretas, mas também emocionais e psicológicas, pressupondo a interação face a face entre quem cuida e quem é cuidado, em uma relação de interdependência. Trata-se de um trabalho essencial para a reprodução social da vida humana, o que pressupõe que o compreendamos como inscrito na divisão sexual do trabalho (MARCONDES, 2013).

6 No original: *Caring for is the meeting of the needs of one person by another person where face-to-face interaction between carer and cared for is a crucial element of the overall activity and where the need is of such a nature that it cannot possibly be met by the person in need herself.*

Cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho, segundo Kergoat (2009, p. 67), é:

Forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.).

Trata-se, portanto, de uma relação de poder fundada em alicerces materiais e ideológicos (YANNOULAS, 2011), o que significa dizer que, ainda que esse padrão de dominação anteceda o modo de produção capitalista, este lhe conferiu contornos específicos, apropriando-se de sua engenharia de funcionamento para viabilizar o padrão de acumulação e de realização de riquezas que caracteriza o sistema. É, ainda, uma relação regida, como destaca Kergoat (2009), pelos princípios da separação e da hierarquia, ao passo que existem trabalhos femininos e masculinos, e que estes valem mais do que aqueles.

O trabalho de reprodução social – que cotidianamente garante as bases necessárias imediatas à sobrevivência, tais como a preparação da comida, a realização da limpeza da casa e o cuidado de pessoas (GORZ, 2007) – constituiu-se, material e ideologicamente, como atributo feminino, assumindo a forma de um “não trabalho”, ou seja, de um trabalho invisível, desvalorizado e não remunerado. O trabalho doméstico não remunerado forjou-se como a forma histórica particular do trabalho de reprodução social (KERGOAT, 2009). O que o particulariza é que a família – apresentada como instituição natural e harmônica – é o *locus* de exploração de uma forma de trabalho, realizado pelas mulheres (Idem). Ainda que haja diferenças entre uma sociedade e outra, os processos de reprodução da vida viabilizam-se, sobretudo, através do espaço doméstico, o qual organiza a gestão e a sustentabilidade da vida (CARRASCO, 2001).

A exploração do trabalho assalariado e do trabalho reprodutivo é, contudo, indissociável. Isso porque o trabalho de reprodução social gera contribuição inestimável à extração da mais-valia, vez que cria as condições para a manutenção desta valiosa mercadoria: a mão de obra proletária. Contribuição essa que, por não exigir contraprestação, é ainda mais vantajosa, por causa da redução de custos (NOGUEIRA, 2006).

Como vimos, os estudos sobre a divisão sexual do trabalho não conferiam autonomia ao cuidado, presumindo-o dentro das atividades abarcadas pelo trabalho de reprodução social. Mas, na forma que compreendemos a questão, o cuidado não pode nem ser compreendido como sinônimo da reprodução social, tampouco pode nela estar pressuposto. Isso porque a reprodução social abarca a totalidade complexa de atividades que garantem as condições materiais para a reprodução da vida e da força de trabalho, ao passo que o cuidado, mais estrito, consiste na parte dessas atividades que envolvem o atendimento das necessidades concretas de quem é cuidado, em interação com quem cuida. Como destaca Bandeira (2009, p. 11):

Trata-se do contato face a face; onde o(a) cuidador(a) responde às necessidades, demandas e desejos diretamente expressados pelo(a) outro(a), caracterizando-se mais como provisionador(a) de serviços pessoais (estar com a pessoa, cuidados com sua saúde, a higiene pessoal, os medicamentos, a alimentação, recreação, entre outras).

A interação face a face é, portanto, elemento central para essa relação – nos termos propostos também por Bubeck (2002) –, diferenciando-a das atividades de suporte ao cuidado, que abrangem as atividades de trabalho de reprodução social que não estão diretamente vinculadas ao atendimento das necessidades concretas das pessoas cuidadas, de modo interativo, embora estejam, em regra, associadas a elas de forma mais indireta e difusa (BANDEIRA, 2009). Os afazeres domésticos relacionados à casa, como a limpeza e a manutenção, são exemplos de trabalho de suporte ao cuidado.

A divisão sexual do trabalho e a construção social do cuidado não se fundam apenas em bases materiais, mas também em bases ideológicas. As esferas pública e doméstica foram construídas não apenas com conteúdos e lógicas simbólicas opostas, mas também com éticas diferenciadas (GÓMEZ, 2010), ou seja, com códigos de conduta (e critérios de valoração de condutas) distintos. O padrão ético público corresponde à denominada ética da justiça, que se associa à série “esfera pública – universalidade – impessoalidade – racionalidade – masculinidade”. O padrão que remete ao doméstico consiste na ética do cuidado, correlato à série “esfera doméstica – pessoalidade – necessidades concretas – feminilidade”. Trata-se da voz diferente que Carol Gilligan buscava trazer para o debate com sua clássica obra, mas que, como adverte Tronto (2009), não se trata da voz das mulheres, mas da voz do cuidado, formatada social e ideologicamente como das mulheres.

A diferenciação entre ética do cuidado e ética da justiça não é neutra, já que sobre elas operam os princípios da separação e da hierarquia, que caracterizam a divisão sexual do trabalho. Nos processos sociais ocidentais, coube à ética da justiça conferir o repertório para a escrita das nações e de seus principais legados políticos (democracia, cidadania, Estado democrático de direito, trabalho assalariado etc.), sendo o homem (especialmente de elite, branco e dos países desenvolvidos) o sujeito protagonista desta história, identificando-se com o sujeito universal (O Homem, A Humanidade). O mundo público e o trabalho produtivo afirmam-se, nessa lógica, como únicos e estruturantes de todo o resto (TORNS, 2003). Por conseguinte, a ética da justiça é a única racionalidade legítima.

A ética da justiça corporifica-se no império da lei e na supremacia dos direitos, em que a resolução de conflitos interpessoais ou sociais medeia-se por procedimentos ditos imparciais e universais, com o intuito de criar consensos em torno de um conjunto de regras mínimas para a resolução desses litígios, afirmando-se o valor da segurança jurídica (GÓMEZ, 2010). A justiça projeta-se como o parâmetro de referência para julgar o que é certo e errado, definindo as balizas de uma convivência social civilizada, na medida em que se permite identificar quais são os direitos e deveres fundamentais (RAWLS, 2002). É com base nesse parâmetro que o Estado de Direito medeia o conflito entre o capital e o trabalho. A ética do cuidado, forjada na esfera da reprodução social e do trabalho doméstico e familiar, consubstancia-se em uma esfera concreta de responsabilidade relativa às necessidades específicas de cada ser humano, em uma rede de relações em que se assume a obrigação moral pelo cuidado das pessoas que integram o universo afetivo (GÓMEZ, 2010). E esse se torna o critério de aferição do certo/errado, eticamente falando. As ações e práticas que atendem aos critérios do cuidado são, portanto, aquelas construídas em torno das relações e responsabilidades interpessoais o que é bastante diferente da ética da justiça, especialmente por entender o “eu” e “os outros” como interligados (GILLIGAN, 1983).

A ética do cuidado e a ética da justiça permitem uma importante mediação ideológica da divisão sexual do trabalho: que o trabalho de cuidado, uma tarefa obrigada e desigualmente repartida (CARRASQUERO, 2009), possa ser elaborado no imaginário social como um misto de destino biológico das fêmeas (cuidar como inato) e de escolha feminina (cuidar como uma vontade autônoma feminina).

Há aspectos de oposição frontais nessas duas lógicas, assim como diferentes parâmetros de valorização do certo e dos critérios que definem o certo. Como ressalta Gilligan (1983), o lugar fixado para as mulheres no mundo dos homens é de esposa e companheira, educadora e cuidadora. Mas, enquanto elas cuidam dos homens, esses desenham uma imagem deformada do cuidado, cujos tracejados indicam fraqueza feminina e não qualidade humana. Na hegemonia dos valores relacionados à ética da justiça, a reprodução social é subordinada e funcionalizada (CARRASQUERO, 2009). O cuidado é desvalorizado, portanto, por sua conexão com o doméstico, com as emoções e necessidades prementes, já que o padrão de conduta, com base no paradigma da ética da justiça, confere mais valor a tudo aquilo que se aproxima da racionalidade e da objetividade (TRONTO, 2009).

A dualidade ética em que se baseia a provisão do cuidado na sociedade capitalista ocidental permite evidenciar, ainda, outro aspecto ideológico que ronda a noção de cuidado: a autonomia. A ética da justiça alimenta-se dessa compreensão ideológica do indivíduo autônomo, em que o padrão de sucesso social é o do homem autossuficiente (*self made man*), cuja noção é por Tronto (Ibidem, p. 147) expressa como: “eu fiz tudo isso sozinho; você deve fazer tudo sozinho” (tradução nossa).⁷ O *self made man* é o único responsável por seus méritos. Essa falsa ideia de independência do sistema econômico (economia de mercado) e a autonomia masculina encontram-se, portanto, na base da lógica da esfera produtiva e do espaço público.

Esse olhar crítico sobre a ética da justiça e da lógica da autonomia do sujeito permite evidenciar outro aspecto ideológico das práticas sociais do cuidado: não são os ditos dependentes que mais contam com a provisão social e individual para atendimento de suas necessidades, mas sim aqueles(as) que mais detêm poder, o que Tronto (Idem) denomina irresponsabilidade privilegiada. Ou seja, são, sobretudo, os homens que mais contam com apoio para atendimento de suas necessidades concretas e emocionais, por meio do cuidado familiar realizado pelas mulheres. Em verdade, não existe a figura do ‘vulnerável’ e do ‘indivíduo autônomo’; “não existe o cuidado do tipo *Robinson Crusoe*”, como assinala Tronto (2007, p. 295). E, por isso, o cuidado implica relação de interdependência e não de autonomia, porque essa relação envolve pessoas emaranhadas em redes

7 No original: *I made it on my own; you should make it on your own.*

de interesse e comprometidas com o atendimento das necessidades de outras pessoas ao seu redor (Idem).

Compreender o cuidado como relação de interdependência não significa assumir que não haja conflitos. Ao contrário, a vantagem dessa compreensão é de se visibilizar as relações de poder envolvidas no atendimento das necessidades por cuidado, seja considerando a irresponsabilidade dos privilegiados, seja considerando o cuidado de dependentes (ex.: crianças).

É a relação de poder, que combina a separação e hierarquização dos papéis de gênero, que garante a inscrição do cuidado na divisão sexual do trabalho. Com efeito, o cuidado, enquanto atividade concreta, consubstanciou-se no trabalho da “escória” da sociedade, tendo sido, historicamente, provido por escravos(as) e mulheres, majoritariamente mulheres pobres e negras (TRONTO, 2009). E essa é a base de sustentação do que Bubeck (2002) compreende como o círculo do cuidado, cujas fronteiras são desenhadas por um imbricamento de constrangimentos e práticas que levam as mulheres a realizarem grande volume do cuidado de que a sociedade precisa. Trata-se de uma combinação de fatores materiais, situacionais, psicológicos (conscientes e inconscientes) e ideológicos que desenham um labirinto, do qual não há muitas escapatórias para as mulheres, assim como não há tantas entradas para os homens. Expressa, de forma figurativa, o império da divisão sexual do trabalho na normatização das relações sociais.

Desse padrão social para a provisão do cuidado decorrem os paradoxos da divisão sexual do trabalho: o cuidado, trabalho essencial para a sustentabilidade da vida humana, é desvalorizado; quem o realiza, exercendo uma atividade central para a sobrevivência humana, é estigmatizado por cuidar; e a população masculina, a quem os esforços sociais de atendimento das necessidades concretas são prioritariamente voltados, é completamente dependente, ainda que a ela se associe o atributo da independência (CARRASCO, 2001). Da convergência desses paradoxos decorre a principal relação de poder que marca o padrão de provisão social do cuidado em nossa sociedade: quem mais tem poder é quem não cuida, embora o cuidado poderia ser, enquanto prática, formulado como fonte de poder e de valor. Basta notar que, no caso do cuidado de pessoas dependentes – como crianças, idosos e deficientes –, a ausência do cuidado pode significar a debilidade e mesmo a perda da vida, o que demonstra o poder de quem cuida em relação a quem é cuidado.

A feminização do trabalho de cuidado: cuidado familiar, profissional e semiprofissional

O trabalho de cuidado não se reveste apenas de um formato, especialmente porque a provisão social do bem-estar tem na família a instituição principal, e não a única. Com efeito, Estado e mercado exercem importantes funções nos arranjos sociais para o atendimento de necessidades concretas. Mas seja no cuidado familiar, profissional ou semiprofissional, o cuidado é feminizado. Em verdade, como afirma Batthyány (2009), o cuidado e a feminilidade são duas caras da mesma moeda, sendo a atividade de cuidar necessariamente regida pelo gênero, o que se manifesta tanto no âmbito familiar quanto na inserção no mercado de trabalho, e, neste último caso, concretiza-se no fato de que as ocupações das mulheres são geralmente aquelas que envolvem o cuidado (BANDEIRA, 2009).

A feminização do cuidado se dá em termos quantitativos e qualitativos, conforme definição de Yannoulas (2011), ou seja, tanto na presença massiva das mulheres nas atividades responsáveis pelo cuidar, quanto na convergência entre os atributos da feminilidade e as aptidões reconhecidas como necessárias para o exercício do cuidado. Há, contudo, distinções relevantes nas diversas expressões do trabalho de cuidado.

O cuidar por meio do trabalho de familiar é o arranjo tradicionalmente consagrado, no qual o espaço por excelência é o doméstico. Trata-se da prática social que se funda na suposição arraigada na divisão sexual do trabalho: a de que existe sempre uma ou mais mulheres nos domicílios, altamente disponível(veis) para atender às demandas dos membros da família (BATTHYÁNY, 2009). Sua execução é invisível, desprestigiada e não remunerada e a responsabilidade é das mulheres que compõem o núcleo familiar (ex.: mãe, filha, avó, sobrinha etc.), como decorrência lógica dos atributos da feminilidade. Cuidado, feminização e desprestígio são marcas das práticas sociais do cuidado calcadas nos paradoxos decorrentes da divisão sexual do trabalho.

Um elemento central para diferenciação do trabalho de cuidado familiar e profissional é o tempo. O tempo do cuidado é bastante inelástico – especialmente quando se trata de cuidado necessário, ou seja, de pessoas dependentes de quem cuida para a sobrevivência (cuidado infantil, idosos não autônomos, alguns níveis de deficiência etc.) –, embora o tempo efetivamente a ele dedicado dependa diretamente das práticas sociais, devendo-se considerar tanto as atividades inseparáveis das relações afetivas,

quanto o tempo de atendimento das necessidades concretas, como preleciona Carrasco (2001). Isso porque o tempo do cuidado aproxima-se do tempo “natural”, ou seja, do ciclo da vida, aumentando quando se trata de um bebê, diminuindo na idade adulta – exceto em casos de enfermidades – e aumentando, novamente, com a velhice (CARRASCO, 2001). É, portanto, bastante distinto do que a autora denomina “tempo-relógio”, que corresponde ao tempo assimilado pela economia e que está associado à esfera produtiva e/ou assalariada, permitindo a quantificação de quanto tempo se utiliza para a produção de um bem ou serviço e, portanto, seu preço e seu salário (Ibidem); “tempo é dinheiro”. A organização social e individual do tempo assenta-se sobre a dicotomia jornada laboral-tempo livre (TORNOS, 2004), em que o tempo dedicado ao cuidado é invisível.

O cuidado familiar, por decorrer do atributo da feminilidade, não permite restrição quanto ao tempo em que se está à disposição, pois as jornadas são intensas e extensas. Trata-se do cuidado paradigmático em relação à subordinação de gênero e ao paradoxo do cuidado: ao mesmo tempo, desvalorizado e considerado como o parâmetro do bom cuidado (“cuidar como se fosse da família”). A qualificação do cuidado como bom ou mal pode ser mais bem compreendida em face desses aspectos, em que a abnegação e a priorização das necessidades da pessoa a ser cuidada, em detrimento do cuidar de si, aparece relacionado ao bom cuidado (BUBECK, 2002). As construções simbólicas sobre o bom cuidado, contudo, ora o valoram em face do cuidado familiar e dos aspectos emocionais e afetivos (SOARES, 2010), ora em relação à profissionalização, compreendendo suas habilidades e competências como decorrentes apenas do processo de educação formal e, portanto, distantes do cuidado subjetivo.

O trabalho de cuidado familiar, assentado na relação de trabalho doméstico não remunerado das mulheres, sofreu notáveis deslocamentos e complexificações se considerarmos o fenômeno de consolidação das mulheres no mercado de trabalho. Nas últimas décadas, as mulheres consolidaram a participação no mercado de trabalho, sendo que, no Brasil, mais da metade das mulheres com mais de 16 anos estiveram disponíveis para o mercado de trabalho nos últimos 15 anos, o que se constata da análise da série histórica da taxa de participação das mulheres que, desde 1995, esteve acima de 50%, variando de 54,3%, em 1995, para 58,9%, em 2009 (IPEA, 2011). Além disso, a trajetória feminina no mercado de trabalho deixou de ser caracterizada fortemente pelas carreiras interrompidas; ao se casarem e terem filhos, as mulheres cada vez menos deixavam de trabalhar indefinitivamente,

o que não significa dizer que os custos – pessoal e profissional – embutidos nessas mudanças não fossem altos (YANNOULAS, 2011). Nesse processo, as próprias famílias mudaram. Houve o recrudescimento de formação de famílias monoparentais, casais sem filhos, pessoas que vivem sozinhas e mesmo famílias formadas por casais do mesmo sexo. Um exemplo são as famílias chefiadas por mulheres que, da década de 1990 até os dias de hoje (1995-2009), aumentaram em 10% (de 22,9% para 35,2%) (IPEA, 2011).

Mas, como nessa temática, tudo muda, mas nada muda (HIRATA; KERGOAT, 2007), se, por um lado, houve importantes mudanças, os elementos estruturais, por outro, seguiram em um *continuum*. Basta notar que a trajetória das mulheres do doméstico para o público não foi correspondida pelo trânsito dos homens na direção inversa (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007). Embora haja mudanças notáveis sobre o comportamento masculino e a articulação entre trabalho e família (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012), o tempo do cuidado dedicado pelos homens é, em regra, residual, pontual e minoritário, ajustando-se à dedicação ao trabalho principal, não sendo sua trajetória de inserção profissional afetada por essa variável, o que corresponde à imagem do *homo economicus* e da fêmea cuidadora (CARRASCO, 2001). Se considerarmos a proporção de mulheres e homens que respondem por afazeres domésticos,⁸ de 1995 até 2009, percebemos que há dois quadros relativamente estáveis nos últimos 15 anos. Em um, pouco menos da metade dos homens dedicam-se aos trabalhos de cuidado e de suporte de cuidado; basta notar que o pico registrado para a dedicação masculina foi o ano de 2006, quando 52,1% dos homens declararam realizar afazeres domésticos. Em outro, a ampla maioria das mulheres afirmam fazê-lo. Até 2007 os resultados mantinham-se no patamar mínimo de 90% das mulheres; em 2008 registrou-se o menor índice de respostas afirmativas femininas: 88,2% declararam dedicar-se ao trabalho doméstico.

Quando mulheres e homens exerciam papéis distintos – ao menos normativa e simbolicamente – permanecia invisível o nexos (e a contradição) entre a produção capitalista e o cuidado. Mas a inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho permitiu aflorar essa tensão, especialmente em decorrência das intensas jornadas de articulação entre trabalho e família (Ibidem), gerando um *déficit* de cuidado (AGUIRRE, 2007). Em grande medida, contribui para este *déficit* a baixa responsabilização do Estado e

8 A categoria afazeres domésticos, tal qual a Pnad/IBGE utiliza, agrega tanto as atividades de cuidado de pessoas como as atividades de suporte ao cuidado (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012).

do mercado por sua provisão social. Especialmente sob a égide da ideologia neoliberal, que, ao preconizar a limitação da abrangência e do volume de recursos dos programas e ações estatais, comprometeu a já incipiente rede de equipamentos e políticas de apoio às famílias (como creches, asilos, lavanderias comunitárias etc.) (RICOLDI, 2010), resultando na devolução da responsabilidade pelo cuidado para as famílias (KITZAY, 2002).

Ainda que, no caso brasileiro, haja mudanças relevantes no papel do Estado em relação às políticas sociais, a partir do primeiro governo Lula, a baixa cobertura das políticas de corresponsabilização ainda é a regra. Basta notar que a frequência de crianças de 0 a 3 anos às creches, em 2009, não alcançava 20% (IPEA, 2011). Conseguir vaga nas creches é, de acordo com pesquisa realizada recentemente por SOS Corpo e Datapopular (2012), a principal dificuldade que as mulheres encontram no cotidiano, tendo sido apontada por 34% das entrevistadas; no caso das respostas espontâneas, as creches foram citadas por 16% das entrevistadas como a principal demanda das mulheres para o poder público, a fim de diminuir a sobrecarga de trabalho, juntamente com melhoria nos transportes (Ibidem).

No que diz respeito à compreensão das creches como um direito de trabalhadores(as), especialmente daqueles(las) inseridos(as) em relações formais de trabalho, é de se destacar que a prestação direta do serviço pelo empregador, no caso da Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT), e pela administração pública, no caso de servidores(as) públicos(as), foi cada vez mais abandonada, afirmando-se como tendência o atendimento por meio de serviços estatais, conveniados ou privados – com ou sem fins lucrativos. Podemos exemplificar o quadro com a realidade dos(as) trabalhadores(as) celetistas. Por meio da Portaria nº 3.296/1986, o Ministério do Trabalho, Emprego e Renda (MTE) autorizou as empresas e empregadoras a adotarem o auxílio-creche, ao invés de terem que cumprir as exigências do art. 389, CLT (local apropriado para guarda de filhos). A responsabilidade dos(as) empregadores(as) passou a ser, nesse contexto, de custeio do auxílio, nos casos em que as negociações coletivas ou corporativas assim determinem. É de se notar que o MTE não disponibiliza dados sistematizados e de acesso público sobre o auxílio-creche, o que leva a crer que a fiscalização da implementação dessa obrigação seja bastante incipiente. A questão é especialmente sensível se considerarmos que o acesso a creches é determinante para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, como ilustram as estatísticas referentes à taxa de ocupação das mulheres com filhos de 0 a 3 anos que frequentavam ou não creches: na primeira hipótese,

72% das mulheres estavam ocupadas, ao passo que, no segundo caso, esse resultado caía para 44% (IBGE, 2012).

A continuidade da permanência da família como eixo articulador da provisão do cuidado levou as mulheres a forjarem diferentes estratégias para articularem a vida profissional e familiar, em um enredo de dupla presença, em que se passou a vivenciar a incindibilidade do mundo do trabalho como uma existência total (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2008). Mais do que a consolidação da participação das mulheres no mercado de trabalho, a dupla presença é a verdadeira marca das mudanças no mundo do trabalho no século XX (CARRASQUER OTO, 2009). Isso porque as mulheres já estavam presentes no mercado de trabalho, ainda que essa presença fosse compreendida socialmente como uma exceção de sobrevivência, o que não desestabilizava o modelo normativo (Idem). A normalização da presença das mulheres no mercado de trabalho, entretanto, forjou-se através de sobrecarga, trabalhos precários, jornadas parciais ou flexíveis e carreiras públicas, que expressam as estratégias para articular o tempo de exercer a profissão com o tempo de cuidar, e, nesse último caso, de exercer os deveres femininos tradicionais, que condicionam a trajetória profissional. Como ilustram Bruschini e Ricoldi (2008, p. 114), ao pesquisarem as políticas de apoio às trabalhadoras:

Não foram poucos os relatos daquelas que abriram mão de bons empregos, com todos os direitos assegurados, mas com extensas jornadas, para ficar com os filhos pequenos em casa ou para trabalhar em outra atividade, como autônomas.

A carga total de trabalho, ou seja, o tempo dedicado aos trabalhos produtivos e reprodutivos, permite visibilizar como se articulam trabalhos assalariado e familiar em um contexto de dupla presença para as mulheres. Em 2009, a jornada média semanal masculina correspondia a 42,4 horas, enquanto que a feminina era da ordem de 35,1 horas (IPEA, 2012). Se considerarmos, contudo, a jornada total (jornada remunerada + afazeres doméstico), identificamos a sobrecarga que as mulheres vivenciam por conta do familismo, que marca a solução do cuidado no Brasil: no mesmo ano de referência, os homens dedicavam 51,9 horas semanais ao trabalho total, as mulheres empregavam, por sua vez, 57,1 horas (Ibidem). A dupla presença – enquanto um fenômeno de superposição material e simbólica de dois mundos do trabalho – é uma realidade apenas para as mulheres, e não para os homens.

A responsabilidade feminina de articular o trabalho de cuidado familiar com o trabalho assalariado é também fonte de menor participação das mulheres no mercado de trabalho, para além da maior precariedade das condições de sua inserção. Como assinala Pautassi (2010), para que as mulheres possam se mercantilar, elas precisam, antes de tudo, desfamiliarizar-se. Em 2009, a taxa de participação dos homens era de 81,6%, ao passo que a das mulheres era de 58,9%, o que importa uma diferença expressiva, da ordem de 22,7% (IPEA, 2011).

A dupla presença significa também uma dupla ausência, o que significa dizer que a pessoa que supostamente sempre estaria no domicílio, garantindo a provisão do cuidado familiar, não está mais lá (BATTHYÁNY, 2009). Impõe-se às mulheres não apenas definirem estratégias para a sua inserção no mercado de trabalho, mas também para o atendimento das necessidades de cuidado nos domicílios, uma vez que os homens não passaram a dividir de forma equânime as tarefas domésticas. E o conjunto de possibilidades de que as mulheres podem lançar mão depende, em grande medida, de suas condições socioeconômicas e raciais. No caso das mulheres que não possuem condições financeiras para contar com serviços privados, restam-lhes os serviços públicos incipientes e o acúmulo de tarefas, e a prática do “se virar” (HIRATA, 2008). Para as mulheres com melhores condições econômicas, a contratação de serviços privados de cuidado é o arranjo preferencial, o que mobiliza uma rede de mulheres absorvidas nos trabalhos assalariados de cuidado.

A importância da temática do cuidado e a consolidação da participação das mulheres no mercado de trabalho estão indissociavelmente imbricadas. A progressiva inserção das mulheres no mercado de trabalho acompanhou o movimento de exteriorização parcial do cuidado da esfera doméstica, vez que a elas caberiam exercer as atividades necessárias ao funcionamento dos serviços estatais e privados, notadamente na saúde, educação e assistência (MCINTOSH, 2007). No Brasil, em 2009, cerca de 34% da mão de obra feminina era absorvida pelos serviços sociais, que agrega as profissões relacionadas ao cuidado (educação, saúde, assistência social e trabalho doméstico) (IPEA, 2011). E essa feminização das profissões do cuidado assenta-se tanto na sobrerrepresentação das mulheres nessas ocupações, quanto na identificação das competências profissionais exigidas com os atributos da feminilidade (docilidade, paciência etc.) (YANNOULAS, 2011). Em síntese, embora o cuidado se assemelhe aos demais trabalhos, no que diz respeito à necessidade de utilização de energia e tempo, há uma distinção

crucial: o objetivo de atender às necessidades de outras pessoas pressupõe valores e competências diferenciadas. E esses valores e essas competências fazem parte da especificidade da forma de exploração que as mulheres sofrem, tanto no trabalho doméstico não remunerado, quanto nos trabalhos assalariados (BUBECK, 2002).

Em decorrência do imbricamento entre cuidado, feminização e profissões relacionadas ao cuidado, opera em relação a essas ocupações a divisão sexual horizontal no mercado de trabalho, que é a manifestação do princípio da separação, resultando na concentração de oportunidades de emprego para as mulheres em postos cujas características lhes são atribuídas culturalmente, como paciência, docilidade e delicadeza (YANNOULAS, 2003). Esse padrão de ingresso é complementado pela divisão sexual vertical do trabalho, cuja vigência hierarquiza a valoração desses espaços separados e que, ainda segundo a autora, manifesta-se por meio das desvantagens que as mulheres enfrentam em relação aos homens quanto às diferenças salariais, ascensão profissional e condições de trabalho (Ibidem).

A profissionalização do cuidado, embora busque muitas vezes afirmar-se como conhecimento técnico, não relacionado às emoções, está marcada pelos aspectos emocionais e afetivos do cuidado, o que torna esses(as) profissionais integrantes do que Soares (2010) denomina proletariado emocional, já que não lhes é facultado o controle do fluxo das emoções, sujeitando-se às emoções da pessoa cuidada, especialmente quando existe assimetria de relações de poder, desfavoráveis à primeira (ex.: enfermeira negra que atende a um paciente rico e branco).

A relação com as necessidades concretas do cuidado e também com as emoções contribui para que, mesmo quando a sua provisão efetue-se por meio do mercado, essas profissões sejam menos valorizadas, mal pagas e relacionadas às jornadas flexíveis e relações informais, o que lhe torna uma atividade absorvedora de pessoas exploradas e vulneráveis (KITTAY, 2002). E quanto mais próximas estejam essas atividades profissionais dos dependentes estigmatizados, mais elas tendem a se colocar como periféricas no espectro de prestígio e de remuneração. Um exemplo é a comparação entre os(as) professores(as) da educação infantil e da educação superior, ou de enfermeiros(as) e médicos(as) cirurgiões(ãs).

Entre o cuidado familiar e o cuidado profissional, contudo, existe um entre-lugar que é ocupado por um dos principais arranjos para a provisão do cuidado no caso brasileiro, além de ser uma das principais ocupações das

mulheres brasileiras, especialmente das mulheres negras. Como asseveram Guimarães, Hirata e Sugita (2011, p. 158):

Nessas circunstâncias, torna-se impossível pensar no mercado de trabalho para as atividades do ‘care’ sem levar em consideração a existência de uma notável fluidez de fronteiras que obscurece os limites entre trabalho profissional e o tradicional trabalho doméstico remunerado de ‘tomar conta’, de ‘cuidar’, aproximando, pois, os perfis da profissional do ‘care’ e da empregada de casa.

Desenrolando-se no cenário doméstico, mas mediando-se pelo formato assalariado, o trabalho doméstico remunerado consiste em um tipo de cuidado semiprofissional, já que, no contexto brasileiro, a diferenciação que se impôs historicamente pela ordem jurídica em relação à proteção trabalhista e social das trabalhadoras domésticas, contribuiu para que a profissão fosse desvalorizada (social e economicamente), precarizada (altos índices de informalidade e condições desiguais de acesso à proteção trabalhista e de seguridade social) e sem possibilidades de ascensão profissional. Por fim, a lacuna legal em relação à fixação da jornada de trabalho e ao pagamento de horas extras colocou as trabalhadoras domésticas no meio do caminho entre estar à disposição integralmente (típica do cuidado familiar) e estar à disposição de forma limitada (típica do cuidado profissional). Isso porque a Constituição Federal de 1988 previu uma cobertura social e trabalhista restrita às trabalhadoras domésticas, em comparação aos(às) demais trabalhadores(as). Apenas em 2013 foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional nº 478/2010, que garante a igualdade de tratamento legal à categoria.⁹

As trabalhadoras domésticas inserem-se de forma precária no círculo do cuidado, encontrando-se na encruzilhada entre o lugar de “carinho familiar” (a empregada é uma “agregada”, alguém “quase da família”, a quem se “ajuda” e surge uma relação de “amizade” etc.) e a “exploração econômica” (as empregadas são mal remuneradas, possuem jornada de trabalho intensa e apresentam indicadores educacionais abaixo da média nacional).

9 Em verdade, como este artigo foi elaborado enquanto se discutia a regulamentação infraconstitucional das alterações geradas pela PEC, ainda não é possível afirmar se todos os direitos de proteção trabalhista e social serão assegurados às trabalhadoras domésticas, e de que forma serão assegurados. O que se pode afirmar é que a CF-88 não prevê distinções a priori no tratamento da categoria, em relação à garantia de direitos.

Em verdade, os elementos “familiares” são absorvidos pelos “profissionais” para gerar uma situação de superexploração, o que concorre para tornar vulneráveis as trabalhadoras domésticas, sujeitas a viver humilhações e tratamento duro de quem recebe os cuidados, representando o exemplo mais bem acabado do que Soares (2010) denomina proletariado emocional. Esse híbrido de relação profissional com caricatura mal acabada de relações familiares, que acaba por responsabilizar as trabalhadoras domésticas não apenas pelo atendimento de necessidades concretas, mas também pelo emocional e afetivo, é um dos elementos que nos leva a denominar essa relação de cuidado semiprofissional.

O cuidado semiprofissional é intensamente feminizado. Basta notar que, em 2009, 93% do total de trabalhadores eram mulheres e as mulheres negras representavam 61,6% do total das trabalhadoras domésticas (IPEA, 2011), o que remete às tradições escravocratas e patriarcais do trabalho doméstico no Brasil, especialmente às figuras das amas de leite e amas secas, centrais para o cuidado durante a Colônia até metade do século XIX no Brasil (SEGATO, 2007). Mas além da explicação cultural, há uma razão econômica para o peso do trabalho doméstico remunerado para as práticas sociais do cuidado no Brasil: o relativo baixo custo dessa solução. Com efeito, em 2009, no Brasil, apenas 26,4% das trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada e o rendimento médio aferido por elas estava abaixo do salário mínimo (aquelas que não possuíam carteira assinada recebiam, em média, R\$ 321,10 por mês) (IPEA, 2011). Essa realidade foi, inclusive, induzida pela omissão histórica do Estado brasileiro em relação à equiparação de direitos dessas trabalhadoras aos(às) demais trabalhadores(as), quando da instituição da CF-88, o que só vem sendo reparado recentemente.

O relativo baixo custo econômico de contratação de uma trabalhadora doméstica, decorrente do desprestígio da profissão e da possibilidade de realização de longas jornadas, é condição para que as mulheres que pertencem às famílias com melhores condições financeiras possam recorrer, no todo ou em parte, a esse arranjo de cuidado, para poderem dispor de tempo livre, inclusive para inserção no mercado de trabalho. E, com isso, possam exercer atividade laboral sem terem que viver o custo pessoal dos desgastes intrafamiliares que a demanda por redivisão do trabalho doméstico dentro das famílias poderia causar.

O trabalho doméstico remunerado, que não é uma novidade do neoliberalismo, assume, nesse contexto, novos sentidos e formatações. As trabalhadoras domésticas tornaram-se um dos pilares das práticas sociais de

cuidado na nova divisão sexual do trabalho, o que Hirata e Kergoat (2007) denominam de relação de delegação, em que ocorre a transferência – total ou parcial – pela execução do cuidado, das mulheres de classes médias e altas para outras mulheres, sobretudo pobres e negras.

E é especialmente sobre as mulheres que não podem recorrer ao mercado para forjar meios de delegação do cuidado – e que, portanto, estão no beco sem saída dessas práticas sociais – que a sobrecarga do *déficit* do cuidado recai com mais intensidade, o que determina a diferenciação de acesso e permanência no mercado de trabalho, tornando-as adaptadas às diversas formas de precarização (CARLOTO; GOMES, 2011). Essa leitura nos permite suspeitar fortemente da afirmação de que a emancipação das mulheres se aperfeiçoou (PAUTASSI, 2010), vez que houve apenas um deslocamento no âmbito da divisão sexual do trabalho, no qual essa ilusória emancipação ficou condicionada a ter meios de delegar a outras a responsabilidade pelo cuidado. Ao invés de superação da divisão sexual do trabalho, há um jogo de sobreposição de presenças e ausências. São cruzadas, portanto, as histórias dos cuidados familiar, profissional e semiprofissional, sendo que, em todos os casos, as personagens principais são mulheres, ainda que o papel a elas reservado dependa, necessariamente, de condições específicas de classe, raça, geracional e outras.

Considerações finais

O cuidado pode ser compreendido em face das mais diversas abordagens, seja em relação ao recorte do objeto, seja em relação às matrizes teóricas e ideológicas que sirvam ao seu enquadramento. Trata-se de termo plurívoco que pressupõe decisões sobre a perspectiva analítica de aproximação ao tema. Ao optarmos por compreendê-lo sob a égide da divisão sexual do trabalho, recebemos os princípios da separação e da hierarquia para o definirmos como uma prática social essencial para a sustentabilidade da vida humana, desvalorizada e realizada por uma rede de mulheres. Entendemos, ainda, que essa abordagem do problema agrega contribuições relevantes aos estudos da feminização do mundo do trabalho, ao inserir novos elementos críticos às reflexões acerca das realidades experimentadas pelas mulheres no trabalho doméstico remunerado, não remunerado e na dupla presença. Em todos estes cenários, o cuidado

exerce importante ascendência sobre o destino das mulheres, tal qual ele foi conformado socialmente.

O cuidado é, ainda, uma relação material de atendimento de necessidades concretas, em um contexto de interação face a face e de interdependência, mas é também construção simbólica, integrando a dualidade ética que conforma o feminino e o masculino historicamente construídos e, analogamente, os espaços doméstico e público. O ideal da feminilidade se realiza na medida em que as mulheres cuidam.

A separação e a hierarquização que conformam as práticas sociais de cuidado vigentes são as verdadeiras barreiras para que o cuidado seja tão valorizado quanto é essencial para a sobrevivência humana. E para que seja realizado por e para todos(as), projetando-se como elementar para a definição de um repertório ético emancipatório. Qualquer agenda teórica ou política sobre a vivência das mulheres no mundo do trabalho deve considerar esta questão fundamental.

Referências

AGUIRRE, Rosario. Los cuidados familiares como problema público y objeto de políticas. In: ARRIAGAGA, Irma (Coord.) *Familia y políticas publicas em América Latina: uma história de desencuentros*. Santiago de Chile: Cepal, 2007, p. 187-198.

_____. *Las bases invisibles del bienestar social: el trabajo no remunerado en el Uruguay*. Montevideo: Unifem Uruguay, 2009, p. 87-123.

_____. A construção de um sistema nacional de cuidados no Uruguai. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Ano II, n. 4, 2012.

ÁVILA, Maria Betânia. *Notas sobre o trabalho doméstico*. In: LIMA, Maria Edinalva Bezerra et al. (Org.). *Transformando a relação trabalho e cidadania*. São Paulo: CUT Brasil, 2007.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Importância e motivações do Estado brasileiro para pesquisas de uso do tempo no campo de gênero. *Revista Econômica*, v. 12, n. 1, p. 47-63, 2010.

BATTHYÁNY, Karina. Cuidado de personas dependientes y género. In: AGUIRRE, Rosario. *Las bases invisibles del bienestar social: el trabajo no remunerado en el Uruguay*. Montevideo: Unifem Uruguay, 2009, p. 87-123.

_____. El cuidado infantil en Uruguay y sus implicancias de género. Análisis a partir del uso del tiempo. *Revista de Ciencias Sociales: Usos del tiempo, cuidados y bienestar. Desafíos de Uruguay y la región*, n. 27, p. 20-32, 2010. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/archivos/RevCienSoc27-.pdf>>. Acesso em: 25/01/2013.

BORDO Susan. A feminista como o Outro. *Revista de Estudos Feministas*, ano 8; 1. sem./2000. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9853>>. Acesso em: 19/02/2013.

BUBECK, Diemut Grace. Justice and the labor of care. In: KITTAY, Eva Feder; FEDER, Ellen (Org.) *The Subject of care: feminist perspectives on dependency*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2002, p. 160-185.

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. *Articulação trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e política de apoio às trabalhadoras*. São Paulo: FCC, n. 28, 2008.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (Org.) *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 1998. p. 323-356.

_____. Trabalho, Educação e Rendimento das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.) *Organização, Trabalho e Gênero*. São Paulo: Senac, 2008. p. 43-87.

_____. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Revista de Estudos Feministas*, v. 7, n. 1, 2012, p. 33-50.

CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Anne Grace. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. *Serviço Social*, n. 105, p. 131-145, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n105/08.pdf>>. Acesso em: 19/02/2013.

CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana: un asunto de mujeres? *Mientras Tanto*, n. 82, 2011.

CARRASQUER OTO, Pilar. La doble presencia: el trabajo y el empleo femenino em las sociedades contemporáneas. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona. 2009. Disponível em: <<http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/5147/pco1de1.pdf;jsessionid=D22076980E2A998C7F70BB5F7E837B45.tdx2?sequence=1>>. Acesso em: 19/02/2013.

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. *Jornal Fêmea*, n. 171. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/jornalfemea171.pdf>>.

COSTA, Amanda F. *Relatório Final Individual – Feminização e feminilização: os trabalhos de cuidados*. Relatório da Prática de Pesquisa 1, Departamento de Serviço Social, Grupo de Pesquisa TEDis. Brasília-DF: Universidade de Brasília, março/2013.

DURÁN, María Ángeles. *O valor do tempo: quantas horas te faltam ao dia?* Brasília: SPM, 2010.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova*, n. 24, 1991.

_____. Un nuevo examen comparativo de los distintos regímenes del bienestar. In: _____. *Fundamentos sociales de las economías postindustriales*. Barcelona: Ariel, 2000, p. 101-127.

GHERARDI, Natalia; PAUTASSI, Laura; ZIBECCHI, Carla. *De eso no se habla: el cuidado en la agenda pública – Estudio de opinión sobre la organización del cuidado*. Buenos Aires: Equipo Latinoamericano de Justicia e Género, 2012.

GILLIGAN, Carol. *In a different voice*. Londres: Harvard Press, 1982.

GÓMEZ, Laura Nuño. *El mito del varón sustentador: orígenes y consecuencias de la división sexual del trabajo*. Barcelona: Icaria, 2010.

GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

GUIMARAES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de ‘care’ no Brasil, França e Japão. *Sociologia & Antropologia*, v. 1, n. 151, 2011, p. 151-179.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em: 19/02/2013.

HIRATA, Helena. *Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França e Japão*. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. RJ: FGV, 2008, p. 263-278.

_____. Globalização e divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo et al. (Org.) *Trabalho flexível, empregos precários*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 145-167.

_____. Teoria e prática do 'care': estado sucinto da arte, dado de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2010, p. 42-55.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2012/SIS_2012.pdf>. Acesso em: 19/02/2013.

IPEA – Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4. ed. Brasília, 2011.

_____. Trabalho para o mercado e trabalho para a casa: persistentes desigualdades de gênero. *Comunicado do Ipea*, n. 149, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523_comunicadoipea0149.pdf>. Acesso em: 19/02/2013.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.

KITTAY, Eva Feder. *When caring is just and justice is caring: justice and mental retardation*. In: KITTAY, Eva Feder; FEDER, Ellen (Org.) *The subject of care: feminist perspectives on dependency*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2002, p. 257-276.

MCINTOSH, Mary. Feminism and social policy. In: PIERSON, Christopher; CASTLES, Francis (Org.) *The welfare state reader*. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2007, p. 120-133.

MARCONDES, Mariana Mazzini. *A corresponsabilização do Estado pelo cuidado: uma análise sobre a política de creches do PAC-2 na perspectiva da divisão sexual do trabalho*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2013.

MARCONDES, Mariana Mazzini; YANNOULAS, Silvia Cristina. Práticas sociais do cuidado e a responsabilidade do Estado. *Ártemis*, n. 13, v. 1-2, 2012, p. 91-107.

MARTÍNEZ FRANZONI, Juliana. *Regímenes de bienestar en América Latina: consideraciones generales e itinerarios regionales*. *Revista Centroamericana de Ciencias Sociales*, v. 2, n. 2. Costa Rica, 2005, p. 41-77. Disponível em: <<http://www.flacso.or.cr/fileadmin/documentos/FLACSO/revista4.pdf>>. Acesso em: 10/01/2012.

MOLINIER, Pascale. A dimensão do cuidar no trabalho hospitalar: abordagens psicodinâmicas do trabalho de enfermagem e dos serviços de manutenção. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 33, n. 118, 2008, p. 06-16.

_____. *Ethique et travail du care*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL: O QUE É O 'CARE'? São Paulo: USP, 2010.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O trabalho duplicado – A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PATERMAN, Carole. The patriarchal welfare state. In: PIERSON, Christopher; CASTLES, Francis (Ed.). *The welfare state reader*. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2007, p. 134-150.

PAUTASSI, Laura. Cuidado y derechos: la nueva cuestión social. In: MONTAÑO, Sonia; CALDERÓN; Coral (Coord.) *El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo*. Santiago de Chile: Cepal, 2010, p. 69-92. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/9/40119/CUE94.pdf>>.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2002.

RICOLDI, Arlene Martinez. A noção de articulação entre família e trabalho e políticas de apoio. *Mercado de trabalho*, n. 42, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt42/05_notas_tecnicas03_nocao.pdf>. Acesso em: 19/02/2013.

RUDDICK, Sara. *Maternal thinking: toward a politics of peace*. Boston: Beacon Press, 1989.

SEGATO, Rita. O Édipo brasileiro: ensaio psicanalítico sobre a feminilidade, criação e maternidade. In: STEVENS, Cristina (Org.) *Maternidade e Feminismo. Diálogos Interdisciplinares*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

SOARES, Angelo. As emoções do 'care'. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL: O QUE É 'CARE'? São Paulo: USP, ago./2010. Disponível em: <http://seminarioelcuidado.net/wp-content/uploads/2011/02/2010_care_texto5-AngeloSOARES.pdf>. Acesso em: 19/02/2013.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danieli Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, v. 37, n. 132, 2007, p. 573-594. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0437132.pdf>>. Acesso em: 19/02/2013.

SOS CORPO; DATAPOPULAR. *Trabalho remunerado e trabalho doméstico – uma tensão permanente*, 2012. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/pesquisas/pesquisa_trabalho_portal.pdf>. Acesso em: 19/02/2013.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

TORNS, Teresa. La política de tiempo: un reto para las políticas del Estado del bienestar. In: U. Huelva. Barcelona, 2004. Disponível em: <<http://rabida.uhu.es/dspace/bitstream/handle/10272/2440/b15146820.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25/01/2013.

TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 186-204.

_____. Assistência democrática e democracias assistenciais. *Sociedade & Estado*, v. 22, n. 2, p. 285-308, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n2/03.pdf>>. Acesso em: 19/02/2013.

_____. *Moral Boundaries: a political argument for an ethic of care*. New York: Routledge, 2009.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Gênero e mercado de trabalho: situando a problemática. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.) *A convidada de pedra. Mulheres e políticas públicas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supracional. Um olhar a partir do Brasil 1988-2002*. Brasília: Flacso/Abaré. 2003, p. 48-62.

_____. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, ano 11, n. 22, p. 271-292, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/1368/1583>>. Acesso em: 19/02/2013.

CONCLUSÃO

A feminização na produção científica recente: um conceito difuso de compreensão necessária¹

Anabelle Carrilho

Iniciando o *fnale*

Atualmente, quando nos referimos em sentido amplo à feminização, estamos nos referindo a um termo utilizado para designar, descrever ou explicar difusamente uma série de fenômenos distintos, como: a entrada e impactos das mulheres no mercado de trabalho e nichos profissionais, o envelhecimento crescente da população feminina, o aumento de mulheres com HIV/Aids, as características diferenciadas da pobreza das mulheres. Tal amplitude torna teórica e politicamente importante a definição e compreensão deste conceito para os feminismos e estudos de gênero, que também o têm utilizado e acompanhado o aumento de seu emprego em produções científicas e técnicas.

No âmbito deste livro, e das pesquisas realizadas no Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis), nosso foco está na feminização das profissões, no qual o termo relaciona-se primordialmente à segregação ocupacional ou setorial por sexo, quer dizer, a maneira como

1 Os dados levantados por Costa (2012a) discutidos nesta Conclusão foram apresentados preliminarmente no decorrer de 2012 em eventos internacionais e nacional por Sílvia Cristina Yannoulas: Seminário Internacional da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Trabalho Docente (Redestrado), em julho, em Santiago do Chile (ver YANNOULAS, 2012); Congresso Latino-Americano de História das Mulheres, em setembro, em Buenos Aires; e Seminário sobre Feminização do Trabalho Docente realizado pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado), em novembro, em Belo Horizonte. Tais informações foram posteriormente sistematizadas, analisadas e apresentadas por Anabelle Carrilho no contexto da disciplina Tópicos Especiais em Serviço Social – Cidadania e Gênero, do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, ministrada no segundo semestre do mesmo ano pela professora Marlene Teixeira.

homens e mulheres se distribuem entre as diversas ocupações ou setores econômicos de atividade (SALAS; LEITE, 2008). Assim, o esforço coletivo nesta publicação reflete ansiedades de um conjunto de pesquisadoras latino-americanas na compreensão do fenômeno da feminização, principalmente quando relacionado a um processo específico de separação e hierarquização das profissões e ocupações a partir das relações de gênero.

Segundo ainda estes autores (Ibidem), uma das vertentes explicativas existentes para a segregação ocupacional por sexo está no individualismo metodológico, que considera as diferenças e as desigualdades dela decorrentes como resultado de boas ou más escolhas dos indivíduos. Os estudos feministas e de gênero desmistificam esta compreensão, ao mostrar que relações socialmente estabelecidas entre os sexos direcionam os desejos individuais a partir de concepções generificadas, reproduzidas por estruturas e instituições como a família, as escolas, as universidades e as empresas. Estas acabam por conformar decisões diferenciadas, na qual a maioria das mulheres, não por mera coincidência, “escolhe” áreas de conhecimento e profissões adequadas a um padrão de feminilidade. Ou seja, feminizadas e menos valorizadas.

Consideramos ainda a feminização e/ou masculinização de espaços de conhecimento e profissionais uma questão fundamental não só diante da centralidade da atividade laboral para a conquista de autonomia das mulheres e para a constituição da sociabilidade humana, mas pela sua importância para o desenho e implementação das políticas sociais. A geração de trabalho e renda é considerada uma alternativa possível a situações de violência, dependência e discriminação (HIRATA; SEGNINI, 2007).

É neste panorama que o presente livro se dedicou à apreciação crítica do exercício profissional das mulheres na América Latina, sob a perspectiva da feminização de áreas ocupacionais, sejam elas socialmente masculinizadas (Primeira Parte) ou feminizadas (Segunda Parte), e de políticas sociais voltadas para a questão da feminização da pobreza. Longe de encerrar o debate, mas no intuito de provocar reflexões futuras importantes, tentaremos tecer nesta Conclusão o perfil das publicações brasileiras recentes a partir de levantamento realizado por Costa (2012a) e trazer algumas contribuições para a análise do que se tem debatido sobre o conceito, além de sugestões para estudos posteriores. Entendemos que a compreensão e contextualização dos significados mais comumente utilizados para tratar deste tema serão capazes de contribuir para a construção de uma categoria teórica e politicamente importante para os estudos de gênero e feministas.

Perfil das publicações sobre feminização no Brasil

Em relação às mais recentes conceituações do termo feminização, Yannoulas (1996; 2011; 2012) estabelece uma diferenciação entre os elementos quantitativos (feminilização) e qualitativos (feminização de fato) deste processo, que foi central durante a análise das pesquisas sobre o tema. Segundo a autora, analisar a feminização de um espaço, especialmente profissional ou de conhecimento, implica na intrínseca relação entre estes dois aspectos. No entanto, suas publicações, pesquisas e observações no Grupo TEDis têm mostrado que grande parte dos(as) autores(as) faz menção aos dois termos indistintamente, muitas vezes designando como feminização fenômenos estritamente ou majoritariamente quantitativos.

No contexto do projeto de pesquisa “Trabalho e Relações de Gênero: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações”, aprovado pelo Edital Universal MCT/CNPq Nº 014/2011, que viabilizou a organização e publicação do presente livro, alguns aprofundamentos e contribuições à discussão foram possíveis. A partir da apreciação mais sistemática de resumos e textos completos de artigos, dissertações e teses *on-line* levantados por Costa (2012a) utilizando os marcadores feminização e feminilização, nas bases eletrônicas *Scientific Electronic Library Online – Scielo*, Google Acadêmico Beta e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em abril de 2012, pudemos confirmar ou desmistificar algumas destas hipóteses iniciais. O referido levantamento retornou 110 produções, publicadas especialmente na última década, dentre as quais 71 dissertações/teses e 39 artigos científicos. A autora dividiu as publicações em categorias, a saber:

- Ano de publicação.
- Metodologia empregada: quantitativa, qualitativa ou quanti-qualitativa.
- Área disciplinar dos trabalhos científicos e dos(as) autores(as).
- Categoria acadêmica das dissertações e teses (mestrado ou doutorado).

Nesta seção, nos deteremos na caracterização de cada um dos grupos categorizados.

Em relação ao ano de publicação, o corte temporal dos achados (1997-2011) mostra o quão recente é a menção mais sistemática do conceito, revelando um salto entre os anos 2006 a 2011, com uma média

de 14 publicações ao ano que utilizaram feminização ou feminilização para se referir a algum fenômeno, contra a média de apenas 3 de 1997 a 2005 (Tabela 1).

Tabela 1. N de publicações por ano (1997-2011)

Ano de publicação	Artigos	Dissertações e Teses	Total
1997	1	0	1
1998	1	0	1
1999	0	0	0
2000	2	0	2
2001	0	2	2
2002	2	0	2
2003	1	2	3
2004	3	4	7
2005	3	4	7
2006	2	6	8
2007	3	16	19
2008	7	18	25
2009	6	4	10
2010	2	10	12
2011	6	5	11
Total	39	71	110

Fonte: COSTA (2012a).

Quanto à metodologia empregada, a maior parte dos estudos encontrados foi considerada qualitativa (66%), seguida dos quanti-qualitativos (20%) e dos quantitativos (14%) (Tabela 2). Este fato pode ser justificado pelo grande número de publicações e autores/as em áreas das ciências da Educação, Humanas e Sociais, conforme Tabela 2:

Tabela 2. Publicações por metodologia empregada

Tipo de análise	Artigos	Teses e dissertações
Quantitativa	8	7
Qualitativa	22	51
Quantitativa-qualitativa	9	13
Total	39	71

Fonte: COSTA (2012a).

Foram identificadas mais de 25 áreas disciplinares/de conhecimento diferentes de pesquisadores(as), instituições ou periódicos que empregaram os termos feminização/feminilização, desde o Serviço Social e a Sociologia até a Química e a Engenharia, o que confirma o perfil multidisciplinar e de pluralidade de acepções que lhes são designadas. Conforme as Tabelas 3 e 4, a maior parte das teses e dissertações encontradas foi da área de conhecimento “Educação” (22%) e de artigos científicos de “Saúde Pública” (18%). Em relação aos(as) autores(as) dos estudos de pós-graduação, em sua maior parte eram estudiosos/as das Ciências Humanas ou Sociais (24%),² seguido de Enfermagem (18%) e Pedagogia (14%) (Tabela 5). Esta constatação está no cerne da discussão recente sobre feminização, que envolve diferentes significados e acepções teóricas e metodológicas, questão que será mais abordada no próximo item: “Feminização: um conceito difuso em foco”.

Tabela 3. Publicações por área do conhecimento. Dissertações e teses

Área de conhecimento	Número de dissertações e teses
Educação	16
Ciências	10
Gerontologia	5
Psicologia	6
Sociologia	7
Enfermagem	10
Economia	2
História	1
Políticas Públicas	2
Política Social	1
Medicina	2
Agronomia	1
Biologia	2
Serviço Social	1
Antropologia	1
Saúde Coletiva	2
Demografia	1
Administração	1
Total	71

Fonte: COSTA (2012a).

2 Para chegar a este número, procedemos à soma de pesquisadores(as) das áreas de Ciências Sociais, Geografia, História e Serviço Social.

Tabela 4. Publicações por área do conhecimento. Artigos científicos

Área de conhecimento da revista	Número de Artigos
Serviço Social	1
Estudos Gênero	4
Ciências Sociais	2
Epidemiologia	2
Saúde Coletiva	1
Psicologia	5
Medicina Tropical	1
Saúde Pública	7
Enfermagem	1
Saúde	1
Educação	4
Endocrinologia	1
Odontologia	1
Documentação	1
Medicina	1
Neurologia	1
Medicina Tropical	3
Saúde Coletiva	1
Diversas Áreas	1
Total	39

Fonte: COSTA (2012a).

Tabela 5. Publicações por área do conhecimento. Pesquisadoras(es) e autoras(es) de dissertações e teses

Área do Conhecimento	Pesquisadores/Autores
Ciências Sociais	8
Economia	2
Psicologia	8
Biologia	6
Engenharia	1
Medicina	7
Pedagogia	10
Enfermagem	13
Serviço Social	4
Agronomia	1
História	4
Fisioterapia	2
Geografia	1
Administração	1
Química	1
Tecnologia da Informação	1
Direito	1
Total	71

Fonte: COSTA (2012a).

Corroborando ainda mais as afirmações do parágrafo anterior, ao considerar a localização geográfica das produções sobre feminização (Tabela 6), as teses e dissertações encontradas estão distribuídas em universidades de 14 estados e em todas as regiões brasileiras, com concentração no Sudeste (56%), mais especificamente em São Paulo (40%). Tal diversidade está refletida nas diferentes instituições e locais de origem das pesquisadoras que compõem o presente livro, não apenas brasileiras.

Tabela 6. Distribuição das publicações (dissertações e teses) por Região e estado

REGIÃO/ESTADO	Nº	%
CENTRO-OESTE	5	7%
Distrito Federal	2	3%
Goiás	2	3%
Mato Grosso do Sul	1	1%
NORDESTE	14	20%
Bahia	4	6%
Ceará	3	4%
Maranhão	2	3%
Paraíba	2	3%
Rio Grande do Norte	3	4%
NORTE	1	1%
Pará	1	1%
SUDESTE	40	56%
Minas Gerais	7	10%
Rio de Janeiro	4	6%
São Paulo	29	40%
SUL	11	16%
Rio Grande do Sul	9	13%
Santa Catarina	2	3%
TOTAL	71	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de COSTA (2012a).

Feminização: um conceito difuso em foco

Sobre as publicações encontradas, mapear este perfil nos deu pistas importantes para a caracterização metodológica e epistemológica da utilização do termo feminização. De maneira geral, e em acordo com os achados de Yannoulas (2012) em busca realizada um ano antes (abril de 2011), a característica mais marcante foi o uso indiscriminado dos termos feminilização e feminização para fazer referência aos processos estudados (quantitativos ou qualitativos). Identificou-se, também em conformidade com a autora, uma grande variedade de significados e metodologias para referir-se ao conceito, destacando-se uma preferência pelo tratamento quantitativo dos elementos associados à feminização pela área de Saúde, uma tendência quanti-qualitativa no uso pelas Ciências Sociais, e especialmente qualitativa em relação aos fenômenos associados à pobreza, migração e violência.

Puderam ainda ser observadas outras nuances e reiterações. Em primeiro lugar, as produções brasileiras recentes que tratam sobre a feminização e se reconhecem de alguma forma como parte dos estudos de gênero e/ou feministas, ao utilizar esta categoria, parecem ter a intenção de fazer referência a um conjunto quanti-qualitativo de variáveis às quais não se pode estabelecer maior ou menor importância, a não ser pela incansável análise social e historicamente situada de dada realidade (BERGOZZA,³ 2010; ABREU, 2008; BARBALHO, 2008; DIAS, 2008; CABRAL, 2006; PEREIRA, 2005; WERLE, 2005). Consideramos este um avanço conceitual, em se tratando de um termo tão amplamente empregado, e uma vez que situar o conceito não significa que ele não esteja carregado de sentido para além dos casos particulares. Ao contrário, a recorrente utilização fortalece seus significados, especialmente o de tentar ser uma fonte explicativa não apenas sobre o espaço específico ao qual se refere, mas também aos fatores sócio-históricos que levam a relações generificadas, ou seja, à atribuição de características como naturalmente femininas ou masculinas em determinada época e lugar (YANNOULAS, 2011).

Em segundo lugar, nas publicações encontradas e analisadas sobre a feminização relacionada especificamente à segregação ocupacional – um

³ Cabe aqui destacar que em Bergozza (2010), a distinção entre feminização e feminilização aparece, mas no sentido oposto ao proposto por Yannoulas (2012; 2011; 1996), sendo o conceito de feminização correspondente à entrada numérica de mulheres em um espaço e feminilização às mudanças qualitativas dela decorrentes.

dos focos deste livro, observou-se que os princípios da divisão sexual do trabalho: separação horizontal e hierarquização vertical⁴ mantêm-se universais, mesmo que em diferentes concepções, culturas e momentos históricos possam variar os conteúdos e requisitos exigidos para o exercício das profissões. A partir desta aceção, a feminização, fenômeno em constante mutação temporal e espacial (YANNOULAS, 2011), pode contribuir à investigação mais aprofundada das inflexíveis relações de gênero no mundo laboral, sendo um indicador de que, independente da situação ou arcabouço teórico-metodológico utilizado, a distância entre os grupos de sexo permanece bastante estável através dos tempos (HIRATA; KERGOAT, 2008).

Investigação de Costa (2012b) sobre feminização do trabalho no contexto de reestruturação produtiva encontrou que as principais características atribuídas às mulheres no âmbito profissional, como sensibilidade, altruísmo, polivalência e observação dos detalhes, mesmo quando consideradas “positivas” pelo mercado, não lhes proporcionam melhores salários, condições ou ascensão, pois reproduzem atributos considerados dons femininos naturais e não conhecimentos adquiridos. Conseqüentemente, as profissões ou atividades exercidas pelas mulheres são principalmente aquelas rotineiras, repetitivas, monótonas, desvalorizadas, empíricas e aplicadas, relacionadas e sobrepostas aos trabalhos de cuidado e às tarefas domésticas. Assim, as mulheres acabam assumindo as ocupações e postos mais precários e flexibilizados, ou se impondo a fazer mais que os homens para provar sua capacidade e avançar em suas carreiras. Ambas as estratégias (conscientes ou não) acabam por intensificar o trabalho dito feminizado.

Trabalhadoras foi organizado em duas partes tratando dos processos de feminização e masculinização de maneira distinta, porém inter-relacionada. Cabral (2006) questiona por que a feminização (quantitativa e qualitativa) ocorreu mais efetivamente em espaços como a Biologia e a Medicina e encontra ainda muitas barreiras em áreas tecnológicas e exatas. O que conforma estas paredes e tetos de vidro, tão recorrentemente citadas na produção acadêmica e técnica feminista, e que impedem a entrada numérica e a ocorrência de transformações qualitativas em alguns campos de conhecimento e profissionais? Por que tais resistências persistem apesar dos avanços tecnológicos e das mudanças históricas, sociais e culturais?

4 Para o aprofundamento sobre os princípios que regem a divisão sexual do trabalho, ver: YANNOULAS (2012; 2011; 2003) e KERGOAT (2009).

Análise de dados brasileiros ao longo do século XX, realizada por Cappellin (2008), mostrou como as trabalhadoras com alta escolaridade são acometidas pela persistência da segregação ocupacional por sexo, que muda contextualmente, mas não se altera em sua estrutura. Segundo a autora, uma das causas desse complexo processo consiste no fato de que a divisão sexual do trabalho está intimamente imbricada com as relações de gênero, uma vez que a dimensão econômica e as instituições estão permeadas pelas subjetividades pessoais e sociais, ou seja, por estereótipos e intolerâncias.

Esta estrutura sexista se concretiza, conforme antes mencionado, nos menores salários e piores condições laborais das mulheres, mesmo entre as mais escolarizadas, além de ser a fonte do “telhado de vidro”, termo cunhado pelas feministas norte-americanas na década de 1980 para designar “barreiras invisíveis e artificiais criadas pelas atitudes e preconceitos organizacionais que bloqueiam a ascensão das mulheres” (CAPPELLIN, 2008, p. 96).

A partir deste conceito, surgiu o de “paredes de vidro”, definido “pela existência de filtros na exclusão e a diferenciação de oportunidades, cruzada com os setores econômicos” (Ibidem, p. 97). Ou seja, além de estarem sub-representadas nos postos de decisão e comando, quando os assumem, as mulheres são ainda majoritariamente designadas para áreas consideradas menos estratégicas (aquelas relacionadas com características atribuídas à reprodutividade e à feminilidade), onde estão quantitativamente concentradas. E são ainda mais raras naqueles espaços considerados estratégicos e ligados à produtividade.

Esta realidade não é diferente em campos pretensamente neutros e meritocráticos, como a pesquisa científica. Autoras feministas já detectaram neste âmbito os mesmos mecanismos que combinam os vetores horizontais e verticais da divisão sexual dos conhecimentos e do trabalho, assim como as paredes e o teto de vidro que de maneira invisível e informal impedem que as mulheres estejam representadas em certos campos de conhecimento e no topo das carreiras científicas, mesmo naquelas em que são maioria (YANNOULAS, 2003; BANDEIRA, 2008; LIMA, 2008).

Lima (Ibidem), por meio da análise com pesquisadoras na área da Física, encontrou variadas barreiras internalizadas e externas que excluem as mulheres do discurso científico hegemônico, especialmente em áreas social e historicamente masculinizadas, impedindo seu acesso, permanência e ascensão. Além disso, visualizou uma perspectiva de lentas mudanças pela

crença de um determinismo cultural, para além do biológico, responsável por manter, perpetuar e justificar as estruturas binárias de gênero como um componente fora da história, quase universal e, portanto, imutável.

Por que tão poucas? E por que tão devagar? Retomadas por Marcia Barbosa e Betina Lima, assim como por Maria Rosa Lombardi já no título de seus capítulos, estas duas questões fundamentais para os feminismos perpassaram transversal e multidisciplinarmente os capítulos da Primeira Parte: Explorando Territórios – Mulheres em Trabalhos Masculinos, onde se discutiu desde aquelas profissões de maior prestígio, como as engenheiras, a Física (comparativamente à Medicina) e a Matemática, até aquelas que se constituem mais precariamente, como a Construção Civil.

Na Segunda Parte: Revisitando Territórios – Mulheres em Trabalhos Femininos, um dos eixos principais foi a abordagem do paradoxo suscitado pela discussão sobre a feminização do trabalho: tem-se, de um lado, a desvalorização e precarização de ocupações consideradas femininas e, de outro, a valorização pública e profissionalização, mesmo que precária, de atividades historicamente exercidas pelas mulheres no mundo privado, como a educação dos(as) filhos(as) e o cuidado de deficientes e idosos (ABREU, 2008; DIAS, 2008). No caso do magistério, abordado neste segundo bloco, a transformação de parâmetros que tornou a profissão mais próxima aos aprendizados das mulheres foi o que possibilitou a opção de entrada de muitas delas no espaço público, como mostra o significado das primeiras Escolas Normais no Brasil⁵ (YANNOULAS, 2012; 2011; 1996; BERGOZZA, 2010; ABREU, 2008; WERLE, 2005).

Em relação à Saúde, observa-se que, mesmo em campos feminizados, a segregação ocupacional ainda hoje é uma realidade latente. Segundo Dias (2008), nesta área, discutida em dois capítulos da Segunda Parte do Livro, a participação das mulheres, apesar de ocorrer também nas profissões de maior prestígio, como a Medicina, está concentrada em ocupações de baixa qualificação como atendentes e serventes, especialmente em locais ligados à maternidade, ao cuidado, higiene e assistência.

No segundo bloco, foi crucial ainda a abordagem sobre a relação entre a divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados e a feminização, precarização, desvalorização e intensificação de determinadas atividades profissionais, como destacado no capítulo de Mariana Mazzini Marcondes. Especialmente em relação aos trabalhos de cuidado exercidos na América

5 Agradeço a Sílvia Yannoulas por apontar a importância deste aspecto.

Latina pelas mulheres negras e mestiças, seja como cuidadoras, empregadas domésticas ou babás, é importante ressaltar como as diferenças de trajetória histórica entre as próprias mulheres têm impactos atualmente na questão da feminização.

No Brasil, o processo de feminização/masculinização das profissões difere historicamente em relação à classe social e raça. Desde o período colonial, enquanto as mulheres ricas pouco tinham acesso à educação e ao trabalho fora de casa, as negras e brancas pobres já faziam parte do mundo público, ocupadas em atividades como o comércio ambulante e a prostituição (FIGUEIREDO, 2011; ABREU, 2008). Na medida em que as necessidades econômicas e a industrialização e urbanização nacionais passam a justificar e requerer cada vez mais a presença das mulheres no mercado formal ou informal, esta também se traduz em desigualdades de acesso às políticas sociais. A escassez de creches e outros aparatos estatais de cuidado, por exemplo, estimula a criação de laços de solidariedade e a prática do “se virar” (HIRATA; KERGOAT, 2008) especialmente entre as mulheres pobres (ABREU, 2008).

Por fim, voltando a ampliar feminização a outros significados para além da segregação ocupacional, *Trabalhadoras* teve como um de seus objetivos suscitar também a discussão em torno da feminização da pobreza. Entre as publicações levantadas por Costa (2012a), existem ambiguidades em relação a esta utilização. Bustorff (2010) encontrou, em documentos governamentais brasileiros que orientam políticas de saúde para as mulheres, que este conceito não está relacionado a um processo quantitativo, mas sim qualitativo de precarização, piores condições de trabalho e menores salários das mulheres, o que corrobora a categorização qualitativa dada a este tema por Yannoulas (2012), conforme citado anteriormente.

Por outro lado, Costa (2009) destacou e criticou como o termo feminização da pobreza está carregado de discriminação, ao considerar especialmente as mulheres negras e chefas de família como vítimas passivas e impotentes de um “sistema multiplamente opressor”, reflexão que deve estar incorporada na proposição e gestão de programas de transferência condicionada de renda, duplamente discutidos na Segunda Parte. Independentemente da concepção, a feminização mostra-se uma categoria valiosa para a discussão das políticas sociais de geração de trabalho e renda, que devem ir além de ter mulheres como beneficiárias, mas assumir o enfoque de gênero (MELO; BANDEIRA, 2005).

Um debate que não se esgota

Segundo Butler (2006), uma mesma categoria pode ser apropriada por diversas concepções políticas, inclusive divergentes, o que não significa que deva ser abandonada ou não seja estrategicamente importante. Na ação transformadora em que se inserem os estudos de gênero e feministas, os conceitos devem ser constantemente questionados. Em relação à feminização, as produções mais recentes foram a representação das diferentes formas de compreensão, limites e potencialidades das percepções teóricas que as orientam. Entretanto, a reflexão acerca dos usos e significados atuais do conceito nos leva a tentar compreender sua validade universal, apesar de estar histórica e epistemologicamente situado a partir de onde, quando e quem o está utilizando e sua intencionalidade.

Ou seja, se constitui como uma categoria mutável e múltipla, que também deve ser objeto de constante questionamento (YANNOULAS, 2011). Tal constatação não é apenas teórica, mas também necessariamente política (YANNOULAS, 2011; 2012), na medida em que cada vez mais se verifica a utilização do termo para designar fenômenos que são demandas históricas do movimento feminista e agenda frequente das políticas sociais, seja de forma universal ou segmentada (inserção no mercado de trabalho, saúde, pobreza etc.).

Já em relação ao foco de nossa análise – a feminização relacionada à segregação ocupacional por sexo – podemos tecer alguns apontamentos inicialmente conclusivos:

- a) Parece claro que os processos quantitativos (entrada de mulheres) e qualitativos (mudanças objetivas e subjetivas no exercício e requisitos profissionais) da feminização estão profundamente imbricados (YANNOULAS, 2012; 2011; 1996).
- b) Em acordo com Abreu (2008) e Werle (2005), constatamos ainda que, independente do viés predominantemente quantitativo ou qualitativo de análise ou do referencial epistemológico e disciplinar de quem discute, a feminização das ocupações está para além do exercício pelas mulheres de determinada profissão, uma vez que os atributos e significados socialmente femininos encontram-se inclusive nas práticas dos homens inseridos em áreas ditas feminizadas e das mulheres naquelas historicamente masculinizadas.

Entretanto, estas duas colocações não refletem nossa principal conclusão neste livro ou no âmbito da pesquisa “Trabalho e Relações de Gênero: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações” em andamento pelo TEDis. O que se nos apresenta de mais difícil análise é a compreensão sobre como e por que determinadas relações complexas entre quantidade e qualidade em algum tempo e lugar resultam em conhecimentos ou profissões designadas como socialmente feminizadas ou masculinizadas. Mais ainda: como estas designações, apesar de suscetíveis às conjunturas, estão às vezes tão profundamente arraigadas, que mesmo mudanças concretas (como avanços tecnológicos, p.ex.), não são capazes de alterar seu *status* generificado.

No processo coletivo de discussão dos dados da pesquisa e elaboração das conclusões, o Grupo TEDis percebeu claramente que a discussão sobre a temática não se encerra e remete sempre a novos interrogantes assim que uma investigação aparentemente se conclui. Além disso, surgem lacunas provisórias para estudos posteriores que provavelmente apontarão outras subseqüentes. Alentadas pelas reflexões das pesquisadoras feministas que se debruçaram sobre o tema, apontamos aqui algumas delas. Em primeiro lugar, para entender a feminização das ocupações é necessário o aprofundamento do que foi proposto na Primeira Parte, o estudo detido sobre o conceito de masculinização de áreas profissionais e do conhecimento em determinados contextos. Como e por que continuam pouco e tão lentamente permeáveis às mulheres, vinculando-se repetidamente na história a comportamentos e características naturalizadas como inerentes aos homens? De que maneiras funcionam os mecanismos que reproduzem as relações de gênero, mesmo considerando as poucas mulheres que conseguem adentrar tais espaços da masculinidade?

A reflexão sobre a diferenciação entre aspectos quantitativos e qualitativos da feminização remete também a outros questionamentos que pudemos aprofundar nesta publicação e que continuarão a balizar futuras investigações, como: a inserção numérica de mulheres em determinado espaço é suficientemente capaz de causar transformações em seu funcionamento? É necessário o aumento quantitativo de mulheres para proporcionar mudanças ou ao contrário, sua entrada é permitida após alterações subjetivas e qualitativas nestes âmbitos?

Indo mais além, em relação ao paradoxo da feminização: as políticas sociais, ao levar o cuidado da esfera privada para a pública, impulsionaram a inserção das mulheres no mercado de trabalho, por

haver uma correlação naturalizada entre cuidados e mulheres? E em que medida esta associação quase automática, incentiva ou impede a inserção das mulheres em outros postos, mais masculinizados e socialmente valorizados? Quanto às diferenças entre as trajetórias das mulheres: como o fenômeno da feminização se reconfigura a partir das questões de raça, etnia e classe social?

O que nos move não é necessariamente a busca pelas respostas, mas sim este constante reinventar-se, discutido sob vários nomes, conceitos e aspectos teórico-metodológicos pelas pesquisadoras e ativistas feministas pelos tempos e espaços.

Referências

ABREU, Janette Maria França de. *Relações de gênero e suas influências na escolha do curso de Pedagogia do Campus I da Universidade Federal do Maranhão*. 167f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008. Disponível em: <http://www.tedebuc.ufma.br/tde_arquivos/11/TDE-2009-07-23T163052Z-318/Publico/JANETTE%20MARIA%20FRANCA%20DE%20ABREU.pdf>. Acesso em: 01/03/2013.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Estudos Feministas*, v. 1, n. 16, p. 207-228, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a20v16n1.pdf>>. Acesso em: 14/12/2009.

BARBALHO, Rennê Martins. *A feminização das carreiras jurídicas: construções identitárias de advogadas e juízas no âmbito do profissionalismo*. 194f. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2130>. Acesso em: 16/10/2011.

BERGOZZA, Roseli Maria. *Escola complementar de Caxias: histórias da primeira instituição pública para formação de professores na cidade de Caxias do Sul (1930-1961)*. 174f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <http://tede.ucs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=405>. Acesso em: 21/03/2013.

BUSTORFF, Leila Alcina Correia Vaz. *O conceito de gênero nas políticas públicas que orientam a atenção à saúde da mulher: revisão integrativa da literatura*. 165 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1520>. Acesso em: 21/03/2013.

BUTLER, Judith. *Deshacer el Género*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2006.

CABRAL, Carla Giovana. *O conhecimento dialogicamente situado: histórias de vida, valores humanistas e consciência crítica de professoras do centro tecnológico da UFSC*. 430 f. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/tesesimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=48>. Acesso em: 24/03/2013.

CAPPELLIN, Paola. As desigualdades impertinentes: telhado, paredes ou céu de chumbo? *Gênero*, v. 9, n. 1, p. 89-126, 2008. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/97/73>>. Acesso em: 19/04/2013.

CARRILHO, Anabelle. *Feminização do trabalho no contexto de reestruturação produtiva no Brasil: reprodução e intensificação*. CONGRESO LATINO AMERICANO DE HISTORIA DE LAS MUJERES, Buenos Aires, 2012b.

COSTA, Amanda F. *Relatório Final Individual – Feminização e feminilização: análise e revisão bibliográfica*. Relatório da Prática de Pesquisa 3, Departamento de Serviço Social, Grupo de Pesquisa TEDis, Brasília/DF: UnB, 2012a.

COSTA, Fabiana Freitas. *Nas avenidas e cruzamentos do gênero, raça, etnia e geração: mulheres negras chefes de família em bairros do subúrbio ferroviário de Salvador*. 137 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3246>. Acesso em: 24/03/2013.

DIAS, Marly de Jesus Sá. *Feminização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva na saúde pública: rebatimentos no Serviço Social e na Medicina no HUUFMA*. 220 f. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2008. Disponível em: <http://www.tedebc.ufma.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=452>. Acesso em: 24/03/2013.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 141-188.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. (Org.) *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 263-278.

HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.) *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Senac, 2007.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.

LIMA, Betina Stefanello. *Teto de vidro ou labirinto de cristal? As margens femininas da ciência*. 133f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3714/1/2008_BetinaStefanelloLima.pdf>. Acesso em: 08/05/2013.

MELO, Hildete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes. *A pobreza e as políticas de gênero no Brasil*. Santiago do Chile: Cepal, 2005 (Mujer y desarrollo). Disponível em: <<http://www.eclac.org/brasil/>>. Acesso em: 09/11/2009.

PEREIRA, Thelma Maria Franco Rebelo Araújo. *Histórias de vida de mulheres idosas: um estudo sobre o bem-estar subjetivo na velhice*. 263 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005. Disponível em: <http://btd.d.bczm.ufrn.br/tesesimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=94>. Acesso em: 20/03/2013.

SALAS, Carlos; LEITE, Marcia. Segregação setorial por gênero: uma comparação Brasil-México. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. (Org.) *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 89-106.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Práticas de gestão e feminização do magistério. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 609-634, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n126/a05n126.pdf>>. Acesso em: 02/03/2013.

YANNOULAS, Silvia C. *Actualizando las notas de investigación sobre la feminización del magisterio*. SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA REDESTRADO, 9, “POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA AMÉRICA LATINA: PRÁXIS DOCENTE Y TRANSFORMACIÓN SOCIAL”, jul./2012 (mimeo).

_____. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, v. 2, p. 271-292, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368/1583>>.

_____. *A convidada de pedra: mulheres e políticas públicas de trabalho e renda entre a descentralização e a integração supranacional um olhar a partir do Brasil 1988-2002*. Brasília: Flacso; Abaré, 2003.

_____. *Educar: uma profesión de mujeres?* Buenos Aires: Kapelusz, 1996.

SOBRE AS AUTORAS

Silvia Cristina Yannoulas é professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (SER/UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da mesma Universidade (PPGPS/SER/UnB). Líder do grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis). Licenciada em Ciências da Educação pela Universidade de Buenos Aires (UBA), mestre em Ciências Sociais pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais Sede Acadêmica Argentina (Flacso/Argentina) e doutora em Sociologia pelo Programa Conjunto em Estudos Comparados sobre América Latina e o Caribe da Flacso/Brasil e UnB. Realizou estudos de Pós-doutoramento na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG), sob supervisão da professora Dalila Oliveira. Contato: silviayannoulas@unb.br.

Marcia C. Barbosa possui doutorado em Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professora titular e diretora do Instituto de Física da UFRGS. Tem experiência em teoria de fluidos complexos e, em particular, em água e suas anomalias. Em paralelo tem atuado em questões de gênero na ciência. Contato: marcia.barbosa@ufrgs.br e <<http://www.if.ufrgs.br/~barbosa>>.

Betina Stefanello Lima possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1999), especialista em Antropologia na Universidade Católica de Brasília (2005), mestre em História na área de Relações de Gênero pela Universidade de Brasília (2008), doutoranda no Programa de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas no tema gênero e ciências. Também é analista em Ciência e Tecnologia no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico desde 2002. Contato: betinastefanello@gmail.com.

Ângela Maria Freire de Lima e Souza é bióloga, doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia e pesquisadora permanente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim/UFBA). É docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNeim), em que integra a Linha de Pesquisa Gênero, Ciência e Educação, com ênfase em Mulheres na Ciência: aspectos estruturais e epistemológicos e Gênero no ensino das Ciências e de Biologia. Contato: freiredelimaesouza@gmail.com.

Márcia Barbosa de Menezes é formada em Matemática e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNeim). É docente do Instituto de Matemática da Universidade Federal da Bahia. Contato: marmon@ufba.br.

Maria Rosa Lombardi é socióloga, doutora em Educação pela Unicamp e pesquisadora senior na Fundação Carlos Chagas, São Paulo/SP. Contato: mlombardi@fcc.org.br.

Talita Santos de Oliveira é assistente social formada pelo Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Mestranda do Programa de Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, e membro do Grupo de Pesquisa TEDis – Trabalho, Educação e Discriminação. Contato: tatalitadeoliveira@gmail.com.

Claudia Pereira Vianna é professora Livre-Docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Trabalha na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, Relações de Gênero e Diversidade Sexual, atuando principalmente nos seguintes temas: relações de gênero, educação, sexualidade e política educacional. Líder, juntamente com Marília Carvalho, do grupo de pesquisa *Estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual* (EDGES) credenciado no CNPq. Publicou entre outros textos: *Os nós do nós: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo* (São Paulo: Xamã, 1999) e *Gênero, sexualidade e políticas públicas de Educação: um diálogo com a produção acadêmica (Pro-posições, Campinas: Unicamp, v. 23, n. 2, p. 127-143, 2012)*. Contato: cpvianna@usp.br.

Marly de Jesus Sá Dias. Doutora em Políticas Públicas, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Participa do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos (Geramus). Contato: marlydejesus@yahoo.com.br.

Marlene Teixeira é assistente social formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestra em Política Social e doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professora do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) e do Departamento de Serviço Social (SER-IH) da Universidade de Brasília (UnB). Coordenadora do Laboratório Genposs – Gênero, Política Social e Serviços Sociais. Contato: martebr@gmail.com.

Maria D. Stphanie R. Cerqueira, Estudante de Serviço Social da Universidade de Brasília. Pesquisadora do Laboratório Genposs – Gênero, Política Social e Serviços Sociais. Contato: stphanie.cerqueira@gmail.com.

Nora Goren, Doutora em Ciência Sociais na Universidade de Buenos Aires (com habilitação em antropologia) pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires e mestre em Sociologia do Trabalho. Docente e Pesquisadora associada da Universidade Nacional Arturo Jauretche; Professora de graduação na Universidade Nacional de Buenos Aires e pós-graduação em diversas universidades na Argentina. Entre as publicações mais recentes se encontram: “Entre a autonomia e dependência: Interpelando as políticas de emprego desde uma perspectiva de gênero”. *Sociologias* 13, UFRS 2011; “A Viagens do Feminismo em direção a outros Movimentos sociais” em colaboração com a equipe “Sidestreaming Feminisms” no Programa de Democracia e Transformação Global. “Coordenadora Interuniversitária em Movimentos Sociais e Transformações Político-Culturais” Perú. 2012; “Uma relação conflitiva: Trabalho remunerado vs. Não remunerado nos programas de transferência condicionada de ingresso”. Alijaba. *Argentina from the Nineties to the Present Days: Labor, Poverty Relief, Social Policies, Gender Relations, and Programs of Conditioned Income Transference, Trend University Pittsburgh, USA Canada*, versão impressa. Contato: norgoren@gmail.com.

Mariana Mazzini Marcondes é graduada em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e mestra em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Políticas Públicas Gestão Governamental (EPPGG) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atuou na Secretaria de Políticas para a Igualdade Racial (Seppir) e na Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), ambas da Presidência da República. Atualmente, é assessora da Secretaria de Governo Municipal da Prefeitura de São Paulo. Contato: mariana.mazzini.m@gmail.com.

Anabelle Carrilho possui graduação em Serviço Social pela Universidade de Brasília (2006) e mestrado em Política Social pela mesma instituição (2011). É doutoranda e assistente social da empresa de economia mista Eletronorte. Participa como pesquisadora do Grupo Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis), na linha de pesquisa Trabalho e Relações Sociais, atuando principalmente nos temas: mercado de trabalho, ações afirmativas, feminização e masculinização das ocupações profissionais. Contato: bellecarrilho@gmail.com.

O objetivo central desta publicação é o de enfatizar e identificar as mudanças e permanências ocorridas no campo das relações de trabalho, no qual se evidencia cada vez mais “o fenômeno da feminização das ocupações e das profissões”, com a presença de mulheres em novos espaços ocupacionais e novas profissões, embora não se possa esquecer a manutenção de percursos sexuais associados, historicamente, aos usos do tempo e à condição de “naturalização” das habilidades ou capacidades femininas.

L.B.

Realização:



TEDiS

Trabalho Educação Discriminação
Universidade de Brasília

Apoio:



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

ISBN 978-85-89906-17-3



9 788589 906173